



ISSN: 2316-400X

V.22 n°2

JUN-DEZ 2021



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



EXPEDIENTE

Editoria-Chefe

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne, Universidade Federal do Ceará

Editoria de Seção

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne, Universidade Federal do Ceará

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Editores-Gerentes

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Editores de Textos

Alfredo Gonçalves de Lemos Neto, Universidade Federal do Ceará

Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Sarah Timna Rachel Borges de Senna, Universidade Federal do Ceará

Yasmin Passos Apoliano Gomes, Universidade Federal do Ceará

Editores de Layout

Alfredo Gonçalves de Lemos Neto, Universidade Federal do Ceará

Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Sarah Timna Rachel Borges de Senna, Universidade Federal do Ceará

Yasmin Passos Apoliano Gomes, Universidade Federal do Ceará

Conselho Editorial

Adryane Gorayeb Nogueira Caetano

Alfredo Gonçalves de Lemos Neto

Aline de Oliveira Viana

Allan Braga Cavalcante

Alysson Andrade Amorim

Andréa Silvia Walter de Aguiar

Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante

Beatriz Gondim Matos

Bernardo Diniz Coutinho

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne

Deisimer Gorczewski

Eduardo Girão Santiago
Elizabeth de Francesco Daher
Felipe Braga Albuquerque
Guilherme Diniz Irffi
Jurema Barros Dantas
Kamila Vieira de Mendonça
Lara Capelo Cavalcante
Marco Túlio Ferreira da Costa
Marcos Ronaldo Albertin
Marisete Dantas de Aquino
Mírian Narjara Pires Rocha
Nadja Glheuca da Silva Dutra Montenegro
Neide Fernandes Monteiro Veras
Pollyanna Martins Pereira
Robéria Rodrigues Lopes
Rogério Teixeira Mâsah
Ronaldo Stefanutti
Sarah Timna Rachel Borges de Senna
Walda Viana Moura
Yasmin Passos Apoliano Gomes

NOMINATA DE AVALIADORES DO 22º VOLUME, EDIÇÃO Nº 2, ANO 2021

Ana Beatriz Bahia – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

André Luís Silva da Silva – Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Antonio Guilherme Garcia Lima – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Beatriz Gondim Matos – Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Bruna Hinnah Borges Martins de Freitas – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Bruno Ferrari Emerich - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Carlos Soares Barbosa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Daniela Gardano Bucharles Mont'Alverne – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Edmar Davi - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Emilio Prado da Fonseca – Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS)

Flavia de Oliveira Barreto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Francisco Lledo dos Santos – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Gislaine Silveira Simões – Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Glícia Maria Pontes Bezerra – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Hermínio Ismael de Araújo Júnior – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Ises Adriana Reis Dos Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ivanete Boschetti – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Jairo Domingos de Moraes – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira (Unilab)

Jean Bart David – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Laynara dos Reis Santos Zontini – Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Manoel Antônio dos Santos – Universidade de São Paulo (USP)

Márcia Maria Tavares Machado – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Mônica Simões Israel – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Murilo Oliveira Souza – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Rafael Mesquita – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Renata Heisler Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Roberto Valmorbida de Aguiar – Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Tiago Lima Sampaio – Universidade Federal do Ceará (UFC)

SUMÁRIO

CULTURA

CANTANDO CIDADANIA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM NOTAS MUSICAIS

SINGING CITIZENSHIP: FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN MUSICAL NOTES

SILVA, R. T. de O.; PESSOA, V. V. B.; SANTOS, A. S.; PEREIRA NETO, G. G.; SILVA, I. S. dos S.;

SOUZA, O. K. S. de.

08-17

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

TUTELA JURÍDICA DOS IDOSOS: PROJETO DEBATE, CAFÉ E CINEMA E A DEFESA DE DIREITOS

LEGAL GUARANTEE OF THE ELDERLY: DEBATE, COFFEE AND CINEMA PROJECT AND THE DEFENSE OF RIGHTS

OLIVEIRA, E. A. de; MIRANDA, A. V. L. de; SILVA, A. C. Q. da.

18-28

EDUCAÇÃO

Artigo premiado – Encontros Universitários

A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA OFICINA SOBRE HORTA ESCOLAR

THE COLLABORATIVE CONSTRUCTION OF A WORKSHOP ABOUT SCHOOL VEGETABLE GARDEN

MIRANDA, R.S.; LEITE, R.C.M.; MOTA, E.F.; FIGUEIREDO, F. A. V. S.; ALBUQUERQUE, J. do V.

29-38

PERFIL DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROFILE OF EXTENSION ACTIONS AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ALCÂNTARA FILHO, A.G. de; CAVALCANTE, S.M. de A.; RIOS, N.R.F.; MARQUES, P.V. da S. B.; SOARES, V.C

39-49

MEIO AMBIENTE

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM UMA FUNDAÇÃO CARIRENSE

SOCIAL RESPONSIBILITY ACTIONS IN A CARIRENSE FOUNDATION

ALVES, R. de A.; XAVIER, A. R. V. & BRASIL, M. V. de O.

50-62

SAÚDE

ABRAÇANDO O AUTISMO: INTERVENÇÃO INFANTIL E CAPACITAÇÃO DE PAIS DE AUTISTAS

HUGGING THE AUTISM: CHILD INTERVENTION AND TRAINING OF PARENTS OF AUTISTIC

LACERDA FILHO, E.C. de; PAIVA, F.J.L.; GUSMÃO, E.E.S.

63-71

ANSIEDADE E FRACASSO NA CESSAÇÃO DO TABAGISMO EM PACIENTES AMBULATORIAIS

FAILURE TO QUIT SMOKING IN OUTPATIENTS

RONDINA, R.C.; MARTINS, R.A.; MORIMOTO, K.A.; MASCARENHAS, G.P.A.; SANTOS, B.L. dos;

SILVA, M.L. da.

72-81

A INFLUÊNCIA DOS AGROTÓXICOS NA VIDA DE AGRICULTORES DO NORTE FLUMINENSE

THE INFLUENCE OF PESTICIDES ON LIFE OF NORTHERN FLUMINENSE FARMERS

SIQUEIRA JUNIOR, C.L.; SIQUEIRA, F.G. de A.

82-90

AS POTENCIALIDADES DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

THE POTENTIALS OF STORYTELLING IN HEALTH EDUCATION

SILVA, A. C. de M.; SEI, M. B.

91-101

PANORAMA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO EM ORTODONTIA NO BRASIL

OVERVIEW OF ORTHODONTIC EXTENSION PROJECTS IN BRAZIL

LIMA, R. G.; LAGROTTA, R. A.; PÊGAS, M. A.; SOUZA, V. G. C.; CAMPOS, M. J. da S.; APOLÔNIO, A. C. M. 102-109

PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA GESTANTES COM ÊNFASE NA TOXOPLASMOSE CONGÊNITA

HEALTH PROMOTION FOR PREGNANT WOMEN WITH EMPHASIS ON CONGENITAL TOXOPLASMOSIS

REZENDE-OLIVEIRA, K.; LIMA, N. S.; ARAÚJO, T. E.; MILIÁN, I. C. B.; SILVA, R. J. da; FRANCO, P. S. 110-122

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

BANCADA EDUCATIVA DE UMA TURBINA HIDROKINÉTICA EM ESCALA REDUZIDA

REDUCED SCALE HYDROKINETIC TURBINE FOR EDUCATION PURPOSES

SILVA, R. N. da; OLIVEIRA, F. L. de; ÁVILA, E. J. M.; ALVES, J. P. V. 123-134

TRABALHO

IPHARMA: UMA EXPERIÊNCIA DE EMPREENDEDORISMO NA ÁREA DA SAÚDE

IPHARMA: AN ENTREPRENEURIAL EXPERIENCE IN THE HEALTH AREA

SAMPAIO, T. L.; OLIVEIRA, C. L. C. G. de; TAVARES, J. J. dos S.; ARAÚJO, D. M.; LIMA, L. O.;

FONSECA, S. G. da C. 135-143

EDITORIAL

Pandemia e Educação: Desafios e Aprendizados

Caro(a) Leitor(a),

A pandemia da COVID-19, decretada em março de 2020, levou ao estabelecimento de estratégias para a continuidade das atividades de ensino com a adoção do chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE). Esse termo refere-se a um modelo educacional temporário e alternativo em resposta a situações de crise com apoio de elementos já conhecidos da Educação a Distância e do ensino remoto, como o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA (Ex: SOLAR, da UFC) e de Recursos Educacionais Digitais - RED (Ex: vídeos, animações, aplicativos).

A adoção do ERE apresentou uma série de desafios, dentre eles, a falta de condições mínimas de muitos estudantes para desenvolver atividades educacionais em casa. A pesquisa TIC domicílios de 2019 apontou que 48% dos domicílios na zona rural brasileira não têm acesso à Internet, ficando, portanto, impossibilitados de usar a tecnologia para assistir às aulas, estudar ou fazer tarefas. Mesmo nas residências com acesso à Internet, muitas vezes, havia somente um dispositivo, geralmente, um *smartphone* dos pais, que era dividido para vários filhos. Diante dessa realidade, em muitos municípios, recorreu-se à entrega de material impresso com orientações e atividades e a atendimentos para tirar dúvidas a partir do estabelecimento de horários. Outro desafio foi a falta de formação dos professores para planejar e realizar atividades remotas. Formações emergenciais com foco no uso de AVA, RED e outras ferramentas tecnológicas foram ministradas por redes e instituições de ensino públicas e particulares. Entretanto, o mero conhecimento técnico não é suficiente para planejar processos de mediação remotos.

Além dos desafios tecnológicos, podem ser mencionadas também dificuldades relacionadas às questões financeiras, como perda ou diminuição de renda; ambientais, pela falta de espaço adequado para estudo; e socioemocionais, devido à perda de pessoas queridas e ao isolamento social.

Apesar desses desafios, o uso do ERE trouxe inúmeros aprendizados. Em função da necessidade, houve grande procura dos professores por cursos e palestras (*lives*) sobre o uso de tecnologias no ensino. Os professores, mesmo em condições adversas, aprenderam a criar e publicar seus próprios vídeos e materiais educacionais. As experiências registradas em ações, como nos cursos *Construindo uma Disciplina Remota*, ofertados pelo Instituto Universidade Virtual - IUVI, e *Ensinando e Aprendendo Com Recursos Educacionais Digitais*, ofertado pelo grupo de pesquisa PROATIVA/IUVI, mostravam professores ávidos por inovar suas práticas e atender às necessidades dos alunos. Nesses cursos, vimos professores que gravavam e

editavam seus próprios vídeos, criavam atividades interativas a partir do uso de recursos, como *Google Forms, Kahoot, entre outros*.

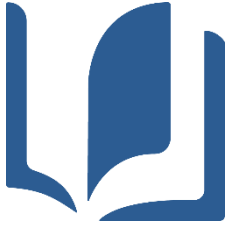
Aprendemos também o quanto é necessário planejar e investir em programas de acesso a dispositivos tecnológicos e de formação de professores para uso educacional das TD. Tais programas não devem ser apenas emergenciais, e sim fazer parte das políticas públicas voltadas para a melhoria da Educação. A esse respeito, ressalta-se que as formações devem ir além das questões puramente tecnológicas. A tecnologia deve ser entendida como elemento mediador da comunicação entre professores e alunos, ambiente de exploração de ideias por meio de simulações e animações interativas, ferramenta para o desenvolvimento de projetos, a produção e o compartilhamento de conteúdo.

Percebemos também o papel fundamental da universidade pública na proposição de projetos de formação e no registro de experiências bem-sucedidas para fomentar reflexões aprofundadas sobre metodologias para inserção de TD nas práticas docentes. Ações de extensão, como os projetos Aprendizagem Móvel e Colaborativa no Ensino Fundamental e Athena – Desenvolvimento e uso de um repositório virtual aberto: importância da catalogação de Recursos Educacionais Digitais (RED), indicam o compromisso da universidade pública na produção e disseminação de conhecimento acerca do uso educacional de tecnologias digitais.

Esperamos que os aprendizados adquiridos nesse momento tão difícil de Pandemia possam ter deixado lições que permaneçam para sempre.

Prof. José Aires de Castro Filho (Ph.D.)

Prof. Titular - Instituto Universidade Virtual
Universidade Federal do Ceará - UFC



CANTANDO CIDADANIA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM NOTAS MUSICAIS

SINGING CITIZENSHIP: FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN MUSICAL NOTES

SILVA, R. T. de O.¹

<https://orcid.org/0000-0002-9779-5043>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

PESSOA, V. V. B.²

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

SANTOS, A. S.³

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

PEREIRA NETO, G.

G.⁴

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

SILVA, I. S. dos S.⁵

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

SOUZA, O. K. S. de⁶

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

RESUMO

O presente trabalho busca compartilhar resultados obtidos com a construção de um musical que discutiu o tema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A seleção de música e textos se basearam na Carta Política oriunda da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o tema "Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar". O musical foi formado a partir da união de três projetos de extensão inseridos no Núcleo PENSO, reunindo discentes dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas, Física e Música da UFCG, além de indivíduos residentes na comunidade local e cidades vizinhas. A primeira fase (planejamento) consistiu em discussão da Carta Política e, levantamento e análise de músicas e pesquisa de textos que dialogassem com a temática. A segunda fase (preparação) foi composta por cursos de teatros e ensaios semanais da equipe. O Musical foi apresentado na última fase (difusão) e foi gravado com intuito de disponibilizar em plataformas digitais. Observou-se como resultados a contribuição do projeto na formação profissional, individual e coletiva dos participantes; impactos benéficos para a universidade e a sociedade civil e produção de importantes diálogos sobre alimentação e nutrição, valorizando os temas. A construção do musical Cantando Cidadania demonstra que a arte tem capacidade de produzir e difundir conhecimentos e pode ser utilizada pelo ambiente acadêmico, facilitando a compreensão e provocando o debate de temas essenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar e nutricional. Arte. Música.

ABSTRACT

This paper seeks to share results obtained with the construction of a musical which discussed the topic of Food and Nutrition Security (FNS). The selection of music and texts were based on the Political Letter from the 5th National Conference on Food and Nutritional Security, with the theme "Real food in the countryside and in the city: for rights and food sovereignty". The musical was formed from the union of three extension projects inserted in Núcleo PENSO, bringing together students from the Nursing, Nutrition, Biological Sciences, Physics and Music courses of UFCG, as well as individuals living in the local community and neighboring cities. The first phase (Planning) consisted in the discussion of the Political Charter and, survey and analysis of songs and research of texts that dialogued with the theme. The second phase (Preparation) was

composed of theater courses and weekly rehearsals of the team. The Musical was presented in the last phase (Dissemination) and was recorded with the intention of making it available in digital platforms. It was observed as results the project's contribution in the professional, individual and collective formation of the participants; beneficial impacts for the university and the civil society, and the production of important dialogues about food and nutrition, valuing the themes. The construction of the musical Singing Citizenship demonstrates that art has the capacity to produce and disseminate knowledge and can be used by the academic environment, facilitating understanding and provoking the debate of essential themes.

KEYWORDS: Food and Nutrition Security. Art. Music.

1. Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Em 2010 a alimentação foi inserida como direito social na constituição brasileira de 1988, por meio de uma emenda constitucional que simbolizou um marco na luta em busca da conquista dos direitos humanos¹. Dessa forma, se o acesso a algum desses fatores for negligenciado entender-se-á que os indivíduos poderão estar em situação de insegurança alimentar e nutricional².

Além da necessidade de entender o conceito de SAN é importante destacar que o Direito Humano à Alimentação de Adequada (DHAA) é garantido quando homens, mulheres e crianças, sozinhos ou inseridos em uma comunidade, têm acesso físico e econômico, permanente, ao alimento adequado, ou acesso aos meios que os façam garantir esta alimentação¹. Porém, a fome e a insegurança alimentar e nutricional são problemas antigos na realidade brasileira, relacionados principalmente à pobreza, falta de educação alimentar e nutricional e de políticas públicas efetivas para a resolução do problema.

A partir disso se percebe cada vez mais a necessidade do diálogo com a população, para que, uma vez conscientes de seus

direitos possam reivindicá-los, pois já está bem descrito na literatura que a dimensão social da fome não pode ser desconsiderada em detrimento aos fatores climáticos e biológicos³.

Ao mesmo tempo, tratar de um tema tão complexo e singular como a SAN junto à comunidade apresenta grandes desafios, desde o interesse a compreensão desses conceitos pela própria população. Dentre as ferramentas que podem ser utilizadas, a arte se destaca por poder atuar como um meio facilitador e incentivador de reflexões e aprendizados⁴.

A partir disso, o objetivo desse artigo é compartilhar resultados obtidos por meio da construção de um musical produzido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO) vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que discutiu a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio de músicas e textos poéticos, baseados na Carta Política oriunda da 5ª Conferência Nacional de SAN, com o tema "Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar".

Comunicar por meio da arte nasceu no Núcleo PENSO a partir de projetos de extensão que dialogam saúde e cidadania com expressões artísticas. Oficializado em 2012, o PENSO pertence ao Curso de Nutrição do Centro de Educação e Saúde (CES) da UFCG, configurando-se como um campus de expansão, geograficamente localizado no Curimataú Paraibano, na cidade de Cuité,

composta por cerca de 19 mil habitantes e distante cerca de 250 km da capital do Estado.

2. Metodologia

O musical “Cantando Cidadania” foi idealizado a partir da possibilidade da utilização da arte como ferramenta para propiciar um diálogo horizontal sobre SAN. Baseou-se nos princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹, e na Carta Política resultante da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional², que tem como tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar”. Nestes documentos destacam-se as dimensões socioculturais da SAN interligando produção e consumo de alimentos, diálogos alimentares para zona urbana e rural e valorização dos alimentos *in natura* e regionais. A Carta ainda destaca a importância de valorização das tradições dos povos e comunidades tradicionais, e ainda o resgate das identidades e culturas alimentares próprias da população brasileira².

O Musical é um dos produtos da interação de três projetos de extensão inseridos no Núcleo PENSO da UFCG que faziam interface da Nutrição com Arte. Os projetos foram: “Nutrição e Música no PET: uma mistura que a extensão sabe fazer”, inserido no Programa de Educação Tutorial; “Dançando e interpretando a gente fala de cidadania” e “Cantando Cidadania: misturando cultura e nutrição em uma só melodia”, os dois últimos pertencentes ao Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da UFCG.

O processo de construção do musical foi coordenado por uma professora do curso de nutrição e desenvolvido de forma coletiva com participação de discentes dos cursos de enfermagem, nutrição, física, música e ciências biológicas pertencentes aos *campi* Cuité e Campina Grande, ambos da UFCG. Além destes, também compuseram a equipe indivíduos residentes na comunidade local e cidades vizinhas que se interessaram em fazer parte da construção deste produto devido a existência de outros projetos do Núcleo PENSO, que envolviam arte em espaços públicos na comunidade.

A construção do musical foi realizada por todos os componentes mencionados e

compreendeu três etapas sequenciais: Planejamento, Preparação e Difusão.

A primeira fase consistiu em encontros semanais por cerca de três meses para discussão da Carta Política e aprofundamento dos conteúdos, além de levantamento e análise de músicas e pesquisa de textos que dialogassem com a temática.

Após análise de cerca de 50 músicas elencadas, foram selecionadas oito canções nacionais, sendo elas: Procissão (Gilberto Gil), Vou rezar pro meu sertão (Padre Zezinho), Vozes da Seca (Luiz Gonzaga e Zé Dantas), O meu país (Livardo Alves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves), Brasil Corrupção (Ana Carolina e Tom Zé), Cabidela (Seu Pereira e Coletivo 401), Comida (Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto) e, por fim, Sal da Terra (Beto Guedes e Ronaldo Bastos Ribeiro).

Foram definidos textos de autores diversos que foram recitados entre as músicas selecionadas, sendo: O Nordeste é a periferia do Brasil (Jarid Arraes), Não há vagas (Ferreira Goullart), Brasil de cima x Brasil de baixo (Joaquim “Juca” Ranufo), Por que a pobreza nasce e por que a riqueza cresce? (Erivan Camelo) e Trecho da Obra Morte e Vida Severina (João Cabral de Melo Neto).

A segunda fase foi a de Preparação, composta por cursos de teatros e ensaios semanais da equipe. Vale destacar que o primeiro curso de teatro fez parte da programação do Festival Universitário de Inverno da UFCG/CES e além da participação da equipe do musical, também foi aberto ao público em geral. O segundo foi destinado exclusivamente para definição de coreografias e aperfeiçoamento de técnicas teatrais e vocais essenciais para os componentes do musical. Os ensaios tiveram duração de, aproximadamente, um ano, dispondo de uma média de dois ensaios semanais, onde foi possível desenvolver avanços técnicos vocais do grupo, através de treinamentos, confecção e criação de coreografias, alterações de arranjos musicais e treinamentos instrumentais.

A última fase foi a Difusão, onde o Musical foi apresentado pela primeira vez no teatro municipal da cidade de Cuité/PB e aberto a toda comunidade. Neste dia, a apresentação foi gravada com intuito de disponibilizar posteriormente o musical em

plataformas digitais que pudessem ficar acessíveis a qualquer pessoa que desejasse utilizá-lo como recurso didático para discutir SAN. A gravação foi financiada com recursos próprios da Assessoria de Extensão da UFCG.

Além disto, esta etapa envolveu apresentações seguidas de debates democráticos em espaços diversos como: Seminário de SAN com povos e comunidades tradicionais da Paraíba (João Pessoa – PB), Evento comemorativo da Semana Mundial de Alimentação em dois espaços distintos (ambos em João Pessoa – PB) e Seminário Integrador do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande (Sumé – PB).

3. Resultados e Discussão

Os primeiros resultados que podem ser apresentados se relacionam ao crescimento individual e coletivo dos participantes do grupo a respeito do entendimento sobre os aspectos que envolvem SAN e o DHAA, pois foi preciso compreender que os problemas relacionados à fome e a insegurança alimentar e nutricional, principalmente no Nordeste brasileiro, não são apenas provocados pelos baixos índices pluviométricos e que a solução dessa problemática conhecida se dá pela execução de políticas públicas sérias e por meio da participação popular no controle social.

A sequência das músicas foi escolhida com objetivo de contribuir com o raciocínio sobre o papel dos indivíduos na sociedade em que os mesmos vivem, onde a primeira música enfocava a relação do indivíduo e sua religiosidade buscando entender o problema da seca, passando pelas músicas que expuseram a necessidade de luta do povo pelos seus direitos, finalizando com uma música que abordava a necessidade da união popular para construir melhorias nos seus territórios e nas condições de vida.

Esta experiência mostrou a potencialidade da Extensão como recurso de formação humana e profissional, destacando que por vezes, o ensino e a pesquisa são mais valorizados no percurso acadêmico. Segundo Mendonça e Lima⁵ a interação da universidade e comunidade, através das ações de extensões, pode cumprir um importante papel para a formação da cidadania dos sujeitos. Essas parcerias

firmadas devem objetivar a defesa dos direitos humanos e redução da vulnerabilidade social.

Além disso, a literatura aponta a importância do desenvolvimento de atividades realizadas em grupo através da academia, tendo em vista que, em geral, a competição e o individualismo são estimulados neste meio, levando aos bloqueios no processo de criação dos discentes. O processo de ensino-aprendizagem é facilitado pela criatividade e coletividade^{6,7,8}.

Rieger⁹ estudou o impacto das artes no aprendizado dos estudantes de enfermagem e percebeu que as artes trazem qualidades únicas à educação e promovem processos alternativos de criação de significado para muitos estudantes. As artes incentivam os alunos a considerar aspectos estéticos e holísticos da prática profissional e fornecem linguagens simbólicas esclarecedoras para profunda reflexão interna e conversas significativas com os outros. Segundo o autor, uma razão pela qual as artes podem ser uma lente esclarecedora na formação é que elas privilegiam os aspectos afetivos das experiências. O potencial das artes em fornecer um recipiente adequado para essas emoções profundas e muitas vezes ocultas é importante, o que de certa forma também se torna significativo no caso da Nutrição e outros cursos da saúde^{10,11,12}.

Imaginava-se como colocar em prática um trabalho que utilizasse músicas, expressões corporais, textos e que acima de tudo pudesse estimular a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos. O valor cognitivo e emocional que a construção de um musical traz, fez perceber que a linguagem musical oferece possibilidades transversais, onde a timidez se liberta dando força à corrente musical e a vontade de querer falar sobre o que se estuda de forma mais humana e íntima da realidade social, contribuindo para uma aprendizagem significativa.

Para a construção desse musical foi necessário envolver estudantes universitários e cidadãos de variadas personalidades e formações acadêmicas, os quais participaram ativamente de todo o processo, o que demonstrou a relevância da interdisciplinaridade enquanto abordagem

na produção e socialização do conhecimento. A Resolução que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira apresenta a inserção das atividades de extensão como algo que integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico e que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa¹³

Foi visto durante todo o processo que os participantes valorizaram o que estavam fazendo, pois demonstraram ter compreensão de que construir um musical ultrapassava os conhecimentos teóricos aprofundados no âmbito da academia. Para mudar o meio que estavam inseridos, os participantes do musical também tiveram que se transformar, e foi o que aconteceu. A formação de um grupo que não apresentou hierarquias ajudou na construção leve, didática e evolutiva de cada componente.

O discurso coletivo mostrou que o envolvimento dos graduandos com as artes cênicas possibilitou uma nova visão do mundo, com a apreciação da subjetividade que permeia os cuidados de saúde, possibilitando despertar criatividade e competência para lidar com os desafios que emergem das necessidades.

Camargo e Bueno¹⁴ ao investigarem as contribuições do teatro no processo de educação de um curso da saúde, identificaram interseções que integram o treinamento do ator para o desenvolvimento psicossocial do futuro profissional. Ao aprender técnicas de teatro, os participantes revelaram que a arte do teatro valoriza o trabalho da equipe, melhora a comunicação, a observação, a concentração e a leitura que ela faz de si mesma, do mundo e das pessoas, ajudando na formação mais humana do profissional.

Os elementos percebidos com os sons, as letras, foram depois transformadas em saberes, sentidos, produzindo movimentos, gestos, imposição e atuação refletindo no cantar, nas vibrações das notas, na força com que as palavras eram ditas, trazendo empoderamento e confiança em toda a obra.

Não se tinha noção real da dimensão do que seria construir um musical por pessoas sem experiência em artes, por isso é importante destacar que a participação de um servidor da universidade que atualmente é formado em música para contribuir na elaboração do Musical foi de grande importância e imprescindível para concretização da ideia. Este movimento de aproximação de servidor, estudantes, professor e comunidade não é algo comum nas universidades, pelo contrário, existe uma tendência de hierarquização que afasta a convivência e a possibilidade de compartilhamento de saberes entre esses atores.

Um importante resultado trata da inserção das pessoas provenientes das comunidades, as quais participaram no desenvolvimento musical e teatral do produto, como a criação de um trecho de rap que foi integrado a um clássico da música brasileira, Vozes da Seca de Luiz Gonzaga. O rapper responsável por isso mencionou que só conseguiu concluir sua letra quando entendeu completamente a mensagem que o musical queria passar, compreendendo que fome não é só de comida, mas que também se existe fome de sonho, de ser uma pessoa melhor. Com esta e outras participações de atores da comunidade, o musical cumpriu um objetivo que se apresentava desde seu início, que era gerar um produto a partir da integração da universidade com a comunidade e, além disso, impulsionar talentos e fortalecer a cidadania dos sujeitos nos diversos espaços.

Faz parte da Resolução de Extensão¹³ sugerir a estruturação da concepção e prática das ações de extensão, a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.

É importante destacar que um dos desafios foi superar o próprio ambiente acadêmico, espaço onde a construção do musical, visando produzir discussões sobre DHAA por meio de artes era, muitas vezes, deslegitimado. Por várias vezes foi necessário dispor de explicações sobre o que era o musical para justificar o tempo dos discentes empenhado em sua execução. Essa visão

tecnicista da formação, dentro dos cursos universitários, pode ser derivada de uma perspectiva biomédica e hegemônica do processo de formação em saúde.

Segundo Deus¹⁵, um dos principais desafios em torno da extensão é a própria visão por parte dos gestores universitários e governantes. A autora afirma que isso pode estar associado ao fato desse pilar não representar um “fazer enquadrado” onde se encontram imediatamente resultados, se descolando com isso do discurso fácil e das estatísticas tão presentes na estrutura vertical das universidades.

É importante que aconteçam avanços na possibilidade de encontros entre saúde, arte e cultura na formação acadêmica, seja com apoio da comunidade popular e da comunidade científica¹⁶, seja pela garantia de valorização dos profissionais, e sobretudo seja por políticas de financiamento e fomentos que incentivem de fato uma nova forma de fazer saúde, fortalecendo não apenas o Sistema Único de Saúde (SUS), como outros sistemas, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo.

Portanto, apesar das dificuldades quanto a compreensão dos objetivos da construção do musical por parte de alguns profissionais e docentes, este processo proporcionou a discussão a respeito de problemas sociais e políticos que se fazem presentes na sociedade brasileira de forma contundente, efetivando seu papel de comunicar reflexões tão importantes por meio da arte.

A incorporação de produções de subjetividade que se contrapõem às concepções dominantes que orientam e influenciam os indivíduos, levam os sujeitos a reivindicarem de acordo com seus sonhos, desejos e vontades¹⁷. A luta pela defesa dos direitos humanos e por um país menos desigual passa pela necessidade de criar novas concepções, onde a arte pode desempenhar papel crucial nesse processo.

Com essa postura, os grupos formados de maneira coletiva têm extrema funcionalidade porque atuam como movimentos sociais que idealizam mudanças micropolíticas e sugerem novas alternativas para novos caminhos¹².

A participação da comunidade nos espaços com inserção da universidade

possibilita a construção do empoderamento social que objetiva incentivar a inclusão e valorização de uma postura crítica quanto a realidade em que se encontra inserida¹⁸. Utilizar meios artísticos para construção de uma sociedade crítica e conhecedora de seus direitos estrategicamente facilita a relação entre a comunidade e a universidade. Segundo Broderick¹⁹ existem possibilidades diversas que favorece a abordagem e discussão de temas relacionados à saúde por meio das práticas artísticas que oferecem uma reflexão crítica, é justamente neste quesito que há um envolvimento que possibilita a mudança social.

Um dos principais impactos da arte sobre uma comunidade é a sua capacidade em comunicar algo, pois configura-se como um meio de comunicação que transcende a idade, facilita a compreensão compartilhada de experiências, além de atuar como facilitadora e incentivadora de reflexões e aprendizados, inclusive no âmbito da saúde. Logo, o musical traz consigo o êxito, de divulgar e proporcionar reflexões relacionadas a saúde, com ênfase nos aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional, que envolve Direito Humano à Alimentação Adequada, tratando da capacidade de superar as dificuldades de acesso, físico e econômico, ao alimento adequado^{4,20,21}.

A Difusão, última etapa do produto, consistiu em uma apresentação no teatro municipal da cidade de Cuité – PB onde foi feita a captação das imagens e está disponibilizada na íntegra pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=fSsc5TX0rtA&t=2399s>. Esta apresentação se constituiu como uma ação que transcendeu o campo da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional e se firmou como uma estratégia de cultura.

Além disso, a Difusão consistiu em realizar apresentações em cidades da Paraíba mediante convite prévio. Este resultado não estava previsto quando da idealização do musical, mas foi percebido pela equipe de construção que se tratava de uma oportunidade única para possibilitar a construção de novos sentidos e significados para questões relacionadas às políticas de SAN, através da arte.

Além do fato do Musical ter sido apresentado em eventos que dialogavam com a temática da Segurança Alimentar e Nutricional, ressalta-se que cada apresentação era seguida de um debate e discussão com os participantes acerca da temática. O Musical foi apresentado no Seminário de SAN com povos e comunidades tradicionais da Paraíba na cidade de Gramame – PB, no Evento comemorativo da Semana Mundial de Alimentação promovido pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (CONSEA-PB), no Evento Comemorativo da Semana Mundial de Alimentação organizado pelo curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba e ainda no Seminário Integrador do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé que se tratava de um evento de acolhimento aos novos estudantes do campus e contou com a presença não só da comunidade acadêmica local, como da população em geral da cidade. Muitas reflexões foram construídas de forma coletiva durante os debates posteriores as apresentações e que puderam ser utilizadas, inclusive, como contribuições para tomada de decisões no campo da SAN em cada espaço apresentado.

A relação entre arte e saúde não é novidade, porém essas atividades eram muitas vezes confinadas a hospitais ou clínicas, ou ao uso de teatro, música, pintura e outras artes para a comunicação de mensagens relacionadas aos hábitos de vida saudáveis. No entanto, intervenções baseadas na arte podem ajudar a mudar as narrativas sociais através do aumento da consciência social e política²². A partir disso, o musical apresenta tanto em sua narrativa, como em suas músicas e poemas, ferramentas que puderam motivar o público a refletir, mobilizar e transformar sua atividade social. Além disso, apresenta elementos que apoiam a aprendizagem transformadora, como a prática incorporada, abordando o que não está prontamente disponível para o nível consciente; histórias que abrem um espaço para reconsiderar nossas trajetórias próprias e outras formas alternativas de conhecer e tornar-se evidentes²³.

Ao refletir sobre o impacto de um produto de extensão como esse relatado, compreende-se o caráter multidimensional e a complexidade de envolver diversos indivíduos. Não há um lado mais forte nessa relação, todos se transformam mutuamente no processo: cidadãos, sociedade, alunos, instituição e até mesmo o próprio processo¹⁵.

O Musical cantando Cidadania alcança resultados para além da possibilidade de construção de novos saberes no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, pois a arte por si só já tem influência benéfica comprovada cientificamente. A Organização Mundial da Saúde²⁴ lançou um relatório que apontou os benefícios da prática da arte para a saúde mental e física. O documento analisou evidências de mais de 900 publicações globais e de acordo com o estudo, desde o nascimento até o fim da vida, a arte pode influenciar a saúde de forma positiva. Nos serviços de saúde, o estudo indica que as atividades artísticas podem ser usadas para completar ou aprimorar os protocolos de tratamento. O relatório destaca que algumas intervenções artísticas não apenas produzem bons resultados, mas também podem ser mais econômicas que os tratamentos biomédicos comuns. Outro aspecto abordado é que como intervenções artísticas podem ser adaptadas para pessoas de diferentes origens culturais, também seriam uma alternativa para envolver grupos minoritários ou de difícil acesso.

Diante disso, além do musical fortalecer essa relação de arte e saúde, também incorporou questões da sociedade e sujeitos para pensar uma temática de interesse comum: alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional. Além do tema de acesso adequado aos alimentos necessitar de espaços democráticos para discussões e traçar soluções, este produto desenvolvido inova ao traduzir os assuntos, entraves e reflexões através da utilização da poesia, cordel, música e dança como ferramentas que, trabalhadas a partir da perspectiva da extensão universitária, conseguiu produzir e compartilhar saberes.

O Cantando Cidadania cumpre seu papel não só na defesa da extensão universitária, mas ao tratar da segurança alimentar e nutricional enquanto questão complexa e presente no contexto social,

constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, promovendo a interação entre a universidade e setores da sociedade, buscando como objetivo a transformação da realidade¹³.

4. Considerações Finais

A construção do Musical Cantando Cidadania demonstrou que a arte tem a capacidade de produzir conhecimentos e sentidos, podendo ser utilizada pelo meio acadêmico facilitando a compreensão de temáticas que muitas vezes parecem complicadas de serem abordadas. Desta forma, esse produto fortalece a concepção da importância da arte e das suas funções de informar, sensibilizar e integrar sujeitos.

A formação e produção em saúde anseia por novos paradigmas para o bem viver, para o bem sonhar e para o bem fazer. As interfaces de um fazer coletivo e dialogado com a arte proporcionou a construção de uma possibilidade de fazer ciência além das perspectivas tradicionais.

Entende-se que esta produção trouxe impactos e resultados tanto no ambiente acadêmico, através da valorização da extensão universitária e importância desse pilar, na construção pessoal e acadêmica dos participantes do projeto, através do entendimento do potencial de mudança que temos enquanto discentes inseridos em uma localidade e foi importante para os espaços onde esteve, colaborando nos debates que objetivaram a defesa dos direitos humanos e para a cidadania da população.

Submetido: 06/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.44519

REFERÊNCIAS

1 Brasil. Decreto [nº 7.272, de 25 de agosto de 2010](#). Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário oficial da união. 25 de Agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 17 de Jun. 2020.

2 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Carta Política da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2015. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/divulgada-carta-politica-da-5a-conferencia-nacional/cartapoliticada5cnsan.pdf>. Acesso em 17 de Jun. 2020.

3 Vasconcelos ACCP, Magalhães R. Educational practices within food and nutritional security: reflections from the Family Health Strategy experience in João Pessoa, state of Paraíba, Brazil. Interface-Comunicação, Saúde, Educação. 2016;20(56): 99-110. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832016000100099&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

4 Sato M, Ayres JRCM. Arte e humanização das práticas de saúde em uma Unidade Básica. Interface-Comunicação, Saúde, Educação. 2015; 19(55): 1027-1038. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n55/1807-5762-icse-1807-576220140408.pdf>

5 Mendonça JV, Lima AEO. Interação universidade e comunidade: possibilidades do trabalho com direitos humanos. Extensão em Ação. 2018;1(15): 48-58. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/20305>

6 Mattos MMGR, Tavares CMM. Experimentação estética do cuidar-se por meio de fuxicos: Vivência com alunos de pós-graduação em enfermagem. Revista Pró-UniverSUS. 2015;6(3): 45-47. Disponível em:

<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/360>

7 Silva Elias AD, Oliveira FA, Tavares CMM, Muniz MP, Abrahão AL, Silva LSAH. Sociopoética: laços entre arte e educação. Revista Pró-UniverSUS. 2016;7(2): 39-42. Disponível em:

<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/issue/view/62>

8 Amaral ALM, Gentini AGM. Desalienando corpos: a criação de um dispositivo artístico-pedagógico no processo de formação em Educação Ambiental. Revista de Sociopoética e abordagens afins. 2016;7(1): 2-19.

9 Rieger KL, Chernomas WM, McMillan DE, Morin FL. The arts as a catalyst for learning with undergraduate nursing students: findings from a constructivist grounded theory study. Arts&health. 2020;12(3): 250-269. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17533015.2019.1608569>

10 Blumer H. Symbolic interactionism: Perspective and method. Califórnia: Univ of California Press; 1986.

11 Eisner EW. The arts and the creation of mind. New Haven: Yale University Press; 2002.

12 Lapum J, Yau T, Church K, Ruttonsha P, David AM. Un-earthing emotions through art: Facilitating reflective practice with poetry and photographic imagery. Journal of Medical Humanities. 2015;36(2): 171-176. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10912-013-9258-0>

13 Brasil. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2014 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

14 Camargo RAA, Bueno SMV. O teatro na formação do enfermeiro. Revista Baiana de Enfermagemv. 2012;26(1): 347-362. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6251>

15 Deus, SFB. Extensão universitária : trajetórias e desafios. 1 ed. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM; 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216079>

16 Lopes IC, Valent IU, Buelau RM. Encontro Arte, Saúde e Cultura: compartilhando saberes e experiências em interface. Interface-Comunicação, Saúde, Educação. 2015;19(53): 407-416. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000200407&lang=en

17 Takeiti BA, Vicentin MCG. Jovens (en) cena: arte, cultura e território/Young (in) scene: art, culture and territory. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2016;24(1): 25-37. Disponível em: <http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1293/683>

18 Cardoso ELS, Alves AS, Carneiro DGB, Cruz PJC, Vasconcelos MOD. Práticas integrais de educação popular e saúde comunitária: reflexões a partir da extensão popular. Anais do XIV

Encontro de Extensão da Universidade Federal da Paraíba. 2013. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/6CCMDPSPROBEX2013451.pdf>

19 Broderick S. Arts practices in unreasonable doubt? Reflections on understandings of arts practices in healthcare contexts. *Arts & health*. 2011;3(2): 95-109. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17533015.2010.551716>.

20 McCabe C, Neill F, Granville G, Grace S. Evaluation of an art in health care elective module—A nurse education initiative. *Nurse education in practice*. 2013;13(2): 113-117. Disponível em: [https://www.nurseeducationinpractice.com/article/S1471-5953\(12\)00148-5/fulltext](https://www.nurseeducationinpractice.com/article/S1471-5953(12)00148-5/fulltext)

21 Silva CO, De-souza DA, Pascoal GB, Soares LP. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio; 2015

22 Wald G. Arte e Saúde: algumas considerações para aprofundar as potencialidades de análise do campo. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. 2015;19(55):1051-1062. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832015000401051&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt

23 Madsen W. Raising social consciousness through verbatim theatre: a realist evaluation. *Arts & Health*. 2018;10(2): 181-194. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17533015.2017.1354898>

24 Fancourt D, Finn S. What is the evidence on the role of the arts in improving health and well-being? A scoping review. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe; 2019 (Health Evidence Network (HEN) synthesis report 67). Disponível em: [https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/what-is-the-evidence-on-the-arts-in-improving-health-and-well-being-a-scoping-review-2019?fbclid=IwAR3OTYr6Pw0qDL_DY7ISiBR1V0sd6dkiSxYYJVDoaP0Y0gpmOSbJF6c3Los](https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/what-is-the-evidence-on-the-role-of-the-arts-in-improving-health-and-well-being-a-scoping-review-2019?fbclid=IwAR3OTYr6Pw0qDL_DY7ISiBR1V0sd6dkiSxYYJVDoaP0Y0gpmOSbJF6c3Los)



TUTELA JURÍDICA DOS IDOSOS: PROJETO DEBATE, CAFÉ E CINEMA E A DEFESA DE DIREITOS

LEGAL GUARANTEE OF THE ELDERLY: DEBATE, COFFEE AND CINEMA PROJECT AND THE DEFENSE OF RIGHTS

OLIVEIRA, E. A.

de¹

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

MIRANDA, A. V. L.

de²

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

SILVA, A. C. Q. da³

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

RESUMO

O Projeto de Extensão 'Debate, Café e Cinema' do Curso de Direito, CAN/UERN, objetiva enveredar-se na construção pedagógica do uso da cinematografia como ferramenta reflexiva de conteúdos jurídicos inerentes à disciplina do Direito, dentre os quais os Direitos dos Idosos. No ciclo anual (2019-2020) buscou-se promover um diálogo multidisciplinar necessário à interlocução dos saberes, através de ferramentas pedagógicas como: a exibição de filmes, distribuição de cartilhas educativas, dinâmicas de grupo, entre outras, almejando-se elucidar os direitos básicos do idoso e as consequências do seu descumprimento. Constatou-se a carência de informação sobre a tutela jurídica do idoso nas escolas públicas, diante das inúmeras dúvidas dos estudantes, evidenciando-se as debilidades no currículo educacional dos jovens quanto ao tema. Dessa forma, as intervenções 'in loco' foram essenciais à conscientização sobre a urgente necessidade de proteção dos idosos brasileiros e a implementação de uma cultura humanizada em prol da defesa dos direitos constitucionalmente garantidos.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Cinema. Idoso.

ABSTRACT

The 'Debate, Coffee and Cinema' Extension Project of the Law Course, CAN/UERN, aims to engage in the pedagogical construction of the use of cinematography as a reflective tool of legal content inherent to the discipline of Law, among which the Rights of the Elderly. In the annual cycle (2019-2020), we sought to promote a multidisciplinary dialogue necessary for the exchange of knowledge, through pedagogical tools such as: the exhibition of films, distribution of educational booklets, group dynamics, among others, aiming to elucidate the basic rights of the elderly and the consequences of non-compliance. There was a lack of information on the legal protection of the elderly in public schools, in view of the numerous doubts of the students, evidencing the weaknesses in the educational curriculum of young people on the subject. In this way, 'on-site' interventions were essential to raise awareness of the urgent need to protect elderly Brazilians and to implement a humanized culture in favor of defending constitutionally guaranteed rights.

KEYWORDS: Law. Movie theater. Old man.

1. Introdução

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial e uma realidade que constitui demandas urgentes a toda comunidade global. Notadamente, esta é uma fase da vida em que se requerem alguns cuidados e assistências que divergem do modelo de sociedade atual, na qual se exige um alto padrão de produtividade. Consequentemente, essa estrutura social tem aumentado a exclusão de idosos, tanto no ensejo de suas relações familiares, bem como, no âmbito da arquitetura urbana.

Com o avanço tecnológico em áreas da saúde; farmacêutica; ergonomia; lazer entre outras, tem proporcionado um aumento significativo na qualidade e expectativa de vida de homens e mulheres, a cada ano. Segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU (2012), uma a cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, devendo haver mais idosos que crianças menores de 15 anos em 2050. (ONU, UNFPA, 2012, p. 07).

Já no Brasil, segundo o último levantamento de dados realizado pelo IBGE, através do Censo de 2017, a população brasileira sustentou a tendência de envelhecimento dos últimos anos e auferiu 4,8 milhões de idosos a mais, desde 2012, ultrapassando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, PNAD, 2017, p. 13).

Verifica-se que, em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Os 4,8 milhões de novos idosos em 05 (cinco) anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário, que tem se tornado bastante representativo no Brasil, na atualidade. Outro dado importante é o crescimento da população de mulheres, cuja maioria expressiva nesse grupo, implica em 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo). (IBGE, PNAD, 2017, p. 13).

Para oportunizar o acolhimento social destes idosos, é indubitável atribuir ao Estado à promoção dos Direitos Sociais de segunda dimensão, através não apenas do reconhecimento no plano normativo, mas, principalmente, através da criação de políticas públicas que assegurem, em termos práticos, os direitos à acessibilidade, gratuidade nos transportes públicos,

condições de saúde, renda, lazer, cultura e informação. A regulação estatal de direitos deve favorecer a “promoção de uma sociedade mais igualitária [...], o princípio da dignidade humana e dos direitos humanos” (BASTOS, 1998, p. 83).

Perante essa conjuntura, torna-se intransigente a produção de conhecimento na área, principalmente no âmbito educacional, para que as próximas gerações possam estar conscientes dos desafios advindos da inversão da pirâmide etária e aptos à mudança de paradigma que se segue nos âmbitos político, econômico, e social-cultural de uma sociedade, hoje, global.

Sendo assim, esta pesquisa tem por finalidade, apresentar os resultados das ações de conscientização de jovens estudantes, do ensino médio da rede pública de Natal, acerca da necessidade de proteção dos direitos das pessoas idosas. Neste sentido o artigo objetiva apontar os progressos obtidos pela equipe do Projeto de extensão “Debate, Café e Cinema” vinculado ao Curso de Direito da (UERN) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Natal; que, ao longo do seu ciclo anual de atividades atuou na conscientização do seu público-alvo quanto à difusão dos direitos fundamentais do cidadão, neste estudo com ênfase na divulgação das normas protetivas às pessoas idosas.

Buscar-se-á, em uma perspectiva dialógica e transdisciplinar, demonstrar a contribuição do Projeto de extensão para o fomento do debate em torno de conteúdos jurídicos essenciais, tais como a problemática de inserção social do idoso. Neste sentido, o estudo utilizar-se-á do método dedutivo e dialético, posto elucidar noções teóricas elementares à compreensão da tutela jurídico dos idosos no Brasil, mas também, um relato concreto das ações extensionistas executadas no âmbito da extensão universitária, para fins de minimizar desigualdades, combater preconceitos e estimular a juventude a praticar bons hábitos, que no futuro lhe garantam um envelhecimento saudável e com qualidade de vida.

Esta pesquisa tem um aspecto qualitativo e exploratório sobre a ação do Projeto na experiência/tema aqui discutida. Serão expostos no decorrer desse: a

justificativa de existência e atuação do Projeto Debate, Café e Cinema nas escolas públicas da zona norte de Natal; os Materiais e Métodos usados para a realização do Projeto de Extensão; e os Resultados e Discursões advindas da realização do Projeto na temática em análise.

2. O Projeto Debate, Café E Cinema Nas Escolas Públicas Da Zona Norte Do Natal

No âmbito educacional das escolas públicas, ainda é tímido a implementação de temas transversais nas diretrizes curriculares, de tópicos que constituam o debate sobre as normas jurídicas. Dessa forma, o Projeto de extensão 'Debate, Café e Cinema' vem proporcionando discussões qualificadas e direcionadas, no plano pedagógico, objetivando alcançar um público-alvo específico, qual seja os alunos do ensino médio da Rede Pública matriculados nas Escolas da Região Norte do Natal, como forma de capacitá-los, através do conhecimento dos seus direitos básicos, para o exercício da cidadania.

Portanto, foi desenvolvido no ciclo anual (2019-2020), mais precisamente no semestre 2019.1, ocorrido entre os meses de junho a outubro, o tema sobre a tutela estatal dos idosos, tão necessário para o enfrentamento das problemáticas que envolvem a vida desse grupo vulnerável da sociedade. E, a escola tem papel essencial nesse processo:

O papel da escola é o de uma instituição socialmente responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também o de corresponsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os seus aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática (ARAÚJO, 1998, p. 44).

Dessa forma, um primeiro objetivo é proporcionar à escola a experiência de diálogo com a Universidade, apresentando um conteúdo acessível e claro, para que as normas jurídicas possam ser encaradas

enquanto conhecimento necessário para o bom desenvolvimento das relações em comunidade, e, principalmente, a conscientização dos direitos fundamentais garantidos e firmados por força da lei disponível a todos de forma igualitária e harmônica.

O segundo objetivo é a sensibilização dos estudantes quanto a temática que é realizada através da exposição de filmes. O cinema tem esse papel de sensibilizar o espectador à diferentes realidades e cativar as mais diversas emoções, possibilitando uma profunda reflexão sobre o mundo a sua volta como afirma Modro (2009, p. 07), "o cinema remete ao espectador um mundo de infinitas possibilidades emocionais."

Registra-se que, após algumas reuniões de planejamento e estudos teórico do tema a ser desenvolvido nas intervenções de campo a equipe, sob a supervisão da Profa. Coord. do Projeto escolhe um filme, que tenha alguma conexão com a temática e/ou direito fundamental abordado no mês. No caso da "proteção da pessoa idosa" foi eleito o filme "Doce de mãe" em virtude de o título ser obra nacional, ter atores conhecidos pelo público-alvo, certa leveza, mas ao mesmo tempo, densidade dramática para discutir as angustias e as alegrias advindas da velhice e, sobretudo, dos conflitos geracionais presentes no cotidiano das personagens.

O filme *Doce de Mãe* é um telefilme para exibição de especial de fim de ano exibido pela Rede Globo em 2012, que apresenta a história de "Dona Picucha", uma senhora de 85 anos, de forte personalidade. A trama explora de forma cômica as dificuldades que as pessoas enfrentam nessa fase da vida, bem como, as aventuras e peripécias da relação com os seus familiares. Chama a atenção o debate sobre os deveres que todas as pessoas devem ter para com o idoso e suas limitações no dia-a-dia. (SINOPSE, rf. Filme 2012).

A primeira intervenção ocorreu no dia 14 de agosto de 2019 às 13h na *Escola Estadual Peregrino Junior*. Houve a participação da turma do 1º ano com um total de 42 alunos com idades entre 15 e 17 anos, sendo 23 meninas e 19 meninos na sala de aula. Quando questionados sobre sua relação com pessoas idosas, cerca de 14 afirmaram ter boa convivência com os avós, ainda vivos, 19

disseram não ter nenhum tipo de convivência e 9 deles não quiseram emitir uma opinião.

Já a segunda intervenção de campo ocorreu na *Escola Estadual Walter Duarte Pereira*, no dia 06 de setembro de 2019, às 13h, perante uma turma do 2º ano com um total de 30 alunos, com idades entre 16 e 17 anos, sendo 18 meninas e 12 meninos na sala de aula. Registra-se que foi a partir das imagens expostas na película cinematográfica, que muitos alunos sensibilizados pela história conseguiram se abrir para a relevância social do tema e, desta forma, indagar sobre questões jurídicas atinentes à proteção dos idosos no Brasil.

A equipe de extensionistas, então, oferece as noções conceituais elementares ao assunto versado, mediante à distribuição de Cartilhas Educativas ilustradas e com linguagem acessível à idade e nível de compreensão do público-alvo. As cartilhas são produzidas pelos próprios extensionistas e impressas para distribuição gratuita pela Coordenação do Projeto. É salutar frisar em, rodas de conversas e a exposição de slides sobre o conteúdo das Cartilhas são promovidas em cada um das visitas orquestradas às escolas parceiras.

A última intervenção com a temática da 'proteção da pessoa idosa' ocorreu na *Escola Estadual Padre Miguelinho* no dia 16 de setembro de 2019, às 13h, na turma do 1º ano, com um total de 35 alunos com idades entre 15 e 17 anos, sendo 14 meninas e 21 meninos na sala de aula. Nesse momento, houve uma reconfiguração de estratégia para garantir a atenção dos estudantes, qual seja a realização de uma dinâmica de grupo, a partir de perguntas e respostas rápidas sobre o filme e o conteúdo da Cartilha Educativa. Uma competição bem conduzida com disputa entre 2 grupos, de modo que o grupo vencedor com mais acertos às questões ganhou chocolates, posteriormente, partilhados perante toda à turma.

Esse realinhamento faz parte de qualquer planejamento estratégico de um projeto, necessário para garantir a eficiência das metas e objetivos estabelecidos como deslumbra (VIANA, 2012). Principalmente em uma sala de aula, a não adequação do plano de aula, significa a não interação dos alunos e, por conseguinte o não alcance do aprendizado almejado.

Na oportunidade foi realizada a exposição teórica do tema, abordada a constituição histórica do conceito sobre o idoso e de seus direitos, com ênfase a explicação dos princípios básicos expressos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003), que se firmou a prioridade ao tratamento isonômico dos grupos minoritários favorecendo a construção de políticas públicas específicas, capazes de enfrentar as desigualdades sociais.

A equipe de extensionistas procurou destacar a importância do Estatuto da Pessoa idosa no Brasil, através da publicação da Lei nº 10.741 de 2003, cujo conteúdo detalha as diretrizes estruturantes necessárias para a configuração de políticas públicas específicas, voltadas à garantia da qualidade de vida dos indivíduos nesta faixa etária, além da exposição dos possíveis crimes e suas penalidades, que põem em risco a população idosa.

Denota-se, que o Estatuto do Idoso apresenta um arcabouço de garantias e direitos aos idosos. Neste sentido, possibilita a uma parcela peculiar da população pátria um tratamento atinente à sua condição especial, já que prevê as ferramentas necessárias à edificação, pelo idoso, de sua própria identidade cidadã e autonomia individual. Desta forma, o Estatuto do Idoso traz de volta a harmonia e inclusão social do idoso, fornecendo-lhe prerrogativas para conquista de sua própria identidade. (FRANGE, 2004, p. 112).

3. Materiais e Métodos

De acordo com a (OMS) Organização Mundial da Saúde, o idoso é assim definido a partir da idade cronológica, ou seja, "pessoa idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais". A mesma orientação inspira, o artigo 1º do Estatuto do Idoso (Lei nº 10. 741/2003) que aduz: "Art. 1º - É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (BRASIL, CF/1988).

A partir o estudo teórico na doutrina pertinente e da seleção dos dispostos normativos (CF/88, Leis, Códigos, Estatuto, etc.) aplicáveis à construção do material didático a ser veiculado nas ações de campo (visitas 'in loco') às Escolas Públicas parceiras

do projeto, a equipe em reuniões de planejamento define a temática escolhida, o filme a ser exibido, as dinâmicas e/ou jogos interativos a serem aplicados, bem como, estabelece os tópicos para a redação e construção artística e jurídica das já citadas Cartilhas Educativas.

Diante do tema, ora em comentário alusivo a ‘pessoa idosa’, buscou-se aclarar o entendimento da juventude sobre o fato de que a Constituição Federal de 1988 foi a primeira constituição brasileira a contar com um capítulo próprio e exclusivo – Da Ordem Social: Título VIII. Este Título trata da família, da criança, do adolescente e do idoso.

O art. 230, da CF/88 ressalta que deve ser obrigação da família, da sociedade e do Estado o apoio aos idosos, assegurando-lhes a participação na comunidade, a defesa de sua dignidade e bem-estar. Nas palavras do legislador: *“Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”* (BRASIL, 2021)

Depois de escolhidas as temáticas a serem problematizadas em cada mês de trabalho pelo Projeto, a equipe de extensionistas é dividida em grupo de 5 integrantes, responsáveis pela visita futura e *‘in loco’* às escolas. Neste instante, a equipe se volta aos estudos teóricos e preparação individual de cada aluno (graduando em Direito) extensionista. Para tanto, são realizadas pesquisas bibliográficas a partir dos mais diversos recursos, desde livros às pesquisas *‘on line’* por intermédio de artigos científicos, consulta à legislação concernentes ao tema, como diz Lakatos e Marconi (2007, p. 28), necessários para que o pesquisador tenha contato direto com tudo o que foi escrito e que esteja relacionado ao assunto.

Após as reuniões de capacitação interna os extensionistas, sob a constante supervisão da Profa. Coordenadora, então, fazem os

agendamentos nas escolas públicas parceiras, que em dias previamente marcados e já acordados com docentes de disciplinas afins (História, Linguagem Portuguesa, Literatura, etc.) recebem a equipe para a exposição de ações lúcidas e interativas a partir da exibição do filme temático e demais estratégias de ensino-aprendizagem do conteúdo jurídico. Busca-se estabelecer uma comunicação direta com a comunidade escolar, promovendo a conscientização dos Direitos básicos dos cidadãos, a exemplo da situação de vulnerabilidade do idoso no Brasil, contribuindo, desta forma para o combate aos preconceitos e a mudança de mentalidade do jovem a seu respeito.

É salutar evidenciar que o Projeto de extensão ‘Debate, Café e Cinema’, além de utilizar referências de alto relevo da doutrina jurídica já reconhecida no âmbito acadêmico, também produz material didático próprio, mediante a confecção de suas Cartilhas Educativas, peça interativa, ilustrada e devidamente adaptada à linguagem dos jovens (público-alvo). Consiste, pois, a Cartilha em um valioso instrumento de divulgação do conteúdo jurídico previamente selecionado. O seu objetivo é motivar os alunos beneficiados a prestigiar a explanação do assunto e, em seguida, levar a diante os conhecimentos apreendidos, até mesmo para fora do ambiente escolar, alcançando pais, irmãos, vizinhos e amigos.

No caso ventilado nesta pesquisa, que versa sobre a ‘proteção da pessoa idosa’, a Cartilha Educativa gratuitamente distribuída aos estudantes apresentou um conteúdo jurídico relativos aos seguintes tópicos: a pessoa idosa; o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003); aspectos legais da prioridade do idoso no Brasil e crimes contra a pessoa idosa. Os alunos recebem em mãos uma cópia da cartilha e são incentivados à sua leitura, enquanto a equipe projeta alguns slides produzidos para orientar o debate que se segue. Vide os Prints da Cartilha em anexo: a) Frente, b) Verso – Estilo Folder a ser dobrado.

Figura 1 – Cartilha Direito dos Idosos

Crimes Contra a Pessoa Idosa

Todo idoso deve ser tratado com respeito. Caso você suspeite ou presencie ato de negligência, violência ou maus-tratos a uma pessoa idosa Denuncie (DISQUE 100). Também são Crimes:

- Maus-tratos de toda forma (física e psicológica). Detenção de 2 meses a 1 ano e multa. Se resultar em lesão corporal grave. Reclusão de 1 a 4 anos.
- Deixar de cuidar ou prestar assistência à saúde do idoso. Detenção de 6 meses a 1 ano e multa.
- Apropriar-se, tomar para si, administrar sem consentimento, desviar bens, aposentadoria ou pensão do idoso. Reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- Reter cartão magnético de conta bancária ref. a proventos, aposentadoria, pensão e/ou docs. pessoais. Detenção de 6 meses a 2 anos e multa.
- Expor ou compartilhar imagens depreciativas contra o idoso. Detenção de 1 a 3 anos e multa.
- Coagir idoso a fazer procuração, doar, transferir, realizar testamento, contratar ou realizar qualquer ato contra a sua vontade. Reclusão de 2 a 5 anos.
- Manter uma pessoa idosa presa em casa, ou em um cômodo ou quarto da casa, configura-se crime de cárcere privado. Reclusão de 2 a 5 anos.

** A pena poderá ser aumentada se a vítima estiver sob as cuidados do infrator ou se for o seu pai, filho ou cônjuge.*



EQUIPE DE EXTENSIONISTAS:

Arcineia Rodrigues dos Santos
Aryne Fereira Cardoso
Calissa Lorena P. Alves Madeira Bezerra
Danele Silva de Araújo
Evelinny Alves de Oliveira
Gallien José Ribeiro Santos
Glória Shefinny Sagastume Gomes
Karen Lnar Miranda Barros
Karla de Souza Leal
Margaret Darling Bezerra
Mariana Rita Bezerra da Silva
Regina Lúcia de Araújo Silva

PRÁTICA JURÍDICA DA UERN

Av. Dr. João Medeiros Filho, s/nº, Potengi – Complexo Cultural de Natal (Antigo Presídio João Chaves). Natal/RN. CEP: 59.120-555.
E-mail: npj.uern@gmail.com Fone: (84)3232-7784

HORÁRIO DE ATENDIMENTO:

Segunda à sexta-feira - 8h às 12h e 13h às 17h



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)
Curso de Direito – Campus de Natal
Telefone (84) 3207-8789

Coordenadora:
Ancelina Carla Queiroga da Silva

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Curso de Direito – Campus de Natal



DIREITOS DOS IDOSOS


Natal (RN)
2019

Fonte: Material de produção do Projeto DCC

Figura 2 – Cartilha Direito dos Idosos (verso)

Proteção da Pessoa Idosa

Idoso é o homem ou mulher que tem 60 anos ou mais (art. 2º, Lei da Política Nacional do Idoso - Lei n. 8.842/1994). Contudo, ter idade avançada não é sinônimo de incapacidade, mas humor ou doença. A Pessoa Idosa, atualmente, detém mais autonomia e condições para o livre exercício dos direitos previstos em lei, devendo ser respeitada. É dever do Poder Público dar preferência à Pessoa Idosa ao formular e executar Políticas Públicas que possam garantir a proteção à vida, à saúde e à qualidade do envelhecimento digno.



**01 de outubro
Dia Nacional do Idoso**


A Vulnerabilidade da Pessoa Idosa, decorrente tanto dos aspectos da fragilidade física (envelhecimento natural do corpo), como também social (perda gradativa da capacidade laborativa e da atuação decisória), revela uma forma grave de violência culturalmente produzida, que requer a intervenção do Estado no sentido de protegê-la, assegurando-lhe a autonomia intersubjetiva para a vida cotidiana. O idoso também é um cidadão!

Estatuto do Idoso - Lei n. 10.741/2003

Instituído pela Lei n. 10.741/2003, o Estatuto do Idoso visa garantir os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (art. 1º). Aborda, assim, questões familiares, de saúde, combate à discriminação e à violência contra o idoso. Busca, assim, a preservação de princípios e direitos fundamentais à vida humana. Entre eles, visa, sobretudo, à tutela da dignidade humana (art. 1º, III, CF/88). Afinal, dispõe o art. 2º do Estatuto:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A legislação, ainda, institui o dever da família, da sociedade e do Poder Público de assegurar tais direitos ao idoso. Dessa maneira, torna-se uma prioridade social, conforme o art. 3º, Lei n. 10.741/03, a efetivação do: direito à vida; à saúde; à alimentação; à educação; à cultura; ao esporte; ao lazer; ao trabalho; à cidadania; à liberdade; ao respeito e à convivência familiar e comunitária.




Prioridades do Idoso no Brasil

O *caput* do art. 3º do Estatuto do Idoso apresenta uma série de direitos que devem ser assegurados, prioritariamente, às pessoas idosas. Sen § 1º, define:

- atendimento preferencial imediato junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços (bancos, supermercados, lojas, etc.);
- preferência no acesso e na execução de políticas sociais públicas específicas (garantia de assentos prioritários em transporte público, meia entrada, vagas reservadas em estacionamentos, etc.);
- viabilização de alternativas de participação e convívio do idoso com as demais gerações;
- atendimento prioritário do idoso por sua própria família, em detrimento do acolhimento asilar, exceto dos que careçam de recursos à própria manutenção de sua sobrevivência;
- difusão de informações educativas sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- garantia de acesso ao SUS e assistência social;
- prioridade na restituição do Imposto de Renda;
- primazia na tramitação de Processos Administrativos e Judiciais (Acesso à Justiça).

Ainda, é preciso ressaltar que, entre os idosos, possuem prioridade aqueles com mais de 90 anos.



Fonte: Material de produção do Projeto DCC

Registra-se que, a partir do emprego de sua metodologia interativa e uso de materiais audiovisuais chamativos e, na medida do possível próximos a realidade da juventude, a equipe de extensionistas tem levado ao público-alvo informação jurídica de qualidade e forte apelo à superação das

desigualdades e preconceitos arraigados na sociedade. O aperfeiçoamento das discussões, como feito neste ciclo que tratou a 'pessoa idosa' ocorre dentro das rodas de conversa implementadas como elemento fomentador do diálogo a partir das narrativas dos sujeitos após a sessão audiovisual.

Nessas rodas de conversas, geralmente, a depender do tamanho da sala de aula ou midioteca, as cadeiras são dispostas em círculos para que todos possam ver e serem vistos no momento de suas exposições. A condução do 'bate-papo' é baseada na técnica de Brainstorming, a qual se vale da contribuição espontânea de ideias por parte de todos os participantes, no intuito de resolver algum problema ou de conceber um trabalho criativo, iniciada por um extensionista que levanta um ponto de relevância do filme para um diálogo inicial. Essa etapa dura em média de 15 a 20 minutos, pois, tanto a apresentação inicial, quanto o filme bem como a roda de conversa acontecem no horário escolar da turma.

No tocante ao tema do idoso, recorte científico desta pesquisa, observou-se que os alunos do ensino médio demonstraram enorme interesse acerca das prioridades que a Lei garante às pessoas na terceira idade e quais são os crimes específicos contra essa população, que podem levar qualquer indivíduo a ser penalizado. Houve debate e troca de experiências, pois muitos alunos se sentiram à vontade para contar situações que já participaram ou até presenciaram, sobretudo, casos de violência contra o idoso na rua, nos espaços públicos, etc.

De acordo com o artigo "A *violência contra o idoso*" escrito pela Profa. Nádia Dumara (2007, p. 09), a violência contra o idoso pode ser classificada em *estrutural*, que é em virtude da desigualdade social e da discriminação, a institucional, que é cometida em instituições de longa permanência, além da interpessoal, que é aquela ocorrida no ambiente familiar e em *violência física* que são as agressões corporais, utilizando a força física para forçar o idoso a fazer algo que ele não queria, provocando-lhe dor, sofrimento, incapacidade ou até mesmo acarretando a morte. Também são tipos de violência, o abuso sexual, a física, os maus tratos psicológicos, a negligência, o abandono e o abuso financeiro.

A equipe de extensionistas procurou mostrar que a todos compete a efetividade das leis que tipificam como crimes certas condutas praticadas contra idosos, sejam jovens que precisam crescer conscientes de que o envelhecimento é uma etapa natural da vida, sejam adultos que precisam

entender que um dia serão velhos, mas nem por isso obsoletos para a comunidade, pois podem colaborar compartilhando suas experiências e histórias.

Outrossim, em conjunto compete à toda sociedade buscar atuar de modo preventivo, na luta pela promoção de seus direitos, sem que seja necessário que delitos sejam cometidos e que somente após suas práticas, os prejuízos sejam calculados. Através das ações lúdicas do Projeto, percebe-se que a efetividade da tutela jurídica da pessoa idosa anda junto com a prevenção, e deve estar sempre traduzida na prática dos Direitos Humanos.

A mensagem semeada pelo Projeto repousa na difusão dos direitos, com ênfase na necessária proteção do idoso e sua adequada inserção social. Neste sentido, o Direito só deverá ser acionado em caso de aplicabilidade das penalidades cabíveis nas hipóteses de crime e sempre que violadas as normas norteadoras de uma sobrevivência humanamente digna em coletividade. Resta claro o papel do idoso como 'ser social', é compartilhar seus saberes e experiências com vistas à formação das novas gerações que herdaram a terra.

4. Resultados e Discussões

No âmbito da extensão universitária do Campus de Natal da UERN, o Projeto 'Debate, Café e Cinema' vem, ao longo de sua trajetória, cerca de 08 anos, desde a sua implementação alcançando resultados bastante satisfatórios, a partir da construção de uma parceria sólida e diálogo profícuo com várias escolas públicas da região norte da cidade de Natal/RN. Neste desiderato, aproximando a Universidade da Sociedade, em face da promoção de valores como integração, conscientização e participação social.

Como observa Paula (2013, p. 21) é papel da extensão "motivar a inteligência da universidade", e nesse sentido, o projeto tem proporcionado uma formação humanizada e crítica aos futuros operadores do direito bem como a produção de conhecimento nessa área científica, através de uma relação dialética com a comunidade, ou seja, a sociedade deixa de ser apenas objeto de conhecimento científico e passa a ser agente

autônomo, parte da construção do conhecimento crítico inerente a sua realidade (JÚNIOR, 2013).

Quanto à apresentação do tema, oram em comento, revelou-se bastante positivo diante da clara dificuldade que os alunos apresentaram nas discussões. O tema sobre a ‘tutela jurídica do idoso’, é por demais caro a sociedade diante dos inúmeros desafios que devem ser enfrentados, principalmente em relação a violência a essas pessoas, assim como, a proposição de valores sociais que possam tratar os idosos de forma igualitária em comunidade.

Um momento de grande repercussão diante da complexidade do assunto acontece nas rodas de conversa. Esse é um recurso metodológico bastante rico, pois foge das estruturas rígidas de entrevistas e questionários. Segundo Mello (2007, p. 30) que analisa esse recurso a partir do conceito construcionista na psicologia social, essa “possibilita um maior intercâmbio de informações, possibilitando fluidez de discursos e de negociações diversas entre pesquisadores e participantes”.

Pôde-se então identificar que dentre o processo de conscientização social sobre os direitos dos idosos, os direitos de prioridade em fila de compras ou de banco (art. 1º, Lei n.º 10.048/2000) e o direito de acento em transportes públicos (art. 39, § 2º, Lei n.º 10.741/2003) foram realmente massificados na cultura da sociedade, com repercussões positivas, onde os próprios estudantes demonstram estar cumprindo seu papel na defesa desses direitos.

Esse aspecto foi percebido em todos os encontros, demonstrando que o caminho para a defesa de direitos tem a sua base na divulgação massiva de informações e na construção de espaços de diálogo que possibilitem a profusão da consciência crítica capaz de efetivar e fortalecer uma cultura humanística sobre os direitos fundamentais na sociedade.

Nesse baluarte, se faz urgente o enfrentamento dos valores que hoje se evidenciam, de uma cultura inflexiva de cultuação dos corpos jovens e bonitos além da exigência de alta produtividade no mercado de trabalho. Como descreve Correa (2009, p. 90) o corpo velho é indesejável, e, portanto, excluído da sociedade.

A vivência do homem contemporâneo, imerso nesse constante presente, igualmente se traduz diante do culto ao corpo jovem como um valor, um bem a ser adquirido por meio das mais variadas práticas. Um corpo que o tempo não atravessa, com o ideal de permanecer eternamente jovem, cristalizado na sua fase áurea da vida, a juventude... As rugas, a flacidez, os cabelos brancos de fato não são valores exaltados pelos padrões de beleza; ao contrário, são indesejáveis.

Evidencia-se que a equipe de extensionistas se preocupou em levar aos jovens estudantes, através da exposição dos slides, dados obtidos por estudiosos da área sobre a necessária relação de equilíbrio que deve ser construída por cada indivíduo em torno do binômio Vida e Saúde. Neste sentido, foram apresentados alguns bons hábitos que os jovens podem e devem praticar para alcançar no futuro um envelhecimento com qualidade de vida.

As ações extensionistas, embora direcionadas aos jovens da rede pública (ensino médio) tem desencadeado resultados benéficos não apenas para o público-alvo, como acesso à informação jurídica, popularização dos princípios constitucionais, resolução de dúvidas, aumento no ingresso de alunos pelo PSV aos Cursos de Gradação da UERN, etc. Vê-se que a própria equipe de alunos grandecendo em Direito também é beneficiada, tendo em vista que, através do exercício do voluntariado, adquire experiência de vida, melhor qualificação para a atuação nas futuras carreiras forense, aprendem a lidar com o público, melhoram a oratória e a capacidade de empatia pela apurada percepção do outro, dentre outras habilidades.

Portanto, o Projeto de extensão ‘Debate, Café e Cinema’, sem o intuito de esgotar a discussão sobre a ‘proteção dos direitos dos idosos’, mas de apresentar à comunidade escolar a necessária interlocução de saberes e as inúmeras ferramentas que estão disponíveis que facilitam o processo de diálogo em sala de aula, tem contribuído para a efetivação da função social da Universidade, buscando o empoderamento dos sujeitos

sociais, capacitando-os para fins de transformação da sua própria realidade.

FIGURA 3 – Visita à E.E. Peregrino Junior (NATAL, 2019).



Fonte: Registro próprio do Projeto DCC

FIGURA 4 – Visita à E.E. Instituto Padre Miguelinho (NATAL, 2019).



Fonte: Registro próprio do Projeto DCC

5. Considerações Finais

Na perspectiva educativa de abordar os direitos fundamentais e sua profusão de forma simples, lúdica e clara para a sociedade, enquanto objetivo basilar do Projeto de Extensão 'Debate, Café e Cinema', observou-se que o tema sobre a tutela jurídica dos idosos no Brasil foi desenvolvido exitosamente, tanto no espectro da defesa de direitos, quanto da promoção de uma cultura de valores que consigam atender os anseios sociais, advindos dos enormes desafios do envelhecimento humano, refletindo-se no âmbito estrutural da sociedade.

O desenvolvimento da atividade extensionista tendo como método o uso da ferramenta cinematográfica tem se mostrado grande aliada na sensibilização do

público-alvo, que muitas vezes por serem adolescentes carentes vivem à margem da oferta de atividades interativas e cuja relevância cidadã é estigmatizada.

Nesta senda o papel da UERN enquanto academia torna-se relevante por alcançar os jovens natalenses, mediante a ação extensionista que encontra no Projeto 'Debate, Café e Cinema, um poderoso aliado à difusão de conhecimento e auxílio construtivo ao enfrentamento das questões sociais da comunidade. Portanto, atingindo realidades distintas que nem sempre podem ser contempladas, provocando, assim, a reflexão necessária para sanar dúvidas e questionamentos e, conseqüentemente, disseminando uma cultura humanizante e

propulsora de mudanças sociais, que nos jovens encontra sua maior esperança.

A sensibilização do tema e o debate profícuo sobre o direito da pessoa idosa, mencionados direta ou indiretamente nos princípios jurídicos, mostraram-se essenciais para a propagação e ampliação da consciência dos estudantes sobre o leque de direitos que envolvem a tutela jurídica do idoso, necessários para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de garantir condições dignas de vida e saúde e participação ativa dessa população na sociedade.

Do exposto, é patente o papel da extensão na profusão do conhecimento científico, objetivo fundamental da Universidade, que deve estar em diálogo permanente com a sociedade, contribuindo, no caso do Projeto 'Debate, Café e Cinema' com o conhecimento jurídico necessário ao fortalecimento do processo democrático brasileiro, através do empoderamento dos indivíduos em seus papéis sociais, bem como, com uma formação humanística de profissionais aptos a lidar com as diferenças e dificuldades advindas da desigualdade social que se apresentarão nos casos concretos em suas atuações.

Submetido: 06/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.54687

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. *In*: AQUINO, Júlio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5 ed. São Paulo: Summus, 1998.

AZEVEDO, Ana Luiza; FURTADO, Jorge (Direção). **Doce de mãe**. Brasil. Produção Casa de Cinema de Porto Alegre. Distribuição Globo Filmes. Brasil. Filme. Idioma Português. 2012. [Duração: 70 min.]

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 01 de Outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 02 mai. de 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Estratégia Brasil amigo da Pessoa Idosa**. 2020. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-amigo-da-pessoa-idosa/estrategia-1>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade**: velhice e terceira idade. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DARUMA, Nádia. **A violência contra o idoso**. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_monografias/1.pdf. Acesso: 02 de mai. 2020.

FRANGE, Paulo. **O estatuto do idoso comentado**. 2014. Disponível em: http://www.igrapiuna.ba.gov.br/Download/sec_social/Estatuto%20do%20Idoso%20-%20Comentado.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada em 26.04.2018. In: **Estatísticas Sociais**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

JÚNIOR, Almeida Leão Santos. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes**. UFB. Programa de Pós-graduação em Educação. Salvador/BA, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17554/1/A%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20E%20OS%20ENTRE-LA%3%87OS%20DOS%20SABERES.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Ricardo Pimentel *et al.* **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social**. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 26-32, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300005&lng=en&nrm=iso>. Access: 29 de junho de 2020.

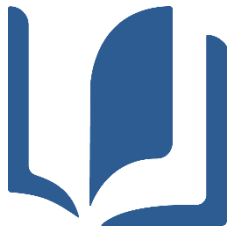
MODRO, Nielson Ribeiro. **O mundo jurídico no cinema**. Blumenau: Nova Letras, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Fundo de População (UNFPA). **Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio** [recurso eletrônico]. Nova York, Londres: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), HelpAge International, 2012. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceitos e propostas**. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

UERN. **Cartilha: Direitos dos Idosos**. Projeto de Extensão 'Debate, Café e Cinema'. 2019.

VIANA, Cesar Pereira. **A gestão de projetos no âmbito da administração pública federal: uma visão estratégica**. V Congresso CONSAD de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Brasília/DF, 2012. (Painel 21/075). Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/075>>. Acesso: 04 de maio de 2020.



A CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UMA OFICINA SOBRE HORTA ESCOLAR

THE COLLABORATIVE CONSTRUCTION OF A WORKSHOP ABOUT SCHOOL VEGETABLE GARDEN

MIRANDA, R. S.¹

<https://orcid.org/0000-0003-3889-3185>

Universidade Federal do Ceará (UFC)

LEITE, R. C. M.²

<https://orcid.org/0000-0002-1563-9670>

Universidade Federal do Ceará (UFC)

MOTA, E. F.³

<https://orcid.org/0000-0003-1477-5563>

Universidade Federal do Ceará (UFC)

FIGUEIREDO, F. A. V. S.⁴

<https://orcid.org/0000-0002-1216-6724>

Universidade Federal do Ceará (UFC)

ALBUQUERQUE, J. do V.⁵

<https://orcid.org/0000-0003-0721-7838>

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de construção colaborativa de uma oficina sobre horta escolar (HE) voltada para professores e gestores de uma escola municipal de Fortaleza- CE e realizada no contexto de uma pesquisa-ação-participante. Inicialmente, as demandas formativas foram investigadas por meio de entrevistas semiestruturadas e em seguida, foi aplicado um questionário que envolveu funcionários, professores e gestores. Os participantes apontaram a HE como uma necessidade formativa. Assim, uma das estratégias encontradas para auxiliar a instituição escolar foi estabelecer uma parceria do projeto de extensão em Educação Ambiental com o PET Biologia da UFC. Essa ação colaborativa resultou na produção de um guia sobre construção e manutenção de HE e em uma oficina sobre a temática. Ademais, contribuiu positivamente na formação dos professores, que tiraram dúvidas sobre como trabalhar com HE e receberam um guia direcionado a suas demandas e que poderá auxiliar em suas futuras práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. PET Biologia. Projeto de extensão. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This paper aims to report a collaborative experience of constructing of a workshop on a school vegetable garden (SVG) targeted at teachers and managers of a public school at Fortaleza-CE and developed in the context of a participatory-action research. At first, the training demands were investigated by means of semi-structured interviews and then a questionnaire was applied to the involved staff where participants indicated SVG as a formative demand. Hence, one helpful strategy was to establish a partnership with a project in Environmental Education with the PET Biology from UFC. This collaborative action ended up with the production of a guide on SVG construction and maintenance and a workshop on the topic. Furthermore, it has contributed to the training of teachers, who answered questions about how to work with the SVG and received a guide addressing their demands and which could help them in future practices and experiences.

KEYWORDS: Teacher training. PET Biology. Extension project. Environmental Education.

1. Introdução

As questões ambientais devem ser discutidas desde o início da formação escolar [1,2,3], pois, a escola é um espaço onde os estudantes devem desenvolver comportamentos que contribuam para uma sociedade mais justa e humanizada [2].

Dessa forma, para que as problemáticas ambientais sejam abordadas na escola, é necessário incrementar a formação continuada dos professores que estão em sala de aula, pois a formação inicial não é suficiente para possibilitar uma abordagem crítica da Educação Ambiental (EA), como foi evidenciado no estudo 'Mapeamento da Educação Ambiental em instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas'. Nesta investigação, foram pesquisadas 14 instituições públicas e 8 privadas, distribuídas em 11 estados brasileiros e a maioria afirmou que não havia nas instituições, órgãos que coordenassem ações de EA [4].

Os autores Tozoni- Reis e Campos [5], também corroboram a pesquisa citada, ao afirmar que as discussões sobre EA são incorporadas de forma mais lenta nos cursos de licenciatura. Nesse sentido, é bastante relevante que a formação continuada dos professores ocorra no ambiente escolar, de forma contextualizada com o cotidiano vivido nas escolas. Assim:

[...] a formação continuada deve considerar a realidade histórico-social do lugar onde os professores trabalham, as suas necessidades de formação para a vida profissional/acadêmica e cotidiana e, de igual modo, a indispensável relação entre teoria e prática. Assim, não é possível continuar descontextualizando a formação docente dos professores em exercício, que já tem um conhecimento acumulado e uma experiência profissional de valor construída. Se queremos uma educação contextualizada, que a façamos no local de ação do professor, em seu contexto natural [6].

Além disso, a participação em cursos de formação continuada pode auxiliar os professores a refletirem sobre suas ideias e

práticas de EA e até transformarem suas concepções [7].

Dessa forma, as ações extensionistas podem contribuir na formação continuada de professores em seu ambiente de atuação, pois elas estabelecem um vínculo entre os conhecimentos gerados na universidade e na escola, com o objetivo de contribuir para a democratização dos conhecimentos científicos, assim como para a formação cidadã e crítica do professor comprometido com um mundo mais sustentável.

Nesse sentido, o projeto de extensão 'Educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação continuada do (a) pedagogo (a)', cadastrado na Pró-reitoria de Extensão (PREX-UFC) em 2021, é voltado para a formação continuada de professores pedagogos para atuarem na EA. Este projeto, organizado e desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências (GEPENCI), tem como objetivo principal promover momentos reflexivos e formativos sobre a EA para professores pedagogos que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental [8]. Vale ressaltar que esse projeto se baseia em uma perspectiva crítica da EA.

A articulação dentro da universidade entre grupos que realizam projetos de extensão em EA é necessária e fortalece essas ações. Nesse contexto, O GEPENCI tem trabalhado com pesquisas na área da educação científica, formação de professores e EA. Desde 2018 o grupo tem realizado projetos de extensão, particularmente voltados para a formação continuada de professores da educação básica.

Em relação à extensão, destacam-se também os trabalhos desenvolvidos pelo Programas de Educação Tutorial (PET) e particularmente pelo PET Biologia da UFC que foi implementado em abril de 1992 e, desde sua criação vem promovendo a formação de estudantes dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas da UFC com a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão [9,10]. Dentre suas ações de extensão, há o projeto intitulado "GEEDUCA e PETECO: PET Biologia levando Educação Ambiental para espaços formais e não formais de ensino".

Estes grupos se articularam para desenvolver a ação de formação continuada de professores pedagogos para a EA, que será apresentada neste trabalho.

Assim, o objetivo deste artigo é relatar a experiência de construção colaborativa de uma oficina sobre horta escolar voltada para professores e gestores de uma Escola municipal de Fortaleza- CE, realizada como uma ação de um projeto de extensão em EA e do PET Biologia da UFC.

2. Referencial Teórico

Os projetos de extensão podem contribuir na formação de professores para atuarem na EA formal. Nesse sentido, Peretiatko et al. [11] destacam a proximidade dos princípios e objetivos da extensão universitária com a vertente crítica da EA, pois, uma vez que a extensão universitária tem como pilar a indissociabilidade entre teoria e prática, ambas partem de uma concepção sistêmica da realidade e objetivam a transformação da mesma.

Segundo Carvalho [12]: “A formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e pelo qual é responsável.” Dessa forma, é importante que se pense desde os anos iniciais da educação básica na formação de sujeitos que possuam uma série de valores ecológicos que interfiram na forma de atuação destes seres na sociedade. No entanto, para que os professores estimulem a formação de sujeitos ecológicos, eles precisam ter uma formação que lhes proporcione conhecimentos sobre a EA.

Loureiro et al. [13] concluíram que a EA nas escolas normalmente ocorre por iniciativa de um docente ou um grupo de professores. Assim, como os professores foram identificados como importantes motivadores dos trabalhos de EA, é importante pensar na formação continuada desses docentes, visando uma maior difusão da EA nas escolas.

Apesar da importância de desenvolver a EA desde os anos iniciais da escolarização, estudos indicam a falta de formação continuada dos pedagogos sobre EA [14,15]. Essa situação é preocupante, já que segundo Narcizo [16]: “Comportamentos ambientalmente corretos devem ser assimilados desde cedo pelas crianças [...]”

Para isso, é importante terem o exemplo daqueles que exercem grande influência sobre eles: seus professores”.

Assim, a formação continuada em EA contextualizada com a realidade local das escolas, pode contribuir para que os professores pedagogos, se apropriem de fundamentos teóricos que possam contribuir para o exercício de uma EA crítica. No entanto, antes de realizar ações formativas, é importante oferecer um espaço de escuta dos professores que irão participar da formação, pois segundo Silva e Leite [17], é importante realizar um diagnóstico ambiental da escola e do seu entorno.

Ainda segundo Silva e Leite [17]: “Não será possível obter mudanças em vários aspectos, sem que os educadores e educadoras possam estar sensibilizados e em condições de executar o seu papel na educação e na sociedade.”

Para realizar mudanças em relação à EA no espaço escolar, deve-se entender que as escolas têm como função promover estudos sobre as questões ambientais, alimentares e nutricionais e as hortas escolares são fundamentais neste processo [18].

Nesse sentido, uma ferramenta muito eficaz em atividades de extensão com escolas, são as hortas, que segundo CRIBB [19], integram e estimulam reflexões sobre problemáticas ambientais, além de contribuir para a construção de hábitos alimentares com um estilo de vida mais saudável, pois muitas crianças e adolescentes, não gostam de comer verduras e legumes. Então o cultivo de alimentos vegetais saudáveis e orgânicos, além de ensinar sobre os benefícios deles, também estimulam o uso na alimentação. Para isso, segundo Morgado [20], diversas atividades pedagógicas podem ser praticadas de maneira contextualizada de acordo com a realidade dos estudantes, promovendo um trabalho coletivo entre os agentes sociais envolvidos.

3. Caminho metodológico

O método adotado nessa investigação foi a pesquisa-ação-participante baseada em Thiollent [21] e nas concepções de Tozoni-Reis [22,23], sobre a utilização desse tipo de pesquisa na área de EA.

Dessa forma, a pesquisa-ação pode ser definida como uma:

[...] pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo [21].

Vale lembrar que não há consenso sobre a denominação da pesquisa-ação e o termo pesquisa participante normalmente é utilizado como sinônimo da pesquisa-ação [21, 24, 22]. No entanto, a pesquisa desenvolvida se enquadra como pesquisa-ação-participante devido a participação dos sujeitos de pesquisa, especialmente, na definição dos temas abordados na ação realizada no ambiente escolar. Assim, os sujeitos participantes da pesquisa atuaram em parceria com os investigadores, como considera Tozoni-Reis [22].

A escola, onde foi realizada esta investigação, foi escolhida por ser a única escola pública municipal de Fortaleza- CE que possui currículo voltado para a EA e as informações aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa que recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CEP) da UFC em agosto de 2020, com o código de autorização: 35647820.9.0000.5054.

Segundo Thiollent [21], várias técnicas podem ser utilizadas na pesquisa-ação, assim, inicialmente, foram investigadas as demandas formativas dos professores e gestores da escola participante a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro professoras e dois gestores da instituição escolar. Em seguida, foi aplicado um questionário baseado nas demandas apontadas pelos sujeitos entrevistados. Responderam ao questionário os funcionários, os professores e os gestores da escola. Das questões aplicadas no instrumento investigativo, neste artigo será analisada apenas a pergunta: 'Dentre os temas sugeridos, quais você gostaria que fossem abordados na formação continuada de 2021 na Escola?'

Os participantes da pesquisa apontaram a HE como uma necessidade formativa da instituição, pois eles relataram diversos problemas enfrentados durante as tentativas de implantação de uma HE e afirmaram a necessidade de uma formação sobre a temática.

Dessa forma, a ideia de realizar uma oficina sobre HE por meio de uma parceria entre o Projeto de extensão: 'Educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação continuada do (a) pedagogo (a)' e o PET Biologia UFC surgiu a partir da identificação de um problema apontado por professores e gestores da instituição escolar. O PET contribuiu elaborando um guia sobre a construção e a manutenção de hortas escolares e conduziu uma oficina sobre a temática por meio do aplicativo *Google Meet*.

Assim, na próxima seção será apresentado o relato reflexivo sobre o processo de planejamento e construção da oficina sobre hortas escolares que foi realizada na instituição escolar. Vale ressaltar que os nomes dos professores e gestores foram substituídos por nomes fictícios neste artigo para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa.

4. Resultados e discussões

Durante o ano de 2021, o projeto de extensão foi destinado à formação dos professores e gestores da única escola pública municipal de educação infantil e anos iniciais de Fortaleza- CE que possui em seu currículo a EA. Durante a realização do projeto, ocorreram cerca de 10 encontros formativos virtuais devido ao isolamento social ocasionado pela pandemia de Covid 19. Nos encontros foram realizadas discussões e reflexões sobre temáticas ligadas à EA, partindo das demandas e do contexto dos professores e gestores da instituição escolar participante.

As temáticas da formação continuada foram definidas em conjunto com os funcionários da escola, pois de acordo com Franco [24] é importante ouvir os sujeitos da investigação antes de definir a metodologia que será utilizada na pesquisa-ação-participante.

Ao entrevistar quatro professoras e dois

gestores, para identificar as demandas formativas dos professores e gestores, percebeu-se que uma das principais necessidades formativas era referente à HE e à sua manutenção. Em relação à HE, os entrevistados indicaram as seguintes dificuldades: cuidados com as plantas, frustração em relação a manutenção da HE, aparecimento de animais, falta de materiais e verbas e necessidade de apoio externo.

Algumas dessas dificuldades infelizmente não podem ser resolvidas por ações de extensão, como por exemplo, a falta de recursos e de funcionários para realizar a manutenção da HE. No entanto, alguns problemas como: a dificuldade em cuidar das plantas, a frustração em relação a horta e a interferência de animais na horta, podem ser enfrentados por meio da formação continuada. Pois, como apontado pelo gestor da escola, a maioria dos professores e gestores utilizam conhecimentos pessoais para a criação e manutenção da HE:

[...] lá na escola, as hortas foram feitas pela nossa prática, o que a mãe da gente faz no jardim ou o que a avó fazia, é nesse sentido, não é uma formação: "Ah, eu tenho uma formação pra fazer cultivo de horta em escola". Não, isso não existe, então é muito tático: "Não, acho que vai dar certo, é assim e tal". Mas, por que às vezes não dá? Porque a gente não tem formação (Gestor José).

Conforme o gestor da escola apontou, a experiência não é suficiente para lidar com a HE, assim, a formação representa um papel bastante relevante para a atuação dos pedagogos, pois durante os momentos formativos os professores e gestores podem aprender conhecimentos teóricos e práticos que podem auxiliar na manutenção de uma HE.

Após a análise das demandas apontadas nas entrevistas, foi aplicado um questionário para todos os funcionários da escola no formato *on-line*. O questionário ficou disponível por sete dias e foi respondido por 32 funcionários, dentre os quais, 11 (34,37%) apontaram a HE como tema para uma formação continuada no ambiente escolar.

A aplicação do questionário com todos os funcionários da escola foi importante porque como afirma Andrade [25], as ações ambientais devem envolver todos os profissionais da escola, de forma cooperativa e igualitária. No entanto, após a análise do questionário, percebeu-se que apenas professores e gestores demonstraram interesse em participar da formação continuada e como foram eles que apontaram a HE como demanda formativa, a oficina sobre hortas foi direcionada para esse público.

Dessa forma, para atender as demandas da instituição escolar, iniciou-se o planejamento de uma oficina sobre hortas, mas logo percebeu-se que seriam necessários profissionais que entendessem sobre o ciclo de vida das plantas e os cuidados necessários para manter uma horta. Durante uma das reuniões de planejamento, foi identificado que o PET Biologia vinha desenvolvendo projetos de EA, e dessa forma, chegou-se à sugestão de buscar a parceria entre os dois grupos para a produção coletiva da atividade.

Estabelecida a parceria entre o Projeto de Extensão e o PET Biologia, iniciou-se uma discussão sobre qual seria a melhor forma de abordar a temática das hortas escolares. Para fundamentar essas discussões, foram compartilhadas as demandas apontadas pela comunidade escolar.

Após a análise das demandas, os dois grupos concordaram que a produção de um guia informativo sobre HE seria importante para que mesmo após a formação, os professores e gestores pudessem ter acesso às informações sobre o cultivo e manutenção da horta em ambiente escolar. Além disso, o PET Biologia recomendou que a atividade fosse focada nas hortas verticais, pois um dos problemas apontados pela comunidade escolar foi a dificuldade de realizar a limpeza e a manutenção das hortas no solo. Então, a horta vertical foi a solução encontrada, pois ela tem uma manutenção mais simples.

Assim, foi formado um grupo de sete bolsistas do PET Biologia que ficaram responsáveis por confeccionar um guia

digital sobre hortas (Figura 1¹- Miniguia Horta Vertical; Fonte: Os autores). O guia foi totalmente personalizado para a instituição escolar, pois os tópicos foram construídos com base nas demandas apontadas pela comunidade escolar (Figura 2- Prefácio do Miniguia Horta Vertical; Fonte: Os autores).

O guia confeccionado apresenta materiais que podem ser utilizados para confeccionar uma horta vertical e plantas que podem ser cultivadas nesses espaços (Figura 3- Conteúdos do Miniguia Horta Vertical; Fonte: Os autores). Além disso, o guia possui dicas de como cuidar da horta e há indicações de assuntos que podem ser trabalhados em sala de aula a partir da HE, o que se configura como um excelente recurso didático para estimular a criatividade e a relação teoria-prática.

Após a preparação do guia sobre HE, foi realizada uma oficina virtual na qual houve a mediação de uma das participantes do Projeto de extensão e de quatro bolsistas do PET Biologia que apresentaram o guia elaborado pelo grupo e estimularam o diálogo buscando responder às dúvidas dos participantes.

Nesse encontro formativo, buscou-se apresentar a horta e seu contexto transdisciplinar que permite interrelacionar conhecimentos associados a diversas dimensões, como a ambiental, a econômica, a social, dentre outras. Ademais, a HE estimula o trabalho em grupo como destacam Cancelier, Beling e Facco [26] “por meio da construção e dos cuidados, possibilita que os alunos desenvolvam diferentes habilidades, concepções e práticas frente ao trabalho coletivo, aos alimentos consumidos e sua qualidade”.

Durante a realização da atividade, percebeu-se que os participantes puderam esclarecer várias dúvidas que tinham em relação a horta e que dificilmente poderiam ser esclarecidas apenas pelos integrantes do Projeto de Extensão. Além disso, percebeu-se um avanço na percepção de como a horta pode contribuir para o desenvolvimento de discussões que ultrapassam os conteúdos biológicos e envolvem o contexto social, econômico e político.

Pimentel [27], por meio de uma investigação acerca das potencialidades de um projeto extensionista de EA, também identificou significativa transformação na percepção ambiental dos sujeitos da pesquisa. A autora verificou a passagem de uma visão naturalista para uma concepção de equilíbrio entre ser humano e meio ambiente, observou também a transformação dos discursos dos sujeitos da pesquisa, pois, antes de participarem do projeto de extensão, apenas reproduziam discursos, enquanto ao final do projeto demonstraram maior domínio e reflexão sobre suas falas e foram capazes de relacionar suas vivências com a EA.

A realização de projetos extensionistas na área da EA na educação básica são uma importante ferramenta de transformação social e ambiental; por não se limitarem a transferência de conhecimentos sobre EA para os sujeitos da escola e por permitirem uma autêntica troca de saberes práticos e teóricos, fortalecendo o vínculo universidade-escola e contribuindo para a função social da escola, ou seja, a formação cidadã.

A integração entre o Projeto de Extensão e o PET Biologia se revelou bastante importante, pois possibilitou uma troca de experiências entre áreas diferentes, já que o Projeto está vinculado à área de Educação, enquanto o PET está ligado ao curso de Ciências Biológicas. Esse compartilhamento de ideias e experiências tornou a formação continuada dos pedagogos muito mais completa.

Além disso, como o Projeto de Extensão é desenvolvido por integrantes do GEPENCI, que são estudantes da Pós-Graduação em Educação, alunos da graduação e professores da educação básica, também foi possível estabelecer um vínculo entre a Pós-Graduação, a Graduação e a Educação Básica, o que é bastante relevante em ações de extensão que pretendem aproximar a Educação Superior e a Educação Básica.

Dessa forma, assim como afirma Frizzo [28], entende-se que: “Implementar a Educação Ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa exaustiva. Existem grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, na implantação de

¹ As figuras foram anexadas em arquivo separado, conforme

atividades e projetos e, principalmente, na manutenção e continuidade dos já existentes”. Mas também se sabe que é na escola que devem ser centrados os esforços para a construção de uma EA crítica[1].

No entanto, é preciso que ações ambientais como a construção e manutenção da HE estejam presentes no Projeto-Político-Pedagógico das escolas [29,16]. Isso é importante para que haja uma continuidade das ações ambientais no ambiente escolar.

Além disso, é preciso investir mais na formação inicial e continuada de professores para que eles possam trabalhar a EA em sala de aula.

4. Considerações Finais

O desenvolvimento de uma ação extensionista de formação continuada de professores pedagogos pautada na EA crítica e na pesquisa-ação-participante buscou delinear suas atividades a partir do

levantamento das demandas da instituição escolar participante do projeto. Identificadas as demandas, uma delas era a HE e sua manutenção. Isso fez o grupo organizador do projeto, buscar parceria com o PET Biologia para ampliar as discussões envolvendo aspectos teóricos e práticos ligados aos cuidados com a HE.

A parceria estabelecida resultou em um encontro formativo com a participação de membros do PET e a elaboração de um guia para hortas verticais, originado das dúvidas e dificuldades indicadas pelos professores e gestores da escola participante.

Dessa forma, concluiu-se que a colaboração para a desenvolvimento de atividades do projeto contribuiu tanto para a realização de um dos encontros formativos, como também para a elaboração de um material de apoio aos professores. Além disso, fortaleceu-se uma parceria para o desenvolvimento de ações extensionistas entre o Projeto de Extensão e o PET Biologia, o que pode gerar novas ações em conjunto.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró- Reitoria de Extensão da UFC pela bolsa de extensão concedida, ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências (GEPENCI), pelo apoio na elaboração das atividades do projeto de extensão e aos gestores, professores e funcionários da escola onde a pesquisa foi realizada.

CONTRIBUIÇÕES DE CADA AUTOR

Todos os autores participaram da concepção, planejamento, análise ou interpretação dos dados e todos tiveram responsabilidade pela aprovação final para publicação. Vale ressaltar que R.C.M.L. e E.F.M. atuaram como coordenadoras e orientadoras dos bolsistas e revisoras intelectuais críticas, F.A.V.S. F. e J.V.A. contribuíram na redação do artigo e R.S.M escreveu o texto final.

Submetido: 09/2021

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.71955

REFERÊNCIAS

1. PENTEADO, HD. Meio ambiente e formação de professores. 7 Ed. São Paulo: Cortez; 2010. (Coleção: Questões da nossa época; v. 3).
2. KLIMA, MC, MORIGI, VJ. A escola na construção da cultura ecológica: um estudo a partir das práticas pedagógicas no ensino fundamental em encantado- RS. Revista Terceiro Incluído. 2013; 3, 1:23-36. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/teri.v3i1.27317>.
3. MACÊDO, PRD, LIMA, RS. Horta escolar: uma experiência no semiárido paraibano. In: ABÍLIO, FJP (Org.). Educação ambiental: da prática educativa a formação continuada de professores do semiárido paraibano. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2012. Cap. 24, p. 503-516.
4. HENRIQUES, R, TRAJBER, R, MELLO, S, LIPAI, EM, CHAMUSCA, A. (Orgs.). Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Brasília: Cadernos SECAD; 2007.
5. TOZONI-REIS, MFC, CAMPOS, LML. A formação e professores para a educação ambiental escolar. Comunicações. 2015; 22, 2: 13- 33. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2767>.
6. RUFFO, TLM, ABÍLIO, FJP. Formação continuada de professores em Educação Ambiental no contexto do Semiárido: da teoria à prática reflexiva. In: Francisco José Pegado (Org.). Educação ambiental em unidades de conservação no bioma caatinga: biodiversidade e formação continuada de professores, tendo como ênfase os estudos na RPPN Fazenda Santa Clara (São João do Cariri). João Pessoa: Editora da UFPB; 2017. Cap. 3, p. 129- 162.
7. CAMPOS, CD, CAVALARI, RMF. A escola municipal de educação ambiental “Toca do Bugio”- ETB: concepções e práticas. Anais do 4º Encontro Pesquisa Educação Ambiental [Internet], Rio Claro: EPEA, 2007 [acesso em 15 jul. 2018]. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR65.pdf.
8. LEITE, RCM. Formulário de cadastro da ação de extensão: Educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental e a formação continuada do (a) pedagogo (a). Fortaleza: Pró- Reitoria de Extensão; 2021.
9. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Programa de Educação Tutorial – PET: Manual de orientações básicas. Brasília: MEC; 2006.
10. PAIVA, LF, FIGUEIREDO, FAVS, MORAIS JUNIOR, JCS, ARAUJO, LEM, NOJOZA, EG, NOBRE, JGO, ALVES, MVS, SANTOS, JV, GUERRA, TSL, AMARAL, FS, FREITAS, EB, COSTA, VAS, MOTA, EF. PET Biologia da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza/CE). In: BRITO, DA. (Org.). Programa de Educação Tutorial PET 40 anos de Pesquisa, Ensino e Extensão. 1ed. Porto Alegre: PLUS Simplíssimo, 2019, v. 1, p. 67-70. Disponível em:

<https://petservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2019/05/PDF-do-e-book-PET-40-anos-de-Ensino-Pesquisa-e-Extens%C3%A3o-1.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

11. PERETIATKO, J, OSTERNACH, YM, FERNANDES, RM, AFFONSO, ALS, REBECA, R, KATAOKA, AM. Contribuições da Extensão Universitária para a formação acadêmica a partir de um projeto de Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 2020; 11, 3: 417-427. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347411771_Contribuicoes_da_Extensao_Universitaria_para_a_formacao_academica_a_partir_de_um_projeto_de_Educacao_Ambienta.

12. CARVALHO, ICM. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6 Ed. São Paulo: Cortez; 2012.

13. LOUREIRO, CFB, AMORIM, EP, AZEVEDO, L, COSSÍO, MB. Conteúdos, gestão e percepção da educação ambiental nas escolas. In: TRAJBER, R, MENDONÇA, PR (Orgs.). Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; 2007. p. 35- 72.

14. KUSMA, EN. Educação ambiental: a prática do pedagogo em escolas da rede municipal de ensino de Curitiba [Trabalho de Mestrado em Educação]. Paraná: Universidade Tuiuti do Paraná; 2017.

15. SILVA, LS. Educação ambiental nas escolas de tempo integral (de 1º ao 5º ano) próximas às nascentes do rio meia ponte [dissertação]. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestrado em Ensino de Ciências; 2013.

16. NARCIZO, KRS. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. 2012; 22:86-94. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807>.

17. SILVA, MMP, LEITE, VD. Estratégias para realização de educação ambiental em escolas do ensino fundamental. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. 2008; 20:372-392. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3855>.

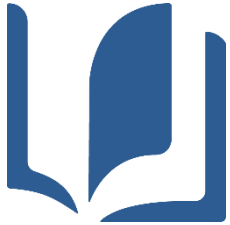
18. BARBOSA, NVS. Caderno 1: A Horta Escolar como Parte do Currículo da Escola. Brasília: FNDE; 2007.

19. CRIBB, SLSP. Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente (REMPEC)*. 2010;3,1: 42-60. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21103>.

20. MORGADO, FS. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: Experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis [trabalho de conclusão de curso]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2006.

21. THIOLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18 Ed. São Paulo: Cortez; 2011.

22. TOZONI-REIS, MFC. Pesquisa-ação: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental. In: FERRARO JÚNIOR, LA (Org.). Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; 2005. p. 269-276.
23. TOZONI-REIS, MFC (Org.). A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume; Fapesp; Botucatu: Fundibio; 2007.
24. FRANCO, MAS. Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa. 2005; 31, 3: 483-502. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DRq7QzKG6Mth8hrFjRm43vF/?format=pdf>.
25. ANDRADE, DF. Implementação da educação ambiental em escolas: uma reflexão. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. 2000; 4: 1-9. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267507234_Implementacao_da_Educacao_Ambiental_em_Escolas_uma_reflexao.
26. CANCELIER, JW, BELING, HM, FACCO, J. A educação ambiental e o papel da horta escolar na educação básica. Revista de Geografia. 2020; 37,2: 199-218. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/243882>.
27. PIMENTEL, AKO. Extensão universitária e educação ambiental: potencialidade e desafios a partir de um estudo de caso [trabalho de conclusão de curso]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Ciências Ambientais; 2018.
28. FRIZZO, TCE. A ambientalização do currículo em escolas próximas à unidades de conservação. Ambiente & Educação. 2020; 25, 2: 50-72. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11456>.
29. FRIZZO, TCE, CARVALHO, ICM. Tão perto e tão longe: escolas próximas a unidades de conservação e os desafios para a ambientalização do currículo. Revista Espaço do Currículo (online). 2018; 11,3: 311-324. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/en/revista/revista-espaco-do-curriculo/articulo/tao-perto-e-tao-longe-escolas-proximas-a-unidades-de-conservacao-e-os-desafios-para-a-ambientalizacao-do-curriculo>.



PERFIL DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROFILE OF EXTENSION ACTIONS AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ALCÂNTARA

FILHO, J. A. G. de¹

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**CAVALCANTE, S.
M. de A.²**

<https://orcid.org/0000-0002-0698-2485>
Universidade Federal do Ceará
(UFC)

RIOS, N. R. F.³

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**MARQUES, P. V.
da S. B.⁴**

<https://orcid.org/0000-0001-9645-9171>
Universidade Federal do Ceará
(UFC)

SOARES, V. C.⁵

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

RESUMO

O estudo objetiva traçar o perfil das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Ceará (UFC). Aborda a extensão universitária como um eixo indissociável do ensino e da pesquisa, essencial para o cumprimento da missão da Universidade Pública. Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, na qual foram analisadas planilhas publicadas pela Pró-Reitoria de Extensão, das quais foram extraídas informações sobre as ações de extensão no que tange às modalidades, áreas temáticas e campi de atuação. Os resultados obtidos indicaram a predominância da modalidade projeto, maior número de ações de extensão no Campus Porangabuçu e identificação da área temática Saúde como a mais presente nas ações de extensão da Universidade. Os resultados auferidos foram reproduzidos em tabelas e poderão ser utilizados pela gestão para guiar o planejamento das novas ações de extensão da UFC.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Extensão universitária. UFC.

ABSTRACT

The study aims to outline the extension actions profile developed at the Universidade Federal do Ceará (UFC). It approaches university extension as an inseparable axis of teaching and research, essential for the mission fulfillment of the public university. It is a descriptive, quantitative and documentary research, in which spreadsheets published by Pró-Reitoria de Extensão were analyzed, from which information about the extension actions was extracted regarding the modalities, thematic areas and fields of action. The results obtained indicated the predominance of the project modality, greater number of extension actions at the Porangabuçu Campus, and identification of the thematic area Health as the most present in the University's extension actions. The results obtained were reproduced and can be used by the administration sector as planning guide of new UFC extension actions.

KEYWORDS: Higher Education. Extension University. UFC.

1. Introdução

A extensão universitária constitui-se de um eixo indissociável do ensino e da pesquisa, essencial para o cumprimento da missão da universidade pública, e configura-se como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que possui a capacidade transformadora do vínculo entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012).

A Universidade Federal do Ceará (UFC), como instituição de ensino superior, vem sendo referência em sua atuação na tríade ensino, pesquisa e extensão. A extensão surge como o eixo que protagoniza a presença da universidade dentro da comunidade. Paula (2013) afirma que as práticas extensionistas representam cultura, prática e compromisso essenciais para a emancipação da universidade. Carbonari e Pereira (2007) apontam que, juntamente com a pesquisa e o ensino, as atividades de extensão possuem potencial para atender necessidades sociais e para a transformação efetiva da sociedade. As atividades extensionistas são realizadas sob diversas estratégias, nos mais variados cenários e para diversos atores sociais.

Contudo, a implementação das práticas extensionistas constitui-se um desafio. Diante da rigidez dos currículos e da pressa de docentes e discentes de cumprir a carga horária exigida, as ações de extensão realizadas na forma de programas, projetos, territórios e demais ações que extrapolam as salas de aula e laboratório são passos importantes para que as universidades superem o desafio de construir uma relação com a sociedade (DEUS, 2018).

Faz-se importante conhecer e dimensionar as ações de extensão realizadas pela universidade, de modo a comparar a produção extensionista das diversas áreas temáticas, possibilitando a formulação de políticas e propostas para fortalecimento e aprimoramento da extensão universitária da UFC em sua comunidade.

A realização de estudos na área é essencial para a compreensão da dimensão e do papel das ações de extensão realizadas pela universidade nos diversos contextos sociais nos quais ela está inserida. Essa compreensão faz-se necessária para o entendimento da repercussão das práticas extensionistas no tripé ensino-pesquisa-

extensão e serve de subsídio para a formulação de políticas, estratégias e alocação de recursos na área.

Diante desse contexto de importância da extensão dentro da tríade universitária e da necessidade de conhecer como ela se apresenta nos mais diversos contextos, surgiu a pergunta norteadora deste estudo: qual o perfil das ações de extensão realizadas na Universidade Federal do Ceará?

O estudo teve como objetivo geral identificar o perfil das ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade Federal do Ceará e como objetivos específicos elencar as ações extensionistas e classificá-las por *campi*; caracterizar as ações extensionistas quanto ao tipo e área temática e comparar as ações extensionistas desenvolvidas nas diversas áreas temáticas.

2. Extensão Universitária

Para compreendermos a importância atual da extensão universitária para as universidades e para a UFC, em especial, é imprescindível que conheçamos sua trajetória e sua atual caracterização.

Histórico da extensão

Apesar de as universidades existirem desde a Idade Média, a extensão universitária só teve suas primeiras atividades registradas em 1871, na Inglaterra. As primeiras atividades foram cursos de extensão nas áreas de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política ofertados pela Universidade de Cambridge para diferentes regiões e segmentos da sociedade inglesa (MIRRA, 2009).

As experiências positivas dos primeiros cursos de extensão foram rapidamente disseminadas por toda a Europa, chegando aos Estados Unidos em 1892, onde foi muito bem sucedida. A iniciativa conferiu prestígio e visibilidade nacional [...], levando o próprio presidente americano, Theodore Roosevelt, a sinalizar para o país aquele exemplo (PAULA, 2013).

No Brasil, como reflexo da criação tardia das próprias universidades, a extensão iniciou-se em 1911, na Universidade Livre de São Paulo, através de conferências e semanas abertas ao público (CARBONARI; PEREIRA,

2007). As atividades de extensão foram caracterizando-se como ações voltadas para educação continuada, educação para classes populares ou ações voltadas para prestação de serviços na área rural (NOGUEIRA, 2005).

Oficialmente, a extensão surgiu através do Decreto Federal 19.851/1931, Estatuto das Universidades Brasileiras, que estabelecia como objetivo da extensão a apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional (BRASIL, 1931).

A história da extensão universitária no Brasil pode ser separada em três fases: a das reformas de base e alfabetização, a dos movimentos sociais, e a tecnológica, sustentável e cidadã.

A primeira fase da extensão vai, cronologicamente, até 1964 e é marcada pelas ações de alfabetização das massas protagonizadas por Paulo Freire, que efetivou a participação da universidade nas comunidades através da alfabetização. Segundo Paula (2013, p. 13), foi por meio do Serviço de Extensão Universitária, da Universidade de Recife, “dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais”.

A segunda fase foi a do período da ditadura militar, de 1964 a 1985. Neste período, as ações de extensão buscaram mobilizar a população para as causas sociais. No conturbado momento político, a extensão deixa o enfoque de difusão de conhecimento e adota o “de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do país, procurando respostas que contribuíssem para a transformação social” (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 1). A Reforma Universitária de 1968, ano do AI-5, através da Lei 5.540/68, retira a autonomia das universidades e a indissociabilidade passa a ser apenas entre ensino e pesquisa (BRASIL, 1968). Um exemplo de atuação extensionista do período foi o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, que mediante atividades culturais buscou levar às favelas e comunidades o esclarecimento, o protesto e a propaganda de uma nova sociedade possível (PAULA, 2013).

A terceira fase vai do pós-ditadura à atualidade. Seguindo a lógica de que todos os

fatos históricos mais recentes são mais difíceis de classificar em uma única vertente, aqui apresentamos duas principais necessidades da sociedade que a extensão busca contemplar: a continuidade das pautas sociais e defesa de direitos para cidadania, e demandas tecnológicas para o setor produtivo.

A extensão universitária ganhou forte consolidação com a criação, em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Foi com a união e diálogo dos pró-reitores que a extensão ganhou unidade conceitual, definição de objetivos e instrumentos de avaliação, acompanhamento das ações e busca por orçamento próprio para fomento das atividades (CARBONARI; PEREIRA, 2007, p. 2).

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresentou uma carta à sociedade em que registra o seguinte conceito de extensão: “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, p.1).

Após ser retirada da essencialidade das universidades brasileiras no período militar, a extensão retorna a compor o tripé universitário com a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 207 dispõe: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 123).

Também como fruto do FORPROEX temos a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), elaborada em Manaus/AM, em 2012, da qual podemos destacar a extensão como um processo interdisciplinar, cultural, científico e político, de interação da universidade com a sociedade (FORPROEX, 2012).

A Política Nacional de Extensão Universitária trouxe como um de seus desafios a garantia do perfil acadêmico da extensão. Este desafio começou a ser superado com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que estabeleceu como meta que um mínimo de 10% (dez por cento) do

total de créditos da graduação sejam destinados para atuação em programas e projetos de extensão voltados, prioritariamente, para áreas de pertinência social (BRASIL, 2014).

Dos pilares das universidades, a extensão foi o último a se consolidar como tal. Como vimos, até 1871 no mundo, e 1911 no Brasil, as universidades atuavam apenas no ensino e na pesquisa. Mesmo após mais de um século de práticas, a extensão ainda busca reconhecimento até mesmo acadêmico. Várias hipóteses são levantadas para explicar essa defasagem: seja por seu caráter interdisciplinar, ou por desenvolver-se fora dos portões da universidade, seja por ter um público heterogêneo que torna complexa sua execução, como levanta Paula (2013), ou porque o ensino e a pesquisa consomem muita carga horária, ou por comodismo ou falta de opção, como menciona Deus (2018).

Extensão na UFC

A Universidade Federal do Ceará é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Ela foi criada, em 16 de dezembro de 1954, pela Lei nº 2.373, contudo só foi instituída em 25 de junho de 1955. A UFC é composta por sete *campi*, quais sejam: *Campus* do Benfica, *Campus* do Pici e *Campus* do Porangabuçu, situados no município de Fortaleza (sede da UFC), e dos *campi* localizados no interior, *Campus* de Sobral, *Campus* de Quixadá, *Campus* de Crateús e *Campus* de Russas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020c).

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Extensão (Prex), unidade da UFC responsável por “articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, a fim de viabilizar trocas educativas, culturais e científicas com a Sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020b), foi fundada em 31 de janeiro de 1969.

De acordo com o Art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº. 06 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de 19 de setembro de 1989, considera-se atividades de extensão:

os serviços, as atividades de ensino e cultura desenvolvidas pelas Casas de Cultura Estrangeira e pelo Curso de Esperanto, a educação continuada, os

eventos artísticos, as ações culturais, científicas e tecnológicas que expressem relação entre Universidade e Sociedade, como consequência da articulação Ensino e Pesquisa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 1989, p. 1).

Nesse sentido, com o fim de fixar normas sobre as atividades de extensão da UFC, a Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014, prevê no Art. 3º que todas as atividades de extensão universitária devem ser classificadas em Áreas do Conhecimento, tendo como referência as definidas pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a saber: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia/Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Artes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2014).

Nos termos da mencionada resolução, as atividades de extensão também devem ser classificadas segundo a área temática principal. Outrossim, quando a atividade de extensão tiver relação com mais de uma área temática, opcionalmente, poderá ser classificada conforme a área temática secundária. O Art. 4º da dita resolução elenca, ao longo de seus incisos, as seguintes áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Logo depois, o Art. 6º estabelece que as atividades de extensão devem configurar as seguintes modalidades: Programa, Projeto, Curso de Extensão, Evento de Extensão e Prestação de Serviço. A resolução esclarece ainda que os órgãos que representam os docentes, os técnico-administrativos e os estudantes podem propor e realizar atividades de extensão, desde que sob a responsabilidade de um professor e/ou de um técnico-administrativo de nível superior e que se cumpram as demais disposições da referida norma.

Mais recentemente, em 1º de dezembro de 2017, o CEPE deliberou a Resolução nº 28, a qual dispõe acerca da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFC. A mencionada resolução a define como a “inserção de ações de extensão na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no

qual esteja matriculado” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 1). Além disso, aduz que as ações de extensão podem corresponder a até 15% (quinze por cento) da carga horária total prevista para o curso de graduação.

Diante do exposto acima, percebe-se a relevância que as ações de extensão têm para a formação acadêmica do estudante, representando um percentual considerável em seu currículo. A referida norma destaca os benefícios que se espera com a exigência da participação dos alunos nas ações de extensão desenvolvidas pela UFC. Dentre elas estão o reforço da interação da Universidade com a sociedade, almejando “a impactos positivos nos âmbitos culturais, científicos, artísticos, educacionais, sociais, ambientais e esportivos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 2).

Por fim, a curricularização da extensão também visa à “geração de emprego e renda, de consultorias técnicas, de assistência à saúde, de empreendedorismo, de inovação e de projetos em consonância com as políticas públicas e com as demandas coletivas da sociedade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2017, p. 2).

3. Materiais e Métodos

A presente pesquisa é do tipo aplicada quanto à natureza, pois segundo Lakatos e Marconi (2017) tem como objetivo produzir conhecimentos para aplicação prática voltados à solução de problemas específicos. No que diz respeito aos objetivos, é descritiva, pois Prodanov (2013, p. 52) considera que “[...] tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador”. Possui

4. Resultados e Discussão

Para o alcance do objetivo geral da pesquisa, qual seja identificar o perfil das ações extensionistas da UFC, foram analisadas as planilhas disponibilizadas pela Prex, as quais continham informações sobre as ações de extensões realizadas na Universidade. Estas foram classificadas por modalidade, *campus* e área temática, em seguida os dados foram relacionados, com o fim de expender o perfil extensionista da UFC.

abordagem quantitativa, pois consoante Gil (2018) utiliza recursos estatísticos para traduzir em números os resultados encontrados. Quanto aos procedimentos técnicos caracteriza-se como documental, pois usa material que não recebeu tratamento analítico; bibliográfica, visto que faz uso de material já publicado como artigos, livros e dissertações; e levantamento, tendo em vista que abordará as ações de extensão ativas realizadas pela Universidade Federal do Ceará em seus sete *campi* até 2019.

Utilizou dados de fontes secundárias, ou seja, de segunda mão, conforme Gil (2018) define que os documentos de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. Foram utilizadas as planilhas produzidas pela Pró-Reitoria de Extensão (Prex), intituladas de Códigos Ações Benfica, Códigos Ações Pici, Códigos Ações Porangabuçu e Códigos Ações Interior disponibilizadas e publicadas em seu site, das quais foram extraídas as seguintes informações de cada ação de extensão: modalidade, área temática e *campi* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2020a).

Após a coleta dos dados secundários, estes foram tabulados em planilhas eletrônicas, fazendo uso da estatística descritiva.

Ademais, a pesquisa classificou as ações de extensão, de acordo com a Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014, que disciplina as Atividades de Extensão da Universidade Federal do Ceará. O estudo se aprofundou na classificação das referidas atividades de acordo com modalidade, *campus* e área temática.

Ações de extensão por modalidade

A Universidade Federal do Ceará teve cadastradas, em 2019, 941 ações de extensão, distribuídas em cinco modalidades: cursos, eventos, programas, projetos e prestação de serviço. De acordo com os dados compilados, das 941 ações de extensão cadastrada na Pró-reitoria de Extensão, 685 são projetos, que correspondem a 72,80% das ações de extensão; 131 são cursos, correspondendo a 13,92% das ações. Os programas somam 79, que representam 8,40% das ações de

extensões; os eventos totalizam 31, prestação de serviço soma 15 ações, correspondendo a 3,29%, enquanto a correspondendo a 1,59%, conforme Tabela 01.

Tabela 01 - Proporção de Ações de Extensão por Modalidade

Posição	Modalidade	Frequência	(%)
1º	Projeto	685	72,80
2º	Curso	131	13,92
3º	Programa	79	8,40
4º	Evento	31	3,29
5º	Prestação de Serviço	15	1,59
Total de Ações		941	100

Fonte: Dados da pesquisa(2020)

Este resultado já era esperado, visto que o projeto, em seu conceito, é a modalidade que permite maior abrangência de atividades. Considerando que a modalidade programa exige a confluência de mais de um projeto, e que as demais modalidades são significativamente breves, o cadastro de um projeto permite a execução dos trabalhos pretendidos pelo corpo acadêmico.

A predominância da modalidade projeto também foi observada no estudo sobre as ações de extensão do Instituto Federal do Ceará (IFCE), elaborado por Sousa (2018), que levanta a hipótese de que a preferência sobre os projetos se dá pela

familiaridade dos professores com o termo, visto que é utilizado também no eixo pesquisa como “projeto de pesquisa”. O autor aponta ainda a confluência do termo “projeto” em normativas do Ministério da Educação.

Ações de extensão por campus

A UFC é composta por sete *campi*, denominados *Campus* do Benfica, *Campus* do Pici, *Campus* do Porangabuçu, *Campus* de Sobral, *Campus* de Quixadá, *Campus* de Crateús e *Campus* de Russas. A Tabela 02 mostra um panorama da distribuição das 941 ações de extensão cadastradas na Prex, distribuídas em seus *campi*.

Tabela 02 - Ações de Extensões por *Campus*

<i>Campus</i>	Frequência	(%)
Porangabuçu	307	32,62
Benfica	263	27,95
Pici	196	20,83
Sobral	94	9,99
Russas	31	3,29
Crateús	25	2,66
Quixadá	25	2,66

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com a Tabela 02, constata-se que o *campus* com o maior número de ações cadastradas é o Porangabuçu com 307 ações, correspondendo a 32,62% do total. O *Campus* do Benfica, com 263 ações, representa 27,95% da totalidade; e o *Campus* do Pici, com 196, reflete 20,83%. Os *campi* de Sobral, Russas, Crateús e Quixadá totalizam 175 ações

cadastradas, representando 18,60% do total das ações da UFC.

A preeminência do Porangabuçu pode ser justificada por estarem lá centrados os cursos da área de Saúde, que são necessariamente os que têm maior contato direto com a população. Os últimos quatro *campi* apresentam números significativamente inferiores em função de

serem de criação recente, menores em número de cursos e alunos.

O número de ações realizadas nos *campi* do interior reforça a importância do objetivo proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de

fortalecer a extensão universitária nestas unidades.

A Tabela 03 demonstra um panorama com as 941 ações de extensão cadastradas na Prex, distribuídas em seus *campi* por modalidade.

Tabela 03 - Ações de Extensão da UFC - *Campi* x Modalidade

Modalidade	Benfica	Pici	Porangabuçu	Crateús	Quixadá	Russas	Sobral	TOTAL
Projeto	146	156	240	24	23	18	78	685
Curso	76	14	29	-	-	11	5	135
Programa	28	13	22	1	2	1	11	78
Evento	11	10	9	-	-	-	-	30
Prestação de Serviço	2	3	7	-	-	1	-	13
TOTAL	263	196	307	25	25	31	94	941

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na Tabela 03, pode-se observar a presença predominante da modalidade projeto em todos os *campi* da UFC. Destaca-se também um número relativamente elevado de cursos nos *campi* do Benfica e de Russas, com as quantidades de 76 e 11 cursos, respectivamente. A modalidade de prestação de serviços não foi registrada nos *campi* de Crateús, Quixadá e Sobral, registrando o máximo de sete ações no *Campus* Porangabuçu.

A prestação de serviços é a modalidade que mais exige o cumprimento de formalidades, como registro de convênios, contratos, acordos ou ajustes com instituições da sociedade. Além disso,

demanda aprovação prévia em instâncias acadêmicas e administrativas da UFC, consolidação de relatórios finais, e prestação de contas financeiras (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2008).

Ações de Extensão por área temática

Na UFC, as ações de extensão estão subdivididas em oito categorias de acordo com a área temática abordada pela ação, as quais são: Saúde, Educação, Tecnologia e Produção, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Comunicação e Trabalho. A Tabela 04 apresenta as 941 ações da UFC de acordo com a sua área temática.

Tabela 04 - Ações de Extensão por Área Temática

Posição	Área Temática	Frequência	(%)
1º	Saúde	414	44,00
2º	Educação	242	25,72
3º	Tecnologia e Produção	87	9,25
4º	Cultura	66	7,00
5º	Direitos Humanos e Justiça	43	4,57
6º	Meio Ambiente	37	3,93
7º	Comunicação	33	3,51
8º	Trabalho	19	2,02
TOTAL		941	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Analisando a Tabela 04, foi possível fazer um *ranking* das ações de extensões por área temática, na qual a que apresenta maior frequência é a área da Saúde, seguida da Educação e em terceiro a Tecnologia e Produção. Em quarto lugar, está a área da Cultura; em quinto, Direitos Humanos e Justiça; e em sexto, Meio Ambiente. A área da Comunicação ocupa a sétima colocação e por último a área do Trabalho. A predominância

da área da Saúde, que corresponde a 44% das ações da UFC, é consoante com a justificativa proposta por Anjos (2014) sobre o número maior de ações de extensão na área, que seria favorecida por ser uma área com amplo campo de ação voltado para a atenção à população.

Pode-se montar um cenário das ações de extensão da UFC de acordo com os seus *campi* e áreas temáticas, conforme Tabela 05.

Tabela 05 - Ações de Extensão da UFC - *Campi* x Área Temática

Área Temática	Benfica	Pici	Porangabuçu	Crateús	Quixadá	Russas	Sobral	TOTAL
Comunicação	13	12	-	2	4	1	1	33
Cultura	34	28	-	-	-	1	3	66
Direitos Humanos e Justiça	36	5	-	1	-	-	1	43
Educação	135	56	-	5	10	16	21	243
Meio Ambiente	6	24	-	5	-	-	2	37
Saúde	26	22	307	2	1	1	55	414
Tecnologia e Produção	4	45	-	10	10	12	5	86
Trabalho	9	4	-	-	-	-	6	19
TOTAL	263	196	307	25	25	31	94	941

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A informação que mais chama a atenção na Tabela 05 são as ações do *Campus* do Porangabuçu, por todas pertencerem à área da Saúde. Isso acontece devido ao fato de que no *Campus* citado se concentram os cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem.

5. Conclusão

O presente estudo possibilitou, mediante uma análise quantitativa, traçar o perfil das ações de extensão desenvolvidas na Universidade Federal do Ceará, por meio das perspectivas: modalidade, *campus* e área temática.

A pesquisa identificou que a modalidade de ação de extensão predominante é projeto. Quanto ao número de ações de extensão por *campus*, observou-se que o *Campus* Porangabuçu é o mais atuante, seguido de perto por Benfica e Pici.

Quanto à área temática, identificou-se a área da Saúde como predominante. A justificativa seria o maior contato dos cursos da Saúde com a sociedade. A análise de área temática por *campi* só se torna relevante para os *campi* do interior, visto que na capital há distribuição dos tipos de curso por *campus*: Ciências da Saúde no Porangabuçu; Ciências Exatas no Pici; e Ciências Humanas no Benfica. Já no interior, onde há diversidade maior de cursos, tornam-se relevante, além da Saúde, as áreas de Educação e Tecnologia e Produção.

A caracterização das ações de extensão proporciona a identificação dos *campi* e áreas temáticas mais atuantes. Tais resultados podem guiar estratégias da Universidade para continuar incentivando os setores e áreas mais atuantes, bem como buscar entender as dificuldades para se ampliar as ações de extensão nos demais setores em que há potencial não aproveitado.

Submetido: 06/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.44439

REFERÊNCIAS

ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos. **Fronteiras na construção e socialização do conhecimento científico e tecnológico: um olhar para a extensão universitária**. 2014. Tese. (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123323>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DEUS, Sandra de Fátima Batista. A extensão universitária e o futuro da universidade. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo/RS, v.25, n.3, p.624-633, 2018. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep. Acesso em: 21 abr. 2020.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Documento final**. Brasília: FORPROEX, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3aspYEo>. Acesso em 20 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.]. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; VIEIRA, Carina Silva. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, Londrina, v.8, n. 15, p. 269-291, jan./jun. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas da Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - **Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3atIFrm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUSA, José Elieudo Nascimento de. **Extensão universitária: O panorama do Instituto Federal do Ceará**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36636/1/2018_dis_jensousa.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Ações de Extensão**. 2020a. Disponível em: <https://prex.ufc.br/acoes/page/2/?limit>. Acesso em: 24 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Apresentação Pró-Reitoria de Extensão**. 2020b. Disponível em: <https://prex.ufc.br/sobre/apresentacao/>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **A Universidade – início**. 2020c. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Resolução nº 04/CEPE, de 27 de fevereiro de 2014**. Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/cepe/resolucao_cepe_2014/resolucao04_cepe_2014.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Resolução nº 06/CEPE, de 19 de setembro de 1989**. Fortaleza, 1989. Disponível em: <https://prex.ufc.br/wp-content/uploads/2016/12/ufc-cepe-resolucao-06-19set1989-regulamentaacoesextensionistas.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE. **Resolução nº 28/CEPE, de 1º de dezembro de 2017**. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/cepe/resolucao_cepe_2017/resolucao28_cepe_2017.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Conselho Universitário – CONSUNI. **Resolução nº 01/CONSUNI, de 18 de março de 2008**. Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://prex.ufc.br/wp->

content/uploads/2016/12/ufc-consuni-resolucao-01-18mar2008-disciplinaprestacaodeservicos.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022.** Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano_desenvolvimento_institucional/pdi_2018_2022_pub_2018_05_17.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.



AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM UMA FUNDAÇÃO CARIRENSE

SOCIAL RESPONSIBILITY ACTIONS IN A CARIRENSE FOUNDATION

ALVES, R. de A.¹

<https://orcid.org/0000-0002-8364-5351>

8364-5351

Universidade Federal do Cariri

XAVIER, A. R. V.²

<https://orcid.org/0000-0002-8047-5078>

8047-5078

Universidade Federal do

Cariri

BRASIL, M. V. de

O.³

<http://orcid.org/0000-0001-6525-9257>

6525-9257

Universidade Federal do Cariri

RESUMO

Os projetos sociais em ações extensionistas podem viabilizar ações de responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, o objeto de estudo dessa pesquisa é a Fundação Educadora do Cariri (FEC). Quais são as formas de ações de responsabilidade social dentro da FEC? O objetivo geral do estudo é pesquisar ações de responsabilidade social dentro da FEC. Essa pesquisa é um estudo de caso único, utilizando a técnica de análise de conteúdo, a pesquisa qualitativa foi realizada por meio de entrevistas e questionários. Analisou-se que o Projeto Reviver do Cariri, por via de ações de desenvolvimento sustentável, promove a inclusão social e a conscientização ambiental a partir de oficinas educativas que consistem na alfabetização de jovens e adultos, contribuindo assim, para a complementação escolar e ampliando a capacidade de leitura do mundo. Conclui-se que o projeto tem como proposta trabalhar com restauração de dependentes químicos em álcool e drogas. Uma espécie de terapia ocupacional direcionada, que trabalha construindo ou reconstruindo o cotidiano, observando as necessidades de cada residente, utilizando atividades devidamente prescritas para alcançar seu objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos. Responsabilidade social. Ação social. Qualidade de vida.

ABSTRACT

Social projects in extension actions can enable social and environmental responsibility actions. In this context, the object of study of this research is the Fundação Educadora do Cariri (FEC). What are the forms of social responsibility actions within the FEC? The general objective of the study is to research social responsibility actions within the FEC. This research is a unique case study, using the technique of content analysis, qualitative research was conducted through interviews and questionnaires. It was analyzed that the Reviver do Cariri Project, through sustainable development actions, promote social inclusion and environmental awareness through educational workshops that consist of youth and adult literacy, thus contributing to school complementation and expanding the ability to read the world. It is concluded that the proposal works with restoration of dependents in alcohol and drugs. It is a kind of targeted occupational therapy, which works by building or rebuilding the daily life, observing the needs of each resident, using activities properly prescribed to achieve their goal.

KEYWORDS: Projects. Social responsibility. Social action. Quality of life.

1. Introdução

Os projetos sociais em ações extensionistas podem viabilizar ações de responsabilidade socioambiental. No contexto da sociedade hodierna, as mudanças ambientais, sociais, econômicas e institucionais nem sempre privilegiaram o agravamento de questões inerentes à inatividade (negligência) ou atividade (degradação) do meio ambiente pelo homem. As gerações futuras serão prejudicadas se não atentarmos para problemas relacionados à promoção da inclusão social, à promoção do bem-estar e à educação ambiental. Diante das transformações que se têm atentado, com amplitude e consequências possíveis, mediante atitudes e diferentes ações, as organizações, os projetos sociais, o governo e a comunidade precisam se apropriar de novas responsabilidades (SILVA, 2014).

Quando as instituições assumem a sua responsabilidade social, têm como iniciativa criarem projetos, como: proteção ao meio ambiente, assistência à saúde e à educação, inovação e desenvolvimento urbano de forma sustentável. Os objetivos e metas que definem e possibilitam o desempenho de qualquer organização, além dos processos e das pessoas que geram serviços e produtos, são limitados e moldados pelo contexto sociocultural no qual a organização desempenha seu trabalho (STRAND, 1983; MEGGINSON; MOSLEY; PIETRI JR., 1998).

É importante que as empresas busquem inovações e propostas para incluir a parcela da população menos favorecida, tanto para o bem-estar coletivo quanto para fins lucrativos da organização gerando um maior desenvolvimento econômico. Visto que as organizações tem conexão direta com as ações que ocorrem na sociedade, no meio ambiente e no meio econômico, é delas o papel de lidar com a responsabilidade social (HERRMANN, 2004).

Os projetos sociais são as formas mais utilizadas e difundidas entre as empresas para colocar em prática a sua atuação socialmente responsável. Assim, muitos projetos vêm sendo desenvolvidos por organizações privadas, órgãos não governamentais, faculdades e pelo governo (CASADO, SILUK, ZAMPIERI, 2012).

O ambiente social em estudo é o projeto Reviver do Cariri, ligado a Fundação

Educadora do Cariri, que foi implantado em Juazeiro do Norte a partir da verificação de um grande número de dependentes químicos de drogas ilícitas e lícitas. Diante deste contexto, quais são as formas de ações de responsabilidade social dentro da Fundação Educadora do Cariri (FEC)?

O objetivo do trabalho é pesquisar ações de responsabilidade social dentro da FEC. Para tal foi realizado um estudo de caso único. A libertação das drogas consiste em garantir as mínimas condições de saúde para as pessoas, prevenindo, por exemplo, o uso abusivo de álcool, e garantindo a segurança alimentar e os direitos civis, dentre outras ações (SEN, 1999).

Para Sachs (2009), a liberdade se alcança pela valorização da vida, da segurança alimentar, do direito à educação e à saúde e na participação na vida produtiva. A relevância do trabalho justifica-se em explanar os conceitos e a importância da responsabilidade social ligada aos projetos sociais, como estes impactam na comunidade promovendo igualdade, inclusão e inovação, sendo assim de grande importância para o contexto social hodierno. Isto acaba por trazer uma reflexão sobre que tipo de sociedade é retratado e quais são as mazelas que ocorrem na mesma.

2. Fundamentação Teórica

As organizações que cresceram entre os séculos XIX e XX foram influenciadas pela busca do interesse próprio sob o denominado paradigma do mercado. Assim sendo, tornaram-se eficientes e eficazes para a construção de uma sociedade estável (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004). Para Montibeller (2004) o significado de responsabilidade social é variante: para um determinado grupo este conceito traz a ideia de obrigação legal; para outros, expressa um significado de responsável por algo, isto em um modo casual; e por fim, aqueles que entendem como um compromisso de responsabilidade em um sentido ético.

O conceito de responsabilidade social surge em decorrência da crescente importância de atividades no contexto social. Entretanto, o termo é o mesmo no passado e no presente; o que mudou são as questões encaradas pelas empresas e as práticas de responsabilidade social, principalmente,

porque a sociedade mudou e as empresas mudaram, e, conseqüentemente, as relações entre a sociedade e as empresas. Isso significa que todas as decisões e atitudes nos negócios podem e devem ser efetivadas a partir da consciência de que os destinos da humanidade e de todos os seres vivos dependem dessas ações (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004; PORTER; KRAMER, 2006; FARIA; SAUERBRONN, 2008; KREITLON, 2012; KOS; ESPEJO; RAIFUR, 2013).

Montana e Charnov (1999) asseveram que o grau de envolvimento da organização com as ações de responsabilidade social pode se dar em três níveis: (1) Abordagem da obrigação social: supõe ser o objetivo principal de uma empresa o sucesso econômico e que, portanto, a empresa deveria meramente satisfazer as responsabilidades sociais mínimas impostas pela legislação. (2) Abordagem da responsabilidade social: supõe não serem as metas da empresa meramente econômicas, mas também sociais e que a empresa deveria destinar recursos para a realização dessas metas. (3) sensibilidade social: supõe não ter a empresa apenas metas econômicas e sociais, mas que também precisa antecipar-se aos problemas sociais do futuro e agir agora para responder a esses problemas.

A responsabilidade social vem sendo aprimorada através do tempo, como consequência das mudanças nas estruturas organizacionais. À medida que as instituições estão se vendo obrigadas a repensar alguns de seus valores, no sentido de constituir-se não mais apenas uma realidade econômica incorporada à sua filosofia dentro de um contexto social, do qual se estabeleceram responsabilidades. Uma maneira de contribuir para o desenvolvimento sustentável é demonstrando que as instituições podem prosperar na medida em que contribuam para a prosperidade da sociedade, via inovação, pela criação de novos bens e serviços capazes de atender aos desafios atuais, e ao atendimento de novos grupos sociais (FISHER, 2002).

À medida que cresce a consciência da sociedade sobre a interdependência entre dimensões econômicas, sociais e ambientais da vida, tende a crescer o engajamento das empresas no movimento da responsabilidade socioambiental. Nos tempos atuais, a

percepção da interdependência entre fenômenos sociais, ambientais e econômicos tem aumentado, assim como o desenvolvimento de novos conhecimentos, que por sua vez tem potencializado a criatividade humana, tanto do ponto de vista tecnológico, quanto político e organizacional, podendo levar à sustentabilidade, por meio de reformas graduais e contínuas (SCHOMMER; ROCHA, 2007).

A responsabilidade social corporativa diz respeito ao comprometimento de uma instituição com a valorização do ser humano a partir da aplicação de conceitos voltados a uma conduta ética e transparente da organização com todos os públicos com que esta se relaciona e pelo desenvolvimento de metas que contemplem o desenvolvimento sustentável da sociedade. (GUZZO, 2003; ETHOS, 2006). Quando se fala de responsabilidade social a que termo é que se refere? Um inconveniente costumeiramente reconhecido da pesquisa em torno da responsabilidade social é a variedade de sentidos que são atribuídos a essa expressão, essa variedade talvez seja inevitável dada a diversidade dos objetivos de pesquisa e até das áreas do conhecimento em que a responsabilidade social é tratada. Antes de tudo, responsabilidade social está associada ao conceito de autodeterminação. A responsabilidade e autodeterminação radicam-se na noção de consciência (GUERRA, 2004; GARRIGA; MELÉ, 2004).

Entende-se que a responsabilidade social é um conjunto de atitudes onde as perspectivas da sociedade ainda não foram codificadas de formas legais, mas que não gera mudanças nas atividades relativas ao negócio da organização. Faz com que a empresa busque desenvolver uma maior atuação no meio social, visando projetos em longo prazo num contexto social dinâmico. Assim, é necessário que a organização preceda as possíveis mudanças no contexto social, estas podendo ser os resultados da atuação da própria organização nos problemas sociais, que por meio de suas ações venha a colaborar de forma significativa (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005).

A responsabilidade social valoriza o cuidado e a atenção ao outro, do particularismo, do interesse pelos outros. A responsabilidade social remete para a

solidariedade, para a proteção e para o não causar danos aos indivíduos, mas também para a defesa da liberdade individual do sujeito. Englobam ações voluntárias que ultrapassam as obrigações legais, nas áreas do desenvolvimento comunitário, proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos (JONAS, 1994). Não deve ser confundida com a filantropia, que traz ajuda imediata a um grupo de pessoas e consiste em ações assistencialistas.

Nesse sentido, a responsabilidade social pode ser definida como um conjunto de ações que visam promover a melhoria na qualidade de vida de determinados grupos ou de uma comunidade, por meio de ações voltadas para a educação, produção e distribuição de renda, envolvendo também aspectos ambientais e sociais relacionados com a sustentabilidade. A responsabilidade traz consigo um forte dever cívico, no sentido de cuidar da sociedade e do meio ambiente, não apenas o dever moral de fazer o bem ao próximo (SINGH-SENGUPTA; FIELDS, 2007).

Para Reis e Medeiros (2007), a responsabilidade social é um comportamento da organização que, sendo responsável, toma decisões orientadas por uma conduta ética, porque tem consciência de que seus atos não poderão gerar consequências sociais negativas. A nova política de desenvolvimento deve se basear na busca incansável da transformação produtiva com equidade social (SENNÁ, 2001). A responsabilidade pelo todo representa atitude que envolve pessoas e organizações no desenvolvimento dos diferentes papéis e funções, na construção coletiva de uma sociedade justa e sustentável que favorece a criação de ações e atitudes para o desenvolvimento sustentável que se converte para uma oportunidade de inovação social. Através desse posicionamento percebe-se que além de responsabilidade social veem-se ações de inovações sociais. O termo esse, utilizado por certas abordagens das áreas das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, principalmente com a intenção de fazer referência às mudanças sociais que visem à satisfação das necessidades humanas, buscando contemplar necessidades até então não supridas pelos atuais sistemas públicos ou organizacionais privados (MOULAERT et al., 2005).

Conclui-se que a responsabilidade social é uma via para a inovação que contribui para uma política social ativa. Os desafios sociais e ambientais vividos neste momento podem ser vistos como oportunidade para a inovação, gerando novas práticas de gestão e buscando o equilíbrio na eficiência econômica, equidade social e proteção ambiental. Os objetivos podem varrer um grande espectro de ações, desde a resposta às situações sociais insatisfatórias até o rearranjo dos papéis sociais e a mudança das estruturas sociais (HEISCALA, 2004).

3. Procedimentos Metodológicos

O estudo de caso qualitativo é uma descrição e análise intensiva de um fenômeno ou unidade social. E pode ser ainda caracterizado como uma pesquisa empírica que investiga o fenômeno no contexto da vida real e ocorre em um contexto delimitado (YIN, 1994; MERRIAM, 1998).

O estudo de caso é um método bastante utilizado, não só nas Ciências Sociais Aplicadas, mas também na ciência de maneira geral. Esta pesquisa é um estudo de caso único. Foi realizada no Projeto Reviver do Cariri, com a devida autorização e resposta do próprio fundador do Projeto. O projeto é executado dentro de uma organização de recuperação de pacientes viciados em álcool e drogas. A pesquisa qualitativa foi feita via entrevistas. As entrevistas abertas contaram com a participação do fundador da Fundação Educadora do Cariri (FEC) e com a participação de uma dirigente do projeto Reviver do Cariri. Também foram aplicados questionários contendo perguntas fechadas. Obteve-se 13 respondentes dos colaboradores e 18 questionários respondidos pelos pacientes.

As entrevistas e as aplicações de questionários ocorreram entre março e julho de 2016, junho e novembro de 2017. Trata-se de um estudo de caso inspirador e exploratório, visto que não se tem tanto conhecimento sobre o objeto de pesquisa, mas que a relevância dele é incontestável (YIN, 1994).

As questões abertas das entrevistas foram abordadas seguindo a técnica de

Análise de conteúdo (AC), com suporte em categorias teóricas. E nos questionários buscou-se uma análise com viés qualitativo. A AC é uma técnica de análise de textos e documentos, associada a significados e significantes da mensagem, mediante procedimentos sistemáticos ou inferências

nas descrições de conteúdo, podendo-se quantificá-los em categorias numéricas ou criá-las com apoio em sua análise (VERGARA, 1998).

A pesquisa seguiu as seguintes etapas, conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Protocolo de Pesquisa

Estágio da Pesquisa	Atividade/Tipo/Meio
Início da pesquisa	Definição da pergunta de pesquisa.
Seleção do caso (subunidades de análise)	Caso único incorporado.
Protocolo de estudo de caso	Múltiplos métodos e instrumentos de coleta.
Pesquisa documental	Análise de documentos dos projetos. Coleta de documentos pelo pesquisador. Observação direta.
Pesquisa de campo-Fase I	Pré-teste de questionários contendo questões abertas e fechadas aplicadas aos beneficiários e colaboradores vinculados aos projetos sociais da pesquisa.
Pesquisa de campo-Fase II	Aplicação do questionário definitivo aos beneficiários e colaboradores dos projetos sociais. Amostra por Acessibilidade. Entrevistas abertas com colaboradores dos projetos. Entrevistas semiestruturadas com os dirigentes e responsáveis dos projetos.
Análise dos dados	Descrição de dados dos questionários
	Análise de conteúdo das entrevistas (semiestruturadas e não estruturadas).
- Redação dos resultados	Conclusão da Pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. Resultados e Discussão

O Projeto Reviver do Cariri da Fundação Educadora do Cariri (FEC) tem como proposta trabalhar com a recuperação de dependentes químicos em geral, homens e mulheres, adolescentes e adultos, atendendo a toda região do Cariri, buscando resgatá-los da dependência química e propiciando aos mesmos a sua inclusão familiar, social e profissional, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida- psicofísica, social, profissional e espiritual. A análise dos resultados da pesquisa de campo utilizou a análise individual do projeto e os entrevistados quase sempre se referiam as outras unidades em conjunto, além da casa de recuperação pesquisada que é a do Caldeirão da Criança, localizada na cidade de Juazeiro do Norte-CE.

Segundo o entrevistado 1 (2016, p.2), quanto à forma de organização do Projeto Reviver do Cariri, “Nós somos privados, ou seja, somos uma fundação particular. Por ser uma fundação, ela possui 15% de pacientes bolsistas. Assim, temos saindo um e entrando outros de graça. Aqueles que são mais carentes e que não possuem condições de contribuir”. Sendo o critério de escolha feito com base em quem mais precisa do tratamento. A situação é tão preocupante que para cada pessoa que é retirada do vício, conforme o respondente 1 (2016), mais três enveredam pelo vício. A instituição é privada, porém, tendo em vista que existe uma grande necessidade por parte da população carente, os responsáveis da organização ofertam uma bolsa gratuita de internação para uma parcela de 15% do total dos internos.

É importante que as empresas busquem inovações e propostas para incluir a parcela da população menos favorecida, tanto para o bem-estar coletivo quanto para fins lucrativos da organização gerando um maior desenvolvimento social e econômico.

A Fundação tem “atendimento psicológico, dentista, enfermeira, assistente social e uma nutricionista para alimentação balanceada com cinco refeições diárias. Eles são responsáveis pelos seus materiais de limpeza, sua própria roupa e os armários” (ENTREVISTADO 1, 2016, p.1). O trabalho é feito por uma equipe multidisciplinar composta por: assistente social, enfermeiras, monitores sociais e pastores. A alimentação dos pacientes é feita de acordo com uma dieta determinada por uma nutricionista. Além disso, eles têm acesso à saúde, à dentista, ao atendimento de psicólogo e psiquiatra, em casos de internação compulsória.

O que muda são as formas de pagamento, já que, quando a internação é compulsória a justiça determina que o Município repasse à Fundação o valor de R\$ 1.000,00 mensais para o custeio do paciente. Ultimamente, a prefeitura local tem atrasado os repasses, deixando o projeto em uma situação difícil e dependente de doações da sociedade. “Nós atendíamos 150 nessa unidade e hoje estamos com 50. Por conta do não pagamento do município”. (ENTREVISTADO 2, 2016, p.2). Pode-se perceber que existe um custo financeiro para a realização desse trabalho, pois os benefícios sociais são evidentes.

Jonas (1994) argumenta que a responsabilidade social é prospectiva. Isso quer dizer que na análise técnica faz-se necessário equacionar hipóteses para o desenrolar da situação e ter em conta as consequências dos atos. A Fundação Educadora do Cariri (FEC) via projeto Reviver do Cariri introduz a reeducação via métodos de distanciamento das situações indutoras, e também através de oficinas que ensinam a criação de produtos artesanais feitos pelos próprios internos com apoio da FEC, que os capacita para o mundo do trabalho e da produção (ENTREVISTADO 2, 2016). A criatividade é fomentada nos projetos sociais da Fundação Educadora do Cariri (FEC) desenvolvido em grupos específicos, criando uma espécie de comunidade terapêutica,

que, na concepção de West (2009), deve incluir: diversidade, interdependência, participação dos membros dos grupos envolvidos, geração e seleção de ideias e suporte à inovação.

Na Fundação existem oficinas educativas que consistem na alfabetização de jovens e adultos, contribuindo para a complementação escolar e ampliando a capacidade de leitura do mundo. Além de terapia ocupacional direcionada, que trabalha construindo ou reconstruindo o cotidiano, observando as necessidades de cada residente, utilizando atividades devidamente prescritas para alcançar seu objetivo; grupos de sentimento e confronto, que têm por finalidade posicionar o indivíduo perante sua própria realidade, demonstrando-lhe suas falhas comportamentais e os resultados negativos de sua autoavaliação.

Uma das técnicas utilizadas é a laborterapia, que por meio do esporte e lazer, auxilia na recolocação do indivíduo no meio social, estimulando sua participação em grupos e enfatizando o cumprimento de ritos e regras da sociedade. E a terapia espiritual oferecida desatrelada das demais práticas, que compreende o estudo da bíblia no seu aspecto filosófico, científico e religioso. A espiritualidade no âmbito profissional vem ganhando cada vez mais força, visto que existem afirmações que esta prática traz ao ambiente um aspecto de maior responsabilidade, seja na sociedade ou em organizações, no ambiente organizacional não está condicionada a um sistema ou prática religiosa específica, sendo assim não é ligada à prática de algum evento específico de alguma doutrina, mas sim à humanização, a fim de gerar uma visão mais positiva de autorrealização (PAUCHANT, 2002).

Existe a possibilidade de que uma vida em um ambiente mais maduro para reintegração da espiritualidade traz a realização de um futuro mais sustentável (SRINIVASAN, 2003; JUE, 2007). Estudos sobre espiritualidade nas práticas organizacionais têm procurado identificar a relação com a saúde, e respostas psicossomáticas, com evidências teóricas e empíricas associadas à compreensão de que a espiritualidade melhora a qualidade de vida, reforça a autoestima, gera maior satisfação com a vida,

melhora o funcionamento do sistema imunológico, entre outros (REGO, CUNHA, SOUTO, 2007).

O Projeto Reviver do Cariri é considerado um projeto inovador de responsabilidade social, pois o principal lucro não é econômico, mas sim o ganho social (SHEPHERD; PATZELT, 2011). E na perspectiva do desenvolvimento sustentável, promover a inclusão social e a conscientização ambiental é essencial para projetos inovadores na contextura das instituições. A conscientização da responsabilidade socioambiental objetiva a sustentabilidade via ações inovadoras. A responsabilidade pelo todo representa a atitude que envolve pessoas e organizações no desenvolvimento dos diferentes papéis e funções, na construção coletiva de uma sociedade justa e sustentável que favorece a criação de ações e atitudes para o desenvolvimento sustentável que se converte para uma oportunidade de inovação social, que segundo Rodrigues (2006, p. 8) são um “conjunto de iniciativas socioeconômicas que promovem maior bem-estar de indivíduos face aos problemas sociais.” Por meio desse posicionamento percebe-se que além de responsabilidade social vemos ações de inovações sociais. Os seguintes motivos tornam o projeto Reviver do Cariri inovador:

a) oferta de cursos profissionalizantes sem ônus para o aluno, focando principalmente, na capacitação profissional dos internos;

b) é um projeto autossustentável, pois os recursos para o projeto são repassados pela Fundação Educadora do Cariri por via das mensalidades dos residentes;

c) estabelece cotas para alunos se internarem gratuitamente;

d) atende as demandas de alunos hipossuficientes possibilitando o resgate social;

e) permite a inclusão social ao ofertar cursos e oficinas de artesanato e produtos como meio de ajudar os recuperandos, sob o ponto de vista econômico;

f) o projeto está procurando parcerias para aproveitamento da energia solar visando diminuir seus custos operacionais.

g) incentiva o trabalho voluntário de monitores inclusive sendo alguns deles ex-internos do projeto.

h) desenvolve um trabalho terapêutico tricotômico envolvendo corpo, alma e espírito, apesar de ser dirigida por um pastor evangélico não visa criar prosélitos, mas trabalha a parte espiritual com o auxílio da Bíblia Sagrada, respeitando a diversidade religiosa.

A sociedade ao passar por modificações no contexto social, e sendo ela cada vez mais chamada para participar como ‘cidadã’, da vida da comunidade em que está inserida, se vê obrigada a rever sua posição.

A capacitação profissional é ligada diretamente às pessoas, e as organizações são formadas de pessoas e feitas para as pessoas, quando se exprime o problema da capacitação para o trabalho, é preciso prever neste processo discussões sobre questões ambientais e sociais, pois, estar-se preparando seres humanos para o mundo do trabalho, a academia e as empresas devem conscientizá-los de pontos básicos sobre Responsabilidade Socioambiental para influenciar em seu comportamento prático. O Projeto Reviver do Cariri trabalha com pequenas hortaliças e hidroponia, além de desenvolver artefatos criativos (ENTREVISTADO 2, 2016).

A recuperação de um viciado pode evitar um crime hediondo, ou o suicídio do próprio paciente, visto que, as drogas potencializam distúrbios mentais e espirituais graves, além de afetar o corpo. “A princípio abrimos quatro casas, três masculinas e uma feminina. A dependência química é uma das poucas enfermidades que não é uma questão só física é uma questão da alma. Logo, ela deve ser tratada alma, corpo e espírito” (ENTREVISTADO 1, 2016, p.1). E ainda, “O tratamento sem a parte espiritual, como a medicina diz, não tem cura e a necessidade de jovens é muito grande tanto meninos quanto meninas. Adultos se perdendo nas drogas tanto lícitas quanto ilícitas” (ENTREVISTADO 2, 2016, p.2).

Nos quadros 2, 3 e 4 são observadas as seguintes informações: não existem pacientes do sexo feminino, a faixa etária predominante são jovens entre 18 a 25 anos, o nível de escolaridade que se destacou foi o Nível Médio e que dentre os internos existem

cinco empregados e um comerciante, mas que seis pessoas estão desempregadas.

Quadro 2 – Dados dos pacientes – Sexo e Idade

Sexo:	Masculino- (17)	Feminino-(0)	Não Respondido-(1)	Outro-(0)
Idade:	<18-(2)	18 a 35-(9)	35 a 54-(6)	55 a 64- (1)

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quadro 3 - Dados dos pacientes- Nível de Escolaridade

Autodidata	Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior	Não Respondido
1	4	8	1	1	3

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quadro 4 - Dados dos pacientes- Status laboral

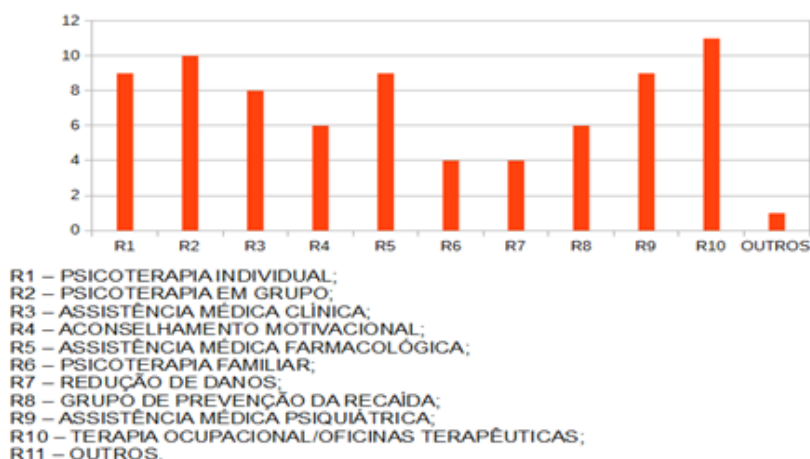
Empregado	Não- Ativo	Comerciante	Não Respondido
5	6	1	6

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Dos pacientes entrevistados apenas dois são usuários somente de álcool, nove são usuários de drogas, seis são usuários de álcool e drogas, apenas um não respondeu. Quatorze pacientes disseram que tinham a

participação da família no tratamento e que tinham encaminhamentos visando a reinserção social, quatro dos pacientes não responderam.

Figura 1 - Dados dos pacientes-Abordagens Terapêuticas adotadas



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Como pode ser observado na figura 1, dentre os entrevistados foi visto que as abordagens terapêuticas mais utilizadas são a Terapia Ocupacional e as Oficinas

Terapêuticas, sendo uma forma de melhorar o convívio social do paciente, além de criar uma relação mais próxima de confiabilidade e respeito entre os internos da instituição.

Figura 2- Dados dos pacientes-Abordagens Terapêuticas adotadas



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Pela análise da figura 2, dentre os requisitos para admissão na instituição a concordância do paciente foi destaque, assim possibilitando observar que dentre os entrevistados a maioria consentiu com o tratamento de dependência.

Nos quadros 5, 6 e 7, são observadas as seguintes informações: existem apenas dois colaboradores do sexo feminino, a faixa etária

predominante é de 35 a 54 anos denotando assim uma equipe madura, o nível de escolaridade que mais evidenciado foi o Nível Médio dentre os colaboradores, seguido do nível superior. Neste grupo tem-se: um diretor geral, três membros da diretoria, três monitores, uma enfermeira, um técnico, um analista, um professor, um obreiro e um dos colaboradores não respondeu.

Quadro 5 - Dados dos colaboradores - Sexo e Idade

Sexo:	Masculino- (11)	Feminino- (2)	Não Respondido- (0)	Outro-(0)	
Idade:	<18-(1)	18 a 34-(4)	35 a 54-(5)	55 a 64- (2)	Não Respondido- (1)

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quadro 6 - Dados dos colaboradores - Nível de Escolaridade

Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Não Respondido
2	8	3	0

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quadro 7- Dados dos colaboradores – Função que ocupa na organização

Membro da direção	Monitor	Enfermeira	Técnico	Auxiliar	Professor	Obreiro	Não respondido
3	3	1	1	1	1	1	1

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Figura 3 - Dados dos colaboradores - Motivações anteriores à iniciativa ao projeto



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A partir da análise dos resultados na figura 3, pode ser observado que onze dos colaboradores da instituição se sentiram motivados a participar de uma ação de cunho social após mudanças significativas em suas vidas ao nível pessoal. Como segundo destaque, nove dos colaboradores afirmaram que em sua juventude participaram de movimentos associativos, o que contribui na inserção destes na Fundação Educadora do Cariri.

Aos que responderam sobre as principais motivações pessoais para os colaboradores ingressarem em um projeto social foram apontados os seguintes pontos: comprometimento com uma visão social, ser um agente de mudança social, compromisso com a comunidade, estar determinado em ser agente de um trabalho social economicamente viável, possuir uma ocupação e maior autonomia, gostar de assumir novos desafios, ver riscos como oportunidade social, possuir recursos para a iniciativa, assim como a existência de apoio para este tipo de organização, além de um regime fiscal e legal favorável.

5. Considerações Finais

Um projeto social bem-sucedido tem o seu reconhecimento institucional,

comunitário e social; em outras palavras, significa a construção de uma imagem positiva por meio de um investimento que contribuiu diretamente para a melhoria da vida comunitária, provocando impactos positivos na comunidade. A contribuição de projetos sociais no âmbito da Fundação Educadora do Cariri (FEC) atinge toda a sociedade juazeirense, diretamente beneficiada em questões de saúde, capacitação para o trabalho e recuperação de adictos, educação formal e informal, geração de emprego e renda, educação ambiental, e conhecimentos dos seus direitos e deveres na formação da cidadania.

Com relação à pergunta inicial da pesquisa, quais são as formas de ações de responsabilidade social dentro da FEC? Elas firmam-se em práticas de responsabilidade socioambiental que promovem a vida na comunidade e que preservam a sociedade no seu aspecto socioeducacional no tocante aos dependentes químicos, bem como ajudam na preservação socioambiental, na medida em que cuida da saúde mental deles. Quanto ao objetivo geral que é pesquisar ações de responsabilidade social dentro da FEC, constatou-se que no Projeto Reviver do Cariri, existem oficinas de aprendizagem em artesanato, cuidados médicos e

odontológicos, bem como uma alimentação saudável. Uma vez a inquietação científica respondida e o objetivo geral atingido, segue como sugestão para trabalhos futuros, uma aproximação com as famílias desses internos para saber o impacto que o projeto efetivamente causou no âmbito familiar e conseqüentemente na sociedade.

O atual ambiente do sistema capitalista aponta para vários problemas que afetam a sociedade. Um deles é devido uma parte da população não estar inserida em programas de melhoria da qualidade de vida dela. Portanto, algumas pessoas por meio da responsabilidade social têm a iniciativa de criar projetos para tentar mitigar esse problema, um deles é o Projeto Reviver Cariri, que atua como uma casa de recuperação para dependentes químicos, que busca tratar não somente o físico, mas também o psicológico e o espiritual, por via de diversos recursos descritos ao decorrer deste artigo.

A perspectiva do investimento social privilegia a questão do direito social que nunca poderá ser negado aos cidadãos, ao contrário da "doação" que encontra fundamentação somente na fragilidade dos nossos sentimentos. A questão da responsabilidade social não pode ser encarada como um modismo, mas sim com uma prática constante e permanente. Prática essa que deve ser passada para as próximas gerações. Essa união de forças é que possibilita a construção de uma sociedade mais justa, com igualdade de oportunidades, mesmo que, hoje, isso ainda seja um ideal, uma meta a ser atingida. O desenvolvimento de uma sociedade com igualdade de direitos e oportunidades é imprescindível para a evolução da economia e criação de um ambiente estável e sustentável. É exigida uma mudança de hábitos de toda a sociedade comprometida e conscientizada da necessidade desta mudança de paradigma.

Submetido: 04/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.43705

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **Rev. Adm. Empres. [online]**. 2005, vol.45, n.spe, pp.10-22.

CASADO, F.L.; SILUK, J.C.M; ZAMPIERI, N. L.V. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: uma proposta de um modelo. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v.5, edição especial, p.633-650, dez. 2012.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A Responsabilidade Social é uma Questão de Estratégia? Uma Abordagem Crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 7-33, 2008.

FISHER, T. **Poderes Locais, gestão e desenvolvimento**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, Brandon (Canadá), v. 53, p. 51-71, 2004.

GUERRA, M. J. C. A. de S. A responsabilidade como categoria ética fundante de uma estética renovada de pessoa. **Intervenção Social**. Lisboa: Editora Universidade Lusíada, n. 29, p. 53-70, 2004.

HEISCALA, R. Social Innovations: Structural and Power Perspectives. In: T. J. HERRMANN, K. Corporate Social Responsibility and Sustainable Development: The European Union Initiative as a case study. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, 11, 2004.

JONAS, H. **Ética, medicina e técnica**. Lisboa: Vega Passagens, 1994

JUE, A. L. The demise and reawakening of spirituality in western entrepreneurship. **Journal of Human Values**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2007.

KREITLON, M. P. McMoral, iPolítica, cidadania Wireless: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 271-289, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552012000200007>>. Acessado em: 15 abr. 2017.

KOS, S. R.; ESPEJO, M. M. D. S. B.; RAIFUR, L. O Conteúdo do Relatório da Administração e o Comportamento da Informação nas Empresas Brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 2, p. 94-110, 2013.

MEGGINSON, L. MOSLEY, D. C.; PIETRI JR. P.H. **Administração: conceitos e aplicações**. 4.ed. São Paulo: Harbra, 1998.

MACHADO FILHO, C. A. P.; ZYLBERSZTAJN, D. A Empresa Socialmente Responsável: o Debate e as Implicações. **Revista de Administração**, v. 39, n. 3, p. 242-254, 2004.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MONTANA, P. J; CHARNOV, B. H.,. **Administração**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

MONTIBELLER, G. F. Espaço socioambiental e troca desigual social. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. PPGICH, v. 2, n. 2, Universidade Federal de Santa Catarina, nov. 2004.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; SWYNGEDOUW, E; GONZÁLEZ, S. Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, vol. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

PAUCHANT, T. Ethics na spirituality at work. Hopes and pitfalls of the searchfor meaning in organizations. **Westport: Quorum**, 2002.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy & Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. **Harvard Business Review**, n. 84, v. 12, p. 78-92, 2006.

REGO, A.; CUNHA, M. P.; SOUTO, S. Do perceptions of workplace spirituality promote commitment and performance? An empirical study and their implications for leadership. In: SINGH-SENGUPTA, S.; FIELDS, D. **Integrating spirituality and organizational leadership**. Delhi: MacMillan, 2007.

REIS, C.N.; MEDEIROS, L. e. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: atlas, 2007.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador, **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHOMMER, P. C.; ROCHA, F. C. C. As três ondas da gestão socialmente responsável no Brasil: dilemas, oportunidades e limites. In: ENCONTRO ANPAD, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2007. CD-ROM.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 1, Art. 1, jan./jun. 2004.

SEN, A. K. **The perspective of freedom**. New York: First Anchor Books, 1999.

SENNÁ, V. **O caminho dos caminhos. 10 mandamentos para a carreira.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 abr. 2001. Folha Empregos. Edição Especial, p.11.

SHEPHERD, D. A.; PATZELT, H. The New Field of Sustainable Entrepreneurship: Studying Entrepreneurial Action Linking “What Is to Be Sustained” With “What Is to Be Developed”. **Entrepreneurship, Theory and Practice**, n. 35, p. 137-163, 2011.

SILVA, M. E. A estratégia de Responsabilidade Social e a transição para sustentabilidade. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 1, p. 56-77, 2014.

SRINIVASAN, M. S. The meeting of business and spirituality: its evolutionary significance. **Journal of Human Values**, v. 9, n. 1, p. 65-73, 2003.

STRAND, R. A Systems paradigm of organizational adaptations to the social environment. **Academy of Management Review**. v. 8, n. 1, p. 90-96, 1983.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.

WEST, R. E. What is shared? A framework for understanding shared innovation within communities. **Education Tech Research Dev.**, v. 57, p. 315-332, 2009.

YIN, R. **Case study research: design and methods.** London: Sage, 1994.



ABRAÇANDO O AUTISMO: INTERVENÇÃO INFANTIL E CAPACITAÇÃO DE PAIS DE AUTISTAS

HUGGING THE AUTISM: CHILD INTERVENTION AND TRAINING OF PARENTS OF AUTISTIC

LACERDA FILHO,

E. C. de¹

<https://orcid.org/0000-0003-4638-4241>

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

PAIVA, F. J. L.²

<https://orcid.org/0000-0003-0195-401X>

Universidade Federal do
Ceará (UFC)

GUSMÃO, E. E. S.³

<https://orcid.org/0000-0002-1839-8059>

Universidade Federal do
Ceará (UFC)

RESUMO

O objetivo do presente relato de experiência é apresentar o projeto “Abraçando o Autismo”, além de descrever as atividades realizadas no ano de 2019. O projeto “Abraçando o Autismo”, vinculado ao Núcleo de Avaliação Psicológica em Saúde, dedica-se a intervir em crianças, pais e público universitário. O projeto teve início no ano de 2019, utilizando como referencial teórico a Análise do Comportamento Aplicada, as atividades se dividiram em: intervenções em crianças autistas, capacitação de pais e capacitação do público universitário para serem potenciais extensionistas. Em 2019 o projeto foi iniciado na instituição “Projeto Diferente: Centro de Vida para Pessoas com Autismo” para realizar as intervenções infantis e com os pais, com as capacitações de cuidadores sendo realizadas na Universidade Federal do Ceará. Os resultados do ano de 2019 apontaram a eficácia preliminar das intervenções e corroboraram a necessidade do aumento da carga horária de intervenção em todos os públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Intervenção. Capacitação. Avaliação.

ABSTRACT

The objective of this experience report is to present the project “Hugging the Autism”, and describes the activities carried out in the year 2019. The project “Hugging the Autism”, linked to the Health Psychological Evaluation Center is dedicated to intervening in children, parents and the university public. The project started in 2019, using the Applied, Behavior Analysis as a theoretical framework, the activities were divided into: interventions in autistic children, training of parents and training of the university public to be potential extension workers. In 2019 the project was initiated at the institution “Different Project: Life Center for People with Autism” to perform the interventions for children and with parents, with the training of caregivers being held at the Federal University of Ceará. The results for 2019 pointed out the preliminary effectiveness of interventions and corroborated the need to increase the intervention workload in all audiences.

KEYWORDS: Autism. Intervention. Training. Evaluation.

1. Introdução

Dentro do campo da saúde psicológica, principalmente nos últimos anos, observa-se um aumento no número de diagnósticos de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), dentre eles o Transtorno do Espectro Autista. Acompanhando esse fenômeno é possível perceber que um número maior de famílias busca intervenções terapêuticas para o tratamento desse transtorno, ao mesmo tempo em que há maior empenho em conhecer e especializar-se no assunto, a fim de garantir avanços no desenvolvimento dos indivíduos com autismo (ZANON; BACKES; BOSA, 2014). Porém, levando em consideração o contexto local, esses atendimentos especializados geralmente necessitam de um investimento financeiro que nem todas as famílias dispõem, mesmo sendo possível notar o crescente número de novas instituições sem fins lucrativos que podem oferecer um atendimento mais acessível. Portanto, observa-se a necessidade de auxílio para com as famílias que não possuem recursos financeiros para intervenções terapêuticas particulares.

Atrelado a esse cenário, é possível perceber que a formação do curso de Psicologia da UFC delinea-se de modo amplo, na qual o profissional de Psicologia tem determinado contato com diversas áreas e conteúdos que ampliam sua visão de mundo e de sujeito, mas que apesar disso, para se tornar um profissional mais qualificado, torna-se necessário estar atento às questões que constantemente perpassam o campo do saber psicológico, principalmente àquelas além da grade curricular do curso. Ainda considerando os debates em torno da formação curricular, o discente, ao se deparar com a atuação profissional em Psicologia nos estágios, e após se formar, acaba não tendo ao longo do curso a oportunidade de vivenciar e se capacitar em assuntos que estão em voga nas práticas psicológicas na contemporaneidade. Assim, acaba possuindo dificuldades em se posicionar de modo competente e embasado em aspectos teóricos envolvendo pesquisa e

outros tópicos referentes à ciência e à prática profissional em Psicologia. Tal problemática é amenizada a partir da inserção desses estudantes nos diversos espaços responsáveis por ampliar a visão de mundo e de ciência dentro do curso. Os núcleos e laboratórios, servindo como esses espaços frutíferos, servem para aprofundar os conhecimentos e práticas do aluno em um determinado viés mais direcionado, ao passo que traz diversas oportunidades de atuação em extensões, pesquisas e ensino, fortalecendo o conhecimento adquirido ao longo do curso ao mesmo tempo em que traz outras discussões que podem não ser contempladas dentro de sala de aula.

Partindo das ideias levantadas até o momento, o objetivo do presente relato de experiência é apresentar o projeto “Abraçando o Autismo” promovido pelo Núcleo de Avaliação Psicológica em Saúde (UFC), além de descrever as atividades realizadas no ano de 2019 e comparar com a literatura especializada na área do Transtorno do Espectro Autista, observando pontos positivos, dificuldades e limitações.

O projeto de extensão “Abraçando o Autismo”, vinculado ao Núcleo de Avaliação Psicológica em Saúde (UFC), iniciado no ano de 2019, dedica-se à prestação de serviços de acompanhamento psicológico para crianças dentro do contexto do espectro autista, além de oferecer atividades de capacitação para pais e para comunidade acadêmica no âmbito da saúde psicológica. O projeto visa ajudar no desenvolvimento de habilidades básicas em crianças autistas como: relações pessoais, imitação, responder emocionalmente, uso corporal, uso de objetos, resposta a mudanças, respostas visuais, respostas auditivas, resposta e uso do paladar, olfato e tato, medo ou nervosismo, comunicação verbal, comunicação não verbal, nível de atividade e nível e consistência da resposta intelectual. Além disso, objetiva fornecer conhecimento aos pais sobre estratégias de ensino para indivíduos dentro do espectro e ampliar o conhecimento das pessoas atendidas no que concerne ao acolhimento dessas crianças por parte da comunidade e do público

acadêmico, por meio de grupos de estudos e palestras. Iniciou-se no ano de 2019 na instituição “Projeto Diferente: Centro de Vida para Pessoas com Autismo”, uma entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade o atendimento psicoeducativo a crianças e jovens autistas e de síndromes associadas. Busca-se, com a atuação em ambientes fora da universidade, uma contextualização e integração maiores com os públicos-alvo da extensão, de modo a abranger tanto os pais, as crianças e demais pessoas interessadas em aprender sobre o assunto, atuando tanto na intervenção comportamental quanto na educação de pais em espaços já frequentados por eles. Procura-se também complementar a atuação feita pelos profissionais da instituição e contextualizar os membros extensionistas em espaços de atuação profissional. Já a capacitação do público acadêmico por meio de grupos de estudo é realizada na sala do laboratório NAPSIS localizada na Universidade Federal do Ceará.

2. Referencial Teórico

No DSM-5 (APA, 2013), o TEA se caracteriza por apresentar déficits significativos na socialização e comunicação, manifestadas nas seguintes maneiras: déficits expressivos na comunicação, não verbal e verbal, utilizadas para interação social; padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades; interesses rígidos; comportamentos sensoriais incomuns; intensiva adesão à rotina e dificuldade em socialização e reciprocidade social (APA, 2013). Até o momento não é possível denominar uma cura para o transtorno (APA, 2013) e por conta disso são buscadas intervenções que possam resultar em ganhos no desenvolvimento. Dentre elas estão as Intervenções Comportamentais Intensivas, que têm promovido ganhos significativos desde a década de 1980, com os estudos iniciais de Lovaas (1987).

No experimento do autor supracitado, foram separados três grupos de crianças diagnosticadas com autismo, que tinham idades abaixo de 4 anos no início do estudo. Um educador individual foi responsável por realizar a Intervenção Comportamental Intensiva por 40 horas semanais em dois ou

mais anos consecutivos nas 19 crianças participantes do grupo experimental, e consistiu no ensino de habilidades como: comunicação, interação social, imitação, autocuidados, por exemplo, visando principalmente melhorar o desenvolvimento das crianças. O experimento contava com dois grupos controle, um composto por 19 crianças, que recebeu intervenção comportamental mínima, por 10h semanais ou menos; e o outro grupo controle contava com 21 participantes que foram tratados em centros de atendimento que não realizavam Intervenção Comportamental Intensiva (LOOVAS, 1987).

Em seu estudo, Lovaas (1987) constatou que 47% das crianças do grupo experimental avançaram de série na escola em que estudavam, assim como apresentaram comportamentos funcionais compatíveis com a sua idade e próximo ao típico. Crianças do grupo controle que receberam intervenção comportamental mínima, obtiveram resultados muito diferentes: 2% apresentaram desenvolvimento próximo ao típico, 45% tiveram uma redução da sintomatologia característica do autismo e 53% continuaram com sintomas graves. As crianças do segundo grupo controle, que foram tratadas em outros centros de atendimento sem contar com a Intervenção Comportamental Intensiva, também apresentaram resultados muito inferiores aos obtidos pelas crianças do grupo experimental. A partir desse primeiro experimento foi possível perceber efeitos de médio a longo prazo da Intervenção Comportamental Intensiva em termos de benefícios no funcionamento intelectual, desenvolvimento da linguagem e aquisição de habilidades funcionais na vida diária de crianças com autismo (VIRUES-ORTEGA, 2010).

Dentre as principais estratégias para o ensino de habilidades para crianças com TEA está o Ensino por Tentativas Discretas (DDT) que, de acordo com Silva e Matsumoto (2018), é um método de ensino estruturado, com controle das variáveis e pensado visando o desenvolvimento de cada criança de modo individualizado. O modelo de um educador a crianças em um ambiente controlado permite estabelecer objetivos de ensino claros, observar e descrever de modo

evidente o progresso no desenvolvimento, controlar os estímulos no ambiente a fim de evitar distrações e o usar de reforçadores imediatos que aumentem a frequência do comportamento-alvo atingido pela criança (SILVA; MATSUMOTO, 2018).

O método envolve um padrão estruturado de respostas que engloba: 1. Apresentação de um estímulo antecedente que sinaliza qual resposta a criança deve emitir 2. Apresentação de dica que vai aumentando a complexidade até que a criança emita a resposta independente de ajuda 3. Emissão do comportamento-alvo ou próximo a isso 4. Consequência imediata de acordo com a resposta, reforço para respostas próximas ou a própria resposta-alvo e extinção para outras respostas e 5. Intervalo entre as tentativas. A partir dos dados experimentais do uso da Intervenção Comportamental Intensiva e do método de tentativas discretas para aquisição de novos comportamentos, o projeto Abraçando o Autismo no ano de 2019 utilizou-se desses métodos para a intervenção com as crianças da instituição parceira.

A literatura também aponta para a importância da capacitação de pais para o desenvolvimento dessas crianças com autismo. Wong et al. (2014) cita o treinamento de pais como dentro das 27 práticas comprovadas cientificamente para o tratamento de TEA. Verificou-se que as principais habilidades treinadas pelos pais foram as de comunicação, brincar funcional e de redução de comportamentos disruptivos. É indicado que a instrução de pais seja realizada com diversas técnicas de ensino como: ensino por instrução direta; por materiais de estudo ou por role play, que é a simulação de situações reais que acontecem ou podem acontecer entre os pais e a criança (BAGAILOLO et al., 2018).

A partir dessa necessidade a capacitação de pais realizada no projeto fez uso de outro método de ensino também apontado como eficaz na literatura: o treino naturalístico, recomendado para a generalização de comportamentos aprendidos no treino por tentativas discretas (KENYION, 2018). O treino naturalístico ocorre a partir de estímulos que o ambiente natural da criança oferece, o que ajuda no desenvolvimento de habilidades de

socialização e comunicação. Dessa forma, capacitar os pais a aplicar esse método de ensino tornou-se mais viável pela frequência dos pais na companhia das crianças em diversos contextos ao longo do dia (KENYION, 2018).

Para avaliação do domínio das habilidades por parte das crianças foi utilizado o instrumento Childhood Autism Rating Scale (CARS), adaptada e validada para a população brasileira por Pereira, Riesgo e Wagner (2008). A escala auxilia na distinção de comprometimento do transtorno em diversas habilidades como: relações pessoais, imitação, resposta emocional, uso corporal, uso de objetos, resposta a mudanças, resposta visual, resposta auditiva, resposta ao uso do paladar, olfato e tato, respostas de medo ou nervosismo, comunicação verbal e não verbal, nível de atividades motora e consistência de resposta intelectuais. A aplicabilidade em crianças de diversas idades e o uso de escores quantificáveis assinalados pelo relato de pais e professores que fazem uso de observação direta nos comportamentos da criança fazem do instrumento uma ferramenta eficiente (PEREIRA; RIESGO; VAGNER, 2008).

As atividades e intervenções puderam ser feitas de forma qualificada a partir das ferramentas e metodologias citadas anteriormente. No entanto, a fim de ampliar o leque de possibilidades de intervenção, é necessário pontuar o papel de outros públicos e outras ferramentas que poderiam ter sido utilizadas para fortalecer a aquisição de novas habilidades nas pessoas participantes das intervenções, bem como ampliar as oportunidades de atuação com o uso de outros instrumentos teóricos.

Assim, além da capacitação com pais, observa-se também a necessidade de capacitar os profissionais de saúde para uma atuação mais contextualizada e qualificada, levando em consideração as especificidades dos sujeitos atendidos. Martone (2017) elabora uma tradução e adaptação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) para a língua portuguesa, além de trazer discussões acerca da efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais. Tal estudo lança luz para as habilidades necessárias que o profissional

que aplicará escalas, testes e bateria de avaliações, por exemplo, deve ter. Assim, além da tradução do VB-MAPP, utilizado para avaliar o repertório verbal de crianças a partir de determinados marcos do desenvolvimento, houve o treino de habilidades comportamentais a partir do Behavioral Skill Training- BST, visando uma prática mais adequada na aplicação do VB-MAPP (MARTONE, 2017).

Os resultados do estudo apontaram que os profissionais do grupo experimental que passaram pelo treino de habilidades comportamentais conseguiram aplicar o VB-MAPP de forma mais qualificada e adequada, bem como conseguiram generalizar determinados comportamentos para o desempenho em outras tarefas (MARTONE, 2017). Desse modo, nota-se a importância da capacitação daqueles indivíduos responsáveis pela definição e aplicação de intervenções, principalmente pelo impacto que sua prática tem na captação efetiva de dados a respeito dos sujeitos que passarão por determinada avaliação.

Outro ponto importante no que diz respeito às intervenções é saber de modo específico sobre os comportamentos que serão alvos de intervenção. LeBlanc et al. (2016) elaboram um modelo de tomada de decisão clínica cujo objetivo é fornecer informações adequadas sobre certos comportamentos. O estudo inclui diversos procedimentos de medição e considerações práticas que devem ser levadas em consideração para identificar e intervir nos comportamentos principais, como observabilidade do comportamento, limitação de recursos e de pessoal e natureza do comportamento (LEBLANC et al., 2016). Os autores supracitados ressaltam que o intuito do trabalho é sintetizar diretrizes de melhores práticas e desenvolver ferramentas eficazes de tomada de decisão clínica em áreas importantes de serviços ABA voltados aos cuidados com pessoas com necessidades específicas.

Dessa forma, nota-se que há uma ampla gama de direções e formas de intervenção que convergem para uma prática efetiva e dinâmica, que visa intervir não só no indivíduo autista em si, mas também no seu contexto social, englobando familiares, profissionais e demais pessoas que fazem

parte do processo de cuidado.

3. Materiais e Métodos

Participantes

Participaram da intervenção 8 crianças, 6 meninos e 2 meninas, que foram atendidas pela instituição “Projeto Diferente” no ano de 2019. As crianças eram de uma mesma turma da instituição e tinham o diagnóstico de autismo, realizado por psiquiatras e neurologistas infantis especializados, seguindo critérios do DSM-V (APA, 2013). As crianças foram divididas em dois grupos: o Grupo 1 era das crianças que frequentavam a instituição às segundas e quartas-feiras durante a semana, no Grupo 2 estavam as crianças que frequentavam a instituição em dias de terças e quintas-feiras.

Instrumentos de avaliação

Foi utilizado o inventário de avaliação indireta Childhood Autism Rating Scale (SCHOPLER; REICHLER; RENNER, 1988) a fim de entender os padrões de comprometimento em algumas habilidades e indicar quais comportamentos-alvo deveriam fazer parte da intervenção infantil e da capacitação de pais. Todos os pais das crianças participantes responderam o inventário.

Calendário de atividades

No primeiro semestre do ano de 2019 foi realizada a aplicação das escalas CARS com os pais das crianças, assim como a capacitação com os membros voluntários da extensão com o tema: “estudos de caso em Transtorno do Espectro Autista”. Já no segundo semestre de 2019 foram realizadas as intervenções com as crianças da instituição. Com 10 intervenções para cada criança, as capacitações com os pais foram realizadas com os que estavam presentes no dia da intervenção com a criança. Foi ofertada também uma capacitação com o título de “ABA no contexto do Transtorno do Espectro Autista” para os membros da extensão e outros interessados dentro da comunidade acadêmica.

Outras atividades realizadas foram:

- Ampliação das possibilidades de articulação teórica através do contato com profissionais de psicologia;

- Realização da confecção e envio dos certificados e declarações para os participantes da intervenção e das capacitações compreendendo os informes necessários, fornecidas por eles.
- Promoção da divulgação da extensão e das capacitações por meio de mídias sociais e anúncios dentro das instituições.

4. Resultados e Discussão

Com base nas atividades do projeto, é possível perceber que a relação com o tripé da Universidade, ensino, pesquisa e extensão, foi realizada pelo projeto ao longo do ano de 2019 de modo satisfatório, possibilitando a exploração de um tema tão crescente dentro da formação em Psicologia como o Transtorno do Espectro Autista e seus efeitos nas relações familiares. Para isso, foram disponibilizados momentos de capacitação para os extensionistas do projeto, a fim de que as intervenções junto ao público-alvo, ou seja, as famílias e as crianças, pudessem ser realizadas de forma satisfatória.

Na avaliação e intervenção infantil por meio de tentativas discretas (DDT) foi possível perceber uma grande variedade de habilidades deficitárias no responder em relação ao estímulo apresentado pelos extensionistas, tais como: imitação, comunicação verbal e não verbal e comportamentos colaborativos durante a sessão de atendimento.

Já na capacitação realizada com os pais das crianças que frequentam a instituição, elas ocorreram durante o mês de agosto, uma vez por semana, na forma de roda de conversa entre os pais e os extensionistas do projeto. A capacitação funcionava com os pais que estavam presentes na instituição no momento. Foi notável a existência de uma grande variedade de técnicas terapêuticas, provenientes de diversas instituições e profissionais que aqueles pais solicitaram serviço. Dessa forma, as capacitações buscaram um compromisso profissional por meio de práticas baseadas em evidências científicas apoiadas em dados experimentais como os de Loovas (1987), já citado aqui, mostrando que a Intervenção Intensiva tem resultados significativos em desenvolver habilidades funcionais.

Nos dez encontros por meio de

intervenções comportamentais buscou-se fomentar discussões de suporte aos pais para que possam auxiliar seus filhos a desenvolverem comportamentos funcionais como comunicação, atenção compartilhada e desenvolvimento psicomotor, bem como prevenção e intervenção em problemas psicossociais em familiares e cuidadores (aceitação, conscientização, convívio social e redução de comportamentos preconceituosos ligados ao TEA). A título de exemplo, uma variável discutida com os pais, mas que não se refere aos comportamentos da criança é o conflito conjugal, ela tem sido apontada como uma variável atuante sobre a família no momento de desenvolver modelos de treinamentos de pais (SILVA et al., 2000).

Já nas capacitações feitas ao público universitário, ofertadas por profissionais de Psicologia convidados, 8 extensionistas membros do projeto fizeram parte do programa de estudos, dividido em 8 encontros de 1 hora cada, totalizando 8 hrs/aula de carga horária. Durante a capacitação interna foram discutidos temas como: avaliação e registro do desenvolvimento, seleção de reforçadores e preparo do ambiente para intervenção, habilidades de atenção e imitação, treino de linguagem receptiva, linguagem expressiva e habilidades pré-acadêmicas. Os encontros foram realizados com exposição teórica do conteúdo seguido de discussão em torno de estudos de casos apresentados por Gomes e Silveira (2016). Na capacitação externa foram certificados 19 graduandos em Psicologia de diversas IES. A capacitação teve 8 encontros, com 1 hora e 30 minutos de duração cada, totalizando 12 hrs/aula de carga horária certificada. Os seguintes assuntos foram explanados ao longo do grupo: causas genéticas e comportamentais do Transtorno do Espectro Autista, princípios básicos de Análise do Comportamento Aplicada, Ensino por Tentativas Discretas (DDT), ensino incidental/naturalístico, comportamentos disruptivos e colaborativos, estudos de caso e práticas por meio de role play e, por fim, uma discussão sobre possibilidades terapêuticas em serviços públicos de saúde e educação.

Além do exposto, frisa-se também a partir da literatura a necessidade de se trabalhar de forma integrada com os profissionais da instituição ou local de

atividade, visando principalmente a ampliação e generalização, por parte das crianças autistas, de seus repertórios comportamentais, tendo em vista que o tempo dos profissionais da instituição com elas era maior. Assim, como possíveis desafios e propostas futuras de intervenção, aparece o manejo de habilidades comportamentais voltadas à compreensão das técnicas e dos princípios da Análise Aplicada do Comportamento, como sugerido por Martone (2017). Outro ponto importante a ser analisado a partir da literatura é a modalidade de avaliação utilizada. De acordo com Martone (2017), por exemplo, o VB-MAPP pode ser utilizado para avaliar o repertório verbal de crianças a partir de determinados marcos do desenvolvimento, dessa forma, ela aparece como uma escala de avaliação mais eficaz que escalas de avaliação indiretas como a *Childhood Autism Rating Scale*.

5. Considerações Finais

O Projeto Abraçando o Autismo consiste em uma ação de extensão que, como exposto, tenta oferecer intervenção terapêutica com confiabilidade e capacitação de pais e potenciais cuidadores para que possam eles mesmos intervir com qualidade. De acordo com o que foi observado no ano de 2019 e a partir da literatura citada ao longo do texto (LOOVAS, 1987), é possível perceber a necessidade de uma carga horária maior de intervenção infantil para que seja possível obter resultados mais significativos, visto a dificuldade em conciliar as atividades do projeto com as instituições parceiras. Foi observado também que o uso de instrumentos complementares e validados para o território nacional traria mais confiabilidade aos resultados obtidos no que se refere ao melhoramento de habilidades relacionadas ao déficit funcional e para que os indivíduos atendidos viessem a desenvolver alternativas socialmente satisfatórias.

A capacitação de pais e o grupo de estudo com o público universitário apresentaram-se como estratégias válidas, visto a eficácia que esse tipo de intervenção pode trazer. Algumas medidas que podem ser agregadas são o recolhimento de mais feedbacks dos resultados obtidos pelos pais

na intervenção familiar, bem como a busca mais sistematizada sobre questões relevantes na estrutura familiar, como a do conflito conjugal, por exemplo, como já discutido no presente texto (SILVA et al., 2000).

Algumas limitações concretas puderam ser observadas no que diz respeito às possíveis intervenções e modos de atuação. Uma delas diz respeito ao tempo disposto para as atividades e à duração do projeto. Nota-se, assim, que a limitação temporal imposta por diversos fatores dificultou a manutenção e aquisição de determinadas habilidades nas crianças atendidas, bem como dificultou a atuação dos extensionistas de forma mais contínua, diminuindo também a capacidade de manter uma prática constante e um vínculo mais duradouro com os profissionais, pais e crianças participantes.

Além disso, a opção pelo uso de uma escala de avaliação indireta, como já afirmado no tópico de resultados e discussão, também pode ser repensada, tendo em vista a existência de escalas mais atuais e que abarcam diversos fatores relativos ao comportamento verbal e habilidades sociais como, por exemplo, a VB-MAPP, citada anteriormente. No entanto, deve-se levar em consideração também o acesso dificultado a tais instrumentos e a dificuldade relativa à aplicação em decorrência do curto período de tempo disponível tanto para os extensionistas, como para os pais e profissionais que cuidam das crianças.

A partir disso, as atuações em 2020 serão pautadas principalmente em psicoeducação e acolhimento dos pais das crianças, tendo em vista não só a efetividade que intervenções desse tipo trazem para o bem-estar das crianças e seus familiares, como também por essas apresentarem comprovada eficácia, como dizem Wong et al. (2014), ao ressaltarem a importância desse modelo de intervenção. Serão realizadas também palestras, ao longo do semestre, a fim de ampliar a conexão entre público interno e externo do curso com o tema, levando em consideração o ensino como um dos pilares do tripé da Universidade.

Diante do exposto, nota-se que o Projeto Abraçando o Autismo visa trazer ao espaço acadêmico e cotidiano temas que estão cada vez mais ganhando notoriedade e levantando

discussões em diversos âmbitos da sociedade. Oferecer essa forma de atuação ao público universitário, aos pais, às crianças autistas, aos profissionais interessados no tema e a outros indivíduos, possibilita que as questões que envolvem o TEA sejam compreendidas de modo amplo e concreto, evitando a perpetuação de práticas danosas e preconceituosas direcionadas ao público citado. As ações objetivaram também

desenvolver debates críticos sobre as diversas realidades que abrangem o TEA, trazendo questões de saúde pública, econômicas e sociais. Nesse sentido, visou-se manter e ampliar discussões e atuações pautadas de forma ética e responsável, em que houvesse o respeito e a compreensão diante de todos os cenários tanto práticos como teóricos perpassados.

Submetido: 04/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.43799

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**: DSM-5. Washington: APA, 2013.

BAGAILOLO, L. F. *et al* . Capacitação parental para comunicação funcional e manejo de comportamentos disruptivos em indivíduos com transtorno do espectro autista. **Cad. Pós Grad. Distúrb. Desenvol.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 46-64, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072018000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar. 2020.

KENYON, P. B. Ensino em ambientes naturais. In: DUARTE, C. P.; SILVA, L. C.; VELLOSO, R. L. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon: Edições Científicas, 2018. p. 140-150.

LEBLANC, L. A. *et al*. A proposed model for selecting measurement procedures for the assessment and treatment of problem behavior. **Behavior Analysis in Practice**, v. 9, n. 1, p. 77-83, 2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs40617-015-0063-2>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LOVAAS, O. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 55, n. 1, p. 3-9, 1987. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1987-16420-001>>. Acesso em: 21 Mar. 2020.

MARTONE, M. C. C. Tradução e adaptação do Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program (VB-MAPP) para a língua portuguesa e a efetividade do treino de habilidades comportamentais para qualificar profissionais. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9315>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PEREIRA, A.; RIESGO, R. S.; WAGNER, M. B. Autismo infantil: tradução e validação da *Childhood Autism Rating Scale* para uso no Brasil. **J. Pediatr.**, Porto Alegre, v. 84, n. 6, p. 487-494, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000700004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de março de 2020.

SCHOPLER, E.; REICHLER, J. R.; RENNER, C. **CARS – The Childhood Autism Rating Scale**. 1. Ed.

Los Angeles: Western Psychological Services. 1988.

SILVA, A. T.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. (2000) Relacionamento pais-filhos: um programa de desenvolvimento interpessoal em grupo. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 217 – 235, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262178740_Relacionamento_pais-filhos_um_programa_de_desenvolvimento_interpessoal_em_grupo>. Acesso em: 22 de março de 2020.

SILVA, L. C.; MATSUMOTO, M. S. Ensino por tentativas discretas. In: DUARTE, C. P.; SILVA, L. C.; VELLOSO, R. L. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo**. São Paulo: Memnon: Edições Científicas, 2018. p. 127-140.

VIRUÉS-ORTEGA, J. Applied behavior analytic intervention for autism in early childhood: Meta-analysis, meta-regression and dose-response meta-analysis of multiple outcomes. **Clinical Psychology Review**, v. 30, n. 4, p. 387-399, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK79228/>>. Acesso em: 21 Mar. 2020.

WONG, C. *et al.* **Evidence-based practices for children, youth, and young adults with Autism Spectrum Disorder**. 1. Ed. Carolina do Norte: Chapel Hill: The University of North Carolina; Frank Porter Graham Child Development Institute; Autism Evidence-Based Practice Review Group, 2014

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Mar. 2020.



ANSIEDADE E FRACASSO NA CESSAÇÃO DO TABAGISMO EM PACIENTES AMBULATORIAIS

FAILURE TO QUIT SMOKING IN OUTPATIENTS

RONDINA, R. C.¹

[https://orcid.org/0000-0002-](https://orcid.org/0000-0002-0588-8120)

0588-8120

Universidade Estadual
Paulista (UNESP)

MARTINS, R. A.²

[http://orcid.org/0000-0001-](http://orcid.org/0000-0001-6495-731X)

6495-731X

Universidade Estadual
Paulista (UNESP)

MORIMOTO, K. A.³

Universidade Estadual
Paulista (UNESP)

MASCARENHAS,

G. P. A.⁴

Universidade de Marília
(UNIMAR)

SANTOS, B. L. dos⁵

Universidade de Marília
(UNIMAR).

SILVA, M. L. da⁶

[https://orcid.org/0000-0003-](https://orcid.org/0000-0003-0256-4793)

0256-4793

Universidade Estadual
Paulista (UNESP)

RESUMO

O tabagismo é considerado uma das principais doenças que afetam a saúde pública. Ainda há controvérsias sobre a influência da ansiedade no fracasso e/ ou na adesão dos tabagistas durante tratamento para cessação do uso de tabaco. O objetivo desta pesquisa foi investigar a associação entre sintomatologia de ansiedade e o fracasso na cessação do tabagismo em pacientes ambulatoriais. Pesquisa proveniente de projeto de extensão multidisciplinar para tratamento do tabagismo, desenvolvido por ações integradas envolvendo duas universidades e um hospital. Participaram 105 pacientes do programa de tratamento de tabagismo do Ambulatório da Santa Casa de Misericórdia de Marília, localizado no interior de São Paulo. Para coleta de dados foram utilizados o questionário para caracterização do perfil sociodemográfico e de padrão de consumo de tabaco e o Inventário de Ansiedade de Beck, que consiste em um questionário de autorrelato sobre sintomas de ansiedade na última semana. Embora os resultados tenham apontado a prevalência de participantes com níveis de ansiedade entre moderados e mínimos de ansiedade (75,2%), seguido de nível grave (24,8%), não foi encontrada associação significativa entre a ansiedade e o fracasso na cessação do tabagismo. Verificou-se índice de sucesso maior de participantes do sexo feminino, maiores índices de ansiedade em homens e também em pacientes com menor renda financeira. Os resultados sugerem a necessidade de estudos investigativos longitudinais sobre a relação entre ansiedade e desempenho durante o tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade. Fumantes. Tabaco.

ABSTRACT

Tobacco Use Disorder is considered one of the main diseases that affect public health. There are still controversies about the influence of anxiety on the failure and/or adherence of smokers during cessation of tobacco use. The objective of this research was to investigate the association between anxiety symptomatology and smoking cessation failure in outpatients. Research from a multidisciplinary extension project for the treatment of smoking, developed by integrated actions involving two universities and a hospital. Participants were 105 patients in the smoking treatment program of the Outpatient Clinic of Santa Casa de Misericórdia de Marília, located in the interior of São Paulo. For data collect, we used a questionnaire to characterize the sociodemographic profile and pattern of tobacco consumption and the Beck Anxiety Inventory, which consists of a self-report questionnaire on anxiety symptoms in

the last week. Although the results indicated the prevalence of participants with anxiety levels between moderate and minimum of anxiety (75.2%), followed by severe level (24.8%), no significant association was found between anxiety and failure in smoking cessation. There was a higher success rate of female participants, higher levels of anxiety in men, and also in patients with lower financial income. The results suggest the need for longitudinal investigative studies on the relationship between anxiety and performance during treatment.

KEYWORDS: Anxiety. Smokers. Tobacco.

1. Introdução

Atualmente o tabagismo é responsável por aproximadamente 8 milhões de mortes por ano no mundo e considerado uma das principais ameaças à saúde pública (WHO, 2020). Dentre as patologias comumente ocasionadas pelo tabaco estão as cardiovasculares, dentárias, respiratórias obstrutivas crônicas e diversos tipos de cânceres (WHO, 2020; MALTA, et.al., 2017).

O tabaco contém aproximadamente quatro mil substâncias químicas, sendo que mais de 50 são cancerígenas (WHO, 2020). Dentre essas substâncias, encontra-se a nicotina, que age no sistema nervoso central estimulando a liberação de neurotransmissores responsáveis pela produção da sensação de prazer e bem-estar (MESQUITA, 2013; PAWLINA, et al., 2014). Porém, a nicotina é eliminada rapidamente do organismo, fazendo com que o fumante sinta vontade de acender um cigarro após o outro, o que pode levar à dependência (PAWLINA, et al., 2014, APA, 2014; MINICHINO et al., 2014). Além disso, o uso contínuo pode acarretar mudanças no sistema nervoso central, alterando a dose necessária para alcançar o mesmo nível de sensação de prazer e satisfação inicial (MESQUITA, 2013; APA, 2014; MINICHINO et al., 2014).

Devido ao alto potencial aditivo da nicotina, o fumante que deseja parar de fumar, em geral enfrenta dificuldades para interromper o uso durante o tratamento. São considerados fatores de risco para o insucesso no tratamento, o grau de dependência, a iniciação precoce, a convivência com fumantes, histórico de distúrbios de humor, entre outros (SATTLER e CADE, 2013; SOBRINHO, SILVA E NASCIMENTO, 2016). Em mulheres, a

preocupação com o peso corporal também pode dificultar a cessação (SOBRINHO, SILVA E NASCIMENTO, 2016). É comum ainda a associação entre tabagismo e transtornos mentais (LI, et al., 2017).

A prevalência do tabagismo é maior em pacientes psiquiátricos, em comparação à população em geral (LI, et al., 2017; ZVOLENSKY et al., 2014; BETTIO, et al., 2018). Sintomas emocionais negativos e/ou transtornos psicológicos podem aumentar o risco de fracasso no abandono do tabagismo, acentuando a severidade dos sintomas da abstinência (SATTLER E CADE, 2013; ZVOLENSKY et al., 2014), tornando mais difícil o tratamento para fumantes portadores de quadros psicopatológicos (BETTIO, et al., 2018).

A ansiedade é caracterizada por um conjunto de respostas de proteção, que prepara o organismo ante a situações estressantes, ameaçadoras e perigosas (APA, 2014; SOUZA, et al., 2014). Geralmente, isso é identificado pelo indivíduo como um sentimento desagradável de medo e apreensão, ocasionando tensão e desconforto por antecipação de algo desconhecido. A ansiedade é considerada patológica quando é persistente e interfere negativamente na qualidade de vida, no conforto emocional e no desempenho de atividades diárias (APA, 2014; SOUZA, et al., 2014). Nesses casos, podem aparecer sensações de medo irracional e/ou desproporcional ao evento ou contexto desencadeador (PAWLINA, et al., 2018).

O grau de ansiedade do indivíduo pode ser considerado variável preditora do fracasso durante a cessação do tabagismo, dificultando a aderência ao tratamento (FIGUEIRÓ, et al., 2017) e a mudança de

comportamento de fumar (PAWLINA, et al., 2018). No entanto, em alguns trabalhos não foram encontradas associações entre níveis de ansiedade e os índices de sucesso/fracasso dos pacientes em programas de tratamento para parar de fumar (MARTINS, K.C.; SEIDL, 2011). Ainda há divergência entre os resultados dos estudos, nesse sentido.

No Brasil ainda há relativa escassez de pesquisas, com foco na identificação de fatores que dificultam a cessação do consumo, especificamente durante a fase de iniciação do tratamento para parar de fumar. O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito de um projeto de extensão multidisciplinar em tratamento de tabagismo. O referido projeto articulou atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de ações integradas entre duas universidades e uma Santa Casa de Misericórdia de uma cidade do interior paulista, que disponibiliza um programa de tratamento de tabagismo à comunidade.

O objetivo desta pesquisa foi investigar a associação entre sintomatologia de ansiedade e o fracasso na cessação, durante a etapa inicial do tratamento de tabagismo em pacientes ambulatoriais. Pretende-se com isso, subsidiar a elaboração e/ou o aperfeiçoamento de estratégias de intervenção para parar de fumar, contribuindo com a atuação de profissionais da área de saúde e/ou de áreas afins, em programas dessa natureza.

2. Materiais e Métodos

Delineamento

Estudo transversal, de cunho quantitativo e caráter exploratório.

Aspectos éticos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 43673015.1.0000.5406 e aprovada sob parecer 1.085.292. Após receberem todas as informações e orientações sobre a participação na pesquisa, pacientes que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE).

Local do estudo

Esta pesquisa foi proveniente das ações de um projeto de extensão que ofertava tratamento multidisciplinar de tabagismo à comunidade através de parceria entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de um município paulista e duas universidades da região, sendo uma pública e outra privada. Durante o período em que se deu o presente estudo, acadêmicos do último ano de Psicologia, sob supervisão da docente-coordenadora do projeto de extensão faziam parte da equipe multiprofissional e realizavam intervenções para cessação do tabagismo sob enfoque cognitivo-comportamental nos grupos terapêuticos.

Os pacientes eram encaminhados ao programa da instituição, via indicação médica e o ingresso de novos fumantes ocorria sob fluxo contínuo. A etapa inicial do tratamento consistia em sessões semanais de terapia em grupo realizadas por uma equipe multiprofissional, durante quatro semanas consecutivas. Fumantes que obtinham êxito nessa etapa (comprovado através de avaliação via monóxímetro) eram encaminhados para a fase de manutenção e prevenção de recaídas, sendo os encontros realizados quinzenalmente, durante aproximadamente um ano. A cada mês era formado um novo grupo, composto por fumantes da comunidade do município e região.

O local da pesquisa foi a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de uma cidade de médio porte, localizada no interior paulista.

Participantes

A amostra foi composta por pacientes encaminhados ao programa de tratamento durante o primeiro semestre do ano de 2016. Os critérios para seleção dos participantes foram: ser maior de 18 anos de idade, possuir encaminhamento médico para a etapa inicial do tratamento, ter disponibilidade para responder aos instrumentos e aceitar participar voluntariamente da pesquisa. Como critérios de exclusão, indisponibilidade de tempo, possuir diagnósticos de outros transtornos mentais e fazer uso de medicamentos ansiolíticos.

Instrumentos de avaliação

Como instrumentos investigativos foi aplicado um questionário para levantamento de dados sociodemográficos e padrão de consumo de tabaco dos pacientes e o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), (CUNHA, 2001).

O questionário foi composto por 18 questões, e dividido em três partes. A primeira parte continha questões de caracterização do perfil sociodemográfico do participante, a segunda parte com questões de caracterização do padrão de consumo, como o tempo de tabagismo, números de cigarros consumidos por dia, número de tentativas de cessação e sintomas desagradáveis durante as tentativas de parar de fumar. E a terceira, continha questões sobre histórico anterior e atual de tratamento psicológico ou psiquiátrico.

O Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) é um instrumento investigativo com 21 questões de autorrelato, que permite identificar e classificar a ansiedade em quatro níveis: mínimo, leve, moderado e grave Segundo protocolo de avaliação pré-estabelecido pelo instrumento, a pontuação dos sintomas de ansiedade pode variar de 0 a 63, sendo que a classificação da ansiedade mínima é considerada quando a pontuação varia de 0 a 10, leve de 11 a 19, moderada de 20 a 30 e, grave de 31 a 63 (CUNHA, 2001). Foi validado por Cunha (2001) para a população brasileira.

Procedimentos de coleta de dados

Os pacientes que ingressavam no programa de tratamento ao tabagismo eram contactados individualmente e convidados, através de explanação dos objetivos e explicação dos procedimentos investigativos, a participar da pesquisa. Somente após concordância e assinatura do TCLE eram aplicados os instrumentos. A aplicação individual dos instrumentos ocorria antes do início da primeira sessão de tratamento, sendo realizada por acadêmicos do curso de Psicologia e de Terapia Ocupacional, atuantes no projeto de extensão. Também foram apurados os índices de abandono do

tratamento e de recaídas dos pacientes em cada grupo terapêutico, na etapa inicial do tratamento.

Análises estatísticas

Os resultados foram transcritos em planilha de Excel e convertidos em códigos, para posterior aplicação de procedimentos estatísticos em software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Para a análise das características sociodemográficas e padrão de consumo de tabaco dos pacientes foram aplicados cálculos de estatística descritiva (média, desvio padrão, percentual, entre outros) e para os resultados do BAI foi utilizado protocolo de cálculos e interpretação pré-estabelecido pelo instrumento. Os participantes foram divididos em dois grupos: pacientes com nível elevado de ansiedade (A) e pacientes que não apresentavam nível elevado de ansiedade (NA). Também foram classificados como “Grupo Abstêmio” (GA) composto por participantes que conseguiram parar de fumar e “Grupo não Abstêmio” (GnA) com pacientes que abandonaram o tratamento ou continuaram fumando durante a etapa de iniciação do tratamento. Para comparação entre os percentuais de fracasso nos grupos foi aplicado o teste “Qui-Quadrado” e, posteriormente, o teste “T Student”, aplicado para dados não paramétricos, com a finalidade de investigar diferenças entre as médias do teste BAI entre os grupos abstêmio (GA) e não abstêmio (GnA).

3. Resultados

Participaram 105 pacientes, sendo 40,6% do sexo masculino e 59,4% do feminino. A média de idade do grupo foi de 49,63 anos (DP $\pm 12,2$), não havendo diferença significativa entre homens e mulheres. Predominou a faixa etária entre 40 a 59 anos de idade (58,1%) do total de participantes. Em relação ao nível de ensino, a maioria (30,8%) dos participantes possuía ensino fundamental e 29,8% ensino médio. Do total da amostra, 77,4% possuíam renda financeira de até três salários mínimos (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização do perfil sociodemográfico dos participantes

Variáveis	F	%
Sexo		
Feminino	62	59,0
Masculino	43	41,0
Faixa etária		
18 – 39 anos	20	19,0
40 – 59 anos	61	58,1
60 – 75 anos	24	22,0
Nível de ensino*		
Não alfabetizado / Fundamental Incompleto	26	25,0
Fundamental Completo / Médio Incompleto	32	30,8
Médio Completo / Superior Incompleto	31	29,8
Superior Completo / Pós-graduação	15	14,4
Nível de renda*		
1 a 3 salários mínimos	72	77,4
4 a 7 salários mínimos	16	17,2
Mais de 8 salários mínimos	05	5,4

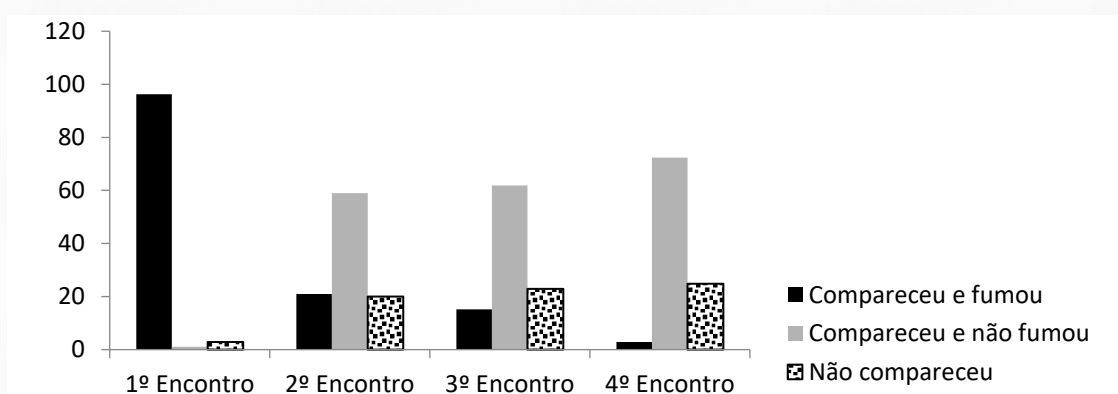
* Alguns participantes não informaram esta variável.

Fonte: elaborada pelos autores

A Figura 1 demonstra o grau de efetividade do tratamento na etapa de inicial (quatro encontros), sendo que no primeiro encontro, 96,2% dos participantes estavam

fumando e, 72,4% do total da amostra pararam de fumar no decorrer da etapa de iniciação e 27,7% abandonaram o tratamento ou continuaram fumando.

Figura 1 - Frequência de índices de sucesso por encontros na etapa inicial do tratamento.



Fonte: elaborada pelos autores

Verificou-se a prevalência do sexo feminino no GA e do sexo masculino no GnA. Foi aplicado o teste do χ^2 (Qui Quadrado) para verificar os índices de fracasso, segundo o sexo, faixa etária, nível de ensino e renda. Foi

encontrada diferença significativa apenas para sexo, com 58,6% (17) dos participantes do sexo masculino recaíram ou abandonaram o tratamento durante a etapa de iniciação ($\chi^2 = 5,172, p = 0,020$).

Tabela 2 - Frequência absoluta e relativa de êxito e fracasso em parar de fumar por sexo

	Grupo Abstêmio		Grupo não Abstêmio	
	<i>f</i>	%	<i>F</i>	%
Feminino	50	65,8	12	41,4
Masculino	26	34,2	17	58,6

Fonte: elaborada pelos autores

No presente estudo 75,2% (79) dos pacientes apresentaram nível de ansiedade entre mínima e moderada e 24,8% (26) apresentaram nível de ansiedade elevado, classificado como grave. Resultados do teste "T Student", com a pontuação no BAI como variável dependente, e resolução da intervenção (GA e GnA), sexo e renda como variáveis independentes, apresentaram significância para sexo ($t = -4,079, p = 0,001$) e

nível de renda ($t = 2,580, p = 0,014$), com os participantes do sexo masculino e os de menor renda apresentando maior pontuação no BAI. Na variável sexo, os participantes do sexo masculino apresentaram maior nível de ansiedade, assim como os que têm renda de até três salários mínimos (Tabela 3). Não houve diferença entre as médias de ansiedade dos grupos de abstêmios e não abstêmios.

Tabela 3 - Médias e desvio padrão da pontuação de BAI e variáveis de intervenção e sociodemográficas.

	Média	Desvio Padrão	<i>P</i>
Resolução da intervenção			
Abstêmios	18,67	13,89	0,328
Não abstêmios	16,34	12,34	
Sexo			
Feminino	12,14	11,69	0,001
Masculino	22,11	13,17	
Nível de renda			
1 a 3 salários mínimos	19,24	13,73	0,014
4 ou mais salários mínimos	11,24	12,11	

Fonte: elaborada pelos autores

4. Discussão

Os resultados apontaram para prevalência de participantes com níveis de ansiedade entre moderados e mínimos de ansiedade, seguido de nível grave. Porém, não foi encontrada associação significativa entre o grau de ansiedade dos pacientes e os índices de fracasso na etapa inicial do tratamento. Verificou-se índice de sucesso maior entre participantes do sexo feminino. Foram também encontrados maiores índices de ansiedade em homens e em pacientes com menor renda financeira.

Estudos prévios demonstraram maior prevalência de fumantes do sexo feminino em programas de tratamento do tabagismo (BETTIO, et al., 2018; MARTINS, SEIDL, 2011; SATTLER, CADE, 2013; SOBRINHO DO NASCIMENTO, SILVA, NASCIMENTO, 2016), o que também foi verificado nesta pesquisa. Provavelmente, mulheres apresentam maior tendência a buscar ajuda especializada e também maior preocupação com a saúde (BETTIO, et al., 2018; FIGUEIRÓ, et al., 2017). Fumantes do sexo masculino, em geral apresentam mais dificuldade em aceitar o tabagismo como doença ou em perceber os prejuízos decorrentes da dependência (BETTIO, et al., 2018; PAWLINA, et al., 2014) e, por consequência, geralmente demoram mais a buscar tratamento especializado (BETTIO, et al., 2018; PAWLINA, et al., 2014; SATTLER, CADE, 2013). Possivelmente, a maior prevalência do sexo masculino no mercado de trabalho também influencie a menor adesão e/ou frequência às sessões (LI, et al., 2017).

O predomínio de fumantes na faixa etária acima de 40 anos encontrado também foi observado em pesquisas similares (BETTIO, et al., 2018; KAREN, et al., 2012; SATTLER, CADE, 2013). Provavelmente, a decisão de procurar ajuda tende a ocorrer quando há maior maturidade e conscientização dos riscos do tabagismo à saúde. O fumante jovem, muitas vezes, apresenta dificuldade em visualizar os prejuízos, acreditando que os efeitos do tabaco demorarão a surgir e/ou que terá tempo para decidir quando parar. A reduzida procura dos programas de tratamento de tabagismo por parte de adultos jovens sinaliza a importância de adequar as políticas

públicas para controle do consumo de tabaco, de modo a incluir pessoas de todas as faixas etárias, o que ainda é considerado um desafio (BETTIO, et al., 2018).

Mulheres apresentaram menor nível de ansiedade em comparação aos homens, resultado contrário aos de estudos semelhantes (CASTRO, et al., 2008; COSTA et al., 2019). Variáveis como os hormônios sexuais femininos e seu ciclo, fatores genéticos e ambientais podem influenciar no desenvolvimento de quadros de ansiedade nas mulheres. Além disso, a apresentação clínica dos sintomas tende a ser mais acentuada no sexo feminino. Mulheres com transtornos de ansiedade tendem a apresentar sintomas mais severos e são mais propensas a ter comorbidades associadas, em comparação a homens (KINRYS, WYGANT, 2005). Os dados encontrados nesse estudo, contudo, não confirmam a literatura.

Foi evidenciado nesse estudo que os maiores níveis de ansiedade também foram associados a menor faixa de renda. A literatura sobre a temática envolvendo usuários de substâncias psicoativas é controversa, nesse sentido. Em estudo realizado com usuários de substâncias atendidos em comunidades terapêuticas não encontrou diferenças significativas entre aos níveis de ansiedade, depressão e estresse e as variáveis: sexo, escolaridade, idade, estado conjugal, religião e nível socioeconômico, sendo apenas observados maiores níveis de ansiedade em pacientes sem emprego (ANDRETTA, et al., 2018). Por outro lado, estudo que investigou transtornos de ansiedade em população adulta identificou que associação entre ansiedade e as variáveis: sexo, anos de estudo, renda, doença crônica, tabagismo e álcool (COSTA et al., 2019). Os autores referem que a presença de transtornos dessa natureza está associada a menor nível de renda financeira (COSTA et al., 2019).

A maioria dos participantes deste estudo conseguiu parar de fumar ao término da quarta semana de tratamento (72,4%). A literatura brasileira contém dados divergentes, nesse sentido. Em uma avaliação com fumantes na cidade de Brasília, foi detectado um percentual de 83,6% de eficácia após quatro semanas (MESQUITA, 2013). Por outro lado, levantamento realizado

em vários municípios do estado de Minas Gerais, a taxa média de cessação do consumo na quarta semana de tratamento foi de 40,5% (SANTOS, et al., 2012). Ainda são necessários mais estudos, em escala nacional, para identificação das características específicas de programas com resultados mais eficazes.

O percentual de fracasso em parar de fumar entre pacientes do sexo masculino aqui encontrado foi quase o dobro da observada no sexo feminino, resultado compatível com estudo similar (MEIER, VANNUCHI, OLIVEIRA SECCO, 2012). Contudo, algumas pesquisas (CASTRO, et al., 2008; SANTOS, et al., 2008) sugerem que homens tendem a aderir melhor ao tratamento. Supõe-se que em geral, mulheres enfrentam maior dificuldade para parar de fumar, devido a fatores como o estresse de dupla jornada de trabalho, níveis mais elevados de ansiedade e depressão, sentimento de segurança, que experimentam quando fumam em situações difíceis ou tristes e / ou a dificuldade em manutenção do peso durante o processo de cessação (CASTRO, et al., 2008; SANTOS, et al., 2008). O presente estudo sugere que as mulheres foram mais persistentes durante o período inicial de tratamento.

Nesta pesquisa, não foi encontrada associação significativa entre o grau de ansiedade e os índices de fracasso em parar de fumar, resultado compatível com estudo similar (MARTINS, SEIDL, 2011). Em contrapartida, em um estudo longitudinal com fumantes sob tratamento (PAWLINA, et al., 2018), níveis moderados e / ou elevados de ansiedade foram preditores de fracasso. Pesquisas com fumantes avaliados através do BAI em Porto Alegre sugerem associação inversa entre grau de ansiedade e o índice de aderência ao tratamento (FIGUEIRÓ, et al., 2017). Pesquisa realizada em Vitória, ES (SATTLER, CADE, 2013), demonstrou associação inversa entre a ansiedade e os índices de sucesso em se manter abstinente durante o tratamento.

É possível que a controvérsia entre os resultados das pesquisas se deva, pelo menos parcialmente, ao papel de fatores transdiagnósticos a quadros como depressão e ansiedade. Entende-se como transdiagnósticos, fatores comuns a esses transtornos, tais como anedonia, sensibilidade à ansiedade e grau de

tolerância a estados de angústia. Há indícios de que a sensibilidade à ansiedade (SA) é relacionada ao tabagismo. A SA é entendida como um fator relacionado às diferenças individuais, no tocante à sensibilidade a estados internos aversivos de ansiedade. Pode ser caracterizada como o temor à própria ansiedade e aos estados internos ou interoceptivos (LANGDON, et al., 2016; ZVOLENSKY, et al., 2014). Fumantes com nível elevado de SA tendem mais a fumar para alívio de sentimentos negativos, além de experimentar sintomas mais acentuados de abstinência, o que dificulta o abandono do hábito (ZVOLENSKY, et al., 2014). Uma linha de interesse emergente consiste em investigar as interações entre SA, Afetos Negativos e o desempenho de fumantes durante o tratamento (ZVOLENSKY, et al., 2014). Técnicas de manejo da SA vêm sendo integradas a programas de tratamento para fumantes predispostos a quadros de ansiedade, com vistas a ampliar o grau de eficácia na cessação (SMITS, et al., 2016; ZVOLENSKY, et al., 2014).

Cabe aqui ressaltar como limitações do presente estudo que, para composição da amostra, foi levada em conta somente a presença de sintomas de ansiedade; e, portanto, não realizado o diagnóstico de ansiedade. A amostra foi relativamente pequena e não foi realizada avaliação comparativa entre o grau de ansiedade de pacientes que apresentaram recaídas e o de pacientes que abandonaram o tratamento. São ainda necessárias pesquisas de cunho longitudinal e com maior tamanho amostral, enfocando a relação entre grau de ansiedade e o desempenho do paciente na fase inicial do tratamento e novamente, também, após seis meses e um ano, respectivamente.

5. Conclusão

Não foi encontrada associação estatisticamente significativa entre sintomatologia de ansiedade e os índices de fracasso durante a cessação do tabagismo em pacientes submetidos a um programa de tratamento de tabagismo. Por outro lado, foi encontrada associação entre a variável sexo e o desempenho dos pacientes nessa fase do tratamento. O índice de sucesso foi maior entre as mulheres, em comparação com os

homens. Porém, é necessária a realização de novos estudos longitudinais, com maior tempo de acompanhamento dos pacientes, para confirmação desses resultados.

Submetido: 04/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.43763

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRETTA, I. et al. Sintomas de depressão, ansiedade e estresse em usuários de drogas em tratamento em comunidades terapêuticas. *Psico-USF*, v. 23, p. 361-373, 2018.

BETTIO, C.J. et al. Fatores emocionais associados ao hábito de fumar em usuários de um programa antitabagismo. *Revista Brasileira de Promoção de Saúde*, v. 31, n.1, p.1-10, 2018.

CASTRO, M.D.G.T. et al. Relação entre gênero e sintomas depressivos e ansiosos em tabagistas. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v.30, n.1, p. 25-30, 2008.

COSTA, C.O.D. et al. Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 68, 92-100, 2019.

CUNHA, J.A. *Manual da versão em português das Escalas Beck*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2001.

FIGUEIRÓ, R. et al. Assessment of factors related to smokers' adherence to a short-term support group for smoking cessation: a longitudinal study in a developing country. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, v.39, n.1, p. 19-28, 2017.

KAREN, S.K. et al. Características clínicas de fumantes atendidos em um centro de referência na cessação do tabagismo. *Revista de Medicina (Ribeirão Preto. Online)*, v. 45, n.3, p. 337-342, 2012.

KINRYS, G.; WYGANT, L.E. Transtornos de ansiedade em mulheres: gênero influência o tratamento? *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v.27, s.2, p.S43-S50, 2005.

LANGDON, K.J. et al. Associations between anxiety sensitivity, negative affect, and smoking during a self-guided smoking cessation attempt. *Nicotine & Tobacco Research*, v. 18, n. 5, p. 1188-1195, 2016.

LI, X. H. et al. Prevalence of smoking in patients with bipolar disorder, major depressive disorder and schizophrenia and their relationships with quality of life, *Scientific Reports*, v. 7, n.1, p. 8430, 2017.

MALTA, D. C. et al. Prevalência e fatores associados com hipertensão arterial autorreferida em adultos brasileiros. *Revista de Saúde Pública, São Paulo*, v. 51, supl. 1, 11s, 2017.

MARTINS, K.C.; SEIDL, E.M.F. Mudança do Comportamento de Fumar em Participantes de

Grupos de Tabagismo. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v.27, n.1, p. 55-64, 2011.

MEIER, D.A.P.; VANNUCHI, M.T.O.; OLIVEIRA SECCO, I.A. Abandono do tratamento do tabagismo em programa de município do norte do Paraná. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v.13, n.1, p. 35-44, 2012.

MESQUITA, A. A. Avaliação de um programa de tratamento do tabagismo. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v.15, n.2, p. 35-44, 2013.

MINICHINO, A. et al. Smoking behaviour and mental health disorders-mutual influences and implications for therapy. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 10, n. 10, p. 4790-4811, 2013.

PAWLINA, M.M.C, et al. Ansiedade e baixo nível motivacional associados ao fracasso na cessação do tabagismo. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v.63, n.2, p. 113-120, 2018.

PAWLINA, M.M.C. *Análise dos fatores associados à cessação do tabagismo em Cuiabá /MT*, Tese de Doutorado em Saúde e Ambiente – Universidade Federal de Mato Grosso; Mato Grosso, Brasil, 2014.

SANTOS, J.D.P.D. et al. Indicadores de efetividade do Programa de Tratamento do Tabagismo no Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, Brasil, 2008. *Epidemiologia e Serviços de Saúde: Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil, Brasília*, v. 21, n. 4, p. 579-588, 2012.

SANTOS, S.R. et al. Perfil dos fumantes que procuram um centro de cessação de tabagismo. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v.34, n.9, p. 695-701, 2008.

SATTLER, A. C.; CADE, N.V. Prevalência da abstinência ao tabaco de pacientes tratados em unidades de saúde e fatores relacionados. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 1, p. 253-264, 2013.

SMITS, J.A. et al. The efficacy of vigorous-intensity exercise as an aid to smoking cessation in adults with high anxiety sensitivity: A randomized controlled trial. *Psychosomatic Medicine*, v. 78, n. 3, p. 354, 2016.

SOBRINHO DO NASCIMENTO, C.C.; SILVA, G.A.; NASCIMENTO, M.I. Fatores associados à recaída do tabagismo em pacientes assistidos em unidades de saúde da zona oeste do município do Rio de Janeiro. *Revista de Atenção Primária a Saúde*, v.19, n.4, p. 556-567, 2016;

SOUZA, J.P.M. et al. *Transtornos de Ansiedade*. In: Estanislau GM, Bressan RA. *Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber*. Porto Alegre: Artmed, p.101-119, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Tobacco*. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>. Acesso em: 12 Jul. 2021.

ZVOLENSKY, M.J. et al. An anxiety sensitivity reduction smoking-cessation program for Spanish-speaking smokers. *Cognitive Behavior Practice*, v. 21, n.3, p.350-363, 2014.



A INFLUÊNCIA DOS AGROTÓXICOS NA VIDA DE AGRICULTORES DO NORTE FLUMINENSE

THE INFLUENCE OF PESTICIDES ON LIFE OF NORTHERN FLUMINENSE FARMERS

**SIQUEIRA JUNIOR,
C. L.¹**

<http://orcid.org/0000-0001-8668-2222>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**SIQUEIRA, F. G. de
A.²**

Instituto Federal Fluminense (IFF)

RESUMO

O projeto "Regularização Ambiental na Perspectiva do Desenvolvimento Territorial Agroecológico dos Assentamentos da Reforma Agrária" tem por objetivo a regularização da situação de famílias beneficiárias de lotes de vários assentamentos agrícolas espalhados pelo país. Um dos pontos principais do projeto é a proposição de atividades que promovam demais projetos agroecológicos de produção, permitindo a melhoria dos padrões de cultura com combate natural contra pragas e doenças agrícolas sem o uso indiscriminado de agrotóxicos. Nesse trabalho, realizou-se uma visita de campo, junto a algumas famílias beneficiárias de lotes no assentamento Zumbi dos Palmares localizado nas cidades de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana – RJ, onde foi analisado o processo de produção das culturas de abacaxi e cana-de-açúcar e o uso de agrotóxicos durante a produção. Os dados obtidos demonstraram a fragilidade no sistema de controle do uso adequado de agrotóxicos na cultura de abacaxi e, com isso, a necessidade de melhoria na capacitação de agricultores para o uso correto dos agrotóxicos empregados nas culturas analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura. Defensivos agrícolas. Assentamentos agrícolas. Saúde. Segurança.

ABSTRACT

The project "Environmental Regularization in Perspective of Agroecological Territorial Development of Agrarian Reform Settlements" aims to regularize the situation of beneficiary families from lots of several agricultural settlements scattered throughout the country. One of the main points of the project is the proposition of activities that promote other production agroecological projects, allowing the improvement of crop patterns with natural combat against pests and agricultural diseases without the indiscriminate use of pesticides. In this work, a field visit was carried out, together with some beneficiary families of lots in the Zumbi dos Palmares settlement located in the cities of Campos dos Goytacazes and São Francisco de Itabapoana - RJ, where the process of production of pineapple and sugarcane crops and the use of agrochemicals during production, were analyzed. The data obtained demonstrated the fragility in the control system of the appropriate use of pesticides in the pineapple crop and, with this, the need of improvement in the

KEYWORDS: Agriculture. Pesticides. Agricultural settlements. Health. Safety.

1. Introdução

O Brasil é conhecido como segundo maior produtor mundial de abacaxi, ficando atrás apenas da Costa Rica que lidera a produção. O abacaxi, um fruto nativo da América do Sul (Brasil e Paraguai), tem recebido atenção por seu papel econômico possibilitando a produção de emprego e renda para as regiões produtoras, apesar do fato de que sua produção não ser significativa quando comparada a produção de Cana-de-açúcar, soja, trigo, entre outras (FAO, 2017). Mesmo com a queda na produção nos últimos 10 anos, a região sudeste é a segunda maior produtora de abacaxi, gerando mais de 411 milhões de frutos em 2017, ou seja, quase 30% da produção nacional, perdendo apenas para a região nordeste que produz praticamente 40% de frutos. Dentro da região sudeste, o Estado de Rio de Janeiro, nos últimos 10 anos, vem se destacando na cultura do abacaxi. Estima-se que entre 2008 e 2017 o valor da produção desse fruto aumentou de cerca de R\$27.000.000 para R\$140.000.000, um ganho 5 vezes maior. Esse acréscimo na produção se deve, em parte, pelo aumento da área cultivada que quase dobrou no mesmo período, com uma produção de 114.419 toneladas. No interior do Estado, as cidades de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, se destacam na produção do fruto. Juntas, são responsáveis pela produção de 104 milhões de abacaxis em 2017 (BRASIL, 2017), o que representa cerca de 7% da produção nacional de frutos. Essa produção é principalmente devida à atividade de agricultores familiares beneficiários de assentamentos agrícolas. Nesse caso, em específico, beneficiários do Projeto de Assentamento (PA) Zumbi dos Palmares, que abrange ambas as cidades em espaço territorial. Como a maior parte da produção se deve a agricultura familiar, as práticas culturais mais empregadas pelos produtores são: a capina manual e o controle

químico de ervas daninhas feito através da aplicação de agrotóxicos na cultura.

Tem-se noticiado que as recentes propostas políticas brasileiras que visam permitir o aumento do uso de defensivos agrícolas nas lavouras podem provocar grandes problemas de saúde humana nas próximas décadas. Somente nos últimos 10 anos, o mercado nacional de agrotóxicos cresceu cerca de 190%, quando comparado ao mercado mundial que sofreu um aumento de 93% (CARNEIRO et al., 2015). A cada ano, as quantidades de agrotóxicos empregadas nas diversas culturas aumentam consideravelmente. Esse aumento indica que cada consumidor estaria exposto a aproximadamente 5,2 litros de agrotóxico por ano (DUTRA; SOUZA, 2017). Ainda não há dados relacionados a casos de intoxicação por uso de agrotóxico no Estado do Rio de Janeiro nos últimos 3 anos. Contudo, no último relatório publicado em 2015, há dados de 279 casos registrados de intoxicação somente na zona rural, chegando a mais de 2.300 episódios quando somados os registros feitos na zona urbana também, indicando o perigo envolvido no uso de defensivos agrícola ao longo da produção (SINITOX, 2015). O uso demorado de agrotóxicos nas culturas de abacaxi no assentamento Zumbi dos Palmares já foi ponto de estudo há cerca de 10 anos, quando Pedlowski et al. (2006) descreveram os riscos de contaminação por agrotóxicos no local. Os autores demonstraram que os agricultores usavam de maneira incorreta substâncias moderadamente tóxicas à saúde humana e altamente perigosas ao meio ambiente, indicando a necessidade de processos educativos no local. Recentemente, o projeto “Regularização Ambiental na Perspectiva do Desenvolvimento Territorial Agroecológico dos Assentamentos da Reforma Agrária (RAPATRA)” criado pela Universidade Federal

do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Terra e Trabalho (ITT) e Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER) tem o objetivo de levar assistência técnica especializada prestando apoio a assentamentos em vários Estados do Brasil. Dentre vários assentamentos assistidos pelo projeto, está o PA Zumbi dos Palmares, onde ao longo do desenvolvimento do projeto, analisou-se a produção agrícola atual do assentamento relacionada ao uso de agrotóxicos e os riscos envolvendo a utilização desses produtos pelos agricultores familiares beneficiários de lotes no assentamento.

2. Materiais e Métodos

A pesquisa foi elaborada através do levantamento de dados referentes à produção agrícola e o uso de defensivos agrícolas nas culturas produzidas em assentamentos rurais. Priorizando a observação dos possíveis problemas relacionados à saúde dos agricultores familiares, foram analisados os cuidados tomados ao longo do uso desses defensivos e as formas de descarte dessas substâncias. Para esse fim, dados coletados ao longo do desenvolvimento do projeto RAPATRA ao longo do ano de 2018 foram utilizados para a análise de informações pertinentes a

temática abordada.

O projeto RAPATRA visou à realização de visitas técnicas em assentamentos de diversas regiões do País, buscando informações com mais de 12.737 famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal, distribuídas em 61 assentamentos em diversos Estados do Brasil. A partir do levantamento de informações socioambientais, o projeto teve como finalidade subsidiar a inscrição dos lotes e assentamentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os dados foram coletados através de entrevistas com as famílias beneficiárias e ocupantes de lotes nos respectivos assentamentos. Os dados coletados nas entrevistas foram então armazenados em banco de dados na nuvem. As informações relacionadas aos sistemas de produção e aplicação do diagnóstico de sistemas agrários em cada assentamento foram utilizadas para a análise de dados e consequente elaboração do diagnóstico e levantamento da demanda do acesso às políticas de desenvolvimento de assentamentos, em especial de Crédito de Instalação do INCRA. O quadro 1 apresenta as perguntas feitas ao longo das entrevistas para o presente estudo. As respostas foram utilizadas, então, como base para a análise do uso de defensivos agrícolas nos assentamentos, como também para traçar um roteiro de visitas visando a conscientização dos agricultores sobre os riscos relacionados ao uso desses defensivos.

Quadro 1 - Questionário utilizado durante a visita

Pergunta	Respostas possíveis	Modo de resposta
Você usa agrotóxicos em suas culturas?	() Sim () Não	Apenas uma alternativa possível
Você usa equipamento de proteção (EPI) quando aplica os agrotóxicos?	() Sim () Não () Às vezes	Apenas uma alternativa possível

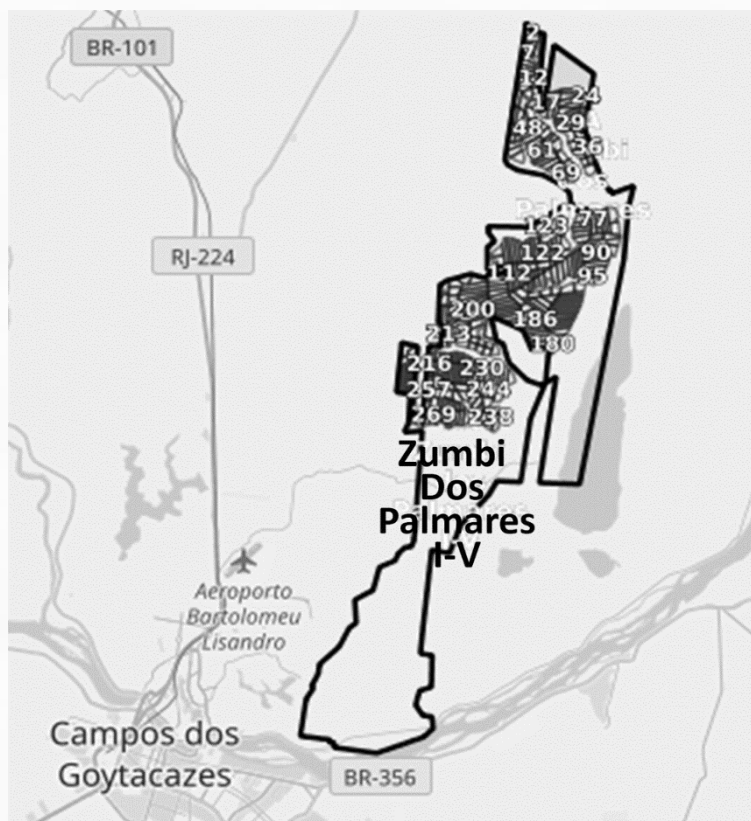
<p>Tipo de utensílios de proteção utilizado durante a aplicação de agrotóxicos</p>	<p>() EPI completo</p> <p>() Máscara</p> <p>() Botas</p> <p>() Roupas de proteção impermeáveis</p> <p>() Luvas</p> <p>() Blusa de manga comprida e calça jeans</p> <p>() Óculos de proteção</p>	<p>Várias alternativas possíveis</p>
--	--	--------------------------------------

Fonte: RAPATRA (2018)

Nesse trabalho, os dados analisados foram oriundos de visitas de campo feitas ao longo das coletas de dados, entre os meses de julho a dezembro de 2018, com famílias beneficiárias ou ocupantes de lotes no Assentamento Federal rural “Zumbi dos Palmares”. O Assentamento, PA Zumbi dos

Palmares, localiza-se nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana- RJ, sendo dividido em 5 núcleos, dos quais estando o núcleo IV quase exclusivamente na cidade de Campos dos Goytacazes (Figura 1).

Figura 1 - Mapa do assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: RAPATRA (2018)

De acordo com dados do INCRA (INCRA, 2017), sua criação ocorreu em 22 de dezembro de 1997. O Assentamento Zumbi dos Palmares possui área de 8.005,29 Ha, com capacidade para 507 famílias de beneficiários,

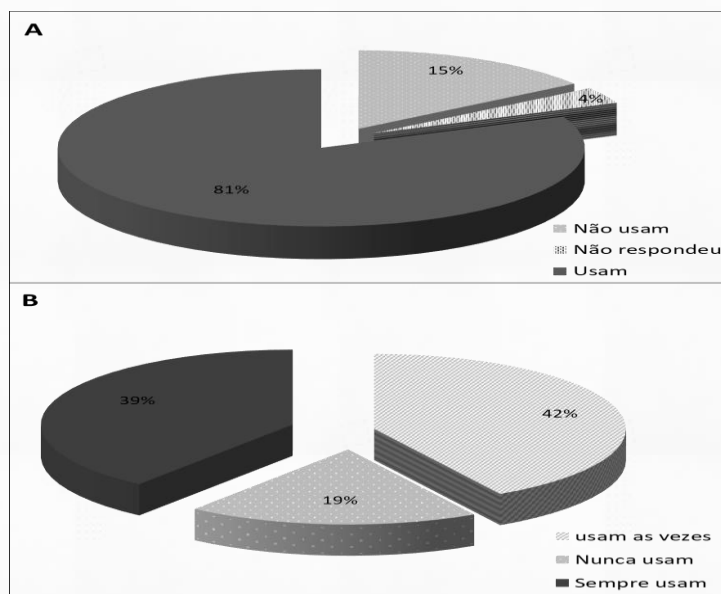
sendo que atualmente os lotes são ocupados por 448 famílias. Durante a realização desse estudo, foram acessados 95 lotes, dos quais apenas 58 beneficiários aceitaram a visita, sendo esse o número amostral do estudo.

3. Resultados e Discussões

Ao longo dos 10 anos posteriores ao estudo inicial sobre o uso de agrotóxicos no assentamento, percebeu-se que essa prática não só se manteve como se tornou ainda mais evidente. No estudo desenvolvido em 2006 (PEDLOWSKI et al., 2006), apenas 46% dos entrevistados usavam agrotóxico nas culturas, atualmente, dos beneficiários visitados, 81% utilizam defensivos agrícolas nas culturas produzidas, demonstrando que o uso é cada vez mais intensificado, reforçando a ideia da necessidade de avaliação dos riscos envolvidos no uso de agrotóxicos (Figura 2A). Além do aumento do quantitativo de agricultores usuários de agrotóxicos, foi possível observar que boa parte desses agricultores não se protege adequadamente durante a aplicação desses produtos.

A figura 2B demonstra que a maior parte (42%) dos beneficiários mencionam que usam utensílios de proteção às vezes, comparados aos 19% que nunca usam. O quantitativo de beneficiários que *sempre usam* equipamentos de proteção durante a aplicação seria ideal, se não fosse pelo fato de que, na verdade, não se tratam de equipamentos de proteção adequados, mas sim trajes incorretamente chamados de EPIs pelos agricultores. Entre os que mencionam que sempre usam e os que usam às vezes proteção (81% dos beneficiários agricultores) apenas 5% usam o EPI completo de acordo com a NR31, norma regulamentada pelo Ministério do Trabalho que atribui responsabilidades a empregadores e a trabalhadores rurais quanto ao uso correto de EPIs com certificado de aprovação.

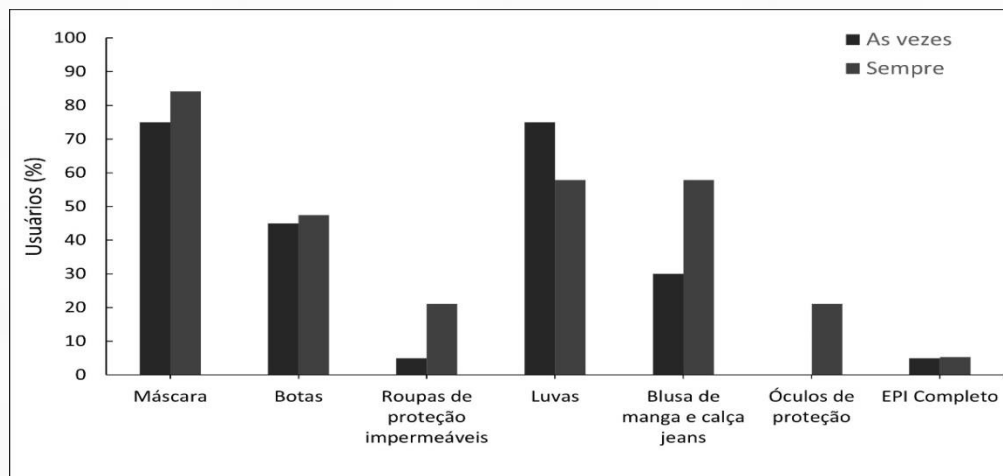
Figura 2 - Uso de defensivos agrícolas nos lotes do assentamento PA Zumbi dos Palmares.



Fonte: os autores (2018)

Os demais agricultores utilizam acessórios que muitas vezes não fazem o papel do equipamento de proteção correto. Por exemplo, dos que mencionaram que *sempre usam* proteção durante a aplicação do agrotóxico, a maior parte (~60 %) usam

calças compridas e blusas de manga longa para aplicar os produtos, enquanto que apenas 21% deles usam roupas ou macacões impermeáveis, trajes mais próximos do regulamentado pelo Ministério do Trabalho (Figura 3).

Figura 3 - Uso de EPI durante a aplicação de defensivos agrícolas.

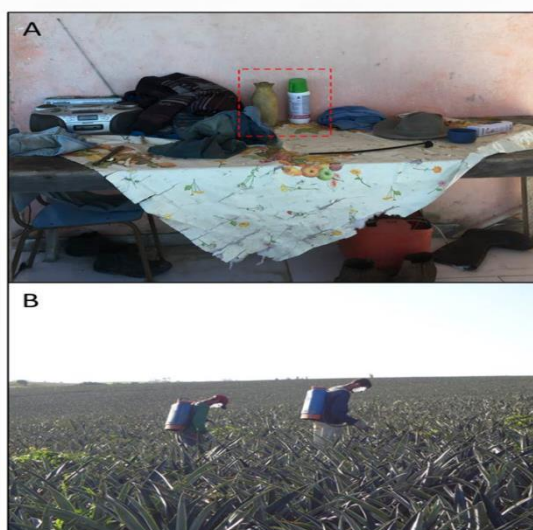
Fonte: os autores (2018)

Foram necessários apenas três dias de visita para perceber inúmeras condições de risco as quais os usuários, assim como todos seus familiares são submetidos diariamente. Essas condições estão associadas: à forma de aplicação dos produtos, muitas vezes feita sem a utilização de equipamentos de proteção adequados (Figura 4); ao uso indevido dos recipientes após a aplicação do defensivo utilizado; a mistura de utensílios usados na alimentação com esses mesmos recipientes não descartados ou mesmo incorretamente reutilizados. Por exemplo, foi possível observar a maneira como alguns agricultores ignoram o iminente perigo de contaminação de utensílios pessoais por agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana. Durante a visita, o beneficiário mantinha uma caneca, utilizada para o consumo de café, emborcada com a “boca” diretamente em contato com o frasco de agrotóxico, demonstrando o descuido do beneficiário do lote no que se refere a utilização incorreta da embalagem, em uso, do agrotóxico (delimitado pelo quadrado hachurado em vermelho na figura 4A). Observou-se ainda na mesma foto que ao lado do recipiente contendo agrotóxico, encontra-se a garrafa térmica do agricultor. Condições como essa podem incutir em intoxicação direta com o agrotóxico, levando a problemas de saúde agudos ou mesmo

crônicos se essas condições se mantiverem por mais tempo.

Apesar do recipiente de agrotóxico estar fechado, o risco de contato de resíduos da solução com a borda da caneca é iminente e totalmente previsível. Dessa forma, ao ingerir nessa mesma caneca, o indivíduo pode ser diretamente intoxicado pelo produto utilizado. Aparentemente, o agricultor desconhece os riscos dessa prática e por isso não percebe o perigo ao qual se expõe diretamente. Como analisado na figura 3, a maior parte dos agricultores usam apenas alguns utensílios relacionados a proteção. Contudo, esses utensílios, quando utilizados de forma incorreta não funcionam e acabam possibilitando o contato direto com os compostos químicos. Na figura 4B é possível observar os trajes utilizados pelos agricultores durante a aplicação de agrotóxicos na cultura de abacaxi no núcleo IV do assentamento Zumbi dos Palmares. Esses agricultores são funcionários contratados para a aplicação. Tais funcionários são conhecidos por serem “funcionários capacitados” como respondido ao longo das entrevistas feitas à época. Fica nítido então que é essencial a capacitação dessas pessoas em relação ao uso correto e necessário de EPIs para a aplicação de agrotóxicos, haja vista os riscos à saúde promovidos por essa prática incorreta.

Figura 4 - Evidência do descuido com o uso de agrotóxicos.



Fonte: os autores (2018)

Eventos como o observado na figura 4B foram vistos ao longo da visita em todo o assentamento, o que reforça os dados recentemente publicados que demonstraram que a água encontrada em poços artesianos desse assentamento não é adequada para consumo (PORTAL et al., 2019). No trabalho de Portal et al. (2019) foram detectados níveis superiores aos limites aceitáveis estabelecidos pelo Ministério da Saúde, através da Portaria N° 2914/2011, de atrazina e metil paration em poços artesianos de vários lotes no assentamento.

Dessa forma, o uso intensificado desses agrotóxicos nas culturas de abacaxi e cana-de-açúcar estão associados a contaminação do lençol freático da região, culminando na reincidência de intoxicação indireta pelos compostos químicos presentes nos agrotóxicos, uma vez que a água dos poços artesianos é utilizada para consumo nos lotes, como observado durante a visitação exposta no presente trabalho.

Por esse motivo, no último dia de visita, como forma de conscientizar os agricultores

sobre os perigos envolvidos na aplicação de agrotóxicos sem nenhuma proteção, ou mesmo com o uso de utensílios não adequados, uma roda de conversa (Figura 5) foi administrada pelos pesquisadores e técnicos envolvidos no projeto RAPATRA. Durante a roda de conversa, os agricultores puderam participar ativamente com perguntas e até mesmo divulgação de problemas relacionados à falta capital para a aquisição de material adequado. Como resultado dessa discussão, pode-se observar que os agricultores carecem de capacitação adequada para o emprego correto dos defensivos adquiridos. Da mesma forma, verificou-se que alguns agricultores visitados apresentam vários problemas de saúde associados ao uso indevido de defensivos. Esses mesmos problemas também foram verificados em familiares residentes no local. Inúmeros beneficiários relataram sintomas associados à intoxicação direta pelo uso dos defensivos empregados na cultura, que variam entre irritação nos olhos e enxaqueca.

Figura 5 - Roda de conversa desenvolvida no último dia de visitação ao assentamento.



Fonte: os autores (2018)

Em adição, outros relataram que diversos moradores locais sofrem de problemas de saúde que podem estar associados ao uso prolongado de agrotóxicos. Foram citados como exemplo: esterilidade, aparecimento de tumores, incluindo alguns relatos de câncer. Sabe-se que vários compostos químicos exercem efeitos colaterais no corpo humano. Como exemplo, pode-se citar a atrazina detectada na água dos poços artesianos desse assentamento. Esse composto tem sido à efeitos nocivos na próstata, à redução na qualidade do esperma humano, sendo também conhecido por ser um disruptor endócrino e causador de diferentes tipos de câncer (JAEGER; CARLSON; PORTER, 1999). Pode-se citar ainda o metil paration, que tem sido associado a problemas cardíacos e respiratórios, podendo levar a morte, em casos extremos (GARCIA et al., 2003).

4. Conclusão

Os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento desse trabalho torna evidente a necessidade indispensável de capacitação dos agricultores locais para a utilização adequada e segura dos agrotóxicos empregados nas culturas desenvolvidas nos lotes. Essa capacitação deve ser promovida por profissionais competentes que demonstrem, de forma elucidativa, os benefícios do uso de EPIs corretamente. Além disso, o estudo de técnicas alternativas para o controle de pragas e patógenos nessas culturas poderia contribuir para a melhoria dos padrões de produção. Do mesmo modo, esses estudos contribuiriam para o desenvolvimento de práticas mais saudáveis aos agricultores e seus familiares.

Submetido: 06/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.44457

REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: quantidade de área plantada e produzida em toneladas da lavoura temporária (abacaxi) em 2017. 2017. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2018.

CARNEIRO, F.F.; AUGUSTO L.G.S.; RIGOTTO R.M.; FRIEDRICH K.; BÚRIGO A.C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** São Paulo: Expressão Popular; 2015.

DUTRA, R.M.S.; SOUZA, M.M.O. Impactos negativos do uso de agrotóxicos à saúde humana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v.13, n. 24, p. 127-140, 2017.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. Production quantities of Pineapples by Country in 2017. _____ 2017 Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC/visualize>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

GARCIA, S.; ABU-QARE, A.; MEEKER-O'CONNELL, W.; BORTON, A.; ABOU-DONIA, M. Methyl Parathion: A Review of Health Effects. **Journal of Toxicology and Environmental Health**, v.6, n. 2, p. 185-210, 2003.

INCRA. Incra nos Estados - **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 24 set. 2018.

JAEGER, J.W.; CARLSON, I.H.; PORTER, W.P. Endocrine, immune, and behavioral effects of aldicarb (carbamate), atrazine (triazine) and nitrate (fertilizer) mixtures at ground water concentrations. **Toxicology and Industrial Health**, United States, v. 15, n. 1-2, p. 133-151, 1999.

PEDLOWSKI, M.A.; DE AQUINO, S.L.; CANELA, M.C., DA SILVA, I.L.A. Um estudo sobre a utilização de agrotóxicos e os riscos de contaminação num assentamento de reforma agrária no norte fluminense. **J. Braz. Soc. Ecotoxicol.**, Itajaí, v.1, n. 2, p. 185-190. 2006.

PORTAL, T. P.; PEDLOWSKI, M. A.; DE ALMEIDA, C. M. S.; CANELA, M. C. An integrated assessment of water quality in a land reform settlement in northern Rio de Janeiro state, Brazil. **Heliyon**, London, v.5, n.3, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2019.e01295>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SINITOX, Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Casos registrados de intoxicação humana por agente tóxico e zona de ocorrência. Região sudeste. 2015. Disponível em: <<https://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-regionais>>. Acesso em 13 fev. 2019.



AS POTENCIALIDADES DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

THE POTENTIALS OF STORYTELLING IN HEALTH EDUCATION

SILVA, A. C. de M.¹

<https://orcid.org/0000-0002-8140-2938>
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

SEI, M. B.²

<https://orcid.org/0000-0003-0693-5029>
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

RESUMO

O Sensibilizarte, projeto de extensão de humanização em saúde, a partir de uma proposta multiprofissional, busca sensibilizar o ambiente hospitalar, por meio de recursos artísticos. O projeto é composto de quatro frentes de atuação: Contação de histórias, Palhaço, Artesanato e Música. Diante disso, este estudo tem como objetivo discorrer acerca da experiência particular na Contação de histórias, refletindo sobre as potencialidades do trabalho em grupo, pela perspectiva de profissionais que passaram pelo projeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com dezesseis profissionais da saúde por meio de entrevistas semidirigidas individuais, sendo os dados analisados pelo procedimento de análise de conteúdo. Diante disso, os resultados apontam para o funcionamento do projeto e a relação grupal entre discentes, percebendo que os participantes afirmam terem desenvolvido habilidades de autoconhecimento, relacionamento interpessoal e empatia ao enfrentarem as dificuldades presentes no cenário hospitalar. O projeto se configurou como um contato diferente com o paciente internado, auxiliando os futuros profissionais no manejo dessa relação e no reconhecimento das emoções despertadas durante esse encontro. O amparo dos colegas e a troca de experiências se mostrou essencial para a realização do trabalho, ao exercer uma função de suporte e propiciar reflexões, além de auxiliar no reconhecimento da importância da prática multidisciplinar na atuação profissional. Logo, considera-se a configuração do projeto como protetiva, ao formar redes de apoio, sem as quais o trabalho não poderia ser realizado. A vinculação grupal possui potencialidades não só para o âmbito pessoal, mas também para a formação e atuação em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Humanização. Grupo. Multidisciplinar. Contação de histórias. Extensão.

ABSTRACT

The Sensibilizarte, an extension project for humanization in health, based on a multidisciplinary proposal, seeks to sensitize the hospital environment through artistic resources. The project is made up of four fronts: Storytelling, Clown, Crafts and Music. Therefore, this study aims to discuss the particular experience in storytelling, reflecting on the potential of group work, from the perspective of professionals who have gone through the project. This is a qualitative research, conducted with sixteen health professionals through individual semi-structured interviews. The data were analyzed using the content analysis procedure. Therefore, the results point to the functioning of the project and the group relationship between

students, realizing that the participants claim to have developed self-knowledge skills, interpersonal relationships and empathy when facing the difficulties present in the hospital setting. The project was configured as a different contact with the hospitalized patient, helping future professionals in managing this relationship and recognizing the emotions aroused during this meeting. The support of colleagues and the exchange of experiences proved to be essential for carrying out the work, by exercising a support role and providing reflections, in addition to helping to recognize the importance of multidisciplinary practice in professional environment. In conclusion, the configuration of the project is considered protective, as it forms support networks, without which the work could not be carried out. The group relationship shows to have potential not only in the personal level, but also for health education.

KEYWORDS: Humanization. Group. Multidisciplinary. Storytelling. Extension.

1. Introdução

A humanização em saúde, pautada na Política Nacional de Humanização (PNH) (BRASIL, 2013), consiste na valorização de todos os envolvidos no processo de cuidado e gestão. Desse modo, busca-se incluir todos os sujeitos (profissionais, gestores e pacientes) e suas diferenças na produção de novos modos de pensar e agir em saúde. A partir disso, formam-se coletivos e compreende-se que tais mudanças só podem ser construídas de maneira compartilhada.

A PNH, a partir do viés da clínica ampliada e compartilhada, dissemina a potencialidade do trabalho em equipe e da corresponsabilização entre os sujeitos para alcançar o objetivo de garantir uma “atenção integral, resolutiva e humanizada” (BRASIL, 2009, p. 6). Procura-se integrar as diversas abordagens em saúde, visando um trabalho multiprofissional e transdisciplinar, devido à complexidade e à necessária ampliação do processo saúde-doença.

Essa fragmentação que a política busca enfrentar se encontra presente tanto na prática profissional quanto na formação em saúde. Silva e Silveira (2011) apontam que um desafio para a execução de novas formas de atuação em saúde é a formação, em maior parte, pautada em técnicas e procedimentos. Para além dos modelos tradicionais de ensino-aprendizagem, as vivências extensionistas permitem ao graduando

experienciar práticas ampliadas, que transcendem as salas de aula e exigem maior capacidade de flexibilidade do acadêmico diante da complexidade e imprevisibilidade das situações (SILVA, 2016).

Nesse âmbito, projetos de extensão com a temática da humanização são desenvolvidos com o intuito de propiciar que os discentes consigam associar as técnicas, aprendidas em sala de aula, com a humanização, desenvolvida a partir do contato com o outro. O projeto de extensão “Sensibilizarte: a arte como instrumento para humanização na formação e no cuidado em saúde” é uma dessas iniciativas, proposto por discentes do curso de medicina em 2007 e vinculado à Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. O projeto busca ofertar aos graduandos dos cursos da saúde uma possibilidade de encontro e sensibilização dentro do hospital, a partir de recursos artísticos.

Compreende-se que a arte, no cenário da saúde, colabora para a resignificação da experiência de adoecimento, além de aproximar e auxiliar na ambiência deste contexto (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019). Com isso, o projeto busca modificar o cenário da saúde, além da formação acadêmica, considerando os recursos artísticos enquanto necessários para aprimorar as relações humanas, permitindo sensibilidade, humanização e autonomia (ROSITO;

LOTERIO, 2012). Além disso, o contato com histórias e práticas lúdicas geram envolvimento e despertam emoções, sendo considerado um recurso promotor de saúde mental (SILVA, 2016).

O SensibilizArte, desse modo, funciona de forma similar à liga acadêmica descrita por Silva (2016), na medida em que os estudantes idealizam e executam as atividades, funcionando por meio de um aprendizado autogerido, sendo os protagonistas desde a criação, até a execução da proposta. O projeto é composto de quatro frentes de atuação: Contação de histórias, Palhaço, Artesanato e Música. Este trabalho busca se aprofundar nas particularidades da frente da Contação de histórias, tendo em vista que é um recurso que requer presença, envolvimento e participação ativa (SILVA, 2016), utilizando-se da oratória e da exposição de histórias diversas para o contato inicial com o paciente internado.

A humanização deve ser compreendida enquanto um processo, envolvendo diversas mudanças graduais (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019), e de modo ampliado, não somente focada no paciente, mas na equipe e no próprio profissional. Essa percepção ampliada de todos os sujeitos envolvidos no processo torna possível a reflexão acerca da saúde do trabalhador, ou como neste trabalho, a saúde do profissional em formação. Os estudantes passam por dificuldades presentes na extensa carga horária de dedicação acadêmica, que permeiam aspectos emocionais, devido, principalmente às singularidades das profissões da saúde, que lidam com o cuidado, com a fragilidade, com doença e a morte (YOSETAKE et al., 2018).

As práticas de extensão voltadas à humanização podem colaborar no sentido de serem um amparo para esses estudantes, permitindo um olhar para si, como relatado por Lanzieri et al. (2011), que expõem que os estudantes puderam entrar em contato com os afetos decorrentes da experiência com o paciente no hospital e as dificuldades que decorrem disso, podendo trabalhá-las dentro deste espaço. Para Silva (2016), esse elo entre a sociedade e o espaço acadêmico oportuniza um contato único com outros contextos, desenvolvendo autoconhecimento, por meio da alteridade, e aprendendo a dialogar com o

diferente, com o outro, algo essencial para a formação.

Dessa forma, o Sensibilizarte trabalha a partir do viés multiprofissional, buscando integrar os participantes e formar uma equipe coesa, visto que a colaboração é imprescindível, principalmente por se constituir como um projeto autogerido pelos estudantes. O contato com o outro é intrínseco na organização e participação do projeto, dado isso, este trabalho busca discorrer acerca da experiência extensionista na frente da Contação de histórias, refletindo sobre os impactos e potencialidades do trabalho em grupo, na perspectiva de ex-colaboradores do projeto.

2. Materiais e Métodos

Este artigo se refere a uma ampla pesquisa empírica, qualitativa, realizada com dezesseis profissionais de saúde, com o objetivo geral de investigar a concepção de profissionais, ex-colaboradores do projeto de extensão Sensibilizarte, sobre o processo de formação, a utilização da Contação de histórias no hospital e a humanização em saúde. Os participantes foram colaboradores da Contação de histórias e eram, no momento da coleta de dados, profissionais dos cursos de Psicologia (n=7), Enfermagem (n=3), Medicina (n=3), Fisioterapia (n=2) e Odontologia (n=1). Enquanto critérios de inclusão neste estudo era necessário ser graduado em quaisquer um dos cursos da saúde que o projeto de extensão abrange e ter participado da frente de Contação de histórias do projeto por no mínimo um ano. Não houve critérios acerca do tempo de formado ou do campo de atuação profissional no momento da coleta dos dados.

Houve tentativa de contato para participação na pesquisa com todos os 24 profissionais que se enquadravam nos critérios de inclusão, tendo sido realizado, previamente, um levantamento do histórico de colaboradores do projeto junto à coordenação. Portanto, foram entrevistados todos que responderam ao contato e que concordaram em participar, voluntariamente, desta pesquisa. Salienta-se que este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, CAAE 50271515.7.0000.5231, por meio do parecer 1.316.565, tendo todos os participantes

assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semidirigidas individuais, momento em que os participantes eram levados a refletirem sobre a participação no projeto e os impactos na formação acadêmica. As entrevistas foram norteadas por questões referentes às atividades realizadas e à experiência no projeto, abarcando o vínculo e a relação multiprofissional com os demais colaboradores, além da influência da participação na formação e no contato com os temas de humanização em saúde e recursos expressivos, como a Contação de histórias. Esse material foi gravado, transcrito na íntegra e analisado de acordo com o procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), sendo que neste trabalho, apresenta-se a categoria “o funcionamento do projeto e a relação grupal”, discorrendo acerca da prática extensionista e suas potencialidades, conforme a literatura nacional sobre humanização, saúde e formação acadêmica. Procurou-se, durante a apresentação e discussão dos resultados, sinalizar alguns relatos dos participantes a fim de ilustrar as temáticas expostas pelos participantes. Para fins de sigilo, os participantes foram denominados conforme as iniciais das suas áreas de atuação e um número aleatório.

Sobre a inserção no projeto, esta ocorre por meio de seleção, devido à alta procura. O processo seletivo tem início com o Simpósio de Humanização em Saúde, evento no qual são abordados temas essenciais para a formação, cuja participação é obrigatória para os interessados no projeto. Além disso, o estudante precisa passar por três etapas: prova teórica, discussão de texto e prova prática, esta última específica de cada frente de atuação. A inserção do discente nesta prática extensionista, portanto, é eletiva na formação acadêmica dos cursos de graduação. Os alunos que participam escolheram e desejaram frequentar o projeto. A escolha pela frente de atuação também é subjetiva e pessoal de cada estudante. Podem participar discentes de qualquer ano da graduação, dos seguintes cursos: Educação Física, Enfermagem, Farmácia,

Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Psicologia e Serviço Social.

Na Contação de histórias, os encontros acontecem semanalmente, sendo as atividades organizadas por meio de capacitações, entradas e momentos de *feedbacks*, pelos próprios estudantes. O processo inicial de capacitação é o momento de preparo, logo após o processo seletivo, no qual os colaboradores ensinam e aprendem uns com os outros. Nesse período, que dura por volta de quatro meses, são trabalhadas temáticas como humanização, entrosamento grupal, autoconhecimento e realizadas oficinas de contação de histórias, teatro, voz, improviso e *role-play* acerca de situações vivências no hospital, para o contador iniciante poder simular uma entrada (Fig. 1). Há também a necessidade de participar do treinamento oferecido pelos profissionais do Centro de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), com o propósito de conhecer as questões de higiene e conduta necessária dentro do hospital.

Além da dedicação às habilidades do recurso artístico, as capacitações se apresentam como espaços de trocas de experiências, comunicação e integração, assim como para discussão de textos, rodas de conversas e dinâmicas de grupo (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019). Todas essas atividades almejam preparar o estudante para o trabalho de contador de histórias dentro do hospital e fazê-lo refletir sobre o que há para além do recurso expressivo. Após esse processo inicial, os novos membros estão preparados para entrar no hospital. As capacitações são retomadas durante alguns encontros nos quais os membros considerem importante refletir sobre a prática, visitar alguma temática ou preparar alguma entrada especial para o hospital, sendo que todo ano o processo é (re)construído com a entrada de novos colaboradores. Importante salientar que desde a sua criação, o Sensibilizarte é coordenado pelos próprios estudantes, colaboradores do projeto, tendo um Estatuto que orienta o seu funcionamento. O professor, neste caso, tem a função de formalização do projeto junto a Universidade, lidando com questões burocráticas da instituição, tais como formalização de vinculação, contagem de horas e concessão de bolsas de extensão.

Figura 1 - Capacitação dos estudantes através de *role-play*.



Fonte: Arquivo do projeto.

O projeto busca estruturar sua prática antes das entradas, de modo a não se utilizar do recurso de modo vazio, sem reflexão. Procura-se combinar o recurso da Contação de histórias com a PNH, para se compreender o intuito e a relevância da intervenção para com o paciente e a formação em saúde.

Desse modo, a finalidade do projeto não é somente contar histórias, pois se entende o contar apenas como um recurso, uma estratégia utilizada para contatar o paciente. Essa interação discente-paciente é o objetivo a partir do qual são realizadas as entradas nos hospitais (Fig. 2).

Figura 2 - Estudantes contando histórias no hospital.



Fonte: Arquivo do projeto.

As entradas ocorrem no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HU), nas unidades feminina, masculina, pediatria e maternidade, e no Hospital do Coração. Os participantes se caracterizam antes da entrada, vestindo o jaleco amarelo dos contadores e se maquiando. Formam-se grupos para entrar em cada quarto, visando a colaboração entre os estudantes, sendo que sob nenhuma circunstância os colaboradores se encontram sozinhos dentro do hospital. Dentro das unidades de internação,

pergunta-se aos pacientes se eles permitem a entrada nos quartos e se gostariam de ouvir uma história, explicando brevemente sobre o projeto. Em alguns contextos, também são realizadas ações teatrais, principalmente na pediatria. Outro ponto importante é que os discentes perguntam aos pacientes se eles também possuem histórias para contar, pontuando que estão ali para ouvir e conversar. Após as entradas, os contadores se reúnem novamente na sala do projeto e realizam uma discussão acerca dos

acontecimentos e dos sentimentos despertados na entrada.

3. Resultados e Discussões

A Contação de histórias busca, para além do aprendizado teórico e técnico de habilidades necessárias para o contador, desenvolver a relação grupal. Os participantes descreveram esses momentos como um grande desenvolvimento e desafio pessoal, ao terem que se expor frente ao grupo. Os ex-colaboradores colocam a importância de se atentar ao outro de modo sensível, buscando compreendê-lo, como uma forma de humanização do cuidado. Descrevem que isto era feito não só nos leitos, como também na interação entre a equipe de contadores, por meio de dinâmicas e rodas de conversas, como exposto nos seguintes relatos:

Então, é bem completa a Contação, porque além de ir lá e contar histórias, a gente tem uma prática de dentro do projeto, que é de se conhecer e de conhecer o outro, que muitas vezes era muito mais isso que a gente fazia do que contar a história em si. (...) Só que o fato de estar em grupo, conhecer o trabalho multiprofissional, estar ali entre várias disciplinas e se conhecer, já ajuda a gente a entender um pouco mais da humanização, porque a gente além de entender só a gente, a gente entende o outro. (ENF2)

Às vezes eu questionava aquelas dinâmicas de integração de grupo, nossa, eu achava assim, eu ficava perturbada, porque eu ia ter que falar de mim, eu ia ter que ouvir. Mas depois eu via a importância daquilo, (...) eu fui vendo a mudança e a importância de estar sensível ao seu colega de trabalho também. Nossos colaboradores são colegas de trabalhos ali dentro e permitir ter um olhar humanizado para eles também, eu vi que isso impactava demais o grupo. (PSI6)

Os participantes da pesquisa realizada por Silva e Silveira (2011) também apontaram que a relação entre os indivíduos que fazem parte do processo de cuidar é muito importante para a humanização. Entretanto,

esse cuidado não deve se restringir apenas à relação profissional-paciente, mas também à relação entre os membros da equipe de saúde. O acolhimento, como sendo uma das diretrizes da PNH, deve ser praticado com todos os sujeitos, ao oferecer uma escuta atenta, sensível e legítima, e a partir disso, construir um vínculo de confiança (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019). Esse movimento de acolher é construído de maneira coletiva, visando “a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede socioafetiva” (BRASIL, 2013, p. 8). No entanto, vivenciar experiências em grupo não é simples podendo causar incômodos, como pontuado pela profissional da psicologia (PSI6), por não estar acostumado com esse modo de atuação (BRASIL, 2010).

Segundo Brasil (2009, p. 18), algumas das principais dificuldades dos trabalhadores da saúde são “baixa grupalidade solidária na equipe, alta conflitividade, dificuldade de vislumbrar os resultados do trabalho em decorrência da fragmentação”, entre outros. Percebe-se que o Sensibilizarte busca estimular a interação entre os membros da equipe, propiciando um espaço onde os discentes possam se alinhar em prol de algo comum, tendo o amparo do coletivo. Com isso, nota-se que o grupo da Contação apresentava diversas potencialidades, a partir da construção do sentimento de confiança e a instauração de um vínculo de união.

Esse fortalecimento das relações possui um paralelo com o próprio recurso utilizado e a dinâmica da frente. Na Contação, precisa-se do outro para auxiliar na história ou na apresentação do teatro, e para sustentar a dificuldade que é estar em um quarto de hospital com pessoas em sofrimento. Um dos ex-participantes da medicina relatou que a Contação “foi uma maneira muito diferente, uma maneira mais forte de aprender a lidar com a doença, com o sofrimento” (sic) (MED2), assim como relatado pelos seguintes participantes:

(...) a gente não entra em um quarto sozinho para contar uma história, nunca aconteceu, e às vezes, o teu amigo estar do seu lado, para te dar um apoio naquele momento, era

muito importante, surgia essa coragem, eu sentia que eu estava amparada por alguém e isso também era muito bom. (PSI6)

Não é só a questão da relação de você com o paciente, mas também a relação do grupo, você aprende a lidar com esse trabalho em grupo, com o passar do tempo esse trabalho em grupo vai ficando melhor, né? Porque é muito importante para a gente saber se comunicar de forma eficaz e rápida para qualquer tipo de emergência ali dentro [do quarto do hospital]. (PSI3)

A experiência de hospitalização é reconhecida por ser estressante, promovendo sensações de medo e ansiedade nos pacientes (TAKAHAGUI et al., 2014). No entanto, esses efeitos negativos não são exclusivos desses indivíduos, os profissionais e estudantes também enfrentam essas dificuldades. Lanzieri et al. (2011) dentro da realidade de projetos de humanização na graduação apontam para a dificuldade dos discentes em lidar com suas emoções e com o sofrimento presente no hospital, ilustrado pela dificuldade em aproximar e abordar os pacientes, e pela vergonha perante os sentimentos despertados nos encontros. Ao reconhecer este contexto, buscou-se no Sensibilizarte preparar e amparar os discentes para as dificuldades encontradas no cenário hospitalar a partir de suporte e comunicação com os colegas da frente de atuação.

Conforme a diretriz da Clínica Ampliada e Compartilhada da PNH, certas vezes o profissional ao exercitar uma prática de trabalho reduzida, sem escutar atentamente os sujeitos em sofrimento, está evitando o sentimento de dor que este trabalho pode proporcionar (BRASIL, 2009). Desse modo, a PNH busca enfrentar esse ideal de “não envolvimento” e neutralidade, que muitas vezes representa uma barreira para formas de atuação humanizadas (BRASIL, 2009). Neste âmbito, a formação acadêmica dispõe de poucos recursos de apoio e encoraja o distanciamento emocional (LANZIERI et al., 2011), fazendo com que os estudantes não consigam refletir acerca dessas emoções, nem serem capazes de manejá-las adequadamente em sua prática profissional. Prestar atenção nas emoções advindas dessa

prática colabora não só no autoconhecimento, mas na compreensão do outro, sendo benéfico para o trabalho em saúde (BRASIL, 2009).

Segundo Selli, Garrafa e Jungues (2008), atividades coletivas são benéficas, pois permitem um encontro com a própria humanidade, estimulam a sensibilidade, a empatia, desenvolvem relações comunitárias e propiciam reflexões, a construção de pensamento crítico, que redimensionam os saberes previamente adquiridos. Para Rosito e Loterio (2012), é na relação que se desenvolve a sensibilidade, pois é algo que precisa ser construído, que não é dado de forma objetiva.

A PNH tem como um dos seus princípios a transversalidade, que consiste em aumentar a comunicação intra e intergrupos, a partir de uma transformação da maneira como os sujeitos se relacionam, buscando relações horizontais, sem fronteiras de conhecimento e poder (BRASIL, 2010). Dessa maneira, proporcionar aos futuros profissionais um espaço no qual eles possam aprender a desenvolver relações de apoio é relevante para a formação em saúde. A interação entre estudantes de diversos cursos da saúde permite que os colaboradores compreendam a importância do outro no desenvolvimento da sua atuação, tanto dentro do projeto, contando histórias, quanto na especificidade das áreas de atuação em saúde, no trabalho multiprofissional. Desse modo, reconhece o outro enquanto “parceiro colaborativo” no processo de atenção e cuidado (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019, p. 541), construindo-se relações de confiança e vínculos, conforme ilustrado no discurso das participantes da Psicologia. Precisa-se tanto na prática em saúde, como em projetos de extensão na graduação desenvolver “uma rede de conexões”, onde, a partir disso, o trabalho poderá ser realizado.

Para além da grupalidade necessária para a atuação profissional, verificou-se que essa vinculação também era importante no âmbito pessoal da vida dos estudantes. Os ex-colaboradores relataram que o Sensibilizarte atuava como um “refúgio” (sic) (FISIO2) do desgaste dos cursos de graduação, como um dos participantes da enfermagem afirmou que “era muitas vezes a válvula de escape da rotina acadêmica, do estresse” (sic) (ENF3).

Os cursos de saúde, de modo geral, possuem extensa carga de dedicação, o que resulta em estresse e limitação de atividades prazerosas (YOSETAKE et al., 2018). Os estudantes sentem-se cansados, devido às exigências físicas e emocionais do trabalho em saúde (PARO; BITTENCOURT, 2013). O ambiente hospitalar, os procedimentos, conhecimentos técnicos, as exigências acadêmicas e o envolvimento com pessoas e suas histórias são alguns dos fatores que contribuem para isso. O cansaço acadêmico também foi relatado pelos participantes, sendo que uma das profissionais da Psicologia afirmou que, “às vezes eu pensava em faltar [no Sensibilizarte], mas acabava indo e voltava muito melhor do que eu fui” (sic) (PSI6).

O ritmo agitado e estressante do (futuro) profissional da saúde pode ocasionar déficits na qualidade de vida e desconectar o indivíduo do seu grupo social e das redes de apoio, “deixando de lado a ideia de que o profissional de saúde precisa cuidar de si para cuidar do outro” (YOSETAKE et al., 2018, p. 123). Nesse âmbito, a PNH também discorre acerca do suporte ao profissional, afirmando que é importante pensar de que maneiras esses sujeitos podem lidar com as dificuldades do cotidiano (BRASIL, 2009).

Percebe-se efeitos de bem-estar nos participantes, que relatam que foram beneficiados, afirmando que o projeto era uma espécie de “terapia” (sic). Os estudantes são afetados pelas vivências do projeto (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019), sendo que práticas de humanização, com caráter solidário, possuem essa relação de reciprocidade, o que estimula o desenvolvimento de empatia e bem-estar (SELLI; GARRAFA; JUNGUES, 2008).

Os projetos de humanização contribuem para a transformação pessoal dos membros, visto que se aprende por meio do outro, produzindo melhores profissionais, independentemente da área de atuação (BRAGA; SANTOS, RODRIGUES, 2018). Formam-se sujeitos preocupados, humanos e comprometidos, que são habilidades essenciais para a vida em sociedade, transformando o discente em um “potencial agente de mudança” nos contextos em que está inserido (MACHADO; MIRANDA; SEI, 2019, p. 545). Os aprendizados singulares advindos

da participação no projeto se apresentaram como um tópico amplamente abordado nos relatos, conforme visto:

a gente sempre falava que quem ganhava mais ali era quem estava contando, não era o paciente né, como profissional mesmo, faz e ainda faz muita diferença na minha vida como profissional (...) eu acho que o Sensi meio que abriu a minha cabeça assim, mas acho que o principal foi o crescimento pessoal que eu tive (FISIO2)

Então a gente sempre saía de um momento de Contação lá dentro do quarto, para um momento de reflexão quando a gente saía, era bem legal (...) e eu acho que ter essas reflexões que a gente fazia quando a gente saía de lá, valiam muito sabe, porque ajudavam a gente a tirar o nó da garganta. (MED3)

Alguns participantes também relataram o desejo de continuar depois de formados, afirmando que “se despedir da graduação foi muito mais fácil do que do projeto” (sic) (ENF2). Percebe-se que os profissionais descrevem o projeto com carinho, demonstrando vinculação e apego com a proposta e o grupo constituído. Entende-se que esses sentimentos são decorrentes da proximidade e do envolvimento pessoal dos participantes com as propostas do projeto, como os *feedbacks*, após as entradas, citado pela participante da Medicina. Alguns participantes afirmam que esses eram momentos que as pessoas realmente “abriam o coração” (sic) (ODONTO), devido ao “conteúdo emocional forte” (sic) (PSI5) que é vivenciado, sendo que esse momento de fala contribuía para acalmar e refletir, tirando o “nó da garganta” (sic).

Para Goulart e Chiari (2010, p. 266), “o processo de humanizar baseia-se na atitude simples de se disponibilizar para ouvir e contar, trocar experiências e comparar seu processo histórico com o outro”. Ao compartilhar as experiências, os participantes se colocavam, de modo transparente e pessoal, constituindo-se como um espaço onde os colaboradores dividiam tanto momentos alegres, quanto difíceis. Uma potencialidade do trabalho em grupo é a

identificação entre os membros, deste modo, ao relatar as impressões vivenciadas é possível gerar tal sentimento, assim como desenvolver empatia por meio da alteridade.

A partir do trabalho em grupo, os estudantes compartilham, dão suporte e aprendem uns com os outros. Conforme exposto por Braga, Santos e Rodrigues (2018, p. 27) acerca da experiência grupal em um projeto com palhaços no hospital, “pessoas diferentes trabalham e aprendem juntos, trocam suas experiências e levam o somatório dessa experiência também para a vida pessoal e profissional”. Verifica-se que ao contar a experiência é possível repensar a atuação no hospital, elencando pontos positivos e de melhoria. Com isso, exercita-se uma reflexão a partir de um processo educativo que (re)penha tanto o trabalho realizado, como o impacto para o paciente.

4. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo discorrer acerca da grupalidade em um projeto de extensão sobre contação de histórias no hospital. Diante disso, percebe-se que os discentes se vinculam com a proposta, encontrando nesse espaço um amparo e acolhimento, ao mesmo tempo em que buscam levar essas sensações aos pacientes hospitalizados.

Essa configuração grupal é considerada protetiva, à medida que, por meio das relações interpessoais, os discentes encontram um espaço para falar sobre si,

sobre as dificuldades da rotina acadêmica, obtendo um suporte coletivo. Concomitante, ao dispor de seu tempo para contar histórias e ouvir pacientes, os participantes ganham sensações de bem-estar, oriundas da experiência voluntária.

Perante a perspectiva voluntária e lúdica da proposta, os acadêmicos tendem, muitas vezes, a relacionar a atividade como desconectada do caráter profissional, por ser diferente da rotina acadêmica, configurando-se como um momento de “respiro” do estresse cotidiano. Entretanto, verifica-se na prática, que contar histórias vai além de uma “brincadeira no hospital” e que não poderia fazer mais sentido para o profissional da saúde. A partir das discussões levantadas neste estudo, pode-se relacionar a iniciativa do Sensibilizarte com as diretrizes da PNH e com o desenvolvimento de habilidades essenciais para a formação profissional, como relacionamento interpessoal, autoconhecimento, empatia, criticidade e oratória.

Diante das experiências dos ex-colaboradores torna-se evidente a potencialidade da vinculação grupal para o aprendizado em saúde, o que reverbera na futura prática profissional, na atenção multidisciplinar e integral ao paciente. Conclui-se que na Contação de histórias, os discentes conseguem por meio do lúdico e do acolhimento não só transformar as vivências dos pacientes e o cenário hospitalar, mas impactar suas próprias vidas pessoais, ao construir histórias e memórias cheias de afeto.

Submetido: 07/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.60058

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRAGA, C. M.; SANTOS, D. L. V.; RODRIGUES, T. G. Doutores Por um Triz: Porque rir é o melhor remédio. **Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC**, Santa Catarina, v. 5, n. 9, p. 20-29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2433/0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Clínica Ampliada e Compartilhada**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Autor, 2009. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Autor, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH)**. Brasília: autor, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

GOULART, B. N. G.; CHIARI, B. M. Humanização das práticas do profissional de saúde: contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 255-268, jan. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2020.

LANZIERI, P. G. et al. "Boa noite, bom dia HUAP!", uma experiência de humanização na formação de profissionais da área de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 36, p. 289-298, mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000100022&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2020

MACHADO, I. C.; MIRANDA, F. S.; SEI, M. B. O artesanato no projeto Sensibilizarte: potencialidades na prática da humanização. **Interfaces: Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 535-546, jan-jun. 2019. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/401/pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

PARO, C. A.; BITTENCOURT, Z. Z. L. C. Qualidade de vida de graduandos da área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 365-375, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mar. 2020.

ROSITO, M. M. B.; LOTERIO, M. G. Formação do Profissional em Saúde: uma recusa ao esvaziamento da essência do cuidado humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 125-142, abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000100125&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2020.

SELLI, L.; GARRAFA, V.; JUNGES, J. R. Beneficiários do trabalho voluntário: uma leitura a partir da bioética. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 6, p. 1085-1089, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000600015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, I. D.; SILVEIRA, M. F. A. A humanização e a formação do profissional em fisioterapia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 1535-1546, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700089&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2019.

SILVA, C. E. C. **A contação de histórias na extensão universitária e sua contribuição para a formação acadêmica**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6617>. Acesso em: 12 ago. 2019.

TAKAHAGUI, F. M. et al. MadAlegria - Estudantes de medicina atuando como doutores-palhaços: estratégia útil para humanização do ensino médico?. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 120-126, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022014000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 ago. 2019.

YOSETAKE, A. L. et al. Estresse percebido em graduandos de enfermagem. **SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 117-124, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2019.



PANORAMA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO EM ORTODONTIA

OVERVIEW OF ORTODONTIC EXTENSION PROJECTS IN BRAZIL

LIMA, R. G.¹

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

LAGROTTA, R. A.²

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

PÊGAS, M. A.³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

SOUZA, V. G. C.⁴

<https://orcid.org/0000-0002-4371-8894>
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

CAMPOS, M. J. da S.⁵

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

APOLÔNIO, A. C. M.⁶

<https://orcid.org/0000-0001-9049-7660>
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

RESUMO

A extensão universitária é definida como um processo educativo, científico e cultural, viabilizando a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A Ortodontia é uma área da Odontologia cujos benefícios à saúde estão diretamente ligados à satisfação estética e social do paciente. Objetivou-se, por meio de revisão narrativa da literatura, traçar um panorama acerca da existência de projetos de extensão em Ortodontia, bem como ressaltar sua importância tanto para o ensino quanto para a sociedade. Foi realizada uma busca utilizando os descritores "Universidade", "Ortodontia", "Extensão", "Saúde Pública", em diferentes bases de dados, dos últimos 20 anos. Foram incluídos artigos originais sobre extensão em Ortodontia ou extensão em Odontologia com ênfase em Ortodontia, que apresentassem relatos de experiência dos alunos, no idioma português. Por outro lado, foram excluídos artigos incompletos, estudos não ligados a Ortodontia e não realizados em universidades nacionais. Foram recuperados 25 trabalhos inicialmente e após uma triagem final, resultaram 5 artigos. Pode-se concluir que ações que integram extensão e Ortodontia são escassas, predominam nas universidades públicas e apresentam prioritariamente caráter assistencialista à população.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Ortodontia. Saúde Pública.

ABSTRACT

University extension is defined as an educational, scientific and cultural process, enabling the transforming relationship between university and society. Orthodontics is an area of Dentistry whose health benefits are directly linked to the patient's aesthetic and social satisfaction. The objective was, through a narrative review of the literature, to draw a panorama about the existence of extension projects in Orthodontics, as well as to emphasize its importance both for teaching and for society. A search was performed using the descriptors "University", "Orthodontics", "Extension", "Public Health", in different databases, from the last 20 years. Were included original articles about extension projects in Orthodontics or extension in Dentistry with emphasis on Orthodontics, which presented students' experience reports, in the Portuguese language. On the other hand, incomplete articles, studies not linked to orthodontics and not carried out in national universities were excluded. 25 works were recovered initially and after a final screening, 5 articles resulted. It can be concluded that actions that integrate extension and orthodontics

KEYWORDS: University. Orthodontics. Public Health.

1. Introdução

Embora a vivência educacional da extensão seja antiga no mundo e no Brasil (DESLANDES e ARANTES, 2017), sua presença só foi legalmente marcada na década de 30 por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931). A responsabilidade das Universidades com a oferta dessa modalidade foi ainda assumida em 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, o que a atrelou ainda a dois outros grandes campos da universidade: ensino e pesquisa (BRASIL, 1988).

Apesar dos marcos legais anteriores, em 2014 foi publicado o Plano Nacional de Educação, enfatizando a presença da Extensão em cursos de graduação (BRASIL, 2014). Conforme o Plano, os cursos de graduação devem ofertar em seu currículo 10% de carga horária em projetos de extensão. Entretanto, mesmo depois da obrigatoriedade curricular, não se percebe a ênfase da integração ensino-sociedade da extensão, considerada a terceira missão das universidades. Tanto que em dezembro de 2018 foi homologada a Resolução que estabelece as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018), denominada “Plano Nacional de Extensão Universitária 2018”, que reforça a presença curricular da Extensão além de definir conceitos, diretrizes, princípios e parâmetros de avaliação. Contudo, o que se percebe na Odontologia, ainda é um currículo tecnicista e individualista (EMMI, SILVA e BARROSO, 2018), especialmente o que tange a disciplina de Ortodontia.

A extensão universitária é definida como um processo educativo, científico e cultural que realiza a articulação entre o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre universidade e a sociedade (BRASIL, 2018). Os projetos de extensão apresentam papel fundamental em relação aos benefícios para a comunidade e a interface ensino-sociedade. Entende-se que,

os alunos aprendem muito mais quando há maior contato com o meio externo, em contrapartida a sociedade é beneficiada pelos serviços fornecidos (RODRIGUES et al., 2013).

A Ortodontia, no Brasil, surge como uma disciplina na graduação em Odontologia em 1925 (VILELLA, 2007). Desde então, por representar uma área cujos benefícios à saúde estão diretamente ligados à satisfação estética e social do paciente (MACIAL e KORNIS, 2006), a especialidade cresceu de maneira significativa, tornando-se uma das mais populares atualmente. Por outro lado, a Ortodontia é marcada por uma visão tecnicista, intervencionista e corretiva (MORGENSTERN et al., 2004). Dessa forma, há um afastamento existente não somente entre o campo ortodôntico e as demais especialidades odontológicas, mas também entre o profissional e o paciente (LOPES et al., 2008).

O desenvolvimento de ações integradoras entre sociedade e Ortodontia são mais complexos do que em outras especialidades da Odontologia. A resistência de colaboração dos pacientes ortodônticos com o tratamento e especialmente com o controle da saúde bucal, atrelada à visão prioritariamente corretiva dos profissionais de saúde são dificuldades inerentes enfrentadas pelos projetos de extensão nessa especialidade odontológica (EMMI, SILVA e BARROSO, 2018; LOPES et al., 2008).

Considerando a importância dos projetos de extensão tanto para o aluno de graduação quanto para a sociedade, ações de extensão em Ortodontia são interessantes para o aprimoramento do ensino desta disciplina nas universidades, ampliando o seu potencial de recuperação e promoção da saúde. Assim, faz-se necessário buscar informações sobre como esta prática de ensino tem sido desenvolvida no país. Diante do exposto, esse trabalho possui o objetivo de traçar, por meio de revisão narrativa da

literatura, um panorama acerca da existência de Projetos de Extensão em Ortodontia, bem como ressaltar sua importância tanto para o ensino quanto para a sociedade.

2. Materiais e Métodos

Estratégias de Busca

A revisão narrativa da literatura científica baseou-se na busca de estudos que abordassem projetos de extensão em Ortodontia. Os descritores utilizados foram “Universidade”, “Ortodontia”, “Extensão”, “Saúde Pública”, sendo associados com o operador booleano “AND”. Como estratégias de busca realizou-se um levantamento nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), das produções científicas publicadas a partir de estudos realizados nos últimos 20 anos (2000-2020), já que os projetos de extensão passaram a ser obrigatórios nos currículos da graduação recentemente.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Os critérios de inclusão utilizados foram (1) artigos originais que tratassem de projetos de extensão em Ortodontia e (2) apresentassem relatos de experiência dos alunos. Foram também incluídos (3) trabalhos que abordassem a respeito da extensão em Odontologia com ênfase em Ortodontia (4) idioma português. Por outro lado, foram excluídos (1) artigos incompletos,

(2) estudos não ligados a Ortodontia e (3) estudos não realizados em universidades nacionais.

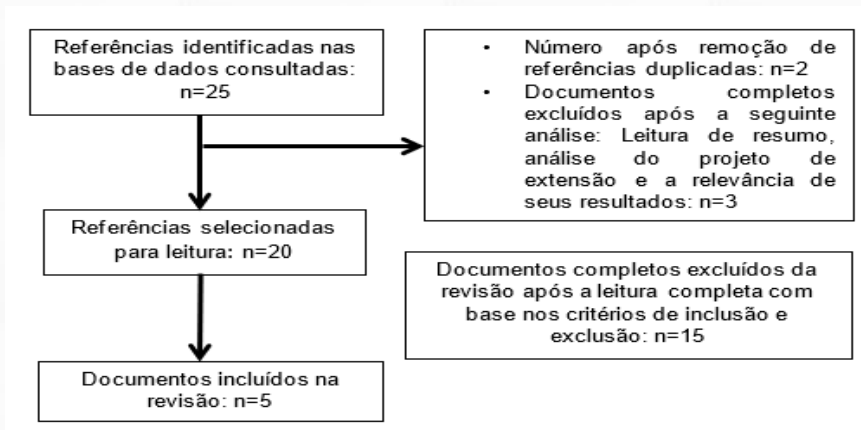
Seleção dos Estudos

Dois revisores (RGL e RAL), previamente calibrados pela orientadora (ACMA), fizeram a busca dos artigos extraíndo os dados independentemente. Os artigos foram selecionados em duas fases. Um revisor (RGL) examinou independentemente os títulos e resumos de todas as referências para eliminar estudos obviamente irrelevantes na fase 1. Na fase 2, os textos completos foram revisados independentemente pelo mesmo revisor, e selecionados de acordo. Em seguida, um segundo revisor (RAL) realizou o mesmo processo. Os desacordos foram resolvidos por discussão em grupo após análise de um terceiro revisor (VGCS).

3. Resultados e Discussão

Ao realizar a busca eletrônica utilizando os descritores previamente selecionados, foram recuperados 25 trabalhos em todas as bases de dados. Após a exclusão dos artigos duplicados, 20 foram selecionados, após leitura do resumo, análise do projeto de extensão e a relevância de seus resultados. Os documentos selecionados passaram por uma triagem final pela leitura completa com o intuito de verificar se atendiam aos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 5 artigos (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma da seleção de artigos utilizados na revisão.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando-se os cinco artigos incluídos, notou-se uma concentração maior na região sudeste do Brasil, uma vez que três deles são realizados nessa região, dois vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (MIRANDA et al., 2004; ROCHA et al., 2011) e o outro à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (BARJA-FIDALGO et al., 2014). Os outros da região sul (ALVES et al., 2011) e nordeste (MACEDO et al., 2015). Além disso, todos os artigos encontrados descrevem projetos de extensão vinculados a instituições públicas.

Grande parte dos projetos apresentam um tempo de existência considerável, sendo um destes projetos implantados em 2001

(BARJA-FIDALGO et al., 2014), um em 2003 (MACEDO et al., 2015), outro em 2005 (ROCHA et al., 2011), e os outros dois não relataram o início do projeto (ALVES et al., 2011; MIRANDA et al., 2004). Ressalta-se ainda, que em nenhum destes trabalhos foi possível encontrar o número de alunos participantes, porém, em sua maioria, nota-se uma integração entre os discentes da graduação e os alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Um quadro com um breve resumo dos trabalhos encontrados e analisados foi elaborado, descrevendo os autores, ano de publicação, instituição vinculada, nome do projeto, início do mesmo, assim como uma breve descrição (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados projetos de extensão extraídos dos artigos selecionados para análise.

Autor/Ano	Instituição de vinculação	Nome do projeto	Início do projeto	Descrição do projeto
Miranda et al. (2004)	Universidade Federal de Minas Gerais	Atendimento Clínico a Pacientes Fissurados	Não descrito no artigo	Caracteriza a prevalência de fissuras labiopalatinas na população atendida. A equipe envolvida na pesquisa pode conhecer melhor a população em tratamento e buscar melhor estruturar o serviço oferecido.
Alves et al. (2011)	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ação Integrada em Odontologia na Comunidade	Não descrito no artigo	Realiza atendimentos clínicos e atividades educativas e preventivas aos pacientes e familiares, promovendo maior qualidade de vida à população e formando um novo perfil de profissional da área.
Rocha et al. (2011)	Universidade Federal de Minas Gerais	Atendimento Ortodôntico à Pacientes com Traumatismos Dentários	2005	Objetiva avaliar a necessidade ortodôntica e sua relação com o plano de tratamento reabilitador dos pacientes vítimas de traumatismos dentários atendidos na FO-UFGM. Os atendimentos são realizados no curso de especialização em Ortodontia com a supervisão do orientador.
Barja-Figaldo et al. (2014)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Crescer Sorrindo	2001	Promove saúde bucal de crianças por meio de ações de caráter educativo, preventivo e curativo. O projeto influenciou acadêmicos, professores e a comunidade em geral, auxiliando na formação de recursos humanos, apoiando a produção de conhecimento e melhorando as condições de saúde bucal das crianças.
Macedo et al. (2015)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Educação continuada em ortodontia preventiva e interceptiva.	2003	Auxilia no tratamento de maloclusões como: mordida aberta anterior, mordida cruzada posterior e apinhamento dentário. Em paralelo a esse atendimento, há ainda os avanços científicos obtidos pelas pesquisas desenvolvidas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Projetos de Extensão apresentam resultados positivos e são essenciais nas Universidades, pois contribuem para fortalecer o processo de interdisciplinaridade e também o diálogo com outras atividades comunitárias e sociais (RODRIGUES et al., 2013). A interface entre os alunos e o trabalho com a sociedade propicia um processo de transformação em saúde, possibilitando à Universidade efetivar seu compromisso com a sociedade (ALVES et al., 2011).

Os projetos de extensão em Odontologia revelam uma grande importância social, pois facilitam o acesso da população ao atendimento odontológico, proporcionam a união entre o conhecimento técnico, habilidades sociais, organização pessoal e o trabalho em equipe, além de permitir a disseminação do conhecimento através de uma modalidade de ensino normalmente multidisciplinar (ALVES et al., 2011; MÁZ et al., 2018; RODRIGUES et al., 2013). Dessa forma, a combinação entre o crescimento social, científico e prático cria um perfil profissional capacitado a realizar os atendimentos de maneira mais correta e humanizada, ou seja, abordando o indivíduo conforme suas necessidades e individualidades (ALVES et al., 2011; MOIMAZ et al., 2015; PAULETTI et al., 2018). Ainda dentro do contexto da Odontologia, a extensão tem como virtude conceder maior habilidade aos alunos no sentido clínico, ao vivenciar o dia a dia, e científico, por meio de ensino e pesquisa (PEREIRA et al., 2017).

Tendo em vista especificamente a Ortodontia, sabe-se que os tratamentos ortodônticos possuem a capacidade de realizar melhoras funcionais do sistema estomatognático e promovem uma melhora estética (ROCHA et al., 2011). Considerando-se o perfil epidemiológico de saúde bucal do Brasil, a má oclusão tem destaque entre os problemas bucais da sociedade brasileira (MACEDO et al., 2015) e essa ocorrência é vista como um problema de saúde pública, já que aumenta as deficiências oclusais e influencia diretamente no bem-estar da população (ALVES et al., 2017). Dessa forma, percebe-se a necessidade de um maior acesso aos tratamentos ortodônticos para a população, principalmente os concedidos pelo poder

público (MACEDO et al., 2015). Nesse âmbito, a Extensão em Ortodontia emerge como fundamental no processo de melhora da qualidade de vida e reabilitação oral da população, uma vez que a estética orofacial tem impacto significativo no emocional e social do indivíduo (CUNHA et al., 2019).

Apesar dessa importância, a literatura não reflete a interface extensão e Ortodontia de maneira adequada. Apenas cinco artigos completos foram recuperados (ALVES et al. 2011; BARJA-FIGALDO et al. 2014; MACEDO et al. 2015; MIRANDA et al. 2004; ROCHA et al. 2011). Sendo que três relataram projetos vinculados a universidades na região sudeste do país (BARJA-FIGALDO et al. 2014; MIRANDA et al. 2004; ROCHA et al. 2011). Seria de se esperar que a maioria realmente estivesse nessa região, uma vez que nesta está concentrada a maior quantidade de cursos de graduação em Odontologia (SAN MARTIN et al., 2018), mas a quantidade encontrada é incompatível com o número de instituições existente na região.

Mesmo tendo sido recuperados apenas cinco artigos, estes apresentaram, para seus projetos, resultados positivos importantes, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade. O projeto “Crescer Sorrindo”, conforme relatado por Barja-Fidalgo e colaboradores (2014) se constituiu em uma integração entre a teoria e a prática, favorecendo uma visão integral dos pacientes por discentes e docentes, apoiada na atuação multidisciplinar e que também permitiu a formação de recursos humanos mais qualificados e produção de conhecimento científico. Nesse sentido, tal projeto une disciplinas como Ortodontia, Odontopediatria e Saúde Bucal Coletiva, priorizando atendimentos de caráter preventivo em crianças de 4 a 12 anos.

Também no projeto “Atendimento Clínico a Pacientes Fissurados” descrito por Miranda e colaboradores (2004), observa-se resultados positivos. O projeto buscou melhor descrever, entender e caracterizar a prevalência de fissuras labiopalatinas, o que contribuiu para um melhor conhecimento em tratamento e uma melhoria do serviço fornecido. Embora a Ortodontia seja abordada no projeto apenas em termos de

caracterização dos pacientes e suas lesões, e não em caráter de tratamentos e procedimentos, o projeto tem relevância epidemiológica pela especificidade da população avaliada.

O projeto de Alves e colaboradores (2011) é bem generalista. Embora não descreva as ações realizadas, deixa claro o atendimento preventivo e integral. Intitulado “Extensão Ação Integrada em Odontologia na Comunidade”, conforme o artigo, permitiu o atendimento de mais de 8000 pacientes, evidenciando o alcance da Extensão. Esse projeto atende tanto pacientes em clínica integrada quanto em clínica de Odontopediatria buscando promover procedimentos básicos de Odontologia integral e preventiva, com foco em ações como tratamento restaurador, endodôntico e cirúrgico, sempre voltado para a prevenção, o que envolve práticas de Ortodontia, como o aconselhamento dos responsáveis sobre hábitos nocivos.

Já o projeto de Extensão “Traumatismos Dentários”, da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FO-UFMG), oferta tratamento integral a pacientes que sofreram traumatismos dentários, devolvendo a estética e a função desses pacientes, além de propor uma prática da Ortodontia como parte reabilitadora dos indivíduos (ROCHA et al., 2011).

Embora esses quatro trabalhos anteriores associem de alguma forma a Ortodontia em seus projetos de extensão, somente o projeto descrito por Macedo e colaboradores (2015) trabalha especificamente o atendimento ortodôntico dos pacientes atendidos em seu projeto de extensão “Educação Continuada em Ortodontia Preventiva e Interceptiva”. No artigo, os autores descrevem as atividades realizadas no projeto de articulação de ensino-pesquisa com as atividades de extensão na área de Ortodontia Preventiva e Interceptiva.

Diante do exposto, no tocante extensão em Ortodontia, pode-se perceber que os estudos que relatam ações de extensão nesta especialidade da Odontologia são escassos. Os projetos descritos nos artigos recuperados estão focados no atendimento de crianças e jovens adolescentes, prevenindo esses indivíduos de desenvolverem maloclusões

graves quando adultos. Destaca-se ainda a intervenção em pacientes especiais realizada pelo projeto “Semente” (PEREIRA et al., 2017), atendendo a uma parcela da sociedade muitas vezes negligenciada. Assim, é importante ponderar que, dessa forma, tais projetos embora tenham um papel muito importante para a sociedade, acabam prestando uma ação mais focada em um viés assistencialista, o que está em desacordo com o objetivo da extensão declarado na Resolução nº7/2018, no qual deveria enfatizar projetos mais participativos na sociedade (BRASIL, 2018).

Além disso, partindo da ênfase dada pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) para a presença da extensão nas universidades brasileiras, deveria ser notada uma presença maior desses projetos dentro da área da Ortodontia, principalmente por essa representar uma necessidade eminente da população (MACEDO et al., 2015). Mais do que isso, apesar desses projetos já apresentarem algum tempo de realização, não foi observado o fato de algum projeto ser tomado como exemplo para outras instituições, o que contribuiria para aumentar a existência desses programas e conseqüentemente seu impacto para a sociedade e acadêmicos.

Sendo assim, iniciativas desenvolvidas na extensão por parte do corpo universitário auxiliam a suprir a necessidade de serviços ortodônticos aos estratos sociais menos favorecidos economicamente, tendo por base os altos custos destes tratamentos na esfera privada (ALVES et al., 2011) e, portanto, deveriam ser mais exploradas pelas instituições de ensino, como regulamentado pelo Plano Nacional de Educação. Deve-se entender, então, o universo da extensão como capaz de propiciar ao aluno da graduação uma formação profissional mais generalista, crítica e sensível, tornando-o apto a buscar, entender e preocupar-se com as necessidades da população tratada (MOIMAZ et al., 2010).

Posto os pontos discutidos acima, faz-se importante considerar como limitação do estudo o fato de a literatura a respeito ser escassa. Nesse sentido, espera-se que este trabalho sirva de gatilho, para que novos projetos de extensão em ortodontia possam ser implementados nas diferentes

instituições, inclusive as particulares, e suas vivências compartilhadas na literatura.

4. Conclusão

Dentro dessa análise, o que se conclui é que ações que integram extensão e Ortodontia são escassas, predominam nas universidades públicas e apresentam prioritariamente caráter assistencialista à população.

AGRADECIMENTOS

Os autores são gratos à Pró-reitoria de Extensão da UFJF pelo apoio financeiro ao projeto Ortodontia ConVida e às bolsas concedidas aos graduandos vinculados ao projeto.

Submetido: 07/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.60051

REFERÊNCIAS

ALVES, B. T. et al. Ação Integrada em Odontologia na Comunidade: Uma Experiência da Integração Ensino/Extensão. **Revista Conexão UEPG**, v. 7, n. 2, 230-239, 2011.

ALVES, N. L. et al. Projeto de Extensão Liga do Arame. **Encontros Universitários da UFC**, 2, 2017.

BARJA-FIDALGO, F. et al. Projeto de extensão crescer sorrindo: integrando ensino, pesquisa e extensão em odontologia por 12 anos crescer sorrindo. **Revista Conexão UEPG**, v. 10, n. 1, p. 93-101, jan./jun. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931 Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018- Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, 2018.

CUNHA, A. C. C. et al. Impacto da má oclusão e do tratamento ortodôntico com aparelho fixo sobre a qualidade de vida relacionada à saúde bucal de crianças e adolescentes. **Arquivos em Odontologia**, 55, 2019.

DESLANDES, M. S.; ARANTES, A. R. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Sinapse Múltipla**, v. 6, n. 2, p. 179-183, 2017.

EMMI, D. T.; SILVA, D. M. C.; BARROSO, R. F. F. Integrated teaching to service experience in Health professional education: perception of dentistry students and graduates. **Interface (Botucatu)**, v. 64, n. 22, p. 223-236, 2018.

LOPES, E. F. et al. Ortodontia como atividade de meio ou resultado? **Rev. Dent. Press Ortodon. Ortop. Facial**, Maringá, v. 13, n. 6, p. 38-42, 2008.

MACEDO, A. G. O. et al. Projeto de Extensão: Educação Continuada em Ortodontia Preventiva e Interceptiva. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 2, p. 70-78, 2015.

MACIAL, S. M.; KORNIS, G. E. M. A. Ortodontia nas políticas públicas de saúde bucal: um exemplo de equidade na Universidade Federal de Juiz de Fora. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 59-81, 2006.

MÁS, N. M. D. et al. A Extensão universitária como ferramenta no processo de transformação do estudante. **Salão de ensino e Extensão**, 2018.

MIRANDA, G. E. et al. Caracterização dos pacientes acometidos por fissura labiopalatina atendidos por um projeto de Extensão da FO-UFMG. **Jornal Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial**, v. 52, n. 9, p. 398-404, 2004.

MOIMAZ, S. A. A. et al. Extensão universitária como Ferramenta Geradora de Ensino-Aprendizagem e Produtora de Pesquisa. **Revista Conexão UEPG**, v. 11, n. 2, p. 140-149, 2015.

MOIMAZ, S. A. S. et al. Percepção de acadêmicos de Odontologia sobre o envelhecimento. **Rev. Odontol. UNESP**, v. 39, n. 4, p.227-231, 2010.

MORGENSTERN, A. P et al. Caminhos e descaminhos da Ortodontia no Brasil. **Rev. Dent. Press Ortodon. Ortop. Facial**, Maringá, v. 9, n. 6, p. 109-121, 2004.

PAULETTI, M. et al. A humanização no atendimento e uso da empatia no serviço de saúde. **Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc São Miguel Do Oeste**, 2018.

PEREIRA, T. A. A. et al. Serviço de Extensão a Menores Necessitando de Tratamento Especializado (Projeto Semente) e Seu Papel nos Âmbitos Social e Acadêmico. **Encontros Universitários da UFC**, 2, 2017.

ROCHA, B. et al. Tratamento Ortodôntico em pacientes com traumatismo dentário. **Arquivos em Odontologia**, v. 47, p. 94-96, 2011.

RODRIGUES, A. L. L et al. Contribuições da Extensão Universitária na Sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 16, n. 1, p. 141-148, 2013.

SAN MARTIN, A. S. et al. Distribuição dos cursos de Odontologia e de cirurgiões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. **Rev ABENO**, v. 18, n. 1, p. 63-73, 2018.

VILELLA, O. W. O desenvolvimento da Ortodontia no Brasil e no mundo. **Rev. Dent. Press Ortodon. Ortop. Facial**, Maringá, v. 12, n. 6, p. 131-156, 2007.



PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA GESTANTES COM ÊNFASE NA TOXOPLASMOSE CONGÊNITA

HEALTH PROMOTION FOR PREGNANT WOMEN WITH EMPHASIS ON CONGENITAL TOXOPLASMOSIS

REZENDE-

OLIVEIRA, K.¹

Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

LIMA, N. S.²

<https://orcid.org/0000-0001-9709-1225>
Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

ARAÚJO, T. E.³

<https://orcid.org/0000-0003-1510-4980>
Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

MILIÁN, I. C. B.⁴

<https://orcid.org/0000-0001-6300-8809>
Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

SILVA, R. J. da⁵

<https://orcid.org/0000-0002-6772-4658>
Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

FRANCO, P. S.⁶

Universidade Federal de
Uberlândia (UFU)

RESUMO

Toxoplasmose congênita é uma doença de importância clínica que resulta em sérios problemas aos recém-nascidos. O conhecimento de gestantes sobre a forma de transmissão e consequências clínicas pode diminuir casos da doença. O objetivo foi avaliar, por meio de um questionário, o conhecimento de gestantes e a conduta de profissionais da saúde que atendem nos serviços públicos de saúde acerca da toxoplasmose congênita, além de desenvolver ações educativas para orientação sobre contaminação e profilaxia utilizando palestras e oficinas, com caráter extensionista. Participaram da atividade 149 gestantes e 12 profissionais da saúde, respondendo o questionário e assistindo a palestra de orientação e esclarecimento. As gestantes realizaram oficinas para confecção de material informativo. A faixa etária média das gestantes foi 25 ±6,6 anos, sendo que 34,2% concluíram o ensino médio, 49,6% afirmaram ter ouvido falar da doença, 37% acreditam que a principal forma de transmissão do parasito seria vertical, seguida do contato com fezes contaminadas do gato (31,5%) e ingestão de carne crua ou mal cozida (29,5%). A maioria dos profissionais de saúde (66,6%) relatou explicar a doença e as formas de prevenção para as gestantes e todos afirmaram que as orientam sobre a soroconversão. Foi possível concluir que algumas gestantes não são capazes de compreender a importância da doença, principalmente as consequências para o seu filho. Cabe aos profissionais de saúde durante o pré-natal alertar sobre os meios de transmissão e controle da toxoplasmose e promover ações de promoção em saúde com as gestantes atendidas nas instituições públicas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Toxoplasmose congênita. Educação em saúde. Gestantes.

ABSTRACT

Congenital toxoplasmosis is a disease of clinical importance that results in serious problems for newborns. The knowledge of pregnant women about the form of transmission and clinical consequences can reduce cases of the disease. The objective was to evaluate, through a questionnaire, the knowledge of pregnant women and the conduct of health professionals who work in public health services, about congenital toxoplasmosis, in addition to developing educational actions for guidance on contamination and prophylaxis using lectures and workshops, with an extensionist character. 149 pregnant women and 12 health professionals participated in the activity, answering the questionnaire and

attending an orientation and clarification lecture. Pregnant women held workshops for making informational material. The average age of pregnant women was 25 ± 6.6 years, with 34.2% having completed high school and 49.6% claimed to have heard of the disease, 37 % believe that the main form of transmission of the parasite would be vertical, followed by contact with contaminated feces of the cat (31.5%) and ingestion of raw or undercooked meat (29.5%). Most health professionals (66.6%) explain the disease and forms of prevention to pregnant women and all advise them on seroconversion during pregnancy. In conclusion, some pregnant women are not able to understand the importance of the disease, especially the consequences for their child. It is up to health professionals during prenatal care to warn about the means of transmission and control of toxoplasmosis and promote health promotion actions with pregnant women assisted in public health institutions.

KEYWORDS: Congenital toxoplasmosis. Health education. Pregnant women.

1. Introdução

A toxoplasmose é uma protozoonose, causada pelo parasito *Toxoplasma gondii*, de grande difusão mundial (FOROUTAN-RAD et al., 2016; HUNG et al., 2007). A doença é um problema de saúde pública que acomete de forma significativa pacientes imunocomprometidos e gestantes (infecção congênita). Muitas vezes evolui para forma assintomática ou benigna (cerca de 90% dos casos) e raramente é necessário o tratamento da doença (CENCI-GOGA ET AL., 2011; ROBERT-GANGNEUX; DARDÉ, 2012; SEPÚLVEDA-ARIAS et al., 2014).

Em seres humanos a prevalência depende dos hábitos de vida e de alimentação da população, desenvolvendo muitas vezes a forma crônica nos indivíduos adultos (variando de 10% a 90%) (TENTER et al., 2000). No Brasil, pode haver variação da prevalência, entre 50% a 80% (GALISTEU et al., 2007), com 84% representado por crianças e variando de 36% a 92% em mulheres grávidas (DUBEY et al., 2012).

A soroprevalência da toxoplasmose em gestantes no Brasil merece atenção das entidades públicas, sendo importante a implementação de notificação da doença durante a gestação (CAPOBIANGO et al., 2016). Os índices significativos da doença em

gestantes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil chegam a 31 e 64,4% (CÂMARA; SILVA, 2015; VARELLA et al., 2003). Estes dados mostram a elevada frequência de gestantes susceptíveis a essa infecção no país.

A prevenção primária deve ser adaptada a cada região, levando-se em conta o índice de prevalência, hábitos alimentares, fatores de risco locais, recursos disponíveis e outras características regionais (LAGO, E.; PITREZ, 2010). Assim, a orientação de gestantes quanto à realização do pré-natal é essencial para que sejam implementadas medidas para prevenção primária das doenças de transmissão vertical, como a toxoplasmose congênita (ELSHEIKHA, 2008).

As atividades de educação em saúde são consideradas importante instrumento para a garantia na melhoria das condições de vida. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o desenvolvimento de habilidades pessoais e coletivas contribui para a qualidade de vida e saúde da população (TOSCANI et al., 2007). Nas ações de promoção em saúde devem ser considerados recursos educativos que proponham a interatividade e entretenimento contribuindo com o aprendizado. As oficinas são formas dinâmicas de oferecer conhecimento somado à exposição de conteúdo durante palestras e discussões em grupo.

Não existe vacina contra *T. gondii* e o tratamento não é considerado 100% eficaz, o

que ressalta a importância da educação em saúde como forma de reduzir os riscos de exposição e prevenir a toxoplasmose congênita (ELBEZ-RUBINSTEIN et al., 2009). A orientação quanto os fatores de risco e o incentivo quanto à mudança de hábitos de vida das gestantes podem contribuir para a diminuição da prevalência da doença (ELSHEIKHA, 2008).

A Universidade possui um importante papel junto à comunidade o que pode ser representado pelos projetos de extensão. Através destas intervenções é possível o desenvolvimento de práticas acadêmicas envolvendo alunos e monitores. Além disso, ressalta a necessidade de ampliação e divulgação das informações obtidas na comunidade (gestantes e profissionais da área de saúde) o que possibilita e torna viável a interação de governantes e os membros da comunidade assistida pelo projeto (MOURA et al., 2017; LIMA et al., 2018; REZENDE-OLIVEIRA, et al., 2019).

A falta de dados mais específicos sobre a doença na região do Pontal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais justifica a implementação de ações de promoção em saúde, principalmente no grupo de gestantes, dada a sua importância clínica e epidemiológica. Não há estudos que abordem diretamente a soroprevalência em gestantes ou atividades de orientação e esclarecimento sobre a doença, fato esse que justifica o desenvolvimento deste trabalho.

Considerando-se que a base de um programa de prevenção primária inclui uma etapa inicial onde se avalia o nível de informação dos profissionais e das gestantes e o desenvolvimento de estratégias de educação em saúde o objetivo do presente estudo foi avaliar, por meio de um questionário específico, o conhecimento e conduta de profissionais da saúde e gestantes atendidas nas Unidades de Saúde e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS de Ituiutaba, MG) em relação à toxoplasmose congênita, além de desenvolver ações educativas utilizando como ferramenta extensionista palestras e oficinas para orientação acerca das consequências desta doença para o recém-nascido. Ressalta-se que ações em grupo para promoção em saúde podem gerar a contextualização do assunto abordado

enriquecendo as discussões e reflexões, criando uma rede de compartilhamento de informações e experiências.

2. Método

Local do estudo

Trata-se de uma pesquisa de intervenção, de caráter quanti-qualitativo nas Unidades de Saúde e CRAS no município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, durante o período de abril a dezembro de 2018. Este trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU), parecer nº 2.138.927. As atividades propostas e coleta de dados foram realizadas no setor de Obstetrícia e Ginecologia da Unidade Mista de Saúde, onde as gestantes eram atendidas durante o pré-natal, e nos CRAS.

Participantes do estudo

Os participantes deste estudo foram selecionados pelo método da amostragem aleatória simples, contemplando as gestantes em acompanhamento pré-natal nas Unidades Mistas de Saúde ou que frequentavam os CRAS, além de profissionais de saúde que atendessem os critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos no estudo gestantes (de qualquer idade gestacional e com consultas de pré-natal agendadas) e profissionais de saúde (que trabalhavam ou assistiam as gestantes durante a permanência no setor) e que aceitaram participar da pesquisa após assinarem o TCLE. Aqueles que não atenderam aos critérios de inclusão e não assinaram o TCLE não participaram do estudo.

Coleta de dados por meio de questionário e as Ações extensionistas/Intervenção

Inicialmente foi aplicado questionário semiestruturado elaborado especificamente para as gestantes, contendo questões referentes a dados sociodemográficos e perguntas relacionadas à exposição da gestante à infecção por *T. gondii*. Para avaliar o conhecimento sobre a toxoplasmose e a conduta dos profissionais de saúde que atendem as gestantes, foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas referentes a dados sócio-

demográficos, e abordando questões sobre a mecanismo de transmissão do agente, profilaxia e orientações no pré-natal.

Importante ressaltar que para aplicação do questionário, as gestantes atendidas nas Unidades Mistas foram abordadas durante a espera para consulta pré-natal, enquanto os profissionais de saúde foram convidados a participar antes de iniciarem seus atendimentos. Após responderem ao questionário, foi realizada uma palestra a respeito da toxoplasmose (aspectos gerais da doença, formas de transmissão do parasito, seu ciclo biológico, tratamento e profilaxia). Também foi distribuído um folder com informações dadas durante a explanação, para que a gestante levasse para casa e pudesse transmitir as informações aos familiares. Cartazes explicativos foram

anexados nos corredores e salas do setor onde foi realizada a intervenção.

No caso das gestantes que frequentavam os CRAS, as mesmas foram abordadas enquanto aguardavam atendimento da assistente social. Após o registro e obtenção do consentimento, as gestantes foram convidadas a responderem ao questionário e a participarem de uma palestra e de três oficinas previamente agendadas com a coordenadora do CRAS. As atividades iniciaram com uma roda de conversa, de forma descontraída, problematizadora, levantando questões acerca da toxoplasmose e a importância da sua prevenção na gestação e em seguida realizadas as oficinas, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Oficinas sobre Toxoplasmose e formas de contaminação e profilaxia realizadas com as gestantes atendidas nos Centros de Referência em Atendimento e Saúde (CRAS) de Ituiutaba, Minas Gerais durante o período de abril a dezembro de 2018.

Oficina 1- Roda de conversa e relato de experiências	Oficina 2- Integração e música	Oficina 3 – Confecção de Material Informacional
<p>Objetivo: Incentivar a discussão e troca de experiências entre as gestantes e a equipe executora.</p> <p>Método: 1. Roda de conversa com a apresentação de situações reais, em que as gestantes participam de forma ativa opinando e discutindo sobre a forma de transmissão da doença.</p> <p>2. Além disso, foi enfatizada a possibilidade da reinfecção das gestantes sabidamente soropositivas durante o pré-natal.</p>	<p>Objetivo: Avaliar o conhecimento das gestantes após a palestra e a oficina 1.</p> <p>Método: 1. Distribuição de balões com perguntas relacionadas à profilaxia, transmissão e importância clínica da toxoplasmose na gestação;</p> <p>2. Cada balão é passado entre as gestantes enquanto uma música de preferência é tocada e cantada por elas;</p> <p>3. Quando a música para a participante estoura o balão e responde a pergunta;</p> <p>4. As demais gestantes informam se a pergunta está correta e a equipe executora do</p>	<p>Objetivo: Avaliar, por meio da confecção de material didático, o conhecimento adquirido nas discussões e palestras.</p> <p>Método: 1. As gestantes são divididas em grupos e recebem materiais como cartolina, lápis e pincel para confeccionarem um material didático informacional a ser afixados posteriormente no mural do CRAS;</p> <p>2. Neste material elas informam, por meio de desenhos ou texto, como o <i>T.gondii</i> é transmitido, as formas de prevenção e como a doença pode influenciar a gestação;</p>

<p>Tempo de duração: 40 minutos.</p>	<p>projeto contextualiza o tema.</p> <p>Tempo de duração: Aproximadamente 40 minutos.</p>	<p>3. Apresentação do material para o grupo de gestantes.</p> <p>Tempo de duração: aproximadamente 60 minutos.</p>
---	--	---

Fonte: Autores, 2018

Os dados foram analisados e compilados em uma planilha do programa Microsoft Excel 2010 sendo os dados descritivos expressos em números absolutos (máximo e mínimo) e porcentagem.

3. Resultados

O presente trabalho mostra as impressões de grupos da população em relação a toxoplasmose e a conduta de profissionais da saúde acerca da doença. Os questionários e a participação em palestras e oficinas foram momentos importantes das ações, para a equipe executora conhecer as fragilidades dos grupos quanto ao conhecimento e profilaxia. Estes fatores

justificam a relevância do trabalho e a articulação entre ensino e extensão.

Participaram do estudo 149 gestantes com $25 \pm 6,6$ anos atendidas nas Unidades Básicas de Saúde e CRAS do município de Ituiutaba, MG. Quanto ao nível de escolaridade, observou-se que 28 participantes (18,8%) não completaram o ensino fundamental e apenas 10 (6,8%) concluíram o ensino superior. Cinquenta e nove entrevistadas (39,8%) estavam no terceiro trimestre gestacional. Quanto ao conhecimento sobre a doença, 78 gestantes (49,6%) ouviram falar em toxoplasmose e 55 (36,9 %) nunca ouviram falar. Demais dados representados na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Nível de escolaridade, período gestacional e conhecimento sobre toxoplasmose das gestantes atendidas no serviço público de Ituiutaba, MG. N=78

Nível de escolaridade	n (%)
Ensino Fundamental Incompleto	28 (18,8)
Ensino Fundamental	15 (10,0)
Ensino Médio	51 (34,2)
Ensino Superior	10 (6,8)
Período gestacional	
Primeiro Trimestre	32 (21,5)
Segundo Trimestre	57 (38,5)
Terceiro Trimestre	59 (39,8)
Não Declarado	1 (0,67)
Tem conhecimento da doença	
Sim	78 (49,6)
Não	55 (36,9)

Fonte: Autores, 2018

Ao questionar as gestantes sobre a realização do exame para toxoplasmose, 68 (45,3%) afirmaram ter realizado, 47 (31,5%) disseram não ter feito e 34 (22,8%) não souberam informar (dados não mostrados).

As questões seguintes foram realizadas apenas com as 78 (52,3%) gestantes que afirmaram já ter conhecimento da toxoplasmose. Quando questionadas sobre quais animais poderiam se infectar com o parasito, 49 (62,8%) gestantes responderam

que poderia ser o gato. A **Tabela 2** apresenta mais detalhes sobre o conhecimento das gestantes em relação aos animais que

podem se infectar e transmitir a toxoplasmose.

Tabela 2 - Conhecimento das gestantes atendidas no serviço público de Ituiutaba, MG em relação aos animais que podem se infectar e transmitir a toxoplasmose ao ser humano (n/%). N=78

	Animais que podem se infectar com <i>Toxoplasma gondii</i>*	Animais que podem transmitir <i>Toxoplasma gondii</i> ao ser humano*
Gato	49/62,8%	70/89,7%
Cão	30/38,4%	27/34,6%
Pombo	16/20,5%	17/21,7%
Suínos	7/8,9%	11/14,0%
Bovinos	8/10,2%	11/14,0%
Ratos	7/8,9%	15/19,2%
Hamsters	6/7,6%	8/10,2%
Ovinos	4/5,1%	4/5,1%
Morcegos	5/6,4%	8/10,2%
Não tenho opinião formada	17/21,7%	12/15,8%

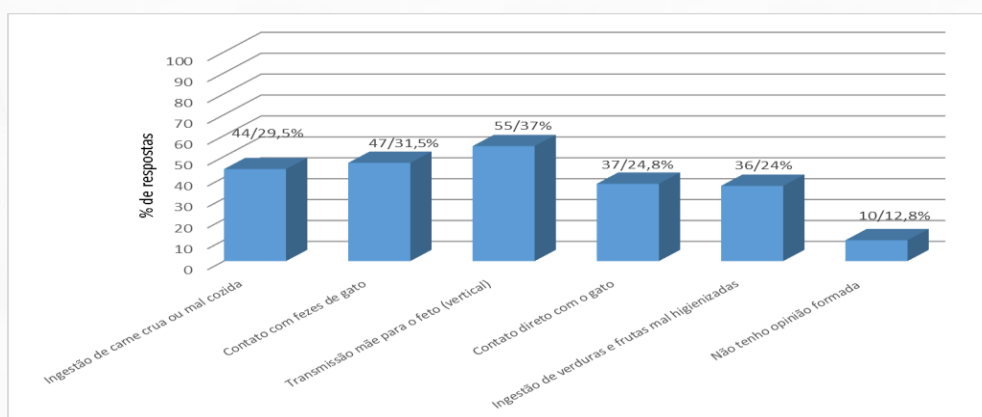
*Questão em que as gestantes podiam marcar mais de uma opção de resposta.

Fonte: Autores, 2018 (questionário)

Ao perguntar as gestantes sobre as formas de infecção pelo *T. gondii*, 55 (37%), acreditam que existe a possibilidade da mãe transmitir para o feto e 47 (31,5%) disseram ser

pelo contato direto com as fezes de gatos e 10 (12,8%) gestantes não tinham opinião formada sobre o assunto (**Figura 1**).

Figura 1 – Conhecimento das gestantes atendidas no serviço público de Ituiutaba, MG em relação às formas de infecção pelo *Toxoplasma gondii* (n/%). Nesta questão as gestantes podiam marcar mais de uma opção de resposta.



Fonte: Autores, 2018

Neste estudo também foram avaliados os conhecimentos dos profissionais que atendiam as gestantes nas Unidades de Saúde e CRAS. A média de idade dos 12 participantes foi 44 ± 12,7 anos. Ao questionar sobre os animais que poderiam ser hospedeiros definitivos do parasito, os 12

participantes (100%) afirmaram ser o gato, embora 1 (8,3%) profissional acredita que, além do gato, o cão e o pombo também sejam hospedeiros definitivos (dados não mostrados).

Quanto ao conhecimento sobre os animais que podem transmitir *T. gondii*, 10

(83,3%) responderam o gato. A **Tabela 3** apresenta mais detalhes sobre o conhecimento dos profissionais de saúde em

relação aos animais que podem transmitir a toxoplasmose.

Tabela 3 - Conhecimento dos profissionais da saúde do serviço público de Ituiutaba, MG em relação ao hospedeiro definitivo e animais que podem transmitir *Toxoplasma gondii* ao ser humano (n/%). N=12

	Animais que podem transmitir <i>Toxoplasma gondii</i> ao ser humano*
Gato	10/83,3%
Bovinos	5/41,6%
Suínos	3/25%
Cão	3/25%
Ovinos	3/25%
Pombo	3/25%
Ratos	1/8,3%
Hamsters	0/0%
Morcegos	0/0%
Todos os animais citados	1/8,3%

*Nesta questão as gestantes podiam marcar mais de uma opção de resposta.

Fonte: Autores, 2018

Em relação às formas de prevenção da toxoplasmose, 10 (83,3%) responderam evitar comer carne crua ou mal passada, 11 (91,6%) responderam ter cuidado ao manusear fezes de gatos e 8 (66,6%) responderam não ingerir frutas e verduras sem lavar (dados não mostrados).

Tendo em vista a importância da orientação pelos profissionais sobre a toxoplasmose congênita, foi questionado ao profissional se informam as pacientes sobre a profilaxia da doença. Dos 12 profissionais de

saúde, 8 (66,6%) responderam que explicam sobre a doença e as formas de prevenção, 1 (8,3%) respondeu que explica sobre a doença, mas não as formas de prevenção e 3 (25%) responderam que não explicam sobre a doença, mas abordam de modo geral as doenças transmitidas durante a gestação (**Tabela 4**). Para as orientações sobre o exame para toxoplasmose todos os profissionais (12/100%) responderam que orientam as gestantes sobre a soroconversão durante a gestação.

Tabela 4 - Orientações dadas pelos profissionais da saúde do serviço público de Ituiutaba, MG para as gestantes sobre a toxoplasmose e sobre o exame. N=12

Orientações sobre a toxoplasmose	n (%)
Explico sobre a doença e as formas de prevenção	8 (66,6)
Explico sobre a doença, mas não as formas de prevenção	1 (8,33)
Não explico sobre a doença, mas abordo de modo geral as doenças transmitidas durante a gestação	3 (25)
Orientações sobre o exame	
Sim e oriento as gestantes sobre a soroconversão durante a gestação	12 (100)
Não, apenas solicito os exames obrigatórios para as gestantes	0 (0)

Fonte: Autores, 2018

Por fim, quando questionados sobre qual a frequência uma gestante soronegativa para toxoplasma deveria realizar o exame

sorológico para a doença, 2 (16,6%) profissionais marcaram a alternativa que dizia apenas uma vez, independentemente do

período gestacional, 4 (33,3%) responderam que era necessário realizar o exame duas vezes, sendo um exame do primeiro trimestre e o segundo exame no terceiro trimestre gestacional, 5 (41,6%) responderam três vezes, sendo um exame para cada trimestre gestacional e 1 (8,3%) responderam que não tinha opinião formada (dados não mostrados).

Após aplicação do questionário foram realizadas atividades em grupo envolvendo palestras e oficinas. As gestantes participaram ativamente das palestras, questionando sobre situações diárias que podem favorecer a contaminação por *T. gondii*. A troca de informações e experiências entre as participantes e equipe executora forneceu elementos para conduzir a palestra, orientar as gestantes e direcionar o conteúdo das oficinas. Nas oficinas realizadas a metodologia proposta possibilitou a participação ativa das gestantes. Após as explanações essas dúvidas foram dirimidas e o grupo solicitou novos encontros para continuarmos a discutir sobre o assunto e outros relacionados a doenças que podem prejudicar a mãe e o feto durante a gestação. Importante ressaltar que os discentes participantes das atividades compartilharam com as gestantes e profissionais da saúde os conhecimentos específicos sobre a doença e seu manejo junto às gestantes e recém-nascidos. Além disso, esse contato mostrou aos discentes a importância de se promover a educação em saúde e o papel de disseminador de informações junto à comunidade.

4. Discussão

A educação em saúde é definida como “[...] um conjunto de práticas pedagógicas de caráter participativo e emancipatório, que perpassa vários campos de atuação e tem como objetivo sensibilizar, conscientizar e mobilizar para o enfrentamento de situações individuais e coletivas que interferem na qualidade de vida” (BRASIL, 2018).

Atividades extensionistas são consideradas importantes ferramentas para a formação do indivíduo como um profissional, tornando-o capaz de atuar na produção e difusão do conhecimento necessário para superar as desigualdades sociais existentes no País. A orientação de populações

vulneráveis sobre determinadas doenças pode contribuir com a diminuição do número de pessoas acometidas beneficiando principalmente o serviço público de saúde. Assim, a universidade deve estar inserida na comunidade realizando a troca de experiências e propondo mudanças positivas no grupo envolvido seja população ou equipe executora (MOURA et al., 2017; LIMA et al., 2018; REZENDE-OLIVEIRA, et al., 2019).

A toxoplasmose é uma doença de importância clínica e que pode trazer muitas consequências ao feto (DUNN et al., 1999; LOPES et al., 2007). As gestantes são consideradas uma população vulnerável e os profissionais que as atendem durante o pré-natal importantes disseminadores de informações sobre profilaxia de doenças.

No presente trabalho, a média de idade das gestantes foi de 25 ±6,6 anos, sendo que a maioria (34,2%) afirmou ter cursado apenas o ensino médio e, aproximadamente, 40% se encontrava no terceiro trimestre de gestação. A faixa etária e escolaridade destas gestantes são semelhantes aos descritos num estudo com gestantes no Piauí (RODRIGUES et al., 2015) e outro realizado com gestantes de Niterói, Rio de Janeiro (MOURA et al., 2016). Dentre os riscos associados à infecção pelo *T. gondii* cita-se o nível de escolaridade das gestantes, sugerindo que a falta de conhecimento pode influenciar na ausência de informação sobre ações de controle e prevenção da doença. O maior grau de instrução é um fator de proteção para a infecção (MILLAR et al., 2014). A população com maior escolaridade possui maior entendimento sobre bons hábitos de higiene, o que reduz a possibilidade de infecção. Assim, acredita-se que o grau de instrução das entrevistadas do presente pode ter influenciado no desconhecimento sobre a doença e dos riscos para a saúde do feto.

Em nosso estudo, cerca de 37% das gestantes afirmaram não conhecer a toxoplasmose. Da mesma forma, num estudo com gestantes realizado em Niterói, Rio de Janeiro 2016 cerca de 57% desconheciam a existência do *T. gondii* (MOURA et al., 2016). Outro trabalho que obteve resultado semelhante, mostrou que 55,7% das gestantes questionadas afirmaram ter algum conhecimento sobre a toxoplasmose, sendo que destas 53,7% obtiveram essas

informações durante o pré-natal, mostrando a relevância da educação em saúde em todos os momentos do pré-natal (LEHMANN et al., 2016).

Ao questionar as gestantes sobre a realização do exame para toxoplasmose, 22,8% delas não souberam informar se o fizeram. Este resultado mostra que as gestantes ainda têm dúvidas quanto a realização dos exames, embora todos os profissionais que participaram do estudo informaram que orientam as gestantes sobre a necessidade de realizá-lo.

Considerando a forma de transmissão de *T. gondii*, o hábito de ingerir carne mal passada ou mal cozida é um fator de risco para a infecção pelo parasito. No presente estudo 10% das gestantes afirmaram comer carne mal crua ou malcozida acreditam que a transmissão vertical seja a principal forma, seguida de contato com as fezes dos gatos (31,5%). Branco et al. (2012) em um estudo com gestantes do município de Maringá, Paraná, identificaram que 42% das participantes possuíam o hábito de ingerir carne crua ou mal cozida. Além disso, 93,5% afirmaram consumir vegetais crus. Estes resultados mostram a falta de orientação e conhecimento de gestantes quanto ao risco da contaminação pelo parasito por estas fontes alimentares.

Conhecer os principais hospedeiros que podem participar do ciclo de transmissão do parasito favorece a prevenção e tratamento, se for o caso. Em nosso estudo, parte das gestantes afirmaram que o gato pode se infectar e pode transmitir o *T. gondii* para os seres humanos. Este resultado mostra que, embora não se saiba muito sobre a doença, as participantes reconhecem a importância do gato no ciclo de vida do parasito.

A prevenção da toxoplasmose congênita e das suas sequelas pode ser feita por meio de uma ou de combinações das seguintes estratégias: educação das gestantes sobre comportamentos preventivos; tratamento das gestantes com infecção aguda, tratamento dos fetos infectados e/ou tratamento precoce dos recém-nascidos, mesmo que assintomáticos (REIS et al., 2006). Importante ressaltar que no presente estudo observamos que muitas gestantes não tinham conhecimento da doença, não sabiam sobre a via de

transmissão vertical e principalmente não conheciam os métodos profiláticos. A confecção de material informacional pelas gestantes foi uma forma eficiente para concretizar o conhecimento e oportunidade de interação das mulheres com a equipe extensionista.

Ressalta-se a importância dos profissionais da saúde que prestam cuidados às gestantes durante o pré-natal em ampliar seus conhecimentos acerca da doença e suas consequências desta forma, avaliamos também os conhecimentos dos profissionais da saúde.

Neste estudo observou-se que, em geral, os profissionais de saúde possuem conhecimento sobre a forma de transmissão do parasito e profilaxia, uma vez que a maioria deles responderam corretamente quando questionados sobre o hospedeiro definitivo, animais que podem transmitir *T. gondii* e formas de prevenção.

A triagem sorológica e a detecção da toxoplasmose é uma das importantes ferramentas que permite a adoção de medidas profiláticas e terapêuticas precocemente e, assim, a diminuição da taxa de transmissão vertical e/ou danos ao desenvolvimento fetal (LOPES-MORI et al., 2011). As gestantes devem ser orientadas sobre todos os exames solicitados, bem como o porquê de cada um. Os resultados devem ser esclarecidos e, quando positivos, as possíveis patologias e o risco para o bebê (HUNG et al., 2007).

As orientações impressas, como por exemplo revistas, folders e cartazes, são um complemento para a mudança dos comportamentos de risco para a toxoplasmose (PAWLOWSKI et al., 2001). Desta forma, as orientações quanto às medidas de prevenção feitas pelos profissionais às gestantes durante as consultas do pré-natal são essenciais (BRANCO et al., 2012; SCHENEIDER et al., 2017; SOUSA et al., 2017).

Por meio de palestras e oficinas conseguimos divulgar as principais informações acerca da doença e estimular a discussão em grupo bem como a importância da divulgação destas informações junto a comunidade. As oficinas propiciaram momentos de descontração, favorecendo a partilha de experiências sobre

a doença e dirimir os momentos de insegurança das gestantes frente às situações que poderia contribuir com a infecção pelo parasito. A interação das gestantes e profissionais de saúde com a equipe executora foi enriquecedor, para ambos os grupos.

Quanto aos CRAS é necessário desenvolver um planejamento que envolva não apenas o atendimento social, mas também aquele que possa incluir profissionais que orientem essas gestantes utilizando de ferramentas dinâmicas de interação como as palestras e oficinas. Mesmo com a alta rotatividade de profissionais e de gestantes dentro do CRAS, as ações deverão ser padronizadas a fim de atender o público alvo, garantindo que todas receberão as orientações necessárias para prevenção contra a doença. Assim, a participação ativa das gestantes nas atividades propostas neste estudo foi essencial para a implementação das ações extensionistas, fortalecendo a interação entre a população e a comunidade acadêmica.

5. Conclusão

A toxoplasmose congênita é uma doença de grande importância clínica, por acometer fetos e recém nascidos, resultando em sequelas por toda a vida. Por meio do questionário avaliamos o conhecimento e conduta de profissionais da saúde e gestantes atendidas nas Unidades de Saúde

e nos CRAS de Ituiutaba em relação à toxoplasmose congênita. Além disso, desenvolvemos ações educativas com as gestantes para orientá-las acerca das consequências desta doença para o recém-nascido. A gestante necessita de orientações pontuais acerca da doença, especialmente quando for soronegativa, já que muitas delas não são capazes de compreender a importância da doença e as consequências para o seu filho. Palestras e oficinas são alternativas para orientar e informar as gestantes sobre a importância da doença e promove maior aproximação entre os participantes e a equipe executora. Os profissionais de saúde desempenham o papel de divulgadores de informações, não apenas exercendo a função específica da profissão, mas orientando cada paciente de forma a contribuir com a diminuição de casos de toxoplasmose no grupo de gestantes. Embora o trabalho represente uma amostra da população de gestantes e de profissionais de saúde que atuam e frequentam os serviços públicos de saúde do município de Ituiutaba, MG é possível detectar a ampla necessidade de intervenções junto a estes grupos. Assim, incentivar as Unidades de Saúde e os CRAS a promoverem ações de promoção em saúde com as gestantes atendidas nas instituições é uma atitude importante dentro dos métodos profiláticos da doença que deve ser incentivada para diminuir o número de casos e impacto na saúde pública.

Agradecimentos

Pro-reitoria de Extensão e Assuntos estudantis-PROEXC e Curso de Pós Graduação em Parasitologia e Imunologia Aplicadas-PIPPA/UFU. A Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Minas Gerais.

Submetido: 04/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.43836

REFERÊNCIAS

BRANCO, B.H.M., ARAÚJO, S.M. DE, FALAVIGNA-GUILHERME, A.L. Primary prevention of toxoplasmosis: knowledge and attitudes of health professionals and pregnant women of public service of Maringa, Parana state, **Brazilian Science Medicine (Porto. Alegre)**, v. 22, p. 185-190. 2012 > Acesso em: 28 out.2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis, 2018. **Protocolo de notificação e investigação: Toxoplasmose gestacional e congênita. Ministério da Saúde**, https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_notificacao_investigacao_toxoplasmose_gestacional_congenita.pdf > Acesso em: 28 out.2020.

CÂMARA JT, DA SILVA MG, C.A. Prevalência de toxoplasmose em gestantes atendidas em dois centros de referência em uma cidade do Nordeste, Brasil. **Revista Brasileira Ginecologia Obstetricia**. v. 37, p. 64–70. 2015. <https://doi.org/10.1590/SO100-720320150005115> > Acesso em: 28 out.2020.

CAPOBIANGO, J.D., MARIA, F., LOPES, R., NAVARRO, I.T., SAWCZUK, J., CAMPOS, D.A., TATAKIHARA, L.T., TALIZIN, T.B., NARCISO, S.G., MARIA, E., REICHE, V. Gestational and congenital toxoplasmosis: a practical approach to disease notification. **Epidemiologia Serviço Saúde**. v.25, p. 187–194. 2016. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000100020>

CENCI-GOGA, B.T., ROSSITTO, P. V, SECHI, P., MCCRINDLE, C.M.E., CULLOR, J.S. An Old Parasite of New Concern. *Foodborne Pathogens Disease*. v.8, p. 751–762. 2011. <https://doi.org/10.1089/fpd.2010.0795> > Acesso em: 28 out.2020.

DETANICO, L.B., CALLEGARI, R.M. Toxoplasmosis: serological profile of childbearing age and pregnant women. **Revista Brasileira Analises Clinica**, v. 38, p. 15–18. 2006. > Acesso em: 28 out.2020.

DUBEY, J.P., LAGO, E.G., GENNARI, S.M., SU, C., JONES, J.L. Toxoplasmosis in humans and animals in Brazil: high prevalence, high burden of disease, and epidemiology. **Parasitology**, v. 139, p. 1375–1424. 2012. <https://doi.org/10.1017/S0031182012000765> > Acesso em: 28 out.2020.

DUNN, D., WALLON, M., PEYRON, F., PETERSEN, E., PECKHAM, C., GILBERT, R. Mother-to-child transmission of toxoplasmosis : risk estimates for clinical counselling. **Lancet**, v. 353, p. 1829–1833. 1999. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(98\)08220-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(98)08220-8) > Acesso em: 28 out.2020.

ELBEZ-RUBINSTEIN, A., AJZENBERG, D., DARDÉ, M., COHEN, R., DUMÈTRE, A., YERA, H., GONDON, E., JANAUD, J., THULLIEZ, P. Congenital Toxoplasmosis and Reinfection during Pregnancy: Case Report , Strain Characterization , Experimental Model of Reinfection , and Review. **Journal Infection Disease**, v. 199, p. 280–285. 2009. <https://doi.org/10.1086/595793> > Acesso em: 28 out.2020.

ELSHEIKHA, H.M.Ã. Congenital toxoplasmosis : Priorities for further health promotion action. **Public Health**, v. 122, p. 335–353. 2008. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2007.08.009> > Acesso em: 28 out.2020.

FOROUTAN-RAD, M., MAJIDIANI, H., DALVAND, S., DARYANI, A., KOOTI, W., SAKI, J., HEDAYATI-RAD, F., AHMADPOUR, E. Toxoplasmosis in blood donors: A systematic review and meta-analysis Masoud. **Transfusion Medicine Review**, v. 30, p. 116–122. 2016. <https://doi.org/10.1016/j.tmr.2016.03.002> > Acesso em: 28 out.2020.

GALISTEU, K.J., MATTOS, C.B.L., LEAL, A.G., OLIVEIRA, M.P. DE, SPEJORIM, L.F., JORDÃO, P., ZAGO, A.P., CURY, P.M., MATTOS, L.C. DE, ROSSIT, A.R.B., CAVASINI, C.E., MACHADO, R.L.D. Prevalence and risk factors associated with the toxoplasmosis in pregnant women and their children in the Northwest of São Paulo State, Brazil. **Revista Panamericana Infectologia**, v. 9, p. 24–29. 2007. > Acesso em: 28 out.2020.

GILBERT, R., GOLLUB, E.L. Effectiveness of health education on *Toxoplasma* -related knowledge , behaviour , and risk of seroconversion in pregnancy. **European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology**, v. 136, p. 137-145. 2008. <https://doi.org/10.1016/j.ejogrb.2007.09.010> > Acesso em: 28 out.2020.

HUNG, C., FAN, C., SU, K., SUNG, F., CHIOU, H., GIL, V., FERREIRA, R., MANUEL, J., CARVALHO, D., CRUZ, C., LIN, Y., TSENG, L., SAO, K., CHANG, W., LAN, H., CHOU, S. Serological screening and toxoplasmosis exposure factors among pregnant women in the Democratic Republic of Sao Tome and Principe. **Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 101, p. 134-139. 2007. <https://doi.org/10.1016/j.trstmh.2006.04.012> > Acesso em: 28 out.2020.

LAGO, E.; PITREZ, M. Toxoplasmosis, interdisciplinarity and geography. **Science Medicine. (Porto. Alegre)**, v. 20, p. 3-4. 2010. > Acesso em: 28 out.2020.

LIMA, N. S. ; CALABRIA, L. K. ; MELO, J. V. ; CURY, N. ; LOPES, P. D. ; BORGES, A. C. ; FRANCO, I. P. ; GÓMEZ-HERNANDEZ C ; ROSA, T. A. ; SILVA, E. L. ; REZENDE-OLIVEIRA, K. Prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis em população no assentamento da reforma agrária no Pontal do Triângulo Mineiro. **Revista Medicina Saúde de Brasília**, v. 7, p. 5-23. 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/8977/5731>> Acesso em: 31 out.2020.

LOPES-MORI, F.M.R., MITSUKA-BREGANÓ, REGINA, C., JAQUELINE DARIO, I., INÁCIO TERUO, R., EDNA MARIA VISSOCI, M., HELENA KAMINAMI, C., BARBANTE, A.M., BITTENCOURT, L.H.F. DE B., FREIRE, R., TEODORICO, I. Programs for control of congenital toxoplasmosis. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 55, p. 581-586. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302011000500021> > Acesso em: 28 out.2020.

LOPES, F.M.R., GONÇALVES, D.D., MITSUKA-BREGANÓ, R., FREIRE, R.L., NAVARRO, I.T. *Toxoplasma gondii* Infection in Pregnancy. **Brazilian Journal of Infection Disease**, v. 11, p. 496-506. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-86702007000500011> > Acesso em: 28 out.2020.

MILLAR, P.R., MOURA, F.L. DE, MACHADO, O., BASTOS, P., PINHEIRO, D., GARCIA, B. Toxoplasmosis-Related Knowledge Among Pregnant and Postpartum Women Attended in Public Health Units in Niterói , Rio De Janeiro , Brazil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, v. 56, p. 433-438. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0036-46652014000500011> > Acesso em: 28 out.2020.

MOURA, D.S., OLIVEIRA, R.C.M., MATOS-ROCHA, Y.J. Toxoplasmosis in pregnancy: Epidemiological profile and knowledge of pregnant women assisted in basic units of an Alagoan municipality. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, v. 63, p. 69-76. 2018. <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2018.63.2.69> > Acesso em: 28 out.2020.

MOURA, R. G. F.; RAMOS, E. L. P.; COLOMBO, M. S.; AIDAR, F. L.; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, C.; SILVA, M. B. O.; REZENDE-OLIVEIRA, K. Prevalence of intestinal parasites in child day care centers: epidemiological significance. **Revista Patologia Tropical**, v. 46, p. 75-84. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822011005000022>> Acesso em: 31 out.2020.

MOURA, F.L., GOULART, P.R.M., MOURA, A.P.P., SOUZA, T.S., FONSECA, A.B.M., AMENDOEIRA, M.R.R. Factors associated to toxoplasmosis-related knowledge among pregnant women attending public health services in the municipality of Niterói, Rio de Janeiro, Brazil, 2013-2015. **Epidemiologia Serviço em Saude**, v. 25, p. 655-661. 2016. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000300022> > Acesso em: 28 out.2020.

PAWLOWSKI, Z.S., SKOMMER, J., PAUL, M., ROKOSSOWSKI, H., SUCHOCKA, E., SCHANTZ, P.M. Impact of health education on knowledge and prevention behavior for congenital toxoplasmosis: the experience in Poznan , Poland. **Health Education Research.**, v. 16, p. 493–502. 2001. <https://doi.org/10.1093/her/16.4.493> > Acesso em: 28 out.2020.

REZENDE-OLIVEIRA, K.; SOUSA LIMA, N.; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, C.; PRADO SANTOS, S. Infecções sexualmente transmissíveis e promoção de saúde em população de assentamento em um município do Pontal do Triângulo Mineiro. Cid. em Ação. **Revista Extensão e Cultura**, v. 3, p. 144-155, 2019. <http://10.5965.25946412322019144>. Acesso em: 31 out. 2020.

ROBERT-GANGNEUX, F., DARDÉ, M., 2012. Epidemiology of and Diagnostic Strategies for Toxoplasmosis. **Clinical Microbiology Review**, v. 25, p. 264–296. 2012. <https://doi.org/10.1128/CMR.05013-11> > Acesso em: 28 out.2020.

RODRIGUES, J.B., NASCIMENTO, L.L., VIEIRA, P. DE S., ROCHA, R.M. DE M., FREITAS, D.R.J. DE, EVANGELISTA, L.S.M., A. Knowledge of pregnant women on Toxoplasmosis in the city of Teresina, Piauí. **Revista Prevenção Infecção e Saúde**, v. 1, p. 41–46. 2015. <https://doi.org/10.26694/repis.v1i2.3661> > Acesso em: 28 out.2020.

SCHENEIDER, L.A., GARCIA, N.S., OLIVEIRA, T.C., APOLINÁRIO-COELHO, J. DE C., SOARES-FERREIRA, P.R.O., COELHO, N.M.D. Importância da Enfermagem na Orientação e Prevenção da Toxoplasmose Gestacional. **Revista Conexão Eletrônica**, v. 14, p. 303–313. 2017.> Acesso em: 28 out.2020.

SEPÚLVEDA-ARIAS, J. C., GÓMEZ-MARIN, J. E., BOBIĆ, B., NARANJO-GALVIS, C. A., & DJURKOVIĆ-DJAKOVIĆ, O. Toxoplasmosis as a travel risk. **Travel Medicine and Infectious Disease**, v. 12, p. 1–10. 2014. <https://doi.org/10.1016/j.tmaid.2014.05.007> > Acesso em: 28 out.2020.

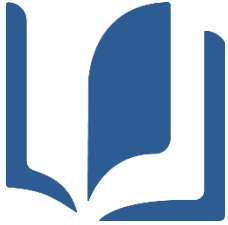
SOUSA, J.A. DA S., CORRÊA, RITA DA GRAÇA CARVALHAL FRAZÃO AQUINO, D.M.C., COUTINHO, N.P.S., SILVA, M.A.C.N. DA, NASCIMENTO, M. DO D.B.S. Knowledge and perceptions on toxoplasmosis among pregnant women and nurses who provide prenatal in primary care. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, v. 59, p. 1–7. 2017. <https://doi.org/10.1590/S1678-9946201759031> > Acesso em: 28 out.2020.

SOUZA, C.D.O., TASHIMA, N.T., APARECIDA, M., PALADINO, R. Estudo transversal de toxoplasmose em alunas de um curso superior da região de Presidente Prudente. Estado de São Paulo Cross-sectional study on toxoplasmosis among female students on a university course in the Presidente Prudente region , State of São. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** v. 43, p. 59–61. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0037-86822010000100013>. > Acesso em: 28 out.2020.

TENTER, A. M.; HECKEROTH, A. R.; WEISS, L.M. *Toxoplasma gondii*: from animals to humans. **Intenational Journal of Parasitology**, v. 30, p. 1217–1258. 2000. [https://doi.org/10.1016/s0020-7519\(00\)00124-7](https://doi.org/10.1016/s0020-7519(00)00124-7) > Acesso em: 28 out.2020.

TOSCANI, N.V., TONIAL, C.T., CHAZAN, M., MEZZARI, A. Development and analysis of an educational game for children aiming prevention of parasitological diseases. **Interface – Comunicação Saúde Educação**, v. 11, p. 281–294. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000200008> > Acesso em: 28 out.2020.

VARELLA, I.S., WAGNER, M.B., DARELA, A.C., NUNES, L.M., MÜLLER, R.W. Prevalência de soropositividade para toxoplasmose em gestantes. **Jornal de Pediatria**, v. 79, p. 69–74. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0021-75572003000100012> > Acesso em: 28 out.2020.



BANCADA EDUCATIVA DE UMA TURBINA HIDROCINÉTICA EM ESCALA REDUZIDA

REDUCED SCALE HYDROKINETIC TURBINE FOR EDUCATION PURPOSES

SILVA, R. N. da¹

Universidade Estadual do
Maranhão (UEMA)

OLIVEIRA, F. L. de²

Universidade Estadual do
Maranhão (UEMA)

ÁVILA, E. J. M.³

Universidade Estadual do
Maranhão (UEMA)

ALVES, J. P. V.⁴

Universidade Estadual do
Maranhão (UEMA)

RESUMO

A sociedade moderna precisa de uma demanda cada vez maior de energia para continuar desenvolvendo e mantendo suas atividades diárias. Nesta perspectiva, este trabalho apresenta o desenvolvimento e a elaboração de um banco didático que demonstra e simula os fenômenos da geração de energia elétrica por meio de um sistema hidrocínético, sendo apresentado a alunos do ensino médio da rede pública de São Luís, com o objetivo de disseminar e despertar o interesse desses estudantes em relação à geração e consumo de energias renováveis. O trabalho foi realizado em etapas que incluíram a construção, testes e apresentação da bancada, aplicação de um questionário aos alunos e avaliação das respostas do questionário. Com isso, verificou-se que há um déficit no conhecimento dos estudantes em relação às tecnologias de fontes renováveis e ao potencial energético do litoral do estado do Maranhão, Pará e Amapá para a construção de usinas de geração de energia oceânica.

PALAVRAS-CHAVE: Energia Oceânica. Bancada de Ensino. Turbina Hidrocínética.

ABSTRACT

Modern society needs an ever-increasing demand for energy to continue developing and maintaining its daily activities. In this perspective, this work presents the development and preparation of a didactic bench that demonstrates and simulates the phenomena of electric energy generation through a hydrokinetic system, being presented to students of public High School units of the City of São Luís, to disseminate and arouse the interest of these students about the generation and consumption of renewable energies. The work was carried out in stages that included the construction, tests and presentation of the bench, application of a questionnaire to the students and evaluation of the answers of the questionnaire. With this, it was verified that there is a deficit in the students' knowledge regarding technologies of renewable sources and the potential of the coast of the States of Maranhão, Pará and Amapá for construction of ocean energy plants.

KEYWORDS: Oceanic Energy. Teaching Bench. Turbine Hydrokinetic.

1. Introdução

O contínuo crescimento da população mundial e o desenvolvimento tecnológico da sociedade moderna exige um aumento na demanda por energia, necessitando de uma reconfiguração da matriz energética para um modelo mais ecológico baseado em energias renováveis.

Atualmente, a energia utilizada para suprir as necessidades humanas é proveniente de fontes de recursos não renováveis, como as fontes térmicas. Essas formas de captação de energia elétrica põem em risco a integridade do meio ambiente, uma vez que sua utilização gera gases tóxicos, inundação de grandes áreas e conseqüentemente a geração de metano proveniente da decomposição de resíduos florestais, gerando assim uma necessidade de utilização de fontes de energia limpa (BRANCO, 2004; ZANONI, 2015).

Essa necessidade vem motivando o desenvolvimento de novas tecnologias para a extração de energia por meio das ondas e correntes marítimas, as quais representam um potencial enorme para atender às necessidades mundiais (CRUZ, 2004; TOLMASQUIM, 2016). E por apresentar regiões que possuem características que viabilizam a produção de energia do fluxo de água o Brasil passa a ser um forte candidato ao desenvolvimento de tecnologias para produção e distribuição de energia elétrica, no entanto são necessários investimentos em pesquisas.

As vantagens das correntes marítimas estão no fato das mesmas serem extraídas de várias formas sem a necessidade de construção de barragens, operando apenas com a rotação de turbinas, pois barragens geram grandes impactos ambientais devido às áreas inundadas (TOLMASQUIM, 2016).

O funcionamento de uma turbina hidrocínética se dá pelo aproveitamento da energia cinética da água, que é convertida em energia elétrica por meio dos geradores. Além disso, pode funcionar em uma grande variedade de rios, desde os pequenos aos grandes sem interromper o fluxo natural das águas e também com o movimento das

marés (SILVA et al., 2011).

Nesse contexto, é interessante que haja investimento no desenvolvimento de tecnologias para conversão de energia, bem como a disseminação dos conhecimentos para a sociedade do uso responsável da energia, da preservação das fontes de energia renováveis como rios, córregos, mares e oceanos (SALE, JONKMAN e MUSIAL, 2009).

Para o Brasil em particular, essa tecnologia apresenta uma grande oportunidade já que possui cerca de 8500 km de costa, sendo cerca de 640 km contidos apenas no estado Maranhão e apresenta características adequadas a aplicação de tecnologias para exploração de energia hidrocínética (SILVA, PEREIRA e OLIVEIRA, 2016).

Os estados do Maranhão, Pará e Amapá possuem uma enorme vantagem, pois contam com a maior variação de maré do Brasil, e uma das maiores do mundo sendo da ordem de 8 metros e com velocidade de correnteza que chega a 3 m/s e comporta grandes parques industriais demandando uma enorme quantidade de energia (SILVA, PEREIRA e OLIVEIRA, 2016).

Embora, haja os incentivos legais para o desenvolvimento de tecnologias renováveis, o investimento nessa área ainda tem sido potencializado ao longo dos últimos anos. Sendo assim, é preciso levar à sociedade e às escolas os aspectos relevantes e duradouros dos conhecimentos científicos em relação ao tema (POZO e CRESPO, 2009; SILVA et al., 2011). Esses conhecimentos não chegam até as escolas devido à introdução de forma vaga, desconsiderando as dificuldades dos alunos sem conhecer os princípios básicos por trás da física das conversões de energia (ASSIS e TEIXEIRA, 2003).

Diante do exposto, este trabalho propõe a construção de uma maquete/bancada de uma turbina hidrocínética em escala reduzida, a fim de apresentar em escolas da rede pública do ensino médio e a aplicação de um questionário a fim de quantificar o entendimento desses alunos sobre o tema. Desta forma, estimulando o interesse dos alunos pela energia sustentável.

A maquete desenvolvida é uma bancada didática capaz de reproduzir e simular os fenômenos de geração de energia elétrica através da energia cinética contida nas correntezas d'água, a fim de demonstrar aos alunos o princípio de funcionamento dessa tecnologia.

Nesta perspectiva a veiculação desse conhecimento permitirá aos alunos compreenderem o funcionamento de um sistema de geração de energia a partir do fluxo de água, ou seja, da correnteza, como também despertar o interesse dos jovens sobre o tema, pois a utilização de meios didático-pedagógicos otimiza o processo de conscientização e educacional (MEDEIROS et al., 2018; PANDINI et al., 2017).

O desenvolvido deste trabalho foi baseado nas Diretrizes Curriculares do Maranhão (DCM) (MARANHÃO, 2014), uma vez que os centros de ensino são direcionados a expandir os conhecimentos, talentos e a capacidade dos alunos para o contexto voltado às necessidades atuais da sociedade. Por fim, apresentou-se o funcionamento da bancada hidrocínética e esclarecimento de dúvidas que surgiram em relação ao sistema de geração de energia elétrica.

2. Materiais e Métodos

Para o desenvolvimento consistente do projeto, foi elaborado um passo a passo das etapas a serem cumpridas com o intuito de alcançar os objetivos traçados neste trabalho. As etapas consistiram em:

- Desenvolvimento do projeto e construção da bancada;
- Ir às escolas testar os conhecimentos dos alunos em relação à questão das energias renováveis por meio de um questionário de múltipla escolha, realizar apresentação, mostrar o funcionamento da bancada e esclarecer dúvidas dos alunos sobre o tema;
- Análise estatística do questionário desenvolvido por meio de gráficos.

As etapas de elaboração desta pesquisa são descritas a seguir, apresentando-as em ordem cronológica e os passos do

desenvolvimento do projeto.

Desenvolvimento da Bancada

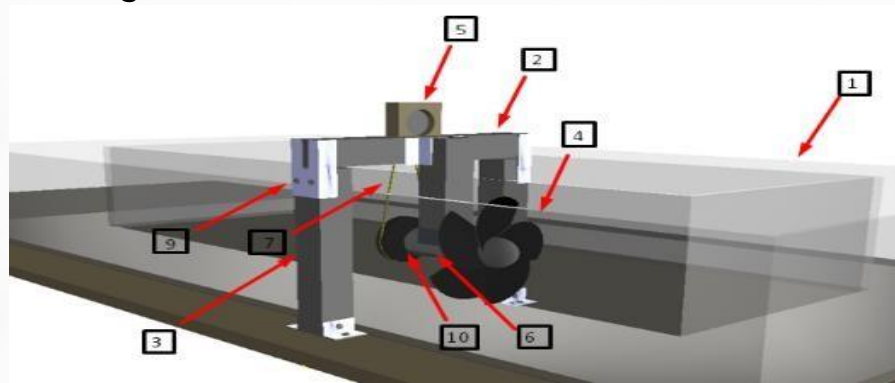
Inicialmente, para o desenvolvimento do projeto de maneira organizada, realizou-se uma revisão bibliográfica a fim de obter dados sobre o tema, bem como um conhecimento mais aprofundado do assunto para posteriormente ser discutido nas palestras apresentadas na escola.

Dessa forma, realizou-se em paralelo pesquisas por modelos de bancadas de geração de energia hidrocínética já utilizado que poderia ser aplicado como modelo para o trabalho em questão. As pesquisas partiram de um conceito inicial de bancada já idealizado. Procurou-se através de sites, livros e publicações, observações que fossem não só interessantes para o projeto, mas que viessem a despertar nos alunos os seus pensamentos críticos e a sua autonomia como cidadão (SILVA et al., 2011; MEDEIROS et al., 2018; PANDINI et al., 2017). Para o desenvolvimento da bancada levantou-se os seguintes critérios que deveriam ser atendidos:

- Desenvolvimento do projeto e construção da bancada;
- Ser leve e dimensões razoáveis para o transporte em carro particular;
- Conter uma corrente de água ilustrando o movimento dos rios/oceanos;
- Possuir um dispositivo conversor da energia cinética em energia elétrica;
- Ser transparente para a máxima observação de todos os componentes;
- Demonstrar por meio de instrumentos a efetividade da geração de energia na bancada.

Após o levantamento dos critérios construtivos do projeto, uma modelagem em CAD 3D do protótipo foi desenvolvida no software Autodesk Inventor versão acadêmica a qual passou por vários processos de adaptação e mudanças, tendo como objetivo a melhoria nos resultados. Na Fig. 1 é apresentado o protótipo desenvolvido com seus principais componentes.

Figura 1 - Bancada hidrocínética em CAD 3D



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

No quadro 1 são apresentados todos os materiais utilizados na construção da bancada hidrocínética, sendo indicados pelos números de cada item na Fig. 1.

Quadro 1 - Lista de materiais utilizados na construção

Nº	ITENS	Material
1	Canal	Redoma de acrílico 4mm
2	Suporte horizontal	Perfil de madeira 19mm x 19mm
3	Suporte vertical	Perfil de madeira 19mm x 19mm
4	Turbina	Hélice de plástico (ABS)
5	Gerador Elétrico	Motor de DVD RF 300CA-169
6	Eixo	Barra rosca de 6mm
7	Correia	O'ring 1.5mm x 14mm
8	Fixação do suporte	Chapas de alumínio
9	Presilhas do suporte	Chapas de alumínio
10	Mancal de rolamento e transmissão mecânica	Rolamento SKF 624zz 6 mm x 10 mm e Polias (ABS)

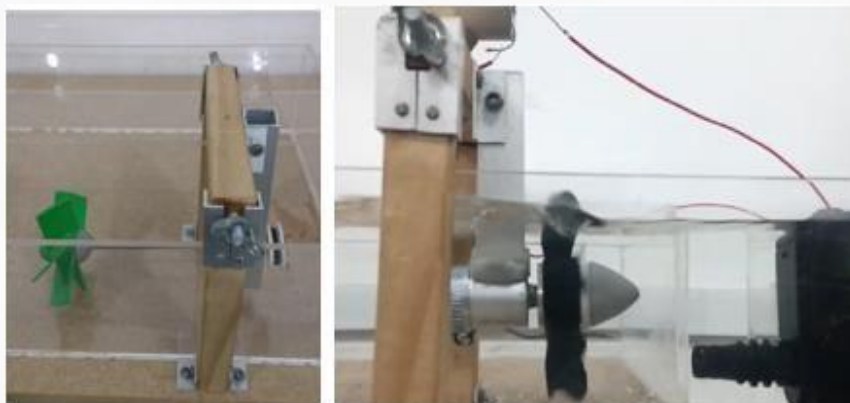
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Construção da Bancada

A seleção dos materiais para a bancada deu-se de acordo com a necessidade do projeto e conforme o mesmo ia sendo desenvolvido, substituindo componentes menos confiáveis por aqueles que atendessem melhor os objetivos

como o caso do mancal de deslizamento que teve de ser substituído por um mancal de rolamento vedado, uma vez que este possibilita uma rotação mais uniforme do eixo. Essa alteração implicou na modificação de boa parte do projeto, ver Fig. 2.

Figura 2 - Modificação do sistema principal motriz.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

A escolha dos principais componentes deu-se em função dos critérios construtivos como, dimensões máximas de 1.2m x 0.7m para a redoma e formando um circuito para a água, a corrente de água gerada por meio da bomba submersa para fonte (1000 L/h), Motor de DVD RF 300CA-169 como gerador elétrico, redoma em acrílico diminuindo os riscos de corte em caso de quebra, multímetro Digital HiKari HM-1000 para medir a corrente e tesão gerado no experimento.

Apresentação e levantamento dos Dados

A apresentação deu início com a aplicação do questionário, mostrado na Fig. 3, com perguntas que instigassem os alunos a se questionarem sobre o tema, como é o caso da pergunta 4, que questiona seu conhecimento a respeito da posição do Brasil na implantação de energias renováveis. Foram distribuídos 30 questionários, e a análise é mostrada na seção III.

Figura 3 - Questionário aplicado aos alunos

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Centro de Ciências Tecnológicas – CCT
Curso de Engenharia Mecânica - DEM

Questionário – Energias Renováveis

1 – Você já ouviu falar em energias renováveis? Se sim, onde

<input type="checkbox"/> Sim. Redes sociais.	<input type="checkbox"/> Sim. Na escola.
<input type="checkbox"/> Sim. TV e rádios.	<input type="checkbox"/> Não.
<input type="checkbox"/> Sim. Campanhas publicitárias.	<input type="checkbox"/> Outras. _____

2 – Quais tipos de energias renováveis você conhece?

<input type="checkbox"/> Energia Eólica.	<input type="checkbox"/> Energias Oceânicas.
<input type="checkbox"/> Energia Solar.	<input type="checkbox"/> Nenhuma.
<input type="checkbox"/> Energia de Biomassa.	<input type="checkbox"/> Outras. _____

3 – Quais vantagens da utilização das energias renováveis?

<input type="checkbox"/> Redução da poluição atmosférica.	<input type="checkbox"/> Melhorar a qualidade de vida.
<input type="checkbox"/> Preservação do meio ambiente.	<input type="checkbox"/> Nenhuma.
<input type="checkbox"/> Destruição do meio ambiente.	<input type="checkbox"/> Outras. _____

4 – Quais são os principais tipos de fontes de energia renováveis utilizados no Brasil atualmente, para geração de energia elétrica:

<input type="checkbox"/> Eólica;	<input type="checkbox"/> Biomassa;
<input type="checkbox"/> Solar;	<input type="checkbox"/> Oceânica;
<input type="checkbox"/> Nuclear;	<input type="checkbox"/> Termelétrica;
<input type="checkbox"/> Hidrelétrica;	

5 – Você acha que no Maranhão é possível obter energia elétrica a partir de quais fontes de energias renováveis?

<input type="checkbox"/> Eólica;	<input type="checkbox"/> Biomassa;
<input type="checkbox"/> Solar;	<input type="checkbox"/> Oceânica;
<input type="checkbox"/> Nuclear;	<input type="checkbox"/> Termelétrica;
<input type="checkbox"/> Hidrelétrica;	

Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Foi realizada ainda uma apresentação em PowerPoint sobre geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, destacando a energia das correntes d'água, bem como orientações para o consumo consciente de energia elétrica e dando

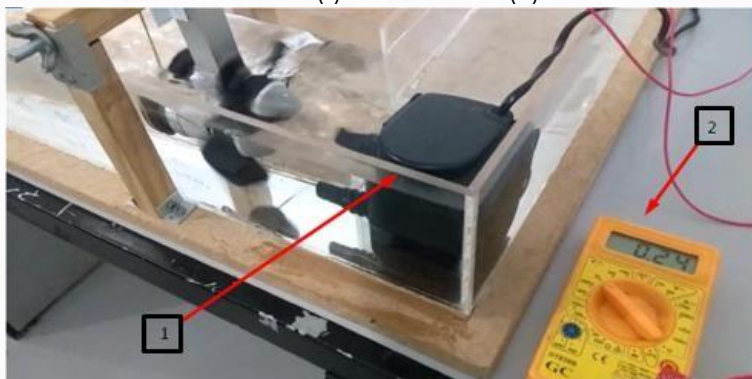
destaque ao potencial energético do litoral do Maranhão. Por fim, apresentou-se o funcionamento da bancada hidrocínética e esclarecimento de dúvidas que surgiram em relação ao sistema de geração de energia elétrica.

3. Resultados e Discussões

A bancada de geração de energia foi desenhada em softwares CAD e construída na própria universidade utilizando materiais acessíveis. Esta bancada possui dimensões

que permitem a locomoção às escolas para demonstração aos alunos. A Fig. 4 apresenta os aparatos utilizados para os testes.

Figura 4 - Bomba submersa (1) Multímetro (2) utilizado na bancada.



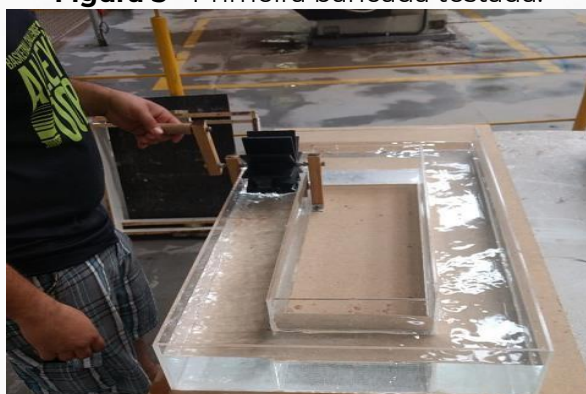
Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Testes da bancada hidrocínética

Primeiramente utilizou-se uma roda d'água acionado por manivela para produzir

a corrente d'água necessária para a rotação da turbina e geração da energia elétrica, ilustrada na Fig. 5.

Figura 5 - Primeira bancada testada.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

No entanto, este sistema apresentou-se ineficiente para produção de energia, uma vez que, o fluxo não foi contínuo e a velocidade da correnteza produzida foi insuficiente para rotação da turbina. A devida substituição da roda d'água não só gerou um fluxo de água contínuo como também suficiente para rotação da turbina.

Na Fig. 6 pode-se observar a geração de

energia por meio do fluxo de água. Embora a tensão produzida seja baixa, cerca de 0,25 a 0,30 V, é o suficiente para demonstrar o mecanismo de obtenção de energia elétrica a partir dessa fonte renovável. A tensão foi produzida devido ao tipo de gerador utilizado na bancada. Para uma produção de tensões maiores, a escala do projeto deve ser ampliada.

Figura 6 - Bancada gerando energia por meio da corrente d'água.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Após realização dos testes e modificações, realizou-se a apresentação e demonstração da bancada hidrocínética na escola.

Apresentação na escola

Antes de iniciar às apresentações, realizou-se um questionário (ver Fig. 3) para

avaliação dos conhecimentos dos alunos sobre as energias renováveis, suas aplicações e benefícios. As apresentações seguiram duas etapas, uma apresentada para turma do 1º ano do ensino médio, a outra com a turma do 2º e 3º ano do ensino médio. As Figs. 7 e 8 ilustram, respectivamente, as duas etapas.

Figura 7 - Apresentação para a turma de 1º ano do ensino médio, (a) apresentação em mídia, (b) apresentação do experimento.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

No primeiro momento por meio de mídias foi exposto aos alunos formas conscientes de consumir energia, as vantagens para os consumidores e os conceitos das energias renováveis, bem como

seus benefícios para a comunidade local e global. Foi apresentado também aos alunos o conceito da energia hidrocínética, o qual é o foco do trabalho em questão.

Figura 8 - Apresentação para alunos do 2º e 3º ano do ensino médio, (a) apresentação em mídia, (b) apresentação do experimento.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Em um segundo momento, os alunos foram conduzidos até uma área externa onde a bancada já se apresentava devidamente instalada e funcional, ilustrada nas Figs. 7(b) e 8(b), com o objetivo de demonstrar na prática o conceito da energia hidrocínética, bem como sanar dúvidas surgidas durante o primeiro momento. Discutir essa temática nas escolas desperta nos alunos um olhar diferenciado para as questões sociais, e ambientais, contribuindo para uma formação crítica e reflexiva sobre as questões pertinentes a Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.

Avaliação dos resultados da bancada e do questionário

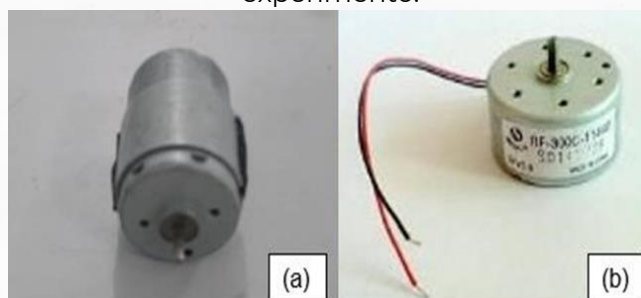
A bancada alcançou o objetivo de gerar energia por meio da corrente d'água, embora foi apresentado dificuldades que exigiu uma reconfiguração de projeto, já que os mancais

trabalham submersos, o que necessitou de uma atenção redobrada para evitar oxidação.

Durante o processo construtivo deparou-se com problemas relacionados à hostilidade de componentes mecânicos no meio subaquático, enriquecendo não só o conhecimento pessoal, mas também agregando valor à apresentação oferecida aos alunos.

A velocidade de correnteza obtida foi em torno de 1m/s, fazendo com que o sistema de transmissão de potência se tornasse um empecilho, já que uma calibragem precisa é necessário ser alcançada para uma rotação contínua do rotor sem que haja forças de atrito significativas nem desalinhamento entre os eixos da turbina e gerador. No processo de geração de energia, é fundamental que a força mecânica aplicada ao gerador seja suficiente para conseguir vencer a força magnética interna do gerador.

Figura 9 - Motores testados, (a) Motor utilizado nos primeiros testes, (b) Motor utilizado no experimento.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

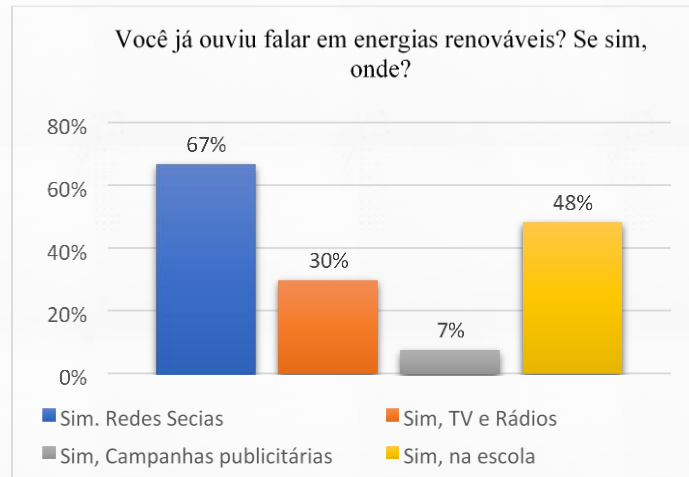
Foi utilizada uma relação de 5:1 para o sistema de transmissão por correia, sendo a geração de energia alcançada apenas quando utilizado um motor de DVD, Fig. 9(b), após testes com motores diferentes, já que esse último oferece pouca força magnética interna, diferente do motor de impressora, Fig. 9(a), o qual, dado a escala da bancada, exigiu forças além do oferecido pelo sistema turbina-transmissão.

O questionário aplicado antes das apresentações gerou dados importantes sobre o conhecimento prévio dos alunos em

relação ao tema das energias renováveis e a forma como é apresentado aos alunos. Todas as perguntas são de múltiplas escolhas, em que os alunos poderiam marcar várias opções de acordo com o conhecimento sobre o tema.

Na Fig. 10 pode-se observar que a escola possui um papel muito importante na divulgação de tais conhecimentos, ficando atrás apenas das redes sociais, as quais têm bastante influência sobre as pessoas na sociedade moderna, ficando com 48% e 67% respectivamente na divulgação do tema.

Figura 10 - Gráfico com percentuais das respostas da 1ª pergunta do questionário.

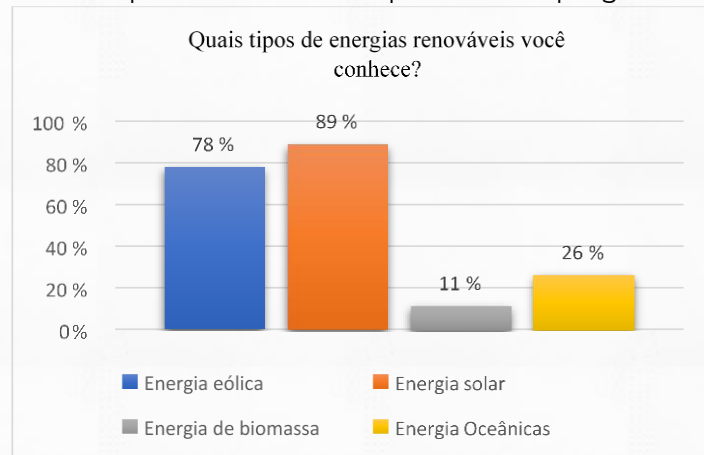


Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Na Fig. 11 observa-se que a tecnologia de aproveitamento dos oceanos para geração de energia ainda é desconhecida por maioria dos alunos, onde 74% não tinham conhecimento destas, perdendo apenas para a energia de biomassa. Nesse ponto é válido

ressaltar a importância do trabalho em questão, a fim de elevar a compreensão dos alunos do ensino médio sobre esse tema, lançando luz sobre a capacidade inerente de São Luís-MA comportar tais tecnologias.

Figura 11 - Gráfico com percentuais das respostas da 2ª pergunta do questionário.

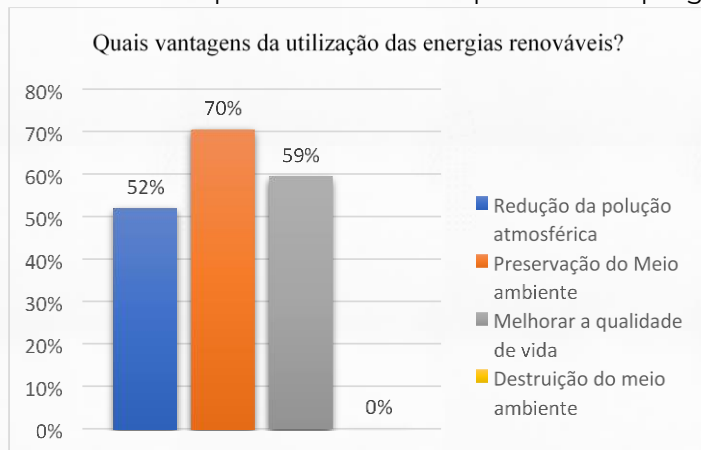


Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Na Fig. 12 é observado que o conhecimento quanto às vantagens das energias renováveis já é bastante conhecido entre os alunos, visto que, cerca de 70%

sabiam que as energias renováveis contribuem para a prevenção do meio ambiente.

Figura 12 - Gráfico com percentuais das respostas da 3ª pergunta do questionário.

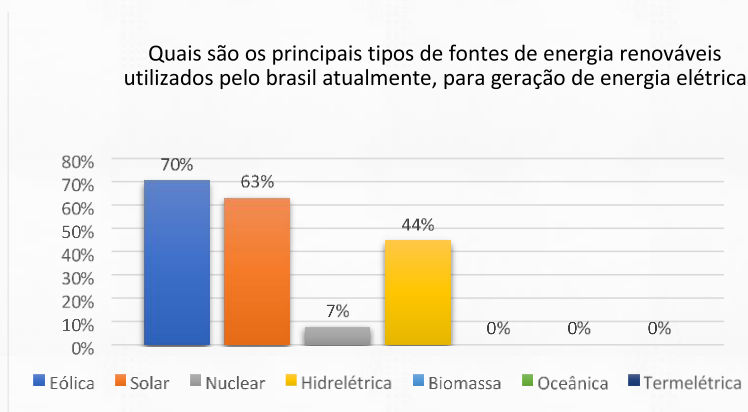


Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Na Fig. 13 apresenta a imagem que é repassada aos alunos pela falta de investimento no setor de energias oceânicas, sendo que no Ceará, no Porto de Pecém-CE, há uma estação de geração das ondas, a primeira do país. Há ainda, esforços para instalação de uma usina na Barragem do Bacanga, em São Luís-MA, devido ao enorme

potencial energético (PIACENTINI, 2016). No entanto, o uso da Barragem do Bacanga é um projeto de aproveitamento hidrocínético da década de 1970 que nunca chegou a ser construído e a entrar em operação, e que foi posteriormente inviabilizado pela ocupação urbana no local.

Figura 13 - Gráfico com percentuais das respostas da 4ª pergunta do questionário.

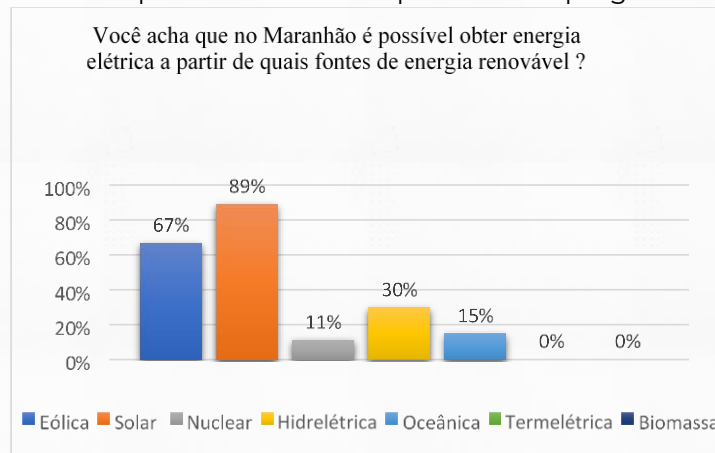


Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

Na Fig. 14 aborda uma questão mais local, o que é curioso ressaltar que cerca de 15% dos alunos entrevistados reconhecem o potencial energético do Maranhão no tocante a geração de energia oceânica, mas esse mesmo percentual não aparece quando é feito aos alunos a pergunta: quais energias renováveis vocês conhecem? (resultado na

Fig. 11), cuja pesquisa aponta para 26%, ou seja, cerca de 80% dos alunos não reconhecem a tecnologia e capacidade do estado do Maranhão em gerar energia elétrica partir do oceano. Ressaltando a necessidade de divulgar esses conhecimentos às escolas.

Figura 14 - Gráfico com percentuais das respostas da 5ª pergunta do questionário.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2020).

5. Conclusão

O desenvolvimento da bancada foi de suma importância para melhorar a compreensão dos alunos sobre a temática discutida, visto que, durante a apresentação do funcionamento da bancada, surgiram perguntas pertinentes sobre possíveis configurações, vantagens e desvantagens de cada modelo e impactos ambientais gerados na implantação dessas usinas. Durante a apresentação obteve-se o feedback imediato dos alunos com perguntas sobre a melhora da qualidade de vida que a geração de energia renovável traz ao local de implantação, especialmente daqueles que possuem interesse nas áreas de engenharia. O desenvolvimento deste trabalho teve seu objetivo alcançado, pois existe de fato um déficit no conhecimento dos alunos em

relação a tecnologia hidrocínética e o potencial de São Luís para a implantação de usinas de geração de energia elétrica a partir de fontes oceânicas. Os resultados apresentados a partir do questionário evidenciaram esse déficit de conhecimento dos alunos em relação ao tema tratado neste trabalho.

A bancada alcançou o seu propósito de tornar a apresentação mais dinâmica e difundir com maior facilidade os conhecimentos, superando as limitações de cada aluno. Portanto, este trabalho alcançou os objetivos traçados nas Diretrizes Curriculares do Maranhão, em que os conhecimentos acadêmicos devem ser disseminados de forma a desenvolver talentos e a capacidade dos alunos para os problemas e necessidades atuais da sociedade.

Submetido: 07/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.60068

REFERÊNCIAS

ASSIS, A.; TEIXEIRA, P. B. Algumas considerações sobre o ensino e a aprendizagem do conceito de energia. **Ciência & Educação**, v. 9, p. 130-145, 2003.

BRANCO, S. M. O. **Meio ambiente em debate**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2004.

CRUZ, J. **Ocean Wave Energy: Current Status and Future Perspectives**. 1ª. ed. Porto: Springer, v. 1, 2004. ISBN 978-3540-74894-6.

MARANHÃO. **DCM – Diretrizes Curriculares. SEDUC - Secretaria de Estado da Educação do Maranhão**. São Luís. 2014.

MEDEIROS, E. C.; MENDONCA, W. R. P.; BARROS, E. E MATHIAS, M. H. Design and evaluation of a research-educational test bench applied to rotor dynamics studies. **IEEE Latin America Transactions**, vol. 16, no. 8, pp. 2161-2167, 2018.

PANDINI, M. M. et al. Design of a Didactic Workbench of Industrial Automation Systems for Engineering Education. **IEEE Latin America Transactions**, v. 15, n. 8, p. 1-8, 2017.

PIACENTINI, P. Faltam estratégias no Brasil para gerar energia das marés. **Ciência e Cultura**, v. vol.68, n. no.3, p. 1-6, 2016.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5ª. ed. Porto Alegre: Armed, 2009.

SALE, D.; JONKMAN, J.; MUSIAL, W. Hydrodynamic Optimization Method and Design Code for Stall-Regulated Hydrokinetic Turbine Rotors. **ASME 28th International Conference on Ocean, Offshore, and Arctic Engineering**, Honolulu. 2009.

SILVA, R. N.; PEREIRA, P. N.; OLIVEIRA, F. L. Estudo experimental de geração de energia elétrica através de ondas e correntes marítimas. **Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Mecânica**, 16 agosto 2016.

SILVA, T. R. M.; FIGUEIREDO, S. W. O.; VAZ, J. R. P. e VAZ, D. A. T. D. R. Construção de um protótipo hidrocínético em escala reduzida para geração de energia elétrica aplicado a educação. **COBENGE – Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia**, 06 outubro 2011.

TOLMASQUIM, M. T. **Energia renovável: Hidráulica, Biomassa, Eólica, Solar, Oceânica**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 2016.

ZANONI, M. M. V. Emissão de metano por decomposição de resíduo florestal inundado. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 19, p. 173-179, 2015.



IPHARMA: UMA EXPERIÊNCIA DE EMPREENDEDORISMO NA ÁREA DA SAÚDE

IPHARMA: AN ENTREPRENEURIAL EXPERIENCE IN THE HEALTH AREA

SAMPAIO, T. L.¹

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**OLIVEIRA, C. L. C.
G. de²**

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**TAVARES, J. J. dos
S.³**

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

ARAÚJO, D. M.⁴

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

LIMA, L. O.⁵

Universidade Federal do Ceará
(UFC)

**FONSECA, S. G. da
C.⁶**

<https://orcid.org/0000-0001-8183-4960>
Universidade Federal do Ceará
(UFC)

RESUMO

Empresas Juniores (EJ) são associações sem fins lucrativos geridas por estudantes de graduação e atuantes no cerne das universidades, permitindo o aprendizado dentro de cenários práticos. O empreendedorismo é relevante na implantação de EJ, principalmente em cursos da saúde, destacando o Curso de Farmácia, uma vez que o profissional atua na gestão traçando planos estratégicos frente às infinitas necessidades e aos recursos limitados. O presente trabalho tem como objetivo elaborar um relato de experiência sobre a implantação e atuação EJ no Curso de Farmácia. No funcionamento da EJ, prioriza-se a estruturação de processos em detrimento do quantitativo de contratos ou faturamento, o que permite um amadurecimento pessoal e coletivo, ratificando que o planejamento estratégico faz parte do processo de crescimento e é também ferramenta de educação para o empreendedorismo. Tudo isso propicia um posicionamento privilegiado no mercado, conferindo uma melhor condição de empregabilidade atrelada à realização pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo Farmacêutico. Planejamento estratégico. Educação para o trabalho. Economia em Saúde.

ABSTRACT

Junior Enterprises (JE) are non-profit associations run by undergraduate students and working at the heart of universities, allowing learning within practical settings. Entrepreneurship is relevant in the implementation of JE, especially in health courses, highlighting the Pharmacy Course, since the professional acts in management, drawing strategic plans in the face of infinite needs and limited resources. The present work aims to elaborate an experience report on the implementation and performance of EJ in the Pharmacy Course. In the functioning of the EJ, priority is given to structuring processes to the detriment of the number of contracts or billing, which allows for a personal and collective maturation, confirming that strategic planning is part of the growth process and is also an education tool for entrepreneurship. All of this provides a privileged position in the market, giving a better condition of employability linked to personal fulfillment.

KEYWORDS: A Pharmaceutical entrepreneurship. Strategic planning. Education for work. Health Economics.

1. Introdução

Uma empresa júnior (EJ) é uma associação civil, sem fins lucrativos, inserida no ambiente universitário, sendo constituída e gerida exclusivamente por estudantes da graduação de diversas áreas como engenharia, economia, administração, saúde e gestão ambiental. Essas empresas atuam em atividades de consultoria concomitante à formação de profissionais capacitados e comprometidos. Essas atividades se caracterizam como uma oportunidade de desenvolver uma visão global do funcionamento empresarial nos estudantes, fomentando o empreendedorismo de seus associados, permitindo o aprendizado dentro da vivência de cenários práticos (BICALHO; DE PAULA, 2012).

A primeira Empresa Júnior, foi idealizada no ano de 1967 na *L'Ecole Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales de Paris* (ESSEC), em Paris na França. Esse modelo chegou ao Brasil ainda na década de 1980, com um forte apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo. Dessa forma, gradativamente, as empresas se organizaram e, no ano de 2003, foi fundada a Confederação Brasileira de Empresas Juniores, chamada Brasil Júnior (FERNANDES; SILVA, 2017). No estado do Ceará, a Federação das Empresas Juniores do Estado do Ceará, mais conhecida como FEJECE, foi fundada em 2002, possuindo a missão de potencializar a formação de empreendedores no Movimento Empresa Júnior (MEJ) cearense (Institucional FEJECE, 2020).

As empresas juniores correspondem a uma ferramenta institucional de exercício e aprendizagem que permitem ao estudante uma vivência concreta do mercado de trabalho durante a graduação, aliando a teoria com a prática e sob a tutela do ambiente acadêmico, da tutoria de professores e demais profissionais. A vivência em uma EJ permite o contato com situações reais do mercado profissional e possibilitando o desenvolvimento de um perfil profissional condizente com as demandas do mercado. Um estudante egresso de uma EJ torna-se um profissional com relevante capacidade de negociação, liderança, senso de trabalho em equipe, boa comunicação e, principalmente,

alinhado com o conhecimento técnico (CESCONETTO et al. 2012).

A temática do empreendedorismo na área da saúde destaca que o desenvolvimento deve ocorrer no cerne das universidades, conferindo um teor científico e culminando na criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas (PEREIRA, 2017). Nesse contexto, é clara a propensão empreendedora entre profissionais egressos de EJ, visto que há o investimento em educação em finanças e gestão, viabilizado pelos recursos da própria EJ, além do fato de que o estudante está constantemente exposto a um ambiente estimulante, no qual este põe em prática os conhecimentos obtidos em tempo real. Portanto, os especialistas no assunto descrevem que apesar de alguns indivíduos possuírem traços empreendedores em sua personalidade, o empreendedorismo pode ser ensinado e, como consequência, obtém-se a formação de indivíduos mais realizados profissionalmente (FERREIRA; FREITAS, 2014).

Por conseguinte, a IPHARMA JR – Consultoria Farmacêutica se destaca por ser a primeira EJ de Farmácia do estado do Ceará. Foi fundada em julho de 2013, e tem como missão, de acordo com seu regimento interno, ser o impacto no mercado farmacêutico e na vida das pessoas, formando profissionais diferenciados por meio da vivência empresarial. Nesse sentido, a IPHARMA possui como seus valores básicos: aprendizado contínuo, brilho no olho, busca por excelência, comprometimento com a marca e com as pessoas, ética é inegociável, visão de dono e orgulho de ser IPHARMA.

Dentre os serviços de consultoria ofertados pela IPHARMA, destacam-se a análise físico-química e microbiológica de água a preços populares e de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); serviço de rotulagem nutricional; Programa de Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde (PGRSS), auxiliando estabelecimentos no correto gerenciamento de resíduos; elaboração de manuais de boas práticas de fabricação (MBPF), auxiliando na garantia da qualidade higiênico-sanitária de serviços de alimentação; consultoria em

bioestatística; e serviços de consultoria farmacêutica, referente aos aspectos legislativos e sanitários necessários para o funcionamento legal de estabelecimentos farmacêuticos e de saúde.

Tendo em vista esses fatores, é indiscutível a relevância da implantação de uma EJ em um curso de saúde, sobretudo no Curso de Farmácia, uma vez que o profissional farmacêutico, muitas vezes vai lidar com questões de gestão financeira, gestão de pessoas, gestão pública e administração de estabelecimentos como farmácias, drogarias, laboratórios e indústrias. Logo, em seu campo profissional na saúde pública, o farmacêutico encontrará cenários nos quais será necessário traçar planos estratégicos de soluções, frente às infinitas necessidades sociais e à capacidade limitada em responder a essas demandas (SECOLI et al. 2005; AGUIAR et al., 2018).

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo elaborar um relato de experiência sobre a implantação e atuação de uma Empresa Júnior no Curso de Farmácia, demonstrando como o empreendedorismo em saúde pode impactar nas motivações pessoais e na empregabilidade dos estudantes egressos.

2. Materiais e Métodos

O presente trabalho trata-se de um estudo transversal, observacional e de caráter qualitativo com objetivo descritivo realizado em abril de 2020. Redigiu-se um relato de experiências com base nas atividades desenvolvidas no decorrer da atuação da Empresa Júnior IPHARMA JR – Consultoria Farmacêutica no qual se buscou narrar, de forma indireta, o impacto das ações empreendedoras como diferencial na formação de profissionais da saúde como o Farmacêutico.

O projeto conta com uma equipe formada por alunos voluntários selecionados por processo interno previsto por regimento e professores tutores escolhidos por eleição. As atividades foram voltadas à prestação de serviços de consultoria e empreendedorismo em saúde à comunidade cearense, conforme previsto em legislação específica (BRASIL, 2016). Nesse contexto, as experiências foram classificadas e discutidas no âmbito do planejamento estratégico e da

empregabilidade, da educação em empreendedorismo na universidade e do trabalho na Empresa Júnior atrelado a motivações pessoais. Critérios relacionados ao número de projetos realizados e ao faturamento da Empresa Júnior durante seu período de atuação foram adotados como indicadores de crescimento qualitativos e quantitativos.

3. Resultados

A IPHARMA conta com parcerias com instituições públicas e privadas, as quais auxiliam na realização de eventos científicos, participação em feiras de empreendedorismo, na divulgação da marca, na educação continuada dos membros da EJ e na pesquisa e desenvolvimento de protocolos para a realização dos projetos. Ademais, a principal instituição parceira da IPHARMA é a Farmácia Escola, vinculada ao Departamento de Farmácia da Universidade Federal do Ceará. Esta parceria fornece à empresa espaço físico e estrutura laboratorial para a viabilização e realização dos projetos, sendo essencial para a existência e funcionamento da empresa.

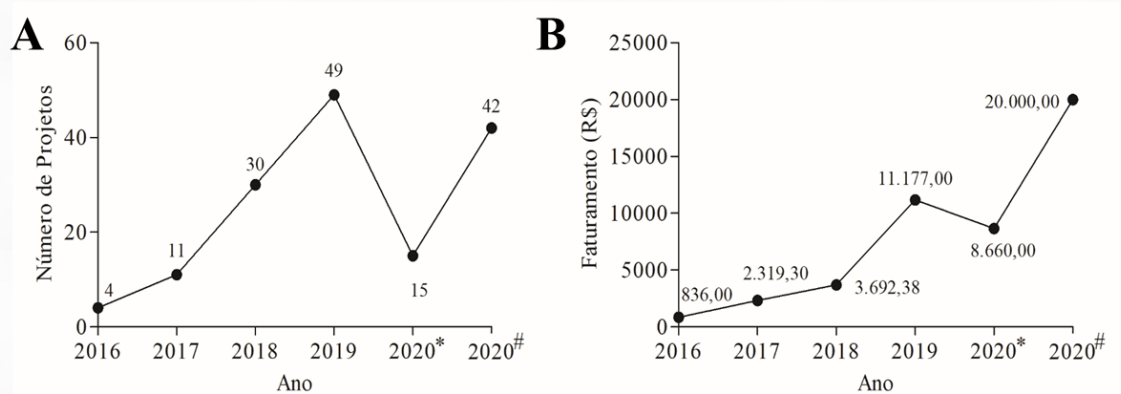
Durante seu período de funcionamento, já passaram pela IPHARMA mais de 80 membros que atualmente se destacam no mercado atuando como gerentes comerciais de estabelecimentos farmacêuticos, representantes comerciais de empresas brasileiras e multinacionais, empresários do ramo farmacêutico como proprietários de laboratórios de análises clínicas, farmácias comunitárias ou de manipulação, dentre outros.

Além da formação de recursos humanos, a empresa tem apresentado um crescimento significativo quando se analisa seu posicionamento no mercado local. Nos três primeiros semestres após a sua fundação, a IPHARMA não realizou projetos. Adicionalmente, nos 2 anos consecutivos foram realizados 2 projetos por ano. No ano de 2017, a EJ realizou 11 projetos no total. Esse crescimento também pode ser analisado de acordo com o faturamento da IPHARMA; em 2016, a empresa faturou R\$836,00, sendo que esse número subiu para R\$2.319,30 em 2017. Até o presente momento, o ano de 2019 foi o ano de maior atividade da EJ sendo que,

neste ano, 49 projetos foram realizados, correspondendo a um faturamento anual de R\$ 11.777,00. Não obstante, apenas no ano de 2020, até o mês de maio e em plena ocorrência da pandemia da COVID-19, a

empresa fechou 15 contratos, obtendo um faturamento de R\$8.660,00, tendo como meta até dezembro 42 projetos e faturamento de R\$20.000,00 (Figura 1).

Figura 1 – Número de projetos (A) e Faturamento (B) nos últimos cinco anos.



Legenda: *Projetos realizados até maio; #Meta para o final do ano de 2020.

Fonte: Os autores

4. Discussões

As EJ são reconhecidas, no âmbito das universidades, como projetos de extensão voltados para a prestação de serviços para a sociedade, principalmente para as parcelas mais necessitadas dos investimentos realizados pelo governo na educação (Batista, 2019). No funcionamento de uma EJ, prioriza-se a estruturação de processos em detrimento do qualitativo de contratos ou faturamento, o que permite um amadurecimento pessoal e coletivo, deixando claro que a produtividade de uma EJ não é mensurada apenas com base no número de projetos vendidos, pois o planejamento estratégico faz parte do processo de crescimento FERNANDES; DA SILVA, 2017).

De acordo com dados contidos no portal *online* da Brasil Júnior, até metade do ano de 2020, a rede somou mais de 900 empresas juniores em todo o país, acumulando mais de 22 mil empresários juniores durante sua história. Nesse período, mais de 17 mil projetos já foram realizados em mais de 110 universidades nas 27 unidades da federação. Juntas, essas empresas já movimentaram mais de 23 milhões de reais de faturamento

no último triênio (BRASIL JÚNIOR, 2020). Essas atividades são regidas pela lei nº 13.267 de 2016, a qual disciplina a criação e organização das EJ (BRASIL, 2016). Mediante o decreto dessa lei, fica registrado que as EJ devem ser geridas por estudantes de graduação regularmente matriculados em instituições de ensino superior. O regime de trabalho dos estudantes é voluntário e as atividades desenvolvidas pela empresa júnior deverão ser orientadas e supervisionadas por professores e profissionais especializados.

A legislação vigente (BRASIL, 2016) postula que a empresa deve possuir Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e pode cobrar pelos serviços, porém sem visar fins lucrativos. Portanto, o faturamento deve ser voltado a objetivos relacionados ao aperfeiçoamento e formação dos membros, estímulo ao espírito empreendedor e incentivo ao desenvolvimento acadêmico. De forma a conferir uma maior transparência aos processos, as empresas federadas registram suas atividades nos portais de suas respectivas federações.

Uma EJ possui características próprias de funcionamento e gestão, visando alcançar o objetivo principal que é a formação de recursos humanos. Logo, apesar do

faturamento funcionar como um indicador de crescimento, os membros da empresa não são remunerados. Além disso, uma EJ conta com uma gestão participativa, e com um organograma hierárquico bem definido composto por gestão de pessoas, de projetos, marketing e financeira, sendo muito importante o estabelecimento de um regimento interno. Os cargos de gestão são definidos por votação pelos membros da empresa, possuindo mandato de tempo limitado, normalmente de um ano, permitindo uma rotatividade e proporcionando oportunidades de aprendizado diversificadas. O ingresso de um discente em uma EJ ocorre através de processo seletivo, no qual o candidato pode ocupar uma vaga de *treinee*, permitindo uma análise de sua adequação às metas, objetivos e missão por parte dos demais membros da empresa, sendo incorporados definitivamente à empresa após o período de avaliação e adaptação (PICCHIAI, 2008).

Esta discussão toma destaque a partir do fato de que o conceito empreendedorismo ainda não é um consenso no meio acadêmico, sendo levantadas questões relacionadas ao fato de que as habilidades individuais podem ser inerentes de sua personalidade e nem todo processo formativo acontece de forma linear (GUIMARÃES, 2019; OLIVEIRA et al., 2012). Além disso, o modelo tradicional de formação universitária possui um papel social importante, sobretudo na área da saúde, pois os profissionais são responsáveis por gerir não somente finanças, tampouco organogramas empresariais, e sim a qualidade de vida da população, a qual faz parte do conceito mais abrangente de saúde, o qual afirma que saúde se define como o bem-estar biológico, psíquico e social do indivíduo (SEGRE; FERRAZ, 1997). Logo, não é prudente criar essa dualidade sob a comparação dos currículos com ou sem práticas voltadas ao exercício do empreendedorismo. Este trabalho parte da premissa de que as duas formações podem ser complementares.

O Planejamento estratégico e a empregabilidade

Com base na experiência da IPHARMA, o exercício do planejamento estratégico como ferramenta de educação para o

trabalho tem posicionado muito bem os egressos do projeto. Os profissionais egressos da EJ se colocaram rapidamente no mercado de trabalho, não somente no Ceará, mas em outros estados e até mesmo fora do país. Muitos desses profissionais ocupam cargos de gestão, aplicando os conhecimentos de empreendedorismo adquiridos no exercício das atividades da EJ. Ademais, muitos egressos abriram suas próprias empresas e consideram que esse feito se dá em grande parte devido ao Movimento Empresa Júnior.

O planejamento estratégico em saúde permite a um gestor estabelecer formas de alcançar liberdade de ação através de uma visão global de uma situação-problema. Logo, delimita-se o planejamento estratégico como uma ferramenta de mudança que tem o poder de estruturar setores sociais e prever repercussões das ações propostas através de um pensamento técnico-científico. Logo, para se traçar um planejamento estratégico se faz necessária uma característica de liderança atrelada a uma retórica e poder de persuasão, a fim de elaborar e pôr em prática propostas concretas (GIOVANELLA, 1990; FERREIRA; PINHEIRO, 2018).

Ao se traçar um planejamento estratégico, põe-se em prática uma metodologia de ensino-aprendizado denominada análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), baseada nos princípios de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, o qual municia o estudante com competências relacionadas ao pensamento crítico, tomada de decisões e posicionamento perante as dificuldades e oportunidades (SOUZA et al. 2017).

Dados na literatura sugerem que estas competências estão associadas a uma melhor qualificação profissional do egresso da EJ e, de forma geral, as vivências profissionais proporcionadas, a postura profissional diferenciada e a construção precoce de uma lista de contatos propiciam um posicionamento privilegiado no mercado, conferindo uma melhor condição de empregabilidade. Contudo, as pesquisas voltadas para essa área ainda são escassas, principalmente quando se fala na adaptação da estrutura universitária às demandas e fluxo de informação aos quais estão expostas as gerações mais recentes. Portanto, é cada

vez mais necessário adotar posicionamentos mais inovadores e investir na adaptação à nova demanda do mercado (LEMOS et al. 2012).

Educação em empreendedorismo na universidade

Com objetivo de contribuir com a educação em empreendedorismo dentro da universidade, a IPHARMA fornece à comunidade acadêmica capacitações constantes, em sua maioria ministradas por profissionais convidados provenientes das parcerias externas da EJ. Ademais, dentre as atividades previstas em regimento, a participação dos membros da empresa nas formações periódicas, visando manter uma constância na educação continuada. Adicionalmente, é previsto no planejamento anual da empresa a promoção de um evento denominado “Farmácia in Foco”, no qual são ofertadas atividades como *workshops*, oficinas, cursos, palestras e visitas técnicas, tendo como público-alvo não somente os membros da equipe, mas alunos do Curso de Farmácia da UFC, bem como alunos de outras instituições e até mesmo de outros cursos que apresentem interesse na temática.

A formação profissional em saúde, não somente no Brasil, mas em todo o mundo é firmada tradicionalmente em currículos de bases destacadamente tecnicistas. Isto é, os profissionais em formação, por vezes, são expostos a uma literatura científica técnica aplicada, muitas vezes lecionada por professores egressos de programas de pós-graduação os quais nunca exerceram a profissão no âmbito assistencialista. Esta cultura pode deturpar um dos focos da formação acadêmica, que é o campo de trabalho e o papel social destes profissionais (BARROS; GOMES, 2011). Por consequência, se observa a entrada de profissionais no mercado com um arsenal teórico altamente rebuscado e atualizado, mas com pouca ou nenhuma noção sobre os entraves financeiros ou fiscais a serem encontrados, fazendo com que, na maioria das vezes, uma prestação de serviço de saúde de qualidade seja vinculada a um alto valor agregado. Esses problemas poderiam ser contornados, pelo menos em parte, através da inserção de disciplinas de gestão nos currículos dos cursos de saúde (TERRIM et al. 2015).

Dessa forma, há um benefício múltiplo, já que os participantes da EJ exercitam suas habilidades empreendedoras, há uma inserção direta no cenário de atuação profissional através das formações e, além disso, acontece a contrapartida para a comunidade acadêmica e, conseqüentemente para a sociedade. Essa observação caracteriza muito bem a extensão universitária, a qual visa o desenvolvimento econômico, político e social, tendo como cerne a formação universitária pautada em políticas públicas e educação para a integração social (DESLANDES; ARANTES, 2017).

Nesse contexto, ratifica-se a inclusão de um serviço desse tipo no cerne da extensão universitária, uma vez que um dos seus propósitos é promover o desenvolvimento regional, sobretudo em regiões economicamente carentes como o nordeste brasileiro. Esta temática toma ainda mais protagonismo quando as ações de extensão são provenientes de universidades públicas, concretizando o papel social da universidade, democratizando a produção de conhecimento e enfrentando afastamentos da comunidade em relação à universidade em detrimento da precarização da formação, formando profissionais críticos e inseridos nas demandas sociais (BARBOZA et al. 2020).

A participação em uma EJ transcende a busca de experiência profissional ou o enriquecimento do currículo no âmbito da psicologia das organizações e do trabalho. A satisfação dos estudantes universitários está no engajamento em atividades acadêmicas e, para que uma EJ cresça, é preciso que todos os membros se sintam motivados, mantenham seu *marketing* pessoal e estejam realizados com o trabalho, visto que as decisões são comumente tomadas com base em assembleias coletivas (FERNANDES; DA SILVA, 2017). A psicologia organizacional explica que a satisfação no trabalho se baseia no reconhecimento institucional, nas relações pessoais e na gerência das competências da empresa, mesclando contextos econômicos e sociais (CAVALHIERI; KRAWUSKILL, 2013).

Dessa forma, o presente trabalho destaca uma perspectiva da necessidade de estudos mais aprofundados relacionados à inclusão efetiva do empreendedorismo no

currículo universitário em uma diversidade de cursos, sobretudo os da saúde. Além disso, estudos qualitativos devem ser futuramente realizados a fim de consultar os reais impactos que a participação em uma EJ pode acarretar a vida profissional de um egresso, visto que a literatura na área ainda é bastante escassa.

5. Conclusão

A participação de um estudante de graduação em um projeto de extensão do porte de uma empresa Júnior pode funcionar como uma estratégia transformadora na construção profissional desse discente. Consequência de que este estará inserido em cenários reais, torna-se possível trabalhar competências e habilidades que serão essenciais no mercado de trabalho. Essas observações se baseiam no fato de que o funcionamento de uma EJ tem como foco principal a padronização e otimização de processos, sendo o faturamento um indicador secundário.

Submetido: 06/2020

Publicado: 03/2022

DOI: 10.32356/exta.v22.n2.44468

Sendo assim, a fundação de uma EJ em um curso de saúde da UFC, favorece crescimento profissional para seus egressos atrelado a uma empregabilidade consideravelmente melhor. Essas afirmações ratificam a importância de análises posteriores relacionadas à adaptação das estruturas curriculares visando fortalecer o estudo do empreendedorismo e gestão em saúde, bem como abrem precedentes para a fundação de EJ em outros cursos além do Curso de Farmácia.

A IPHARMA tem cumprido seu papel social através da oferta de serviços de qualidade, a preços justos e acessíveis, contribuindo para a saúde pública no nosso estado. Além disso, os estudantes se beneficiam, pois o projeto agrega qualidade à educação farmacêutica ofertada pela UFC, executando de forma satisfatória atividades no ensino, na pesquisa e, principalmente na extensão em um ambiente construtivo e criativo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. S.; SANTOS, J. M.; CAMBRUSSI, M. C.; PICOLOTTO, S.; CARNEIRO, M. B. Patient safety and the value of pharmaceutical intervention in a cancer hospital. **Einstein (São Paulo)**, v. 16, n. 1, p. 1-7, 2018.

BATISTA, S. A. **Empresas Juniores e seu papel social quanto projeto de Extensão**. In: Administração, Empreendedorismo e Inovação 2. Belo Horizonte: Atena; 2019, p. 95 – 100. DOI: 10.22533/at.ed.1561908059

BARROS, M. E. B.; GOMES, R. S. G. Humanização do cuidado em saúde: de tecnicismos a uma ética do cuidado. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 641-658, 2011.

BICALHO, R. D. A.; DE PAULA, A. P. P. Empresa Júnior e a reprodução da ideologia da Administração Junior Enterprise and the reproduction of Administration ideology. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 4, p. 894-910, 2012.

BRASIL. LEI Nº 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. . 2016.

Brasil Júnior. Disponível em: <<https://www.brasiljunior.org.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

CAVALHIERII, K. E.; KRAWULSKIII, E. Processo de adaptação de uma escala de satisfação no trabalho ao contexto das empresas juniores: resultados preliminares. **Revista Barbaroi**, v. 39, p. 164–191, 2013.

CESCONETTO, S. M. M.; NUNES, T. S.; MORETTO NETO, L. AS EMPRESAS JUNIORES NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS. **Revista de Administração da UEG**, v. 3, n. 2, p. 118–141, 2012.

DESLANDES, M. S. S.; ARANTES, Á. R. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Sinapse Múltipla**, v. 6, n. 2, p. 179–183, 2017.

FERNANDES, N. P.; DA SILVA, F. M. O PAPEL DA EMPRESA JR NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE SEUS INTEGRANTES: UM ESTUDO COM EX-MEMBROS DA EMAD JR. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 48–69, 2017.

FERREIRA, E. R. A.; FREITAS, A. A. F. de. PROPENSÃO EMPREENDEDORA ENTRE ESTUDANTES PARTICIPANTES DE EMPRESAS JUNIORES. **REGPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 2, n. 3, p. 3, 25 abr. 2014.

FERREIRA, F. M.; PINHEIRO, C. R. M. S. Plano de Negócios Circular: instrumento de ensino de empreendedorismo e desenvolvimento do perfil empreendedor. **Gest. Prod.**, v. 25, n. 4, p. 854-865, 2018.

GIOVANELLA, L. Planejamento estratégico em saúde: uma discussão da abordagem de Mário Testa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 6, n. 2, p. 129–153, jun. 1990.

GUIMARAES. A Razão Empreendedora na pesquisa em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3571-3582, Sept. 2019 .

Institucional | FEJECE. Disponível em: <<https://www.fejece.com.br/institucional>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

LEMOS, A. H. C.; DA COSTA, A. M.; VIANA, , Mila Desouzart Aquino. EMPREGABILIDADE E INSERÇÃO PROFISSIONAL: EXPECTATIVAS E VALORES DOS PARTICIPANTES DE EMPRESAS JUNIORES . **Revista pensamento contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 1, p. 91–104, 2012.

OLIVEIRA, N. A.; OLIVEIRA, A. R.; BECKER, P. M. Processos formativos e a escola: o ato educativo, a criança e o mestre no quadro da filosofia Rosseauniana. **Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel**, v. 41, p. 7-31, 2012.

PEREIRA, D. M. Empreendedorismo nas Ciências da Saúde: what's in a word? **Acta Farmaceutica Portuguesa**, v. 6, n. 1, p. 52–53, 2017.

PICCHIAI, D. EMPRESA JÚNIOR: UM EXEMPLO DE PEQUENA EMPRESA. **Revista Administração em Diálogo** , v. 2, n. 11, p. 35–52, 2008.

SECOLI, S. R.; PADILHA, K. G.; LITVOC, J.; MAEDA, S. T. Farmacoeconomia: perspectiva emergente no processo de tomada de decisão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. suppl, p. 287–296, dez. 2005.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública [online]**, v. 31, n. 5, p.538-542, 1997.

SOUZA, L. P. S. e; SOUZA, A. M. V. de; PEREIRA, K. G.; FIGUEIREDO, T.; BRETAS, T. C. S.; MENDES, M. A. F.; SANTANA, J. M. de F.; MOTA, É. C.; SILVA, C. S. de O. e. Matriz swot como ferramenta de gestão para melhoria da assistência de enfermagem: estudo de caso em um hospital de ensino. **Revista Eletronica Gestão & Saúde**, v. 4, n. 1, p. 1633-1643, 2 ago. 2017.

TERRIM, S.; MELO, A. A. R.; JÁCOMO, A. L. Empreendedorismo em saúde: relato de um modelo de Empresa Júnior em Medicina. **Revista de Medicina**, v. 94, n. 2, p. 94, 29 out. 2015.